

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
ESCOLA POLITÉCNICA  
PROGRAMA DE ENGENHARIA URBANA**

**LUIS MIGUEL GOMEZ CORNEJO URRIOLO**

**GOVERNANÇA URBANA NEOLIBERAL: XVIII JOGOS PAN-AMERICANOS,  
LIMA, 2019**

**Rio de Janeiro**

**2022**



LUIS MIGUEL GOMEZ CORNEJO URRIOLO

GOVERNANÇA URBANA NEOLIBERAL: XVIII Jogos Pan-Americanos, Lima,  
2019

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Engenharia Urbana da Escola Politécnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Engenharia Urbana.

Orientadora: Gisele Silva Barbosa

Coorientador: Orlando Alves dos Santos Junior

Rio de Janeiro

2021

Urriola, Luis Miguel Gomez Cornejo.

Governança Urbana Neoliberal: XVIII Jogos Pan-Americanos  
Lima 2019/ Luis Miguel Gomez Cornejo Urriola – 2021.  
217 f. : 48 il. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) – Universidade  
Federal do Rio de Janeiro, Escola Politécnica, Programa de  
Engenharia Urbana, Rio de Janeiro, 2021.

Orientadora: Gisele Silva Barbosa

Coorientador: Orlando Alves dos Santos Junior

1. Planejamento Urbano. 2. Governança Urbana. 3. Política  
Urbana. 4. Engenharia Urbana. 5. Megaevento Esportivo - Lima. I.  
Barbosa, Gisele Silva e Santos Junior, Orlando Alves dos. II  
Universidade Federal do Rio de Janeiro. Escola Politécnica. III. Título.

LUIS MIGUEL GOMEZ CORNEJO URRIOLA



GOVERNANÇA URBANA NEOLIBERAL: XVIII Jogos Pan-Americanos, Lima,  
2019

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Engenharia Urbana da Escola Politécnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Engenharia Urbana.

Orientadora: Gisele Silva Barbosa

Coorientador: Orlando Alves dos Santos Junior

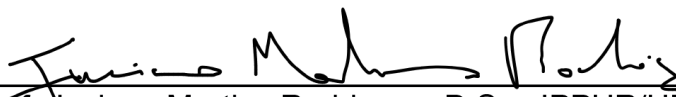
Data de aprovação:



Presidente: Orlando Alves dos Santos Junior, D.Sc., IPPUR/UFRJ



Prof.<sup>a</sup> Patricia Regina Chaves Drach, D.Sc., LNCC/UERJ/UFRJ-PEU



Prof. Juciano Martins Rodrigues, D.Sc., IPPUR/UFRJ

Rio de Janeiro

2021

À minha finita mãe, “Charo”, a meu pai, “Poky”, e ao  
meu filho, Diogo.

## **AGRADECIMENTOS**

A presente dissertação é resultado de minha trajetória no mestrado. O desenvolvimento da pesquisa é fruto do conhecimento apreendido no decorrer destes anos.

Agradeço a meu pai, Luis Ernesto, por ter me inculcado a reflexão e o pensamento crítico.

Agradeço à minha orientadora, Gisele Silva Barbosa, pela confiança e pelo aprendizado ao longo deste processo, e, em especial, agradeço a meu coorientador, Orlando Alves dos Santos Junior, pela condução impecável e pelas reflexões do trabalho.

Agradeço à professora Patricia Regina Chaves Drach, do PEU, e Juciano Martins Rodrigues, do IPPUR, pela contribuição na qualificação e na minha banca de defesa.

Agradeço aos professores do Programa de Engenharia Urbana pelo aprendizado e dedicação. Agradeço à secretaria e, em especial, ao Diretor do Programa Armando Carlos de Pina Filho, pela disponibilidade, sempre que precisei, mesmo nos momentos da pandemia.

Agradeço aos meus companheiros do PEU, turma 2019, pelos aportes, debates e troca de conhecimento em cada aula.

## RESUMO

URRIOLA, Luis Miguel Gomez Cornejo. **Governança Urbana Neoliberal: XVIII Jogos Pan-Americanos**, Lima, 2019. Rio de Janeiro, 2021. Dissertação (Mestrado) – Programa de Engenharia Urbana, Escola Politécnica, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

O presente estudo tem como tema central refletir criticamente a disseminação de um recente padrão de governança urbana que gera contradições no modo de produção do espaço urbano das cidades de Lima e Callao ao sustentar a construção de infraestruturas urbanas e esportivas para sediar os XVIII Juegos Deportivos Panamericanos Lima 2019. Com base nisso fez-se necessário dialogar com os conceitos de governança empreendedora neoliberal, relacionando-os como estratégia econômico-territorial neoliberal. A pesquisa reflete sobre o novo padrão de governança urbana neoliberal adotado pelos gestores das cidades de Lima e Callao, colocando a discussão que o megaevento serviu como processo e expressão do urbanismo neoliberal transformando as cidades em experimentos de urbanização neoliberal. Os megaeventos esportivos se associam ao recente padrão de governança pela sua faculdade de produzir revitalizações urbanas nas cidades-sede. Observa-se que o processo de urbanização neoliberal se consolidou por meio de novos arranjos institucionais e coalizões entre o setor privado, agentes econômicos ligados ao setor imobiliário, agentes políticos, e o Estado como principal ator que a partir do emergente discurso da competitividade coloca as cidades na concorrência internacional para atrair capitais privados, investidores privados, turistas, entre outros. Desse modo, argumenta o Estado como promotor da urbanização neoliberal através de Parcerias Público-Privadas (PPPs) e de instrumentos da gestão empresarial, e de novos acordos entre Governo e Governo (G2G), difundidos como modo de produção do urbano, expressando uma nova rodada de neoliberalização e mercantilização das cidades de Lima e Callao.

**Palavras-chave:** Globalização. Urbanização Neoliberal. Neoliberalização das Cidades. Governança Empreendedora Neoliberal. Megaeventos.



## ABSTRACT

URRIOLA, Luis Miguel Gomez Cornejo. **Neoliberal Urban Governance: XVIII Pan American Games**, Lima, 2019. Rio de Janeiro, 2021. Dissertation (Master) – Programa de Engenharia Urbana, Escola Politécnica, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

The present study has as its central theme to critically reflect on the dissemination of a recent pattern of urban governance that generates contradictions in the way of production of urban space in the cities of Lima and Callao by supporting the construction of urban and sports infrastructures to host the XVIII Panamerican Sports Games Lima 2019. Based on this, it was necessary to dialogue with the concepts of neoliberal entrepreneurial governance, relating them to a neoliberal economic-territorial strategy. The research reflects on the new pattern of neoliberal urban governance adopted by the managers of the cities of Lima and Callao, putting the discussion that the mega-event served as a process and expression of neoliberal urbanism transforming cities into neoliberal urbanization experiments. Sporting mega-events are associated with the recent governance pattern due to their ability to produce urban revitalizations in host cities. It is observed that the neoliberal urbanization process was consolidated through new institutional arrangements and coalitions between the private sector, economic agents linked to the real estate sector, political agents, and the State as the main actor that, from the emerging discourse of competitiveness, places the cities in international competition to attract private capital, private investors, tourists, among others. In this way, the State argues as a promoter of neoliberal urbanization through Public-Private Partnerships (PPPs) and business management instruments, and new agreements between Government and Government (G2G), disseminated as a mode of urban production, expressing a new round of neoliberalization and commodification of the cities of Lima and Callao.

**Keywords:** Globalization. Neoliberal Urbanization. Neoliberalization of the Cities. Neoliberal Entrepreneurial Governance. Mega events.



## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Mapa geral de Macrozonas.....	102
<b>Figura 2</b> – Expansão Urbana de Lima (1910-2017).....	105
<b>Figura 3</b> – Investimentos realizados por Zonas .....	134

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> – Períodos e características dos processos urbanos dos megaeventos esportivos.....	71
<b>Quadro 2</b> – Investimentos por ajuste espacial .....	132

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>15</b>
1.1 Objetivo principal e objetivos específicos .....	23
1.2 Justificativa do trabalho .....	24
1.3 Metodologia utilizada .....	24
1.4 Estrutura da dissertação .....	27
<b>2 GLOBALIZAÇÃO, GOVERNANÇA URBANA NEOLIBERAL E MEGAEVENTO ESPORTIVO</b> .....	<b>33</b>
2.1 Transformações econômicas internacionais a partir de 1970 .....	33
2.2 Neoliberalização das cidades.....	41
2.2.1 Governança empreendedora.....	49
2.3 Neoliberalismo realmente existente .....	57
2.4 Os megaeventos esportivos e o empreendedorismo urbano .....	64
<b>3 POLÍTICAS, REGIMES URBANOS E COALIZÕES NA CIDADE DE LIMA</b> .....	<b>87</b>
3.1 Adoção da ideologia neoliberal no Peru .....	87
3.2 Contexto urbano de Lima e Callao na atualidade: planejamento e governança urbana .....	98
3.3 Empreendedorismo urbano e os Jogos Pan-Americanos de Lima em 2019 .....	113
<b>4 METROPOLIZAÇÃO E MEGAEVENTO: OS JOGOS PAN-AMERICANOS DE LIMA 2019</b> .....	<b>129</b>
4.1 O ajuste espacial ou ordenação espaço-temporal nas cidades de Lima e Callao .....	130
4.1.1 O caso da Zona Lima Centro .....	142
4.1.2 O caso da região Callao .....	148
4.1.3 O caso da Zona Lima Sul .....	149
4.1.4 O Plano Vial .....	149
4.2 Planejamento estratégico das cidades de Lima e Callao .....	171
4.3 Gestão urbana e empresariamento .....	185
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>196</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>203</b>
<b>ANEXOS</b> .....	<b>211</b>



## 1 INTRODUÇÃO

A reestruturação produtiva, a partir da recessão da década de 1970, alterou os processos produtivos, com mudanças circunstanciais em aspectos relacionados ao desenvolvimento econômico, político e cultural no mundo. A transformação político-econômica do capitalismo global trouxe crises como a desindustrialização, desemprego dispersado e austeridade fiscal em diferentes níveis, tanto nacional quanto local. Somados a isso, o apelo à racionalidade na lógica do mercado e a privatização das empresas estatais fizeram com que os governos urbanos de crenças e ideologias políticas distintas, a maioria deles beneficiada pelos poderes legais, adotassem uma direção semelhante para enfrentar as crises. A ênfase da ação local para resolver as incertezas econômicas parece estar relacionada à capacidade decrescente do Estado de controlar os fluxos financeiros das empresas internacionais. Dessa maneira, o investimento passa a ser uma negociação entre o capital financeiro global, os poderes locais e o capital privado, a fim de produzir atratividade local para o desenvolvimento capitalista (HARVEY, 2014a; 1996; 2005).

Nessa circunstância, seria possível dizer que existe uma relação entre a ascensão do neoliberalismo nos países de capitalismo central e o novo padrão de governança urbana, com a difusão do empreendedorismo urbano (HARVEY, 1996; 2005), o que contribui na transição econômica da dinâmica do capitalismo, ou seja, a transição de um modo de produção fordista para um regime de acumulação flexível (HARVEY, 1996; 2014a; 2005).

O modelo apresentou problemas e contradições – “a incapacidade do fordismo e do keynesianismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo” (HARVEY, 2014a, p. 135) – dada a sua rigidez como modo de produção, com os capitais de larga escala e longo prazo em sistemas de produção em massa impedindo a flexibilidade no planejamento, além de o modelo presumir um crescimento constante e estável nos mercados de consumo invariantes. Precisa-se de flexibilidade nos processos de trabalho, mercados e consumo, pois novos setores de produção aparecem, assim como novas formas de serviços financeiros e inovação comercial, tecnológica e operacional (HARVEY, 2014a). Dessa forma, estabelece-se o regime de acumulação de maior flexibilidade nos circuitos econômicos e nas decisões do Estado para o seu adequado funcionamento, para

que, dessa forma, sejam atingidos o consumo de massa e investimentos constantes no giro do capital.

Dada essa conjuntura econômica, política e social, fortalece-se o debate que critica o funcionamento do Estado de bem-estar social, que assumiu uma variedade de obrigações nos processos urbanos pós-guerra, esforçando-se para controlar os ciclos econômicos por meio da combinação de políticas fiscais e monetárias (BRENNER, 2018; HARVEY, 2014a; 2014b). Dessa forma, retoma-se o debate sobre o papel do Estado difundido pela globalização hegemônica neoliberal, alterando, em síntese, o modo de acumulação de capital, passando da rigidez do fordismo para o sistema de acumulação flexível, assim como contribuiu a mudança de modelo de governança, passando do modo centralista de governança urbana administrativa para uma governança empresarial (HARVEY, 1996; 2005).

Nesse sentido, argumenta-se que a globalização faz parte do desenvolvimento capitalista, dado que a acumulação capitalista tem dimensão geográfica e espacial (HARVEY, 2005). Não obstante, pode-se dizer que, sem oportunidades de expansão geográfica, seja pela reorganização espacial ou pelo desenvolvimento desigual, o capitalismo já teria cessado como modo de produção social e de processos sociais. Nesse aspecto, pode-se trazer a definição de globalização elaborada por Marx e Engels (2019), quando, no *Manifesto Comunista*, argumentam que a grande indústria não criou apenas o mercado mundial, mas, sobretudo, mercados em constante expansão. Assim, o desenvolvimento econômico e social crescia à medida que o mercado multiplicava os capitais para a burguesia, relegando os planos secundários as outras classes sociais, as classes oprimidas. Pode-se dizer, portanto, que a globalização atua com a “necessidade de um mercado em constante expansão para os seus produtos impele a burguesia a conquistar todo o globo terrestre. Tem de se fixar em toda parte, ramificar-se por toda parte, criar ligações em toda parte” (MARX; ENGELS, 2019, p. 66).

Nesse contexto, pode-se argumentar que a globalização neoliberal, segundo Harvey (1996), corresponde à reorganização geográfica do capitalismo, em que as antigas unidades geográficas perdem capacidade de reter ou atrair capitais e de garantir a acumulação de capital nos níveis requeridos pelo mercado. Portanto, prioriza-se uma oportunidade de criar dinâmicas para a acumulação do capital, trazendo outras exigências entre os Estados e as cidades.



Os Estados foram forçados a se preocupar em competir, pois, quanto mais competitivos são, melhores serão os resultados que poderão apresentar no interior da competição mundial (HARVEY, 1996; 2005). Dessa forma, a globalização neoliberal é considerada como uma reterritorialização dos espaços, tanto econômica e social quanto político-institucional, que se estende em simultâneo a múltiplas escalas geográficas. Desse modo, a organização territorial dos espaços urbanos e das instituições estatais pode ser considerada resultado dessa dinâmica conflitante de reestruturação espacial global (BRENNER, 2018).

Vale indicar que os processos urbanos da América Latina diferenciam-se daqueles das cidades pós-industriais da Europa Ocidental e da América do Norte, ou seja, a reestruturação dos arranjos institucionais no continente latino-americano não herdou o cenário regulatório das cidades keynesianas ou fordistas. Na América Latina, o processo neoliberal se intensificou desde meados dos anos de 1990. A fase inicial se deu nos anos de 1980, quando o imperialismo entra em crise, gerando excedentes da economia mundial, produzindo, dessa forma, diversas contradições na organização da divisão do trabalho como projeto de desenvolvimento regional. A segunda fase ocorreu nos anos de 1990, sob a influência do Consenso de Washington. E a terceira ocorre desde os anos 2000, quando o projeto neoliberal se modifica, respondendo à ascensão econômica chinesa e às lutas antineoliberalismo (MARTINS, 2011).

No caso peruano, o ciclo de neoliberalização se inicia nos anos 90, quando foi eleito o ex-presidente Alberto Fujimori (1990-2000). Pensa-se que a inserção peruana surge da reestruturação do capitalismo global da década de 1970, tendo transformações regulatórias promotoras do processo de neoliberalização (THEODORE et al. 2009; PECK et al, 2012; EICK, 2015; HARVEY, 2005).<sup>1</sup> O intuito central foi gerar ambientes institucionais favoráveis para a integração do país aos mercados globais. Desse modo, Fujimori, seus assessores e o setor privado não ambicionavam as mudanças econômicas, políticas e sociais nacionais que viriam da inclusão social e alinharam-se às agências internacionais, iniciando a

---

<sup>1</sup> Pensa-se em políticas urbanas geradoras de processos de desenvolvimento desigual na captura de mais-valia urbana, ou seja, dotar de infraestrutura urbana, na visão do mercado. De acordo com Peck (2012), é um processo de transformação de paradigmas, com resultados diferentes em cada país, dado que o mundo está em plena e constante transformação. Por isso, o projeto neoliberal é um “proyecto de transformación de distintos mundos que tienen diversos resultados geográficos” (PECK, 2012, p. 20).

implementação de políticas neoliberais em sintonia com o Consenso de Washington. Entre os impactos mais relevantes, está a realização da Constituição Peruana de 1993, que liberaliza a economia, privatizando empresas públicas, cortando gastos na área social, desmantelando os sindicatos e movimentos sociais e atacando os direitos trabalhistas, com despedidos massivos no aparelho estatal (CARRANZA; 2000; PEASE; SOMMER, 2013).

Diante de tal cenário, o modo de produção capitalista globalizado neoliberal, fortemente influenciado pela ideologia dominante, a ideologia neoliberal<sup>2</sup> (THEODORE; PECK; BRENNER, 2009), e pela neoliberalização, gera novas perspectivas na produção capitalista dos espaços urbanos e das cidades, fazendo com que estes entrem em ciclos de produtividade e de competitividade (SÁNCHEZ, 1999). Isto é, as cidades precisam “enfrentar-se” e competir entre si e passam a ser entendidas como mercadorias que devem ser comercializadas no mercado mundial (VAINER, 2000). Dessa forma, as cidades competem para atrair novos investimentos, capital imobiliário, turismo, novos moradores, novas forças produtivas, poder econômico e sediar as grandes empresas internacionais. Tal processo urbano de competitividade faz com que as cidades comecem a atuar como empresas privadas (HARVEY, 1996; 2005; VAINER, 2000).

Nesse sentido, o discurso emitido pela ideologia neoliberal atinge as formas de governança e planejamento das cidades, adotando novos padrões de governança urbana, substituindo o planejamento racional de longa duração com intervenção estatal por um modo de governança empreendedora neoliberal. Dessa maneira, percebe-se que os gestores fazem das cidades agentes ativos e sujeitos econômicos (HARVEY, 1996; 2005) e as convertem em mercadorias a serem vendidas, em decorrência dos princípios ideológicos empresariais, apoiando-se nas parcerias entre o setor privado e o setor público (SANTOS JUNIOR, 2015). O foco dessas parcerias são os investimentos e desenvolvimento econômico por meio de projetos urbanos especulativos, em vez da melhoria das condições de determinados territórios (RIBEIRO; SANTOS JUNIOR, 2015).

---

<sup>2</sup> Nas palavras de Theodore, Peck e Brenner (2009, p. 2, tradução nossa), a “A ideologia neoliberal baseia-se na crença de que mercados abertos, competitivos e “desregulamentados”, que não estão sujeitos à interferência estatal ou à ação de grupos sociais, representam o mecanismo ideal para o desenvolvimento socioeconômico. [...] A ideologia neoliberal repousa sobre uma visão utópica da supremacia do mercado, uma visão que está enraizada em uma concepção idealizada de individualismo competitivo e uma profunda antipatia por várias formas de solidariedade social e institucional”.

Pensa-se o Estado como ator transcendental nas decisões da governança urbana e, por conseguinte, na reprodução do espaço. A lógica territorial por parte do Estado é diferente da lógica do capital, que está interessado em adquirir riquezas e poder, seguindo políticas favoráveis a empresas privadas e ideologias dominantes. Algumas vezes, age quando há pressões sociais divergentes a seu próprio poder de governabilidade.

Percebe-se que o tipo de racionalidade mercadológica imposta pelo Estado se verifica nas práticas da governança urbana e territorial. As suas intervenções e investimentos pretendem abranger as consequências do desenvolvimento desregulado do mercado. Desde logo, verifica-se que o Estado impõe estruturas de administração, leis e impostos, mas na produção tecnocrática e burocrática do espaço público em sintonia com a modernidade capitalista.

Consequentemente, percebe-se que a ação estatal trataria da necessidade de atrair capital privado nacional ou estrangeiro que esteja à procura de localização para a reprodução de excedentes de capital na construção de infraestruturas fixas<sup>3</sup> e do trabalho, assim como superar as crises de acumulação do capital por meio de investimentos de longo prazo na expansão geográfica. As decisões entre o privado e público se encurtam pelos horizontes temporais, no que denomina Harvey (2014a) de um ciclo de compressão espaço-tempo, no qual essas decisões se baseiam na produção do espaço e na configuração espacial, por meio da construção de infraestruturas, redes de transporte e comunicação e regulamentação institucional fixa e móvel (BRENNER, 2018).

Por conseguinte, a necessidade de fixar infraestruturas traz algumas implicações ao processo de acumulação, resultando, nos termos de Harvey (1996; 2005; 2014b), em ajuste espacial ou ordenação espaço-temporal para explicar as “matrizes complexas da configuração espacial socialmente produzida e a dimensão temporal correspondente” (BRENNER, 2018, p. 67), que são expressadas na rotatividade social aceitável de circulação de capital em uma conjuntura histórica. Disso deriva a valorização ou desvalorização dos espaços urbanos no processo de

---

<sup>3</sup> Ressalta-se que, segundo Marx, não se deve relacionar o capital fixo com a imobilidade do capital, como, por exemplo, navios e locomotivas que também são capital fixo, independentemente de serem móveis. Desse modo, leva-se ao conceito de ambiente construído que nasce como sistema criado pelo ser humano, integrando valores de uso que são incorporados na paisagem física, que podem ser usados para produção, trocas, e consumo. Nesse aspecto, vale ressaltar que a acumulação capitalista requer a anulação do espaço pelo tempo, sendo transcendental na produção de configurações espaciais (HARVEY, 2005).

ajuste espacial para a superação das crises, uma vez que, por meio do processo de destruição criadora (HARVEY, 2005; THEODORE; PECK; BRENNER, 2009), criam-se novos espaços para a acumulação de capital. Trata-se de uma competição urbana dos capitalistas para conseguir lucro e, ao mesmo tempo, a reprodução dos seus excedentes de capital. Dessa forma, a competição urbana é dada mediante a lógica capitalista, que é em grande parte especulativa.

Em virtude dessa possível visibilidade do Peru para atrair capital internacional, nos últimos anos, as cidades sediaram eventos político-ambientais, como a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP20), em 2014; político-econômicos, como o Fórum Econômico da Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC), em 2016; e esportivos, como os XVIII Jogos Pan-Americanos Lima 2019<sup>4</sup>, objeto de estudo desta dissertação.

Segundo o ex-presidente do Peru Martín Alberto Vizcarra Cornejo (2018-2020), o prefeito metropolitano de Lima, Jorge Muñoz Wells (2019-atualidade) e o diretor do Comitê Organizador (COPAL), também Diretor Executivo do *Proyecto Especial de los Juegos Lima 2019* e em representação do *Ministerio de Transporte e Comunicaciones* (MTC), o Sr. Carlos Neuhaus (2016-2019), argumentaram que o megaevento serviria como oportunidade de atração de capital estrangeiro estratégico, conveniente para a reprodução territorial de Lima. Portanto, esse evento seria benéfico para a cidade e alguns agentes vinculados, além de gerar empregos no setor secundário e na construção de infraestrutura e de equipamentos de lazer. Também poderia gerar incrementos no setor terciário, aumentando o turismo e beneficiando as grandes cadeias de hotéis, de modo a revitalizar a cidade. Mencionou-se que os Jogos eram estratégicos para o crescimento econômico, social e urbano, como também para a criação de uma nova imagem da cidade.

Os processos se organizam a partir de acordos espaciais e institucionais pró-mercado e tratam da dinâmica imobiliária e das intervenções neoliberais na lógica da (re)produção do espaço urbano nas cidades de Lima e Callao. Nesse sentido, as coalizões e os arranjos institucionais sugerem que esse megaevento esportivo serviu como oportunidade de atração de capital estrangeiro estratégico, conveniente para a reprodução social e econômica nesses territórios. Portanto, como indica

---

<sup>4</sup> Entre os megaeventos citados, os Jogos Pan-Americanos apresentaram maior destaque pela magnitude dos investimentos e gastos públicos realizados. Evidencia-se a construção de infraestruturas urbanas e esportivas localizadas em áreas específicas das cidades.

Harvey (2005), o capitalismo, para sobreviver no decorrer da história, procura novas fronteiras, assim como fundar circuitos de investimentos para uma nova distribuição do excedente e da extração de rendas; além disso, pretende criar novas infraestruturas que sejam convenientes para a sua reprodução. No entanto, evidencia-se que o processo de urbanização do espaço capitalista é dinâmico na sua essência e constrói, dessa maneira, a sua paisagem, para repensar o seu modo de acumulação, a fim de que, depois, refaça-o de outra forma, adequando-se a novas condições do modo de acumulação em novas condições históricas e geográficas.

Nesse sentido, argumenta-se, na presente dissertação, que, nas cidades de Lima e Callao, houve diversas mudanças rumo ao que pode ser caracterizado como processo de urbanização neoliberal, que se manifestou a partir de revitalizações urbanas e nas dinâmicas política, econômica e social do desenvolvimento geográfico desigual (HARVEY, 1996; 2005) na contemporaneidade. Contudo, esses processos urbanos envolvem outros de destruição criativa, de estruturas urbanas e de novos arranjos institucionais de governança (HARVEY, 1996; 2005; THEODORE; PECK; BRENNER, 2009). Discute-se, a partir da literatura crítica, o novo processo urbano que se dá a partir da difusão da governança empreendedora neoliberal, uma vez que as cidades de Lima e Callao se prepararam para receber os XVIII Jogos Pan-Americanos Lima 2019.

Os megaeventos esportivos, tanto nos países capitalistas quanto nos países do capitalismo periférico, associaram-se a políticas urbanas que pretendem revitalizar e transformar os espaços urbanos, a partir da difusão do novo padrão de governança urbana que sustentaria os grandes projetos e infraestruturas urbanas, que seriam sustentados por intermédio de novas coalizões e arranjos institucionais, cujos interesses são econômicos e políticos.

Os megaeventos esportivos se consolidam pelas elites transescalares e modelos de governança, orientados para que as cidades sejam máquinas de crescimento (BRENNER, 2018) e produtoras de entretenimento global. Em linhas gerais, versam sobre a neoliberalização das políticas urbanas, que buscam revitalizar as cidades, gerando novas rodadas de mercantilização e elitização nas metrópoles, a partir do sedimento desses megaeventos esportivos (BOYKOFF; 2013; EICK, 2015; RIBEIRO; SANTOS JUNIOR, 2015; SANTOS JUNIOR, 2015;

BOLSMANN; 2015). Esses grandes eventos são cobiçados pelas cidades porque geram visibilidade no mercado. Para isso, elas devem se inserir no circuito mercadológico, seguindo as recomendações das instituições organizadoras, como a Organização Desportiva Pan-americana (ODEPA), que justificam as possíveis reestruturações urbanas especulativas. Portanto, observa-se que as políticas neoliberais urbanas usadas para a realização dos megaeventos esportivos podem ser consideradas como catalisadoras da neoliberalização dos espaços urbanos sob a ideia global de que a competição interurbana gera cidades mais competentes e competitivas. Para compreender a concepção de neoliberalização, discutem-se os ajustes temporais ou espaciais, nos termos indicados por Harvey (1996; 2014b; 2005), consequentes da crescente difusão da governança empreendedora urbana e da urbanização neoliberal.

Desse modo, evidencia-se que os processos de urbanização promovidos pelo Pan-2019, através do uso da governança urbana neoliberal nas cidade de Lima e Callao, determinou interesses do mercado imobiliário e do capital privado em fortalecer algumas zonas das cidades, como a central, denominada Zona Centro, assim como na revitalização urbana da Zona Sul, com projetos imobiliários especulativos e infraestruturas esportivas, e no fortalecimento da região de Callao. Nesse sentido a difusão da governança urbana neoliberal se legitima pelo discurso do Estado e das coalizões e arranjos institucionais que, através de um suposto legado social, econômico e urbano (LIMA, [s. d.]), proporciona às cidades projetos de revitalização e urbanização neoliberal, para superar as profundas desigualdades urbanas geradas pelo desenvolvimento geográfico desigual do neoliberalismo (PECK; THEODORE; BRENNER, 2012; HARVEY, 1996; 2005).

Para realizar os ajustes espaciais, os governantes nacionais buscaram acordos com outros governos e alianças com empreiteiras internacionais. No caso de Lima, em 2017, foi fechado um acordo bilateral entre os governos do Peru e do Reino Unido, com a adoção de um novo modelo de gestão na administração pública, nomeado “Governo a Governo” (G2G). Tal modelo de governança urbana trouxe ferramentas de gestão mais comuns na iniciativa privada para projetos no âmbito público.

Concernente *Villa Panamericana* ao legado de transporte, evidencia-se a interconexão entre as três zonas mencionadas, sobretudo dois ramos de circulação.

O primeiro ramo de circulação liga a, localizada na Zona Sul, à *Villa Deportiva Nacional* (Videna), localizada na Zona Centro. Este ramo serve como eixo ligador entre a residência dos atletas e o principal centro esportivo do país. O segundo ramo de circulação interliga o Aeroporto Internacional Jorge Chávez, localizado na região de Callao, à *Villa Deportiva Regional*.

Em síntese, o megaevento XVIII Jogos Pan-Americanos Lima 2019 é bastante recente, e ainda há uma carência de estudos sobre suas contribuições e ações. Portanto, esta dissertação visa refletir sobre o significado dessa governança urbana neoliberal, reflexão esta que busca contribuir para o campo da Engenharia Urbana (Poli-Peu). Identifica-se a narrativa urbana presente na literatura do *mainstream*, que aponta seus aspectos positivos e tende a omitir as contradições deste fenômeno urbano. Sem embargos, concentramo-nos na literatura crítica urbana, visando discutir a difusão do processo urbano e as contradições da configuração socioterritorial de Lima e Callao. Para atingir os aportes propostos, a dissertação apresenta os objetivos descritos no próximo capítulo.

### **1.1 Objetivo principal e objetivos específicos**

O objetivo principal da presente dissertação é discutir sobre a difusão de um novo padrão de governança urbana neoliberal, que sustentaria os grandes empreendimentos construídos nas cidades de Lima e Callao, para sediar os *XVIII Juegos Deportivos Panamericanos Lima 2019*. Como objetivos específicos, destacam-se:

- Dialogar com os conceitos de governança empreendedora neoliberal e empreendedorismo urbano, relacionando-os à estratégia urbana neoliberal para a realização do megaevento esportivo;
- Sistematizar do debate acerca dos novos padrões de governança urbana adotado nas cidades de Lima e Callao, na qual se discute sobre os megaeventos esportivos como expressão revitalizadora das cidades-sede;
- Analisar das obras de infraestrutura urbana geradas em torno da valorização imobiliária e do mercado;
- Refletir sobre o surgimento de novas centralidades causadas pela difusão do empreendedorismo urbano neoliberal, que é auxiliado pelas coalizões de poder que aglutinam agentes econômicos, políticos e sociais, assim como a consolidação

de arranjos institucionais entre diversas instituições estatais e, sobretudo, a constituição de novas parcerias entre o Estado e o setor privado.

## **1.2 Justificativa do trabalho**

Na confecção desta pesquisa, teve-se como objetivo analisar as políticas de reformas da cidade de Lima, capital do Peru, nos âmbitos político e econômico globais das últimas décadas. Incentivou-se suscitar explicações referentes ao nível macrossocial, acerca do qual é necessário realizar estudos a respeito de globalização, neoliberalismo, mercantilização, financeirização, dependência, entre outros conceitos. Também despertou-se o interesse em entender o funcionamento da governança urbana em sociedades economicamente dependentes dos processos globais.

Percebe-se que as cidades latino-americanas incrementaram a adoção do empreendedorismo urbano como padrão de governança urbana, e, nos megaeventos esportivos, esse tipo de governança se explicita mais evidentemente. Há uma relação intrínseca entre os Estados e capitais privados que estabelecem as bases de produção do espaço urbano a partir de parcerias entre o público e o privado, incentivando a lógica mercantil no modo de produção capitalista dos espaços urbanos, de modo que o poder público se subordina a criar novos acordos de dependência entre Estados, para beneficiar o capital privado. Os megaeventos esportivos se consolidam pelas elites transescalares e modelos de governança, orientados para que as cidades sejam máquinas de crescimento produtoras de entretenimento global. Em linhas gerais, atentou-nos estudar a nova rodada de neoliberalização do espaço urbano criadora da mercantilização e elitização das cidades-sede de megaeventos esportivos. Para tal efeito, esta dissertação defende que as cidades podem ser estudadas em contextos distintos, entendendo as suas especificidades históricas e locais.

## **1.3 Metodologia utilizada**

O arcabouço teórico-metodológico parte de conceitos estabelecidos na literatura crítica. Foi realizado um trabalho teórico coerente e configurante de uma



perspectiva de interpretação da difusão de um padrão de governança urbana que, por um lado, configura-se como desenvolvimento urbano por especulação imobiliária e, por outro, como uma estratégia alternativa. A globalização neoliberal, mediante a sua ideologia, impõe programas de revitalização urbana que foram aplicados nos países de capitalismo central e nos de capitalismo tardio e periférico. Nesse sentido, pensa-se privilegiar as abordagens da teoria crítica, em particular, a teoria crítica urbana que, segundo Brenner (2018), recusa as divisões de trabalho e formas de compreensão urbanas estatais, assim como tecnocráticas, que sejam orientadas pelo e para o mercado. Quatro enunciados constroem a teoria crítica.

O primeiro parte da lógica de que a teoria crítica é teoria. É importante mencionar que a teoria crítica não deve servir como fórmula para solucionar problemas sociais, assim como não é um mapa estratégico para as mudanças sociais, ainda que não sirva como um guia de como fazer e constituir os movimentos sociais. Não obstante, a teoria crítica pode até ter mediações com o campo da prática, assim como pode servir para informar a perspectiva estratégica dos atores políticos e sociais progressistas, radicais ou revolucionários, dado que se acredita que as transformações sociais e urbanas se dão por meio de conflitos entre os interesses das diferentes classes sociais.

O segundo enunciado diz que a teoria crítica é reflexiva. Para isso mencionam-se duas implicações-chave. A primeira implicação envolve a rejeição de qualquer iniciativa, na qual se alega que é possível estar fora de um contexto histórico específico no tempo e espaço. Por conseguinte, reflete-se que todo conhecimento social deve estar embutido na dialética da mudança social e histórica e endemicamente contextual. A segunda implicação trata de como formas oposicionistas e antagonistas de conhecimento, subjetividade e consciência podem emergir em uma formação social histórica. Dessa forma, a crítica emerge quando a sociedade está em conflito consigo mesma, porque sua forma de desenvolvimento é autocontraditória.

O terceiro enunciado mostra que a teoria crítica deve envolver uma crítica da racionalidade instrumental, logo, rejeita métodos instrumentais de conhecimento científico social, aqueles que visam tornar os arranjos institucionais existentes mais eficazes e efetivos, para, dessa maneira, dar continuidade a atuais formas hegemônicas de poder. No entanto, a teoria crítica deve esclarecer sua orientação

prática, política e normativa, em vez de adotar uma perspectiva de cunho tecnocrático.

Por último, o quarto enunciado mostra que a teoria crítica enfatiza a separação entre o atual e o possível. A teoria crítica deve analisar a modernidade capitalista, assim como deve criticar seu modo de produção. Portanto, deve tratar das possibilidades emancipatórias humanas abertas para a sua formação e reprodução social e, ainda, criticar as suas exclusões, opressões e injustiças. Em suma, a tarefa da teoria crítica seria aprofundar as possibilidades de libertação que estão embutidas nela. Não obstante, a teoria crítica urbana propõe outra forma de urbanização, mais democrática, socialmente justa e sustentável, para atingir, dessa maneira, sociedades mais democráticas e com justiça social (BRENNER, 2018).

Com a metodologia qualitativa, foram investigados os processos de urbanização neoliberal, as revitalizações urbanas ocorridas nas cidades-sede onde se realizaram os Jogos Pan-2019 e as mudanças a partir da difusão de um novo padrão de governança urbana neoliberal. Dessa forma, estudaram-se as mudanças estruturais nos processos urbanos vinculados à globalização neoliberal, neoliberalização e mercantilização. A pesquisa qualitativa permitiu ter maior discernimento dos contextos específicos das percepções sociais em determinados contextos, que se realizam através de tarefas de interpretação, compreensão e observação.

Segundo Dalle et al. (2005), para estabelecer um referencial teórico-analítico, esse tipo de pesquisa deve dar ênfase aos aspectos epistemológicos, que levam ao desenvolvimento da pesquisa. Sem embargo, mesmo que o marco referencial teórico consista em conceitos abstratos, que são sensíveis de serem explicados ao leitor, o pesquisador deve definir os termos teóricos mais abstratos e explicá-los de forma clara, para dar maior entendimento à proposta teórica.

Dessa forma, para atingir os objetivos desta dissertação, foi necessário abranger a pesquisa a partir de uma perspectiva macrossocial, que interpretou as decisões e discursos dos agentes envolvidos que sustentariam a realização do megaevento esportivo. Nesse sentido, incluem-se na reflexão questões urbanas vinculadas aos processos de desenvolvimento urbano desigual gerado pela difusão de um novo padrão de governança empreendedor neoliberal. Pensa-se na análise a partir dos processos históricos que fundamentam as reflexões dos fenômenos

sociais e econômicos expressados em contradições capitalistas nos processos de urbanização neoliberal.

Como se manifesta no decorrer da dissertação, o modo de produção capitalista do espaço urbano se realiza em torno de coalizões de poder e arranjos institucionais que, através da recente governança urbana neoliberal, direcionam os empreendimentos e investimentos públicos em espaços que podem obter maior lucratividade, gerando maiores desigualdades sociais. Em linhas gerais, essas diretrizes e guias fornecem um marco referencial para a formulação dos objetivos da pesquisa. Nesse sentido, a pesquisa qualitativa é uma ferramenta pertinente e privilegiada para compreender e dar conta dos processos sociais que estão imersos na reprodução social, aporte fundamental para fins desta pesquisa.

Por conseguinte, esse tipo de enfoque exige tratamento diferenciado. A pesquisa tem dados provenientes de diversas fontes (documentos oficiais, estatísticas, imprensa, entrevistas semiestruturadas, observação). Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com informantes-chave (cargos políticos, técnicos, gestores urbanos, entre outros), que permitiram identificar os diferentes discursos econômicos, políticos e técnicos sobre a difusão da governança urbana neoliberal e suas consequências urbanas, revitalizações feitas para sediar o megaevento esportivo em Lima e Callao. Esta estratégia metodológica permitiu combinar distintas técnicas, quais sejam, material textual, audiovisual das conversações realizadas pelos autores e conversas virtuais.

Nesse sentido, Dalle et al. (2005) recomendam confiar na subjetividade dos entrevistados enquanto fonte, para, dessa maneira, interpretar os enfoques essenciais que levaram ao processo de urbanização neoliberal. Ademais usa-se a análise de fontes estatísticas, particularmente relativas à evolução dos principais indicadores socioespaciais dos últimos 30 anos, permitindo contextualizar as estratégias na intervenção do território e compreender, portanto, as dinâmicas de transformação que as cidades experimentaram.

#### **1.4 Estrutura da dissertação**

O desenvolvimento desta pesquisa organiza-se em seis capítulos, incluindo a introdução e as considerações finais, que serão descritas a seguir.

Pensa-se que os processos de urbanização produzem diversas formas de espaços constituídos em configurações espaciais distintas. Nesse sentido, destacam-se as revitalizações urbanas provocadas pelos megaeventos esportivos, concebidas pela difusão de um recente padrão de governança urbana que apresenta características similares à governança das empresas privadas, próximo a uma governança empresarial.

O objetivo do Capítulo 3 é analisar a linha de ação adotada pelo governos relacionados à estratégia neoliberal na produção do espaço urbano. Assim debate-se com os conceitos de governança e empreendedorismo neoliberal. De acordo com Harvey (2007), a difusão do novo padrão de gestão urbana se insere no contexto da urbanização neoliberal, no qual as transformações territoriais se dão mediante a desregulamentação estatal e a promoção de novas rodadas de mercantilização dos territórios, processos alcançados por meio de coalizões entre diversos atores, como o capital privado, os Estados, os proprietários do uso do solo e de agentes imobiliários. Dessa maneira explicam-se os processos urbanos, dividindo o capítulo em três seções.

No tópico 3.1, o debate passa pelo entendimento da transformação econômica dos anos 70, que passou de um regime fordista para um regime de acumulação flexível (HARVEY, 1992; 1996; 2005), argumentando-se a transformação da governança urbana no capitalismo tardio. Num segundo momento, contextualizam-se o neoliberalismo na América Latina e suas contradições demarcadas nos efeitos econômicos e sociais (MARTINS, 2011).

No tópico 3.2, o elo da discussão é o neoliberalismo e a urbanização neoliberal como processo de desenvolvimento geográfico desigual. Para isso, fez-se necessária uma revisão dos limites e da história político-econômica do neoliberalismo e de sua proliferação global. Com Peck et al. (2012) e Harvey (2007), analisam-se o liberalismo das décadas de 40, 50 e 60 como opositor ideológico do Estado keynesiano e a inserção do sistema nos países capitalistas do hemisfério norte. Pensa-se o neoliberalismo como arena de conflito de diversos interesses, estruturas, atores e procedimentos inseridos no modo de produção capitalista, dominantes das forças produtivas e do mercado. Dessa forma, são abordadas transformações urbanas resultantes da mudança da governança urbana e do empreendedorismo neoliberal (HARVEY, 1996; 2005), assim como a

mercantilização do espaço público e de novas formas de produção imobiliária que ocasionam mudanças significativas na estrutura física e social das cidades-sede.

Assim a lógica neoliberal orienta-se a políticas urbanas mercantis e à competitividade urbana, criando territórios para a reprodução do capital e para os negócios (THEODORE; PECK; BRENNER, 2009; HARVEY, 2007). As revitalizações urbanas feitas para sediar megaeventos esportivos, segundo Ribeiro e Santos Junior (2015), precisam ser entendidas como processos dos acordos espaciais e institucionais a favor do mercado, portanto, a urbanização neoliberal deve ser analisada como um processo da transformação da ordem urbana. No subtópico 3.2.1, aprofunda-se o conceito de governança empreendedora neoliberal, pensando nas estratégias e impactos que ela gera nos territórios. Dessa forma, analisa-se o novo padrão de governança empresarial como unidade analítica nas revitalizações urbanas acontecidas nas cidades de Lima e Callao, sob a acumulação e as relações sociais capitalistas, isto é, a urbanização neoliberal estabelece determinados arranjos institucionais, políticos, econômicos e administrativos que, através de forças mobilizadas por diversos agentes sociais, formam coalizões e alianças de classes que orientam a produção do espaço urbano para o empreendedorismo (HARVEY, 1996; 2005).

Vale ressaltar que a difusão da governança empreendedora neoliberal propiciou uma agenda para as cidades, criando instrumentos neoliberais com características semelhantes às empresas privadas. Dessa forma, aborda-se, no tópico 3.3, o conceito de Theodore, Peck e Brenner (2009) acerca do “neoliberalismo realmente existente”, baseado no pensamento de que os projetos de reestruturação neoliberal se congregam nas condições econômicas, sociais e espaciais. O aporte teórico desse conceito analítico permite que se tenha uma leitura dinâmica de urbanização neoliberal como processos instáveis, cambiantes, dependentes do contexto onde se implementam, pois pensa-se que as políticas e programas urbanos divulgados pelo neoliberalismo realmente existente se iniciam de formas contraditórias em diferentes contextos e especificidades. O empreendedorismo urbano nas cidades de Lima e Callao envolveu a destruição de estruturas urbanas, arranjos institucionais das cidades, a construção de novos espaços, recentes modalidades de gestão pública, acordos bilaterais e regulação das instituições, ajustando-se a ideologias neoliberais e, por conseguinte, à governança

empreendedora neoliberal, assim como a arranjos institucionais herdados para garantir as coalizões empresariais (THEODORE; PECK; BRENNER, 2009).

Nessa conjuntura, a respeito dos processos de desenvolvimento urbano baseados na estrutura econômica capitalista, o tópico 3.4 dedica-se a explicar a existência da relação estrutural entre a acumulação do capital e a reprodução do espaço urbano. À vista disso, argumenta-se que as políticas empregadas na revitalização urbana para o Pan-2019 são reflexo dos mecanismos do empreendedorismo urbano, que quer atrair visitantes, turistas e investidores e, da mesma maneira, gerar um bom clima para os futuros negócios. No entanto, tudo isso se dá mediante leis coercitivas da competência interurbana (HARVEY, 1996; 2014a; 2014b; 2005; SANTOS JUNIOR, 2016). Reforça-se a ideia com Sánchez e Broudehoux (2013), quando mencionam que a competitividade urbana é entendida pelos gestores urbanos como oportunidade rara para promover as cidades-sede, colocando-as visíveis por meio da cobertura da mídia e publicidade internacional. Ademais, a competitividade pode servir como panaceia para a recuperação econômica, estimulando o consumidor nacional enquanto captura forças móveis do capital (BROUDEHOUX; SÁNCHEZ, 2013). Pensa-se que os Jogos não têm apenas sido caracterizados como catalisadores para o desenvolvimento urbano, mas, pelo contrário, pode-se dizer que funcionam como poderosos motores neoliberais de reconfiguração das cidades-sede, promovendo a privatização e mercantilização de políticas orientadas para o mercado (HARVEY, 1996; 2005; 2014a; 2014b; THEODORE; PECK; BRENNER, 2009; BOYKOFF, 2013; SANTOS JUNIOR, 2015; RIBEIRO; SANTOS JUNIOR, 2015; EICK, 2015;)

O Capítulo 4 reflete sobre os modos de produção do urbano na cidade de Lima, compondo-se a argumentação nos recentes padrões de gestão urbana adotada nas cidades de Lima e Callao. Por essa razão, primeiro se contextualiza a conjuntura econômica e política do Peru. Em função disso, o tópico 4.1 explica primeiro a inserção nacional no capitalismo global, que levou o Estado peruano a adotar os conceitos neoliberais desde os anos 80 até a contemporaneidade, e realiza-se um relato histórico acerca da implantação da ideologia neoliberal no Peru. Sem embargo, percebe-se que, desde os anos de 1990 (MARTÍNEZ, 2009; CARRANZA, 2000; PEASE; SOMMER, 2013), iniciam-se no Peru mudanças regulatórias promotoras dos processos de neoliberalização, com o objetivo de criar

ambientes favoráveis à integração da economia nacional aos mercados globais (HARVEY, 2007; THEODORE; PECK; BRENNER, 2009).

No tópico 4.2, o debate passa pela compreensão histórica dos planos diretores peruanos empreendidos pelos gestores como possíveis soluções urbanas. Desse modo, discorre-se que esses planos se formulam com fins mercadológicos, recorrendo de forma emergencial à difusão da governança empreendedora neoliberal, para sustentar fins políticos e eleitorais. O tópico 4.3 discorre sobre a inserção de Lima e Callao na competitividade internacional das cidades, a partir de sua eleição como cidade-sede do Pan-2019, no ano de 2013. Desse modo, evidencia-se que os megaeventos esportivos gerarão contradições nos processos de urbanização, adotando a governança empreendedora neoliberal (HARVEY, 1996; 2005; THEODORE; PECK; BRENNER, 2009; RIBEIRO; SANTOS JUNIOR, 2015), empregando o planejamento estratégico como instrumento urbano (NOVAIS, 2003; VAINER, 2000) e o *marketing* urbano como ferramenta (SANCHÉZ, 1999; SÁNCHEZ, BROUDEHOUX; 2013), sustentados pelas coalizões políticas e arranjos institucionais para a realização do evento.

No Capítulo 5, pondera-se sobre as infraestruturas urbanas realizadas através da valorização imobiliária orientada pelo mercado com parcerias entre o setor público e o privado (PPPs). Evidencia-se a implementação de parcerias nos investimentos privados e estrangeiros por meio de políticas urbanas do Estado orientadas para o mercado e para a especulação imobiliária. Considera-se a criação de centralidades urbanas consequentes da governança empreendedora neoliberal, que é amparada pelas coalizões e arranjos institucionais e fundada pelas novas parcerias entre o capital privado e o Estado.

Vale ressaltar que o principal ator para sediar os Jogos, assim como das políticas territorializadas, é o Estado nacional (HARVEY, 1996; 2005; 2014), dado que este promove a inserção das cidades de Lima e Callao no mercado global. Nesse sentido, o tópico 5.1 dialoga com o conceito de “ajuste espacial” ou ordenação espaço-temporal de Harvey (2005; 2013), considerando os experimentos neoliberais criadores de novas condições para a acumulação do capital, decorrentes do empreendedorismo urbano e da urbanização neoliberal. Evidencia-se que os ajustes espaciais se expressariam pela reconfiguração espacial de determinadas zonas das cidades de Lima e Callao. Constata-se que as reconfigurações espaciais

se legitimam pelo discurso da realização do megaevento esportivo e dos legados outorgados para as cidades.

No tópico seguinte, o 5.2, percebe-se que, no ano de 2016, foram contratadas empresas internacionais para a *Elaboración del Plan Maestro de los XVIII Juegos Pan-americanos y VI Juegos Parapan-americanos Lima 2019*. Desse modo, posicionam-se os principais atores na realização de um plano urbano estratégico (SÁNCHEZ, 1999; VAINER, 2000; NOVAIS, 2003), que levou às revitalizações urbanas e à construção de infraestrutura urbana, seguindo as demandas do *Proyecto Especial* e da ODEPA. Nessa conjuntura, o tópico 5.3 expressa os novos modelos de gestão urbana realizados nas cidades estudadas quando discorre sobre o uso das atuais ferramentas empresariais constituidoras da produção das infraestruturas e dos ajustes espaciais, por meio de acordos internacionais na gestão urbana e acordos bilaterais entre o Peru e a Grã Bretanha, submetendo o acordo de Governo a Governo (G2G) para o contrato com empresas privadas através das contratações conhecidas como *Nuevos Contratos de Ingenieria* (NEC). Adicionalmente, percebe-se a utilização de diversas ferramentas, como a *Ley de Contrataciones del Estado* ou *Ley nº 30.225*, a Gestão por Resultados (GPR), as Obras por Impostos (Oxl) e as Parcerias Público-Privadas (PPPs). Analisam-se a realidade do setor público na interação com o setor privado e as políticas voltadas para a lógica privada, colocando-se paradigmas privados e gerenciais na gestão das cidades.

Para finalizar, as considerações finais apresentam as principais consequências neoliberais implementadas nas cidades de Lima e Callao, à luz das considerações e da difusão da governança empreendedora neoliberal para a realização do megaevento esportivo.



## **2 GLOBALIZAÇÃO, GOVERNANÇA URBANA NEOLIBERAL E MEGAEVENTO ESPORTIVO**

O presente capítulo versa a respeito dos novos padrões de governança urbana usados pelos governos locais e nacionais, que são sustentados por projetos urbanos neoliberais na realização de megaeventos esportivos. Trabalharemos com a literatura crítica sobre a globalização, a neoliberalização e a mercantilização, dado que existe nexos entre as premissas.

As três dinâmicas funcionam concomitantemente, estando, por conseguinte, presentes na realidade e no desenvolvimento do capitalismo atual. Assim, o primeiro tópico fala sobre a globalização e os processos das transformações econômicas globais a partir da década de 70, como a inserção da América Latina na globalização. Em um segundo momento, descreve-se a neoliberalização das cidades, inserindo uma discussão sobre os processos de urbanização neoliberal. Após fazer essa análise, argumenta-se que o urbanismo neoliberal faz parte de estratégias de governança neoliberais. Estas realizam transformações e revitalizações urbanas provocadas pelos megaeventos esportivos, portanto, para melhor compreender esse tipo de governança, dialogamos com a teoria de Harvey (2005) sobre a governança empreendedora neoliberal. Para finalizar o capítulo, analisaram-se estudos de referência, em que se manifestam diversas formas de desigualdades sociais, econômicas e ambientais oriundas dos megaeventos esportivos.

### **2.1 Transformações econômicas internacionais a partir de 1970**

No últimos anos, vem-se delimitando a globalização neoliberal urbana como forma de organizar o pensamento sobre o funcionamento do mundo, sendo, dessa maneira, concebida como vocabulário. Assim, argumenta-se que entender esse processo global neoliberal faz parte do desenvolvimento capitalista. Com isso pretende-se entender as razões pelas quais a acumulação capitalista teve dimensão espacial geográfica, sendo concebida pela reorganização espacial e pelo desenvolvimento geográfico desigual (HARVEY, 1996; 2005).

Neste tópico serão analisadas as transformações das condições de reprodução do capital pelas quais passou o mundo ocidental a partir da recessão de 1973: a desindustrialização, o desemprego dispersado e a austeridade fiscal em diferentes níveis, tanto local quanto nacional, somados a um apelo a uma racionalidade na lógica de mercado e privatização que fizeram com que governos urbanos, com crenças políticas e beneficiados de poderes legais, adotassem uma direção similar. Ademais, a ênfase da ação local para resolver as incertezas econômicas parece ter a ver com a capacidade decrescente do Estado em controlar fluxos financeiros das empresas internacionais. Dessa maneira o investimento passa a ser uma negociação entre o capital financeiro global, os poderes locais e o capital privado, em virtude de atrair atrativos locais para o desenvolvimento capitalista (HARVEY, 1996).

Cabe ressaltar que a difusão de um novo padrão de governança empreendedora ou de empreendedorismo urbano teve, a partir da crise do petróleo, um importante papel na transição da dinâmica do capitalismo do regime fordista keynesiano de acumulação para um regime de acumulação flexível. Para isso, foi realizada uma análise da transformação no modo de produção do capital, ou seja, a mudança do regime de acumulação fordista para o regime de acumulação flexível (HARVEY, 1992).

Sabe-se que a crise do fordismo se iniciou em meados de 1973, mas, é importante dizer que os primeiros problemas econômicos do modo de acumulação aconteceram ainda na década de 1960, após a recuperação econômica da Europa Ocidental e do Japão, quando os seus mercados internos estavam saturados, e os seus mercados de exportação começaram a circular para obter excedentes de capital. No entanto, o declínio da produtividade e da lucratividade das empresas, após 1966, marcou o início do problema fiscal dos Estados Unidos, solucionado somente com a aceleração da inflação, que começou a enfraquecer o papel do sistema financeiro. Como consequência, o dólar americano passou a ser a moeda de reserva internacional estável (HARVEY, 2014a).

Esses problemas se evidenciariam entre 1965 e 1973, com a rigidez nos mercados e nos contratos de trabalho. Então, como menciona Harvey (2014a, p. 135), tornou-se “[...] cada vez mais evidente a incapacidade do fordismo e do keynesianismo em conter as contradições inerentes ao capitalismo”, ou seja, os

problemas de rigidez na produção começariam a restringir a expansão da base fiscal para os gastos públicos, e, assim, inicia-se uma rápida tentativa de recuperar a economia, a partir da impressão de moeda. No entanto, ao contrário do que se pensava, essa prática acabou causando ondas inflacionárias nos países do hemisfério norte (HARVEY, 2014a).

A deflação severa causou profunda crise fiscal e de legitimação, o que levou a novas estratégias corporativas para a reestruturação produtiva. O resultado foi o aumento das forças produtivas mediante a intensificação e reestruturação do controle do trabalho, bem como o aprimoramento da automatização na procura de novas linhas de produtos e de nichos de mercado para serem desenvolvidos, além de mercados que fossem especializados e de pequena escala. Do mesmo modo, buscava-se a redução do tempo de giro do capital em relação à redução do tempo útil dos produtos através de ferramentas estratégicas, como o *marketing*, que induz e pauta as necessidades de consumo. Tudo isso, então, enquanto se procuravam novas formas de organização, como o *just in time*, baseadas em economias de escopo, em oposição às economias de escala da produção fordista, que precisam da redução do tempo de giro do capital para áreas controladas através da dispersão geográfica com o controle das forças produtivas (HARVEY, 2014a).

Além da crise financeira causada pela estagflação, aconteceu também a crise do petróleo desencadeada pelos países membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). Estes decidiram aumentar os preços e embargar o petróleo árabe para o Ocidente durante a Guerra do Yom Kippur, em 1973. Vale ressaltar que a ajuda dos Estados Unidos e de outros países a Israel durante a Guerra Árabe determinou uma alta considerável nos preços internacionais do petróleo. Além disso, em similitude com o período de transição do regime de acumulação, houve o aumento do custo do insumo de energia, representando um marco no período de transição do sistema de acumulação.

O insumo de energia é sensível e essencial no setor de produção e, ante o aumento do custo do insumo, condicionou os países centrais a não suportarem a produção em massa e a rigidez do fordismo, dado que a crise do petróleo agitou o custo energético da produção. Como resultado, o mercado se retraiu e gerou dificuldades nos níveis de produção e, como consequência, problemas no

investimento de capital constante e de capital variável que se vinculavam à produção massiva e de longo prazo.

Dessa forma, realizar a abordagem histórica significa explicar as contradições econômicas e sociais que resultaram na crise a partir da década de 1970, um período importante de transformações significativas e evidentes no que se refere ao regime de acumulação capitalista. Foi durante esse período que o outrora regime fordista-keynesiano encontrou os seus limites, finalizando uma fase de importantes reformas e reestruturações estatais, que permitiram a criação de condições para um novo regime de acumulação.

Como decorrência dos princípios estabelecidos após a guerra, o regime de acumulação fordista-keynesiano se espalhou como prática interestatal nos países centrais do capitalismo até então, de forma particular nos Estados Unidos e na Europa Ocidental, emergindo depois com forte repercussão em países economicamente subdesenvolvidos, os chamados “de Estado” em fase de capitalismo e industrialização tardia e periférica. A sua doutrina tinha como ímpeto e força motriz promover políticas macroeconômicas e economias de escala, exigindo que o Estado criasse e fortalecesse os sindicatos dos trabalhadores, estimulando principalmente os investimentos de origem estatal (HARVEY, 2014a).

O fortalecimento dos sindicatos era crucial para um acordo, consolidando as lutas de classe dos trabalhadores no setor de administração operacional, mas se constitui em um obstáculo para a reprodução do capital. As instituições estatais, que anteriormente garantiam a união dos sindicatos de trabalhadores como principal ferramenta ante a resistência contra o capital, pareciam, então, ter perdido a função de permitir a expansão da acumulação de capital. Em outras palavras, adotar um modo de acumulação flexível de capital seria solução para os capitalistas superarem a crise da inflação e, com isso, atingir a maior taxa de lucros, o que se torna o elemento central e motor de todo modo de acumulação. Em seguida, a discussão seria sobre a perda do domínio econômico do Estado. Por que mantê-lo como ator principal da produção? Assim, o modo de acumulação flexível precisava diminuir os custos de produção, reduzindo o fluxo de capital constante e variável.

De fato, se o ciclo expansionista do modelo fordista de desenvolvimento econômico capitalista entrou em colapso em 1973, o Estado era incapaz de regular o mercado e a transição para um novo regime de acumulação, que definiu as novas

formas de regular o capital, os mercados e as forças produtivas. É por isso que esse modo de acumulação se baseia na necessidade da desregulamentação tributária, mercadológica e trabalhista. O mercado passa a ser dominado pela especulação e não pode mais sustentar a antiga produção em massa, constituindo-se em um mercado instável e flexível, baseado nas exigências de consumo (HARVEY, 2014a).

Pode-se dizer que a acumulação flexível passou a ser constituída pelo capitalismo como a nova forma de superar as suas próprias crises cíclicas e contradições, pois, dessa forma, permitia a reprodução do capital com a concentração da acumulação nas mãos das elites capitalistas. Portanto, a acumulação do capital ocorreu, ao longo de sua história, seguindo a lógica da acumulação e da concentração desde as revoluções comerciais e industriais. Ao contrário da acumulação do fordismo baseada na rigidez, a acumulação, a partir desse momento, passa a ser flexível sob as mesmas características do mercado, de modo que o processo de produção da utilização e da exploração da força produtiva deve ser também flexível. Para dar continuidade a esse tipo de acumulação, é necessário, porém, flexibilizar a legislação e impor a desregulamentação do ordenamento jurídico do perfil rígido. Em outras palavras, a acumulação flexível surge como estratégia corporativa que visa resolver as condições críticas do desenvolvimento capitalista na fase de crise estrutural do capital, caracterizada pela crise de sobreacumulação, da globalização financeira e do novo imperialismo. Portanto, esse modelo de acumulação estabelece uma nova força motriz de expansão da produção de mercadorias, além de vantagens comparativas na concorrência internacional, acarretando uma nova base tecnológica, organizacional e metabólica para a exploração da força produtiva. De acordo com Harvey, a acumulação flexível:

[...] é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças nos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores, como em regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego chamado “setor de serviços”, bem como, conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas [...]. Ela também envolve um novo

movimento que chamarei de 'compressão do espaço-tempo' no mundo capitalista (HARVEY, 2014a, p. 140).

As políticas de liberalização, de desregulamentação do mercado, de desregulamentação agrícola, de redução de gastos públicos, da privatização dos serviços públicos, dentre outras condições, foram implementadas com o intuito de incentivar o ressurgimento da concentração do capital liderada pela crise, transformando o processo acumulativo em caráter qualitativo. Entretanto, o principal destaque e característica seria o atual processo de financeirização da economia global, de modo que a acumulação passou a ocorrer também dentro do seu próprio circuito financeiro, ou, melhor ainda, o capital financeiro começou a produzir o seu próprio valor, proporcionando maior autonomia que no anterior modo de acumulação.

A transformação ocorrida na reprodução do capital entre 1970 e 1990 levou ao supracitado ajuste da estrutura produtiva e a neoliberalização, que desmantelaram o outrora regime de acumulação fordista-keynesiano. Em outras palavras, um dos efeitos visíveis foi a transformação financeira, que deixou de desempenhar a função de coordenação. Harvey (1992) usa a categoria "espaço-temporal" do processo de circulação de capital para explicar o ganho de autonomia no ciclo de circulação.

Na atual fase, contudo, o que importa não é tanto a concentração de poder em instituições financeiras quanto a explosão de novos instrumentos e mercados financeiros, associada à ascensão de sistemas altamente sofisticados de coordenação financeira em escala global (HARVEY, 2014a, p. 181)

Da mesma maneira, nota-se que existe uma nova relação entre finanças e a redução do capital, de modo que duas conclusões principais são verificadas (HARVEY, 2014a). Em primeiro lugar, caso se queira encontrar algo verdadeiramente único, que se oponha ao capitalismo usual na situação atual, deve-se concentrar nos aspectos financeiros das organizações capitalistas e no papel do crédito. Em segundo lugar, deve-se entender que, se o atual regime de acumulação tiver alguma estabilidade a médio prazo, provavelmente serão encontrados elementos na nova rodada concernente às formas de reparos temporal e espacial.

Para se aproximar à globalização na América Latina, usam-se estudos de Martins (2011), que analisa os ciclos longos que se caracterizam pelo estudo do estabelecimento de um poder hegemônico nas zonas periféricas e semiperiféricas. Trata-se da hegemonia manifestada, portanto, no continente latino-americano. Essa hegemonia se dá pela dependência (MARINI, 1991) na divisão internacional do trabalho e pelo papel histórico reservado para as sociedades da América Latina, constituindo, porém, amálgamas de territórios nacionais e de populações cujo destino é a produção de mais-valia para os países centrais.

Martins (2011) destaca que as empresas globais<sup>5</sup> são uns dos principais atores da globalização, gerando diversas contradições no capitalismo atual. Ele argumenta que as contradições se manifestam nas inovações tecnológicas, repelindo os trabalhadores do mercado de trabalho, destruindo os capitais médios e pequenos, tanto no centro quanto na periferia capitalista. As empresas globais envolvem-se em uma competição acirrada e veem suas inovações disseminadas entre os seus concorrentes empresariais, resultando na redução de suas margens de lucro, tendo como uma das possíveis alternativas frente ao decréscimo dos lucros, na era da globalização, a superexploração do trabalho, em outras palavras, um alto número de desemprego e subempregos na periferia que se incorpora à realidade social dos países centrais.

As crises no hemisfério norte, na União Europeia e nos Estado Unidos parecem mostrar uma evidência das contradições do capital, da globalização tecnológica e da economia. De acordo com o pensamento teórico marxista usado pelo autor, nota-se que essas contradições se dão entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção. As profundas crises mundiais capitalistas têm duas dimensões evidentes: (1) ou se apresentam as tendências privatistas e socialmente excludentes, que são promovidas pelas grandes empresas globais, onde seus Estados nacionais se baseiam na lógica de políticas de cunho fascista; e (2) as políticas que se orientam na construção de um amplo leque de forças sociais articuladas no centro e na periferia do globo, as quais têm como vocação superar a ordem vigente, a partir do movimento contrário ao sistema

---

<sup>5</sup> De acordo a Martins (2011, p. 15), “as corporações multinacionais se transformam em empresas globais/rede ou *tecnobergs* e atuam em escala global, em conjunto com os fundos de investimento e de pensão e os grandes bancos, condicionando as políticas estatais a seus objetivos de rentabilidade. Os direitos trabalhistas e de proteção social se tornam obsoletos”.

capitalista, principalmente a sua vertente neoliberal. Portanto, de acordo com Martins (2011), os países da América Latina, com as suas especificidades e tempos históricos, têm construído esforços pós-capitalistas, com governos nacionalistas e de esquerda nos países como Venezuela, Bolívia e Equador. Por conseguinte, generalizam-se esses padrões de política, economia e democracia como dimensões representativas da soberania.

Segundo Martins (2011), a superexploração do trabalho, na América Latina, geralmente é absorvida e integrada pelos países centrais capitalistas, baseando-se fundamentalmente na sua liderança científica, tecnológica e econômica, que é efetivada de acordo com as suas corporações multinacionais. De tal forma, as multinacionais, dotadas de grande capital e domínio tecnológico, ainda que com ampla capacidade operacional internacional, constituem uma competição prejudicial e desvantajosa para as pequenas e médias empresas, o que normalmente é destrutivo para estas. Adicionalmente, as corporações multinacionais fornecem bens e insumos em condição de oligopólio, de modo que os preços das mercadorias e dos bens seja superior ao seu valor de produção, assim, os custos elevados costumam ser repassados para os pequenos e médios capitalistas, normalmente, em atividades que são restritas aos mercados nacionais, os quais veem a sua própria mais-valia reduzida. A solução encontrada é reduzir os salários, gerando a precarização e instabilidade do trabalhador nas regiões periféricas da América Latina, que possuem recursos reduzidos pelo vasto contingente de subemprego e desemprego, pois os salários são inferiores às suas necessidades de consumo, limitando o poder econômico dessa classe trabalhadora. Esse fenômeno gera desigualdades sociais e encolhimento do mercado consumidor interno nos processos de expansão nas sociedades periféricas. A produção das corporações multinacionais visa que seu mercado consumidor seja o de médio e alto padrão, portanto, a superexploração do trabalho é típica da América Latina, pois não há investimentos de longo prazo na qualificação profissional, assim como na formação mais ampla da força de trabalho.

Entre outras iniciativas para sair da dependência, analisa Martins (2011) que, por um lado, há a necessidade de valorização dos trabalhadores, por meio da qualificação profissional e do aumento da qualificação acadêmica, variáveis que afetam diretamente a definição dos salários. Por outro lado, deve-se apoiar e investir



substancialmente na pesquisa e inovação, promovendo o domínio da base de conhecimento científico e tecnológico que rege as economias atuais em países da América Latina. Ambas as medidas não possuem o potencial para ser concebidas no sistema atual globalizado, já que surgem dentro do sistema econômico atual. A metodologia enfatiza numa série de condições históricas, políticas e econômicas, afinal, a liberdade de escolha e a vontade política das majorias desempenham um papel decisivo na superação da dependência. Em Martins (2011), portanto, pode-se registrar uma contribuição da obra para o entendimento dos desafios latino-americanos, assim como para a reflexão sobre os eventuais caminhos a tomar pelos povos do continente, a partir de nossa condição periférica.

## **2.2 Neoliberalização das cidades**

Neste tópico será feita uma discussão sobre o neoliberalismo e a urbanização neoliberal como processo urbano. Acredita-se que há uma relação intrínseca entre a ascensão do neoliberalismo nos países centrais e a adoção de um novo padrão de governança empreendedora. Nesse sentido, destacam-se as transformações urbanas provocadas pelos megaeventos esportivos, que seriam concebidas pela difusão de um tipo de governança das cidades-sede, apresentando características similares da governança das empresas privadas, próximo a uma governança empresarial, cuja relação se dá pelo capital privado e pelo papel ativo do Estado na promoção das revitalizações urbanas. Dessa forma, evidencia-se a implementação de parcerias nos investimentos privados e estrangeiros por meio de políticas urbanas do Estado orientadas para o mercado e para a especulação imobiliária.

Assim, abordaram-se discussões teóricas sobre a relação entre neoliberalismo e o espaço urbano, procurando superar a ideia do neoliberalismo como ideologia. Para isso, propõe-se usar no início o conceito de neoliberalismo realmente existente (THEODORE; PECK; BRENNER, 2009), com foco nos processos inseridos nos contextos sociais, econômicos e políticos constituídos, os quais são definidos por estruturas institucionais herdadas e expressados em processos de transformação econômica, social e espacial, com especificidades históricas para o desenvolvimento do capital, ademais sendo intrinsecamente

divergentes, ao contrário de um conjunto de políticas coerentes, formas ideológicas ou estruturas regulatórias.

Desse modo, esse tipo de gestão e desenvolvimento urbano se insere no contexto do urbanismo neoliberal, no qual proliferam espaços privados associados às mudanças territoriais mediante a desregulamentação estatal e a promoção de novas rodadas de mercantilização dos territórios. Essas transformações são alcançadas através de coalizões entre atores estatais, investimento privado, proprietários do uso do solo e agentes imobiliários que, a partir das mudanças nos territórios, lograram consolidar mercados de bens e serviços de escala global, potencializando, sobretudo, a rentabilidade nos diferentes espaços das cidades, para maximizar as mais-valias, gerando maiores desigualdades socioespaciais<sup>6</sup> (HARVEY, 2007).

Segundo esse raciocínio, a respeito das transformações urbanas realizadas a partir do urbanismo neoliberal que aconteceram para sediar diversos megaeventos esportivos no Rio de Janeiro, Ribeiro e Santos Junior (2015) apontam que essa forma de gerar cidades neoliberais precisa ser explicada como parte do processo dos acordos espaciais e institucionais que são favoráveis ao mercado. Esses processos são feitos de acordo com contextos específicos à estrutura socioespacial. Portanto, o neoliberalismo deve ser entendido como um processo maior de transformação da ordem urbana, como, por exemplo, a criação de novos meios favoráveis para disseminar e legitimar a orientação pró-mercado nas instituições e nas sociedades.<sup>7</sup>

Da mesma forma, o neoliberalismo como ideologia se aderiu às esferas públicas e políticas, controlando livremente as mudanças institucionais e gerando um Estado flexível, em conformidade com as decisões dos atores privados e grupos

---

<sup>6</sup> Nesse sentido, como se verá mais adiante, essa difusão de governança empresarial seria mais aplicada zonas das cidades ou lugares apropriados para atrair capitais privados, deixando de lado a totalidade do território, podendo gerar desigualdades socioespaciais. Ademais, poderia gerar processos de abandono em zonas negligenciadas. Dessa forma, observa-se que “a governança urbana se orientou muito mais para a oferta de um ambiente ‘favorável aos negócios’, e para a elaboração de todos os tipos de chamarizes para atrair esse capital à cidade” (HARVEY, 2005, p. 179).

<sup>7</sup> Nesse aspecto, pode-se argumentar que o neoliberalismo como ideologia, a competição interurbana e a difusão de um novo padrão de governança urbana ofereceriam novas dinâmicas e questões para as cidades. Nas palavras de Harvey (2005, p. 180): “[...] abriram os espaços urbanos dos países capitalistas avançados a todos os tipos de novos padrões de desenvolvimento [...] a ênfase na criação de um ambiente favorável para os negócios acentuou a importância da localidade como lugar de regulação concernente à oferta de infra-estrutura, às relações trabalhistas, aos controles ambientais e até à política tributária em face do capital internacional”.

de interesse, dominando as forças produtivas e do mercado e apresentando, também, a expansão das relações capitalistas que abrangem escalas e territórios. Nesse sentido, as transformações urbanas resultam da governança urbana empreendedora neoliberal (HARVEY, 1996; 2005), da mercantilização do espaço público e de novas formas de produção imobiliárias, ocasionando mudanças significativas na estrutura física e social das cidades-sede.

As particularidades nos processos urbanos se acentuam e tomam distinção como resposta à crise do fordismo e do Estado de bem-estar social a partir da mudança do modo de produção capitalista propriamente dito, o novo modo de acumulação flexível. No entanto, cabe mencionar que as cidades se tornam o objeto das transformações urbanas devido às diversas reestruturações que trouxeram a globalização neoliberal, como as reestruturações econômicas e as governanças das cidades, que, por meio de políticas de desenvolvimento urbano, estabelecem-se em condições mais dinâmicas nos processos entre o mercado e o Estado (HARVEY, 1989).

O neoliberalismo parte como o “antídoto potencial” para as ameaças na ordem social e capitalista e, portanto, como uma possível solução aos problemas do capitalismo.<sup>8</sup> No início da década de 40, sob a liderança de Friedrich Hayek e um grupo reduzido de pesquisadores,<sup>9</sup> o neoliberalismo se estabeleceu enquanto modelo político-econômico cuja premissa versava que os indivíduos precisam satisfazer as suas necessidades essenciais a partir da sua independência, ou seja, através da capacidade individual de desenvolver atividades econômicas.<sup>10</sup> O neoliberalismo precisa abolir os obstáculos que impedem a livre circulação do capital e do comércio e a privatização dos bens públicos, além da flexibilidade laboral e a

---

<sup>8</sup> Vale ressaltar que a doutrina neoliberal, de acordo com Harvey (2007), opõe-se profundamente às teorias intervencionistas do Estado, como, por exemplo, a de John Maynard Keynes, que ganharam força na década de 1930, em resposta à Grande Depressão, após a Segunda Guerra Mundial (HARVEY, 2007).

<sup>9</sup> Explica Harvey (2007) que o neoliberalismo como ideologia teórica teria principalmente economistas e historiadores que se aglutinaram sob a imagem do filósofo político Hayek, para criar a Mont Pelerin Society, nome proveniente do balneário suíço onde se celebrou a primeira reunião do grupo liberal em 1947. Nesse grupo encontravam-se também Ludwig von Mises, Milton Friedman, entre outros.

<sup>10</sup> Descreviam-se como liberais, devido a seus compromissos com os ideias da liberdade individual. A etiqueta neoliberal se adere aos princípios de mercado livre estabelecidos na economia neoclássica que emergiu na segunda metade do século XIX, mediante os trabalhos de Alfred Marshall, William Stanley Jevons e Leon Walras, com o intuito de deslocar as teorias clássicas de Adam Smith, David Ricardo e Karl Marx. Não obstante, tomam a teoria de Adam Smith que argumenta sobre a mão invisível do mercado, justificando que este seria o melhor mecanismo para mobilizar os instintos mais profundos do ser humano (HARVEY, 2007).

especulação da oferta e demanda para a fixação de preços de qualquer bem ou serviço. Soma-se isso a ideologia neoliberal que se sustenta no reconhecimento de mercados não regulamentados e sem ingerência estatal, da mesma forma que a competitividade passa a ser o mecanismo mais adequado para o desenvolvimento econômico (HARVEY, 2007).<sup>11</sup>

Muitos autores críticos abordaram análises sobre o neoliberalismo. Como é descrito por Peck, Theodore e Brenner (2012), o neoliberalismo das décadas de 40, 50 e 60 tinha caráter crítico às estratégias de ordem do Estado keynesiano. Por enquanto, a sua natureza utópica falava sobre o livre mercado, desvinculando-se das análises do poder estatal em vez de entendê-lo como arena de conflitos de distintos interesses particulares. Para isso, é pertinente analisá-lo como um conjunto de estruturas, atores e procedimentos que se inserem no modo de produção capitalista.

Alguns autores analisam que o neoliberalismo se iniciou através do golpe de Estado liderado por Pinochet, no Chile, em 1973. Outros autores mencionam que foi fundado nos governos conservadores que estabeleceram políticas neoliberais na década de 70, como o caso emblemático de Margareth Thatcher<sup>12</sup>, na Inglaterra, em 1979, assim como a ascensão de Ronald Reagan<sup>13</sup>, nos Estados Unidos, em 1981. O hemisfério norte e, ainda mais, a América do Norte começam uma integração comercial em nível continental, delimitando o fenômeno de maior impacto de

---

<sup>11</sup> Destaca-se, por conseguinte, que a ideologia neoliberal se opõe às teorias em torno do planejamento estatal centralizado, dado que, para eles, as decisões estatais na forma de investimento e como ator principal da acumulação capitalista atua erroneamente, visto que as soluções do Estado são contraproducentes e lentas em relação às possíveis soluções do mercado.

<sup>12</sup> De acordo com Harvey (2007), Thatcher entendeu que as medidas tratavam de uma revolução de políticas fiscais e sociais, mostrando determinação em acabar com as instituições e canais políticos do Estado consolidado na Grã Bretanha depois de 1945. Dessa maneira implicou enfrentar os sindicatos, atacar as formas de solidariedade social que entorpeciam a flexibilidade competitiva, desmantelar os compromissos do Estado de bem-estar social, privatizar as empresas públicas, reduzir impostos, incentivar a iniciativa privada empresarial e criar um clima favorável para os negócios.

<sup>13</sup> A vitória de Reagan sobre Carter em 1980 foi determinante. Os assessores de Reagan estavam convencidos que a economia monetarista de Volke – renovado no cargo de presidente da Reserva Federal – estava doente e paralisada e que era necessário proporcionar apoio político através da desregulamentação, redução de impostos, recortes nos gastos públicos e ataque os sindicatos. Os impactos nas forças produtivas foram espetaculares. O salário-mínimo federal, que se mantinha nos níveis de pobreza de 1980, teve uma queda de 30%. A política de desregulamentação de todas as áreas abriu novas zonas de liberdade de mercado para novos interesses corporativos. As isenções fiscais para os investimentos foram, portanto, um modo de subvencionar a saída de capital do nordeste e meio-oeste do país, que tinha altos índices de afiliação fiscal, para zonas com poucos sindicatos e com débil regulação do sul e oeste (HARVEY, 2007).

hegemonia dos Estados Unidos e do novo imperialismo impulsionado por distintos governos (HARVEY, 2007).

Portanto, menciona-se o surgimento do neoliberalismo no hemisfério norte a partir de 1970 como resposta ao declínio da rentabilidade das indústrias de produção massiva fordista e às crises do Estado de bem-estar social keynesiano. Esse projeto, no entanto, encontrou brechas nos deslocamentos estruturais e falhas macrorregulatórias nos anos de 1970, no momento de crise do modo de produção fordista, quando o neoliberalismo aproveitaria para explorar a situação. Assim, podemos entender que o neoliberalismo é tido como uma teoria da crise (PECK; THEODORE; BRENNER, 2012).

Nesse sentido, a lógica neoliberal avançou com um conjunto de políticas orientadas ao mercado e à competição interurbana, assim como à transformação de todos os bens e serviços da sociedade em *commodities*. Para atingir essa mudança, a lógica neoliberal é baseada na desregulação do controle do Estado sobre as indústrias, do mesmo modo que a ofensiva radical para a desorganização do trabalho ou de sindicatos, com a redução de impostos corporativos, privatização dos recursos e serviços públicos, restrição de programas de bem-estar social e ampliação de mobilidade de circulação de capital internacional, cuja consequência é o crescimento da competição entre as localidades (THEODORE; PECK; BRENNER, 2009). Funda-se, porém, o esquema que dá firmamento à coerção para reformar as políticas fiscais e sociais, e seu interesse é aumentar a competitividade entre territórios, criando um clima propício para os negócios e para a reprodução do capital<sup>14</sup> (HARVEY, 2007).

Dessa maneira, as décadas de 1980 e 1990 foram marcadas pela consolidação neoliberal como principal sistema de reprodução do capital em diferentes contextos, como, por exemplo, no hemisfério sul a partir da implantação das políticas neoliberais, com o caso emblemático do Chile e, depois, com ideias similares às de Thatcher, que se instauraram no continente latino-americano (HARVEY, 2007). Portanto, a relação entre a redução do poder estatal, financiamento de austeridade a serviços públicos e a competição interurbana no sentido mercadológico permitiu que o neoliberalismo se fixasse como forma

---

<sup>14</sup> Cabe mencionar que o mercado representado em termos ideológicos seria compreendido como viés para a consolidação monopolista, pois os impostos sobre as empresas se atenuaram (HARVEY, 2007).

dominante global do capital, tanto ideológica quanto politicamente (THEODORE; PECK; BRENNER, 2009).

Entendendo o neoliberalismo de acordo com seu status territorial, o sistema neoliberal passa pelo debate emergente de um pós-neoliberalismo e de sua crise. Em Peck, Theodore e Brenner (2012), podemos verificar que a crise financeira do ano 2008 ocasionou problemas no sistema neoliberal, causando “um repúdio explícito, por todo o espectro político, ao credo do livre mercado; a encenação de atos de contrição e *mea culpa* públicos” (PECK; THEODORE; BRENNER, 2012, p. 59), já que as crises anteriores foram resolvidas com ajustes estratégicos no sistema e nos discursos, minando, portanto, a legitimidade política da lógica do mercado e da capacidade administrativa do neoliberalismo.<sup>15</sup>

Por tudo isto, Peck, Theodore e Brenner (2012) refletem sobre a condição analítica e política do neoliberalismo: a crise do neoliberalismo “pode ter chegado antes mesmo que uma definição consensual do significado do termo estivesse disponível” (PECK; THEODORE; BRENNER, 2012, p. 60). Adicionalmente pretendem entender o significado e as consequências da neoliberalização como um projeto de transformação socioespacial. Contudo, momentos de crises vislumbram a natureza da neoliberalização como um “regime adaptativo de governança socioeconômica” (PECK; THEODORE; BRENNER, 2012, p. 60). Por conseguinte, o tema trata do desenvolvimento espacial desigual que se sugere como eixo central para compreender além da forma socioespacial do neoliberalismo. O que Peck, Theodore e Brenner (2012) constata é a forma como a necessária incompletude do neoliberalismo como processo social tem exacerbado a análise da hegemonia do projeto e que os inconvenientes políticos estão fadados a serem insolúveis. Dessa forma, o neoliberalismo se explicou como infame há certo tempo ou período pelo fato de que sempre está em formas contingentes e combinações híbridas, o que resultaria em duas apreciações. Temos, por um lado, os que especificam as características hegemônicas de neoliberalização, autonomia relativa e a possibilidade de formas extraneoliberais. Por outro lado, há os que salientavam, com a mesma

---

<sup>15</sup> Em conformidade com os autores, “o projeto intelectual do neoliberalismo pode estar praticamente morto, mas como modo de governança resultante de crises, poderia estar entrando em sua fase de morto-vivo, animada por formas tecnocráticas de memória muscular, profundos instintos de autopreservação e explosões espasmódicas de violência social” (PECK; THEODORE; BRENNER, 2012, p. 70).

insistência, os limites e exceções e alternativas à regra neoliberal, reconhecendo seus processos incompletos, ou seja:

[...] alguns, aparentemente estavam inclinados a enxergar o copo meio vazio (focando processos de uma neoliberalização furtiva, mas jamais completa). Enquanto outros viam o copo meio cheio (focando a resiliência, autonomia relativa e o potencial de formas *extra neoliberais*). A incompletude necessária do neoliberalismo como processo social assegurava que as questões analíticas e políticas em torno da hegemonia, ou o contrário, do projeto estavam destinadas a permanecer sem solução (PECK; THEODORE; BRENNER, 2012, p. 61).

Entretanto, para entender o impasse do neoliberalismo, os autores apontam a crise de Wall Street em 2008, comparando-a à queda do Muro de Berlim. Ambos os acontecimentos invocaram a ideia do Big Bang, de um colapso do sistema monolítico. De acordo com Peck, Theodore e Brenner (2012), houve autores que interpretaram erroneamente as crises ao pretender relacionar a queda do muro ao colapso súbito de Wall Street. O neoliberalismo não colapsaria como projeto único, dado que ele não o é, sendo essa uma diferença em relação à queda do Muro de Berlim. Deve-se entender que o neoliberalismo é polimórfico, incompleto e um fenômeno complexo que não existe como uma forma única em diversos países, sendo ele processo cambiante, com profundas incertezas, flexível e de formas híbridas.<sup>16</sup> A crise de 2008 não se tratou simplesmente de uma bolha de crédito que estourou, como argumentam alguns autores, pelo contrário, tratou-se da sentença de ideologia neoliberal adotada pela doutrina de livre mercado. Nesse quesito, Peck, Theodore e Brenner (2012) usam três analogias para explicar as diferenças.

Pode-se dizer sobre a primeira que, enquanto a crise do socialismo de Estado aconteceu por meio do colapso quase concomitante de todo um modelo ideológico, político e institucional, a crise neoliberal, que não pode ser catalisada em um momento singular, teve uma “morte” lenta, que se representou em esforços para reparar de novo o sistema.<sup>17</sup> A segunda reflexão seria a partir da queda do

---

<sup>16</sup> Recomenda-se ver o artigo “Spaces of Neoliberalism: Urban Restructuring in North America and Western Europe”, de Brenner e Theodore, publicado em 2002.

<sup>17</sup> De acordo com os autores, “os atos de abertura da crise remontam, pelo menos, ao colapso inicial dos fundos especulativos da Bear Stearns, com base em hipotecas securitizadas, em julho de 2007. Desde então, vêm sendo caracterizados por uma série sem precedentes de auxílios, pacotes de estímulo, planos de recuperação e reuniões de cúpulas multilaterais, contra um cenário de redução de atividade macroeconômica agora global e sinais, aqui e ali, de ‘recuperação’” (PECK; THEODORE; BRENNER, 2012, p. 65).

socialismo. O que havia do outro lado do muro era a existência de uma coerção agressiva e expansionista do capitalismo e do livre mercado.<sup>18</sup> A terceira ponderação é um reflexo da relação equivocada a respeito do significado da queda do muro de Berlim,<sup>19</sup> uma barreira impermeável entre o neoliberalismo e os seus “outros”, de tal maneira que, conforme se mencionou antes, esse modo econômico de reprodução econômica e social funciona na forma de combinações híbridas, ou seja, age entre os seus “outros”, pois exige uma mudança social existente, mesmo com os que possui relação antagônica.

Assim, o neoliberalismo surge e se funda como uma teoria de crise periódica em relação aos fracassos regulatórios, originando o crescimento furtivo e irregular, conquistando hegemonia através dos processos acumulativos de construção, reconstrução e reação. Em outras palavras, a neoliberalização se construiu ao longo de crises, constituindo-se em uma crença reacionária.

Em síntese, Peck, Theodore e Brenner (2012) concluíram que o pós-neoliberalismo pode acontecer devido ao próprio choque, sendo possível, portanto, a sua destruição. Para isso, requer-se, agora, uma nova ordem política mais humana, pós-neoliberal, que seja regida por outros tipos de interesse. Sem embargo, haveria consequências no neoliberalismo como ordem hegemônica, sendo que não há um único centro de controle ou uma determinada área central, constituindo-se em múltiplos locais e espaços. No entanto, compreender o neoliberalismo é mais do que a evolução contraditória de sua própria crise. Assim, sugere-se entendê-lo por meio das contradições das trajetórias regulatórias e pela intensificação de políticas públicas em diversas escalas, local e nacional, em conformidade com as regras competitivas do regime neoliberal. Porém, indicar o “desenvolvimento desigual do neoliberalismo” não se trata só de algum tipo de variação geográfica, ou de um padrão hegemônico, dominante ou puro, pelo contrário, é um “modo de caracterizar o neoliberalismo como forma de controle via mercado institucionalmente policêntrica e múltipla” (PECK; THEODORE; BRENNER, 2012, p. 72). Nessa perspectiva, deve

---

<sup>18</sup> Como argumentam os autores, “nessa concepção, o ‘neoliberalismo’ não existe como uma estrutura unificada e estática, como um sistema de equilíbrio ou como uma condição final; conseqüentemente, é menos propenso a fracassar em um momento totalizante de colapso. Nesse sentido, a analogia histórica entre o regime institucionalmente centralizado e monológico do socialismo de Estado parece particularmente inapta” (PECK; THEODORE; BRENNER, 2012, p. 66).

<sup>19</sup> Vale salientar que havia uma clara relação entre a formação social em crise e as possibilidades existentes. Na queda do muro, a presença dominante não era simplesmente benigna. Pode-se dizer que expandia agressivamente o capitalismo de livre mercado, moldada ao modelo anglo-americano.



ser entendido então pelos processos de neoliberalização que ocorrem e se articulam de modo desigual, não sendo uma condição temporária, ou um produto de sua institucionalização. Contudo, argumenta-se que a neoliberalização “(re) cria o desenvolvimento desigual” (PECK; THEODORE; BRENNER, 2012, p. 72). Não obstante, pode-se dizer que o livre mercado do século XX provavelmente tinha concepção ideológica, mas sem nenhuma intenção social e econômica realizável. Porém isso nunca levaria a um Estado “omisso” sem embargo, mas a diversos Estados reconstruídos e reorientados, dedicados às tarefas cotidianas da geração de novos mercados, assim como à reestruturação regulatória orientada pela regra do mercado<sup>20</sup>.

A escala econômica do neoliberalismo propõe mudanças relacionadas, principalmente, ao aumento do poder das empresas privadas e à diminuição da interferência do Estado nas dimensões econômica e social. Do ponto de vista econômico, o neoliberalismo avançou significativamente com a implantação da lógica do mercado e com o crescimento da privatização dos serviços públicos em vários países, tanto no norte quanto no sul do mundo. O modelo neoliberal continua buscando alternativas de expansão, e várias políticas de austeridade contribuíram para o apoio ao neoliberalismo mundial. Economicamente, o neoliberalismo encontrou maneiras de se reproduzir e se manter, apesar da geração de formas de resistência social ao modelo, que não impediram sua reprodução (HARVEY, 2007; THEODORE; PECK; BRENNER, 2009).

### 2.2.1 Governança empreendedora

Como ressaltado anteriormente, as transformações urbanas geradas para sediar megaeventos esportivos se consolidam através das decisões dos governos locais e foram realizadas através de políticas de governança urbana empresarial, nas quais se organizam, produzem e gerenciam os espaços públicos urbanos de acordo com o interesse do mercado imobiliário. Dessa forma, as estruturas físicas do

---

<sup>20</sup> A regra do mercado, como argumentam os autores, nunca foi uma questão impositiva, de cima para baixo ou de um padrão regulatório único. Essa aprendizagem é dada a partir de longos processos dentro de uma estrutura orientada pelo mercado de diversas formas. Na sua concepção o neoliberalismo foi criado como uma série de projetos “frouxamente interconectados de reformas radicais”, que seguiam o mercado, cada um dando continuidade a um setor social antiético. Desde esse momento, o neoliberalismo se tornou reconstrutor desses setores (PECK; THEODORE; BRENNER, 2012).

Poder Público e dos bens comuns desses locais são reconfiguradas e substituídas por elementos de consumo. Para explicar esse processo, será analisado o novo padrão de governança empresarial.

É importante entender o empreendedorismo urbano como unidade analítica sobre as revitalizações e transformações urbanas, sob condições da acumulação e das relações sociais capitalistas. Por consequência, esse novo paradigma muda o enfoque do bom gestor dos anos 1970 para um tipo de gestão competitiva e empresarial (HARVEY, 1996; 2005). Em contrapartida, Harvey (1996; 2005) entende que governança administrativista era uma combinação do poder estadual e federal, que relacionava as diferentes formas de organização social, como movimentos sociais, organizações sindicais, igrejas, entre outros, e os interesses privados. Portanto, o “administrativismo” era fundado em um planejamento racional que tinha como objeto o território, que apresentava como característica a reprodução do capital, garantindo a reprodução social. Em consequência, pode-se dizer que essa era uma dupla contradição do modo de produção fordista, que precisava garantir essa dupla reprodução de forma racional.

Nesse sentido, podemos fortalecer e especificar, segundo o raciocínio do autor, que a governança urbana é mais ampla e complexa que o simples significado de governo urbano, uma vez que regular e organizar uma cidade demanda, conseqüentemente, uma série de forças políticas, econômicas, culturais e sociais, que são mobilizadas por diversos agentes sociais, os quais obedecem e se alinham à sua posição na estrutura social, causando diferentes conflitos urbanos que envolvem diferentes interesses (HARVEY, 1996; 2005).

Por conseguinte, pretende-se entender as características e estratégias da governança urbana empreendedora neoliberal. Com base na discussão e em fundamentos de Harvey (1996; 2005), essa nova gestão empresarial pode ser entendida no surgimento das transformações globais nos países centrais na década de 1970, na passagem de um modelo “administrativista” para um modelo empreendedor, em que o anterior era baseado em um objeto concreto: o território.

Contudo, deve-se destacar que a abordagem “administrativista” era caracterizada, na década de 60, como se tivesse um corte temporal na reprodução do capital, desencadeando crises e conseguindo, assim, a ascensão rápida do empreendedorismo urbano como nova forma de governança, efeito manifestado na

transição do capitalismo do regime de acumulação fordista-keynesiano para o regime de acumulação flexível, conforme mencionado no Capítulo 2. No entanto, esse tipo de governança se produz, sobretudo, pelo processo de alianças regionais de classes estabelecidas pelo aparato do Estado, sustentando um novo padrão de governança urbana e de desenvolvimento local/regional/global como instrumento para promover a defesa da diversidade de agentes e classes em um determinado território. Pode-se salientar, então, que há uma “reorientação das posturas das governanças urbanas adotadas nas últimas duas décadas nos países capitalistas avançados. Em outras palavras, a abordagem ‘administrativa’, tão característica da década de 1960, deu lugar a formas de ação iniciadoras e ‘empreendedoras’ nas décadas de 1970 e 1980”<sup>21</sup> (HARVEY, 2005, p. 167).

Harvey (1996; 2005) faz uma crítica à concepção de que a cidade é um ator e considera que os impactos na era da globalização neoliberal não podem ser relacionados aos atributos gerais de cada cidade, mas à cidade como um ator global. Nessa ideia, argumenta-se que a urbanização vai ser vista como processo social do espaço no qual atuam diferentes grupos de interesses, compromissos e que as diversidades de agentes formam diferentes coalizões, como também distintas configurações de práticas espaciais. É nesse ponto que a teoria de Harvey se contrapõe à teoria da cidade como ator global de autores *mainstream*. O autor quer diferenciar a governança do governo, explicando-a como uma forma de governar na qual este interatua com a sociedade e o mercado, em que é apresentada pelo poder de organizar o espaço que tem origens e conflitos. Esse poder de organização vai estar ancorado, vinculado a uma luta de classes, que vai originar a mudança para o empreendedorismo urbano.

A coalizão e as alianças de classes são difíceis de serem constituídas nessa época de globalização. Por isso, esse ambiente de incertezas e dificuldades abre espaços para reforçar os papéis das lideranças pessoais na constituição dessas alianças e coalizões. A possibilidade de reforçar o papel, mediante prefeitos talentosos e líderes carismáticos, reforçaria o de liderança pessoal. Para isso, as “coalizões” são interpretadas como uma forma de interação de poder e da

---

<sup>21</sup> Nessa perspectiva, a análise do autor pressupõe, em particular, que nessas décadas haveria um consenso geral que emerge no mundo capitalista. Nesse sentido, os benefícios positivos se evidenciam nas cidades que adotaram uma postura empresarial e empreendedora em relação ao desenvolvimento econômico. Assim, o consenso seria difundido nas fronteiras nacionais, nos partidos políticos e nas ideologias (HARVEY, 1996; 2005).

administração do território. Pode-se afirmar, portanto, que existe um pacto que junta os poderes públicos (locais, regionais ou supranacionais) a organizações da sociedade civil (sindicatos, igrejas, ONGs etc.) e a interesses privados, para formar coalizões de forças que consigam promover o desenvolvimento urbano. Nas palavras do autor:

[...] numa coalização de forças mais ampla em que o governo e a administração urbana desempenham apenas papel facilitador e coordenador. O poder de organizar o espaço se origina em um conjunto complexo de forças, mobilizado por diversos agentes sociais [...] numa região metropolitana, devemos considerar a formação da política de coalizão, a formação de aliança de classes, como base para algum tipo de empreendedorismo urbano (HARVEY, 2005, p. 171).

Em relação ao Estado, que é um dos atores principais dessas coalizões, porque seus discursos legitimam os megaeventos, Harvey (1996; 2005) entende que ele é diferente dos outros atores, mas, sobre a hegemonia do capitalismo, precisa criar “forças desencadeadoras” para a formação e dissolução de alianças de classes. Para explicar melhor, são enfatizados quatro diferentes papéis do Estado. O primeiro deve ser o seu comprometimento em relação ao território e à integralidade dos indivíduos, ao objetivo da máquina estatal e ao conjunto de funcionários públicos, tendo um grau diferenciado em relação aos outros agentes. Em segundo lugar, como autoridade, o Estado pode agir originando arquitetura de coesões mais firmes e alianças regionais de classes por meio de instituições legais, de participação de repressão e da força militar ou policial em alguns casos. Em terceiro lugar, o Estado pode impor fronteiras relativamente seguras sobre os limites geográficos. E, finalmente, em quarto lugar, o Estado, pelo correspondente poder de decisão, tem a possibilidade de tributar e regular a política fiscal e orçamentária da nação, tendo potencial, então, para estimular a “coerência regional estrutural”<sup>22</sup>, que é causa da produção e do consumo em um determinado espaço, já que o capitalismo é capaz de empreender os investimentos em infraestrutura que os indivíduos são capazes de assumir. Por esses motivos, o Estado consegue se

---

<sup>22</sup> De acordo a Harvey (2005), “[...] o território em que prevalece essa coerência estruturada se define, imprecisamente, como o espaço em que o capital pode circular sem os limites do lucro, com o tempo de rotação socialmente necessário sendo excedido pelo custo e tempo de movimento. Uma definição alternativa seria: o espaço em que prevalece um mercado de trabalho relativamente coerente (o espaço em que a força de trabalho pode ser substituída numa base diária – é um princípio de desagregação espacial muito importante sob o capitalismo)” (HARVEY, 2005, p. 146).

converter no agente primordial para o cumprimento da ideologia nacionalista (HARVEY, 1996; 2005).

Para Harvey (1996; 2005), a governança empreendedora neoliberal possui as seguintes características:

i. a coalizão e as alianças de interesses que sustentam a governança empreendedora neoliberal se fundam na noção da Parceria Público-Privada (PPP). Nessa dimensão, formula-se a ideia de que a administração local deve ser ativa na busca de recursos e de fontes de financiamento do setor privado, criando empregos e novas iniciativas. A administração local deve ser ativa nas parcerias com o setor privado, para alcançar o desenvolvimento econômico local;

ii. a atividade da parceria público-privada com o empreendedorismo, como todas as demais atividades capitalistas, é subordinada ao sentido mercadológico, incorporando-se à ideia de especulação na execução e no projeto. Contudo, essa parceria cria expectativas. Isso significa que o Estado incorpora a expectativa que o setor privado precisa para a especulação dos resultados que estão visando mutuamente, envolvendo riscos<sup>23</sup>, em geral. Assim, estes são absorvidos pelo Poder Público, e o setor privado se beneficia, dando-lhe inseguranças;

iii. o objeto da intervenção da administração empreendedora se desloca do conjunto do território para uma economia pública do lugar, ou seja, projetos econômicos que envolvem serviços básicos, como educação e moradia, não visando o conjunto do território, pelo contrário, concentrando-se nas áreas dos territórios específicos que são capazes de atrair os recursos privados pela administração e, dessa forma, alavancar os desenvolvimentos econômicos, como a intervenção ou construção de parques industriais, ou seja, pode-se pensar na construção de infraestrutura para os megaeventos, mas “o empreendedorismo enfoca mais na economia política do lugar do que o território” (HARVEY, 2005, p. 173). De acordo com Harvey, esse tipo de empreendimento cria “um novo lugar que teve apenas impacto local, não alcançando influência alguma de abrangência metropolitana, e

---

<sup>23</sup> Como Harvey (2005) argumenta, evidencia-se a relação desigual dos riscos, dado que, em muitos casos, o setor público assume os riscos, e o setor privado ficaria com os benefícios. Não obstante, conforme nossa análises nos processos históricos, não devemos generalizar. Sem embargo, como argumenta o autor, “presumo que seja essa característica de assunção de risco pelo setor público local (em vez do nacional ou federal) que diferencia a fase atual do empreendedorismo urbano das fases mais antigas de iniciativa cívica, na qual o capital privado parecia, geralmente, muito menos avesso ao risco (HARVEY, 2005, p. 173).

gerando uma coalização de forças constituída basicamente de incorporadores imobiliários e financistas locais” (HARVEY, 2005, p. 174).

Concomitantemente, outra análise sumamente relevante de Harvey (1996; 2005) é a que envolve quatro estratégias alternativas mutuamente excludentes. Estas são acionadas pela governança urbana empreendedora neoliberal devido ao contexto de competição interurbana que se vivia em várias cidades para sediar megaeventos esportivos. Contudo, cabe citar que a análise desta dissertação se centrará principalmente na segunda estratégia, a que fala sobre “divisão espacial do consumo”, tendo em vista que o enfoque da pesquisa se destina aos megaeventos esportivos.

A primeira estratégia seria relacionada àquilo que Harvey (1996; 2005) denomina de “competição dentro da divisão internacional do trabalho”. Serve para se apropriar das vantagens dos recursos tecnológicos, geográficos, entre outros, permitindo estar em benefício na divisão internacional de trabalho e na produção de bens e serviços. O Estado empreendedor tem interesse em investir em infraestrutura física, tecnológica e social.<sup>24</sup>

A segunda estratégia decorre da “divisão espacial do consumo”<sup>25</sup>, a forma como o empreendedorismo urbano espera usar essa competição interurbana a fim de obter vantagens nas melhorias na qualidade de vida da cidade, bem como melhorias físicas do ambiente urbano (incluindo a mudança para estilos pós-modernistas). Para isso, valorizam-se áreas urbanas degradadas, atrações para consumo e espetáculos urbanos permanentes ou temporais, além da espetacularização e promoção de eventos singulares, como, por exemplo, os megaeventos esportivos, que, conseqüentemente, tornam-se importantes nas

---

<sup>24</sup> Nesse sentido, a divisão internacional do trabalho criaria a exploração de vantagens específicas para a produção de bens e serviços. Vale mencionar que algumas vantagens derivam da base de recursos ou da localização. Sem embargo, outras vantagens se criam por intermédio dos investimentos públicos e privados nas infraestruturas físicas e sociais que consolidam a base econômica de determinada região como exportadora de bens e serviços. Cabe mencionar que competitividade internacional depende das qualidades, quantidades e custos da oferta local de mão de obra. Nesse sentido, a força de trabalho qualificada pode ser importante para o desenvolvimento econômico da região, dado que forças produtivas bem treinadas e habilitadas que se condicionam aos novos processos de trabalho e às suas exigências podem ser recompensadas. Ademais há o problema de economias aglomeradas que podem promover o crescimento de novas configurações (HARVEY, 1996; 2005).

<sup>25</sup> Nessa perspectiva, é mais do que tentar atrair recursos financeiros para uma determinada região urbana através do turismo. Dessa forma, a competitividade para os recursos financeiros depende dos consumidores que, atraídos pelo turismo, seriam mais seletivos nas suas decisões (HARVEY, 1996; 2005).

estratégias alternativas para a regeneração urbana, pois, evidentemente, “a cidade tem de parecer um lugar inovador, estimulante, criativo e seguro para se viver ou visitar, para divertir-se e consumir” (HARVEY, 2005, p. 176).

A terceira estratégia trata das atividades de controle e comando das altas finanças. Tal estratégia levanta o mais clássico pensamento de Cidades Globais, em que as cidades têm capacidades de se comandar. Isso envolve as atividades de poder de informação e abrange as mídias que também requerem infraestruturas específicas<sup>26</sup>. Por conseguinte, os governos possuem papéis importantes no controle dessas altas finanças.

Por fim, a quarta estratégia, que se assenta na redistribuição dos governos centrais e fala sobre as estratégias empreendedoras que objetivam capturar parte do fundo público dos governos centrais. Essa captação é relacionada aos recursos públicos e à prestação de serviços, que divergem as cidades umas das outras de tal forma que elas têm que competir entre si, tendo o discurso hegemônico a maior relevância. Nesse sentido, “as alianças da classe dirigente urbana tiveram diversas oportunidades, portanto, para utilizar mecanismos redistributivos como meio de sobrevivência urbana” (HARVEY, 2005, p. 178).

Conclui-se que o empreendedorismo urbano, para Harvey (1996; 2005), envolve um certo tipo de concorrência e de competição das cidades pelos recursos privados. Fica claro que a promoção de eventos esportivos e culturais atrai pessoas e mercadorias em torno de eventos únicos e efêmeros. Como é descrito ainda pelo mesmo autor, esses impactos na competição interurbana geram certos reflexos a serem mencionados na concorrência interurbana.<sup>27</sup>

O primeiro impacto pode ser analisado pelo fato de como as governanças locais se “engasgam” na disputa pelos fluxos financeiros globais, fato este que faz

---

<sup>26</sup> Vale mencionar que, nesse sentido, as atividades de controle e comando precisam de infraestrutura específica e dispendiosa. Desse modo, a competição interurbana é dispendiosa, dado que as economias aglomeradas continuam na hegemonia, e o poder monopolístico de centros estabelecidos em algumas regiões dificilmente é quebrado. A procura de atividades de comando e controle atrai o caminho para a sobrevivência urbana, ou seja, “o resultado, naturalmente, é dar impressão de que a cidade do futuro será uma cidade apenas de atividades de controle e comando, uma cidade informacional, uma cidade pós-industrial, em que a exportação de serviços [...] se torna a base econômica para a sobrevivência humana” (HARVEY, 2005, p. 177).

<sup>27</sup> Destaca-se que essas estratégias não se excluem umas com as outras. A prosperidade desigual nas cidades dependeu da “natureza das coalizações formadas, da combinação e do ritmo das estratégias empreendedoras, dos recursos específicos (naturais, humanos, localizacionais) com os quais a região metropolitana é capaz de trabalhar, e do poder de competição” (HARVEY, 2005, p. 178).

com que as governanças locais incorporem à sua forma de atuação os interesses do capital na sua própria intervenção, criando um ambiente favorável aos interesses privados. O que gera um impacto na competição é a realização de obras e serviços que são de interesse do capital, provocando condições paradoxais de mobilidade do capital muito maior. Assim, esse movimento de criação favorável de negócios acentua a mobilidade do capital, ou seja, a busca de territórios favoráveis para negócios que aumentam a reprodução do capital.

O segundo impacto é consequência do primeiro. Esse mesmo processo de acentuação de mobilidade do capital geraria uma facilitação para a transição do modelo fordista rígido para modelos mais flexíveis de produção, já que as condições favoráveis estão disseminadas, pois o capital que circula satisfatoriamente resulta na homogeneização das cidades.

O terceiro impacto está vinculado à promoção de projetos especulativos. A cidade de Lima teve pouca profusão de eventos, não obstante, os espetáculos em geral são marcados pela efemeridade. A busca de algo singular abarca um conjunto de apostas de altos riscos, por exemplo, a construção de *shoppings*, a busca do espetacular, como os museus.

O último impacto é a crescente semelhança da governança pública com as governanças das empresas privadas. Isso implicaria em como uma empresa se insere na lógica do setor privado, usando o método do setor público na sua própria forma de agir, ou melhor, o Poder Público incorpora na sua estratégia competitiva interurbana a lógica do mercado. Isso também traz impacto na dimensão da democracia, ou das formas de participação das quais o administrativo disponha. No entanto, o objeto de intervenção do Estado era anteriormente o território, agora é o mercado. Portanto, a participação já não é mais da sociedade; a participação perde legitimidade (HARVEY, 1996; 2005).

As contradições que esse processo envolve fazem pensar como a incorporação da lógica do mercado na administração local requer a exploração de atributos singulares, exigindo certa imagem positiva da cidade para se tornar cidade-sede. Adicionalmente, toda relação de vender uma marca da cidade, de alguma maneira, contrapõe-se ao sentido de alienação que marcava ou marca a cidade e a metrópole capitalista contemporânea. Mesmo assim, abre uma possibilidade de politizar novamente a própria cidade, admitindo que a contradição do



empreendedorismo urbano possa ser: analisar que os Jogos Pan-Americanos se politizaram por meio de uma atmosfera de cidade positiva (HARVEY, 1996; 2005).

Ao mesmo tempo, essa ideia busca assentar uma identidade ao local. É preciso se relacionar e lidar com os mecanismos de controle social nessa localidade. Portanto, ela tem que negociar com os atributos da singularidade do local (HARVEY, 1996; 2005). Essa marca pode incorporar a própria lógica do mercado, vendida com o empreendedorismo. A partir dessas duas contradições, surge a possibilidade de construir uma prática urbana corporativa progressista. As contradições abrem espaço para a constituição de uma prática urbana corporativa, outra coalizão de forças vinculadas ao território que pudessem enfrentar a dinâmica hegemônica capitalista e, dessa forma, tentar ver as novas contradições para uma ação alternativa na construção de coalizões progressistas (HARVEY, 1996; 2005).

### **2.3 Neoliberalismo realmente existente**

Como foi mencionado no item anterior, essa nova forma de governar propiciou uma agenda para as cidades, pois converteu e criou instrumentos de governança urbana, possibilitando as mudanças do espaço urbano. Para explicar como essa nova governança urbana segue características empresariais, serão abordadas as análises de Theodore, Peck e Brenner (2009) acerca do “neoliberalismo realmente existente”.

Esses autores demonstram o esclarecimento a respeito das forças do mercado quando agem de acordo com leis imutáveis, atuando independentemente do território onde elas foram aplicadas. Eles usam o conceito do “neoliberalismo realmente existente”, que se assenta no pensamento de que os projetos de reestruturação neoliberal se somam às condições dos âmbitos históricos, sociais e espaciais, para, dessa forma, determinar suas características. Não obstante, o neoliberalismo não deve ser entendido como um sistema com limites coerentes, mas, ao contrário, deve ser analisado como um sistema irregular, gerador de processos contraditórios de neoliberalização, seguindo em percurso, de tal forma, as suas reestruturações regulatórias instáveis nas transformações socioespaciais impulsionadas pelo mercado.

Soma-se a isso outra das contradições no conceito entre a ideologia neoliberal e o neoliberalismo realmente existente, que acontece na medida em que a doutrina propõe a utopia do livre mercado, argumentando a melhoria do modo de produção, visto que, sem nenhuma regulamentação por parte do Estado, seriam alcançados maiores crescimentos econômicos. Mas, se são observados processos intensificados nas formas coercitivas e disciplinares por parte da intervenção estatal, com a ideia de impor hegemonia ao mercado, por conseguinte, a categoria “neoliberalismo existente” se esclarece como forma complexa pela qual as estratégias neoliberais de reestruturação interagem com o território, entrelaçando os processos de neoliberalização que determinam as transformações espaciais nas cidades (THEODORE; PECK; BRENNER, 2009).

No entanto, a transformação das cidades para que se tornem cidades-sede se expressa nos processos de neoliberalização, abraçando a adoção de novos padrões de governança empreendedora neoliberal. Pode-se deduzir que os programas neoliberais se incorporam às governanças locais e aos regimes urbanos, com o objetivo de asseverar as economias de mercado por meio de coalizões que procuram a desregulamentação e a privatização, o que incentiva o consumo e o controle das populações mais excluídas (THEODORE; PECK; BRENNER, 2009).

Dentro da análise do neoliberalismo realmente existente, a reestruturação neoliberal mostra duas tendências a serem expostas. A primeira inclui o colapso das antigas formas institucionais e regulações vinculadas às trajetórias, como apontam os autores do “desmantelamento” (destruição parcial) ou “destruição criativa” de estruturas urbanas<sup>28</sup>. Portanto, ao que visa a desregulamentação contraditória das economias é a promoção de uma nova rodada de mercantilização das cidades. A segunda tendência é dada pelo “lançamento” de novas modalidades de regulação e gestão estatal adequadas para os principais modelos de governança urbana empreendedora.<sup>29</sup> Além disso, as cidades estão se tornando cruciais e centrais nas agendas políticas, fundamentais para o exercício de novas coalizões empreendedoras (THEODORE; PECK; BRENNER, 2009)

---

<sup>28</sup> Nesse aspecto, desmantelamento e destruição de estruturas urbanas vinculadas às cidades de Lima e Callao, visando, dessa forma, a desregulamentação da economia para uma nova rodada de mercantilização das cidades.

<sup>29</sup> Nesse sentido novas modalidades de gestão pública e de regulações institucionais propícias aos princípios do neoliberalismo e da governança empreendedora neoliberal.

Pode-se salientar que, através dos conceitos mencionados, eles se referem ao legado de regulamentações, práticas e acordos políticos estabelecidos através do tempo. Por consequência, são configurados como contextos políticos e institucionais, considerando a inserção nos novos projetos de reestruturação neoliberal – como, por exemplo, os megaeventos esportivos – constituindo o elo entre os processos de neoliberalização e as vicissitudes territoriais.<sup>30</sup>

Nesse contexto, o neoliberalismo se transforma no principal modelo capitalista, considerado como um fenômeno multiescalar que reestrutura as relações entre os atores institucionais e econômicos em diferentes escalas – regional, nacional e internacional. Da mesma maneira, substitui as lógicas regulatórias redistributivas do Estado pelas lógicas competitivas, inclusive transferindo riscos e responsabilidades para as agências, atores e jurisdições locais (THEODORE; PECK; BRENNER, 2009).

A base ideológica da neoliberalização se assenta enquanto o governo não é institucionalmente implementado, isto é, funcionaria melhor economicamente. O paradoxal quanto a isso se refere aos processos de regulação, apertados para os Estados e o setor público. Os procedimentos de reestruturação institucional de reescalonamento, ou seja, os territórios e suas estruturas administrativas e institucionais, são reorganizados em diversos processos estimulados por atores hegemônicos exógenos ao território em questão (BRENNER, 2018).<sup>31</sup>

Cabe ressaltar que a neoliberalização, o urbanismo realmente existente e o urbanismo neoliberal se frizam a partir da difusão da governança empreendedora. Nesse aspecto, Harvey (2014b) emprega a categoria de configuração espaço-temporal ou ajuste espacial.<sup>32</sup> Com isso, entende-se como funciona a globalização neoliberal por meio da construção de configurações espaciais, impulsionadas pelo reescalonamento do Estado<sup>33</sup> com o intuito de revitalizar as cidades. Então, é

---

<sup>30</sup> Portanto, manutenção de arranjos institucionais e regulações públicas anteriores que seriam importantes para o exercício de novas coalizões empreendedoras, de forma que é preciso compor com as antigas coalizões de poder que são vinculadas às trajetórias políticas herdadas das cidades.

<sup>31</sup> Para Brenner (2018), na atualidade há uma mobilização intensificada de instituições estatais e centrais, regionais e locais que tem fins de promover as reestruturações urbanas.

<sup>32</sup> De acordo com Harvey (2014b), a ordenação espaço-temporal se propôs às “contradições internas, tendentes a gerar crises, da acumulação do capital” (HARVEY, 2014b, p. 77).

<sup>33</sup> Na teoria de Brenner (2018), o reescalonamento do Estado se daria na procura da promoção à competitividade global de suas cidades ou regiões, de modo que agências internacionais desempenhassem papéis mais diretos na regulamentação e reestruturação urbana. Esse “reescalonamento do Estado pode ser visto como uma estratégia neoliberal de ‘desregulamentação’ para desmantelar as operações redistributivas de ordem fordista-keynesiana [...], por outro lado [...]

necessário argumentar sucintamente sobre o capital excedente e o Estado, determinando a lógica territorial do poder. Consequentemente, a teoria espaço-temporal é tratada por Harvey (2014b) como a necessidade do capital de reduzir as barreiras espaciais para conseguir um tempo de giro do capital rentável, o que chamaria Marx de anulação do espaço pelo tempo<sup>34</sup>. Como diz Harvey: “vinculava-se a uma tendência capitalista crônica, derivada teoricamente de uma reformulação da teoria da tendência de queda de taxa de lucro, de Marx, de produzir crises de sobreacumulação” (HARVEY, 2014b, p. 78).

Harvey (2014b), inspirado em Lefebvre, afirmou que o capitalismo só consegue sobreviver por meio da produção do espaço. Não obstante, Harvey diz que Lênin obteve uma resposta bastante satisfatória, que Lefebvre não respondeu. Disse que, como meio da produção do espaço através da expansão geográfica, a acumulação do capital chegava a um limite, precisando, então, expandir-se. Ainda que a própria expansão do capital seja limitada numa determinada fase do capitalismo, explica que os excedentes do capital, as áreas onde o capitalismo pode entrar, não são mais uma resposta sistêmica global. O ponto sistêmico é limitado, necessário à criação de condições para a produção capitalista, atenuando a “tendência à formação de crises no âmbito do capitalismo” (HARVEY, 2014b, p. 78).

Nada obstante, Harvey (2014b) diz que a produção do urbano não é apenas a condição da reprodução do capital, não se reduz a reprodução da força coletiva, ela é uma maneira de dar uso produtivo ao capital excedente, porém, por meio da produção do espaço, sendo o cerne da dificuldade dos trabalhadores a falta de lucratividade do capital e a falta de capital. Chama atenção, então, que, na reprodução social, é necessário entender as contradições do capital, mas, não necessariamente para o capital trata-se de seus excedentes. No ponto de vista do uso lucrativo para os excedentes acumulados, há duas opções: a primeira, mudança espacial como reconfiguração existente; e a segunda, as mudanças temporais. Harvey tentar ler o papel do novo imperialismo a partir dessa teoria, buscando entendê-lo mediante a lógica da ordenação espaço-temporal.

---

como uma estratégia de ‘re-regulamentação’ para construir novas capacidades institucionais, a fim de promover o investimento de capital nos grandes polos de crescimento urbano” (BRENNER, 2018, p. 81).

<sup>34</sup> C.f. Marx, 2011.

Considerando o Estado como agente principal da dinâmica espacial é que se argumenta, teoricamente, que o capitalismo precisa do Estado, mas, na prática, não. Porém, o setor privado precisa que o Estado lhe dê segurança na propriedade privada, nos contratos e em certas estruturas institucionais da lei.<sup>35</sup> A burguesia nacional, em sua longa história, gerou algumas questões, isto é, criou os Estados. Dependendo da maneira de como o Estado se organiza, pode influenciar e favorecer a dinâmica de acumulação do capital. Cabe ressaltar que o Estado é o agente que faz diferença, tendo em vista sua organização de acordo com os arranjos institucionais existentes, entretanto, os Estados não são as únicas entidades capitalistas. Há entidades supranacionais e nacionais que jogam papéis decisivos nessa lógica capitalista, como, por exemplo, a ODEPA. A lógica capitalista pretende buscar ordenações espaço-temporais para resolver os problemas de excedentes de capital.

Em Harvey (2014b), a troca de bens e serviços é produzida para a reprodução social na forma de mercadoria. Tais bens e serviços devem chegar ao consumidor produzidos como mercadoria com valor de uso para aqueles que necessitam e com valor de troca para aqueles que os produzem. Esses bens, para ser produzidos, precisam de força de trabalho, energia e, ainda, chegar aos que necessitam. Em um primeiro momento, depara-se com o problema da fricção do espaço ou distância<sup>36</sup>, ou seja, as divisões territoriais do trabalho, a mais clássica divisão campo-cidade, divisões dentro da cidade que visam a segregação virtuosa do processo produtivo. Essa divisão territorial do trabalho vai ser influenciada pela “fluidez” do capital que circula e “fixidez” que determina o capital no espaço. Estrutura e dinâmica de fluidez e “fixidez” pode ser denominada como configuração espacial ou ordenação espaço-temporal.

Essa configuração espacial foi constituída pela redução de custo do tempo de movimentação e circulação do capital. A configuração espacial vai sofrer o efeito da competição<sup>37</sup> e da instabilidade. No entanto, essa nova configuração espacial nunca

---

<sup>35</sup> Como diz Harvey, “um Estado forte dotado de poderes de polícia e do monopólio dos meios de violência pode garantir tal arcabouço institucional e sustentá-lo com arranjos constitucionais definidos” (HARVEY, 2014b, p. 79).

<sup>36</sup> “[...] o capital excedente de um lugar pode encontrar emprego noutra lugar em que as oportunidades de lucro ainda não foram exauridas” (HARVEY, 2014b, p. 83).

<sup>37</sup> Pensamos que parte central à competição é a parte central da difusão do megaevento esportivo. Ela é por definição uma competição monopolística, e isso também é um elemento neoclássico, por duas razões: primeiro, o monopólio assegura a “regionalidade” e seu próprio uso; a segunda, a

vai ser estável, porque há competição e as lutas de classes. O que acontece é que ocorrem as crises para responder às necessidades da acumulação de capital, resultando em novas divisões territoriais do trabalho e, então, novas configurações urbanas terminadas, produzindo a nova destruição criativa, gerando, dessa maneira, o eterno movimento do capital.

Cabe ressaltar que os paradoxos e contradições sobre a competição e disputa pelo poder monopolístico do espaço também têm barreiras. Argumenta-se que não existiam barreiras fiscais, tributárias e tecnológicas para levar um produto a um lugar distante. O poder monopolista locacional foi fortemente abalado, e as quedas das barreiras monopólicas foram acompanhadas de outras formas de monopólio<sup>38</sup>. Sendo assim, o megaevento esportivo parte das tensões que advêm dos “processos moleculares” do capital. E o efeito agregado disso é que o capital tende a criar uma paisagem geográfica para facilitar suas atividades num momento histórico, a fim de destruir essa paisagem geográfica, construindo uma nova que perpetua o capital – o processo de “destruição criativa”<sup>39</sup>.

No entanto, é possível que essas configurações atinjam um certo grau de estabilidade, pelo menos por um tempo, o que configura para Harvey (2014b) uma certa regionalidade<sup>40</sup>. A ideia do encontro de capital de trabalho, processo de produção e consumo, das lutas de classe e acumulação num certo espaço geográfico que produz certa região<sup>41</sup> resultam em um equilíbrio temporário. Ele deduz a regionalidade e a dinâmica do espaço sobre o capitalismo, e essa regionalidade é caracterizada por uma certa coerência estruturada, o que alcança

---

localização confere monopólio. Evidentemente a propriedade privada da terra envolve na sua própria definição o monopólio, o capitalismo do ponto retórico que seja fundado na ideia de mercado competitivo, direito consumidor. O livre mercado gera o monopólio e o oligopólio. Na longa história do capitalismo não há a possibilidade de evitar essa tendência ao monopólio.

<sup>38</sup> Há duas principais formas de monopólio que Harvey (2014b) comenta. A primeira diz respeito à concentração de capital financeiro capaz de incidir sobre os processos produtivos, determinando o que vai para determinado lugar. A segunda forma é entendida como o fenômeno que é a criação das barreiras vinculadas à propriedade intelectual, por exemplo, as patentes. Porém não todo mundo pode produzir e consumir aquilo que produz, mas determinados processos exercem a mesma função que as barreiras.

<sup>39</sup> Argumenta-se que esse eterno movimento associado à dinâmica de acumulação do capital produz incessantes revoluções moleculares passivas nas configurações espaciais. Essas configurações vão ser destruídas, e a “destruição criativa” é um tipo de revolução passiva que muda para garantir a perpetuidade do capital.

<sup>40</sup> Pensa-se que nessa regionalidade, no ponto de vista da dinâmica do capital em espaços supranacionais, as dinâmicas promovem espaços de outra ordem nacional, mas dentro do Estado nacional.

<sup>41</sup> Harvey (2014b, p. 88) a define como “economias regionais que alcançam certo grau de coerência estruturada em termos de produção, distribuição, troca e consumo – ao menos por algum tempo”.

uma certa estabilidade<sup>42</sup>. A coerência estruturada não está só vinculada à economia, está assentada em valores, em cultura, ideologias comunitárias, em padrões de vida que vão estabilizar certos padrões de relações de capital de trabalho que vão, no entanto, cimentar ou legitimar essa regionalidade.

Significa isso, então, que o Estado participa de forma ativa, sendo o principal responsável pelo território, necessitando capturar a lógica capitalista no seu território e desenvolvimento, envolvendo-se inevitavelmente na competição interurbana. Para capturar o capital ao seu território, impõe arranjos institucionais favoráveis ao mercado. O Estado como entidade nacional mobiliza energia demais para administrar os fluxos moleculares do capital, tanto externo quanto interno<sup>43</sup>. Por que não entender o Estado neoliberal peruano capturando fluxos tanto internos quanto externos para a realização do megaevento esportivo, de modo a, portanto, desenvolver e impor arranjos institucionais?<sup>44</sup>

Diante do comentado, diz Harvey (2014b) que os excedentes do capital podem ser distinguidos em três circuitos econômicos: primeiro, o capital está inserido no valor produtivo. Se há excedente<sup>45</sup>, é porque foi retirado do circuito primário, a exemplo, o excesso da produção de capital. O circuito secundário fala sobre as estruturas fixas nas formas de capital fixo no fundo de consumo, como o aeroporto – ou seja, excedente de capital para novas estruturas fixas que permitirão novas acumulações de capital –, ou no fundo de consumo, por exemplo, a habitação, o que resulta em mais trabalhadores na força de trabalho. A ideia de um circuito secundário tem relação direta com as estruturas fixadas no espaço, que devem em algum momento gerar oportunidade de acumulação de capital.

---

<sup>42</sup> Percebe-se em Harvey (2014b, p. 89) que a “formação de infraestruturas físicas e sociais tanto para apoiar a atividade econômica como para garantir e promulgar valores culturais e educacionais, e muitos outros aspectos da vida cívica, reforça tipicamente a coerência daquilo que começa a surgir como entidade regional no âmbito da economia global”.

<sup>43</sup> Menciona-se como essas crises afetam essas dinâmicas das crises de acumulação do capital. Quando se tem excessos de capital ou excessos de trabalho, não se encontra produtividade, e esses excedentes podem ser pelos deslocamentos espaciais, ou deslocamentos temporais, ou combinação entre essas duas alternativas.

<sup>44</sup> “O Estado pode, entretanto, usar seus poderes para orquestrar a diferenciação e a dinâmica regionais não só por meio de seu domínio dos investimentos infraestruturais, mas também mediante sua própria imposição de leis de planejamento e aparatos administrativos” (HARVEY, 2014b, p. 92).

<sup>45</sup> Como menciona Harvey (2014b), a ideia de ordenação espaço-temporal ou ajuste espacial é simples. A sobreacumulação num determinado território representa uma condição de excedentes, pois são excedentes de trabalho e excedentes de capital.

O capital financeiro é importante, dado que pode ter um circuito próprio que está envolvido na especulação. O circuito terciário<sup>46</sup> está ligado à pesquisa do desenvolvimento e revolução social e é destinado a novas tecnologias, ou investimentos na capacitação dos trabalhadores para novas técnicas. O circuito secundário é fixo, associado à expansão geográfica ou reconfiguração; já o terciário, é para capital humano. Harvey (2014b) diz que tanto o capital investido no secundário quanto no terciário pode não se realizar. Essa estrutura fixa é recorrente dos investimentos dos excedentes do capital e pode se desvalorizar. Ressalta Harvey (2014b) que o Estado e o capital excedente criam o capital fictício<sup>47</sup>, que não é um capital real, já que não está vinculado ao suporte real, como, por exemplo, a compra de títulos que se revertam no futuro. As contradições, os fluxos de crédito, são fundamentais nos investimentos produtivos. Ao mesmo tempo incorpora uma lógica produtiva na sua própria dinâmica de desenvolvimento para ganhar dinheiro, a lógica puramente especulativa, relação de dependência entre o capital e as instituições mediadoras e o potencial especulativo do capital fictício. Só que Harvey (2014b) chama atenção para essa dinâmica financeira, que tem profundos impactos na dinâmica do capital, de modo específico na recentralização do poder econômico e alguns territórios, o que causa forte impacto sobre as práticas liberalistas. Tendo em vista essa dinâmica contemporânea, explica-se a ordenação espaço-temporal no duplo sentido: o primeiro, baseado numa ideia vinculada à própria configuração espacial, ordenação e fixação do espaço num determinado território, tem forma física; segundo, é usada como uma metáfora da solução a um tipo particular das crises capitalistas, de ordenação pelo sentido físico de ordenar a crise.<sup>48</sup>

## 2.4 Os megaeventos esportivos e o empreendedorismo urbano

---

<sup>46</sup> Os fluxos que vão para o circuito terciário do capital – definido como investimentos de longo prazo em infraestruturas sociais – também se dividem entre investimentos em, digamos, pesquisa e desenvolvimento ou o treinamento de capacidades que são diretamente reintroduzidas na produção, e investimentos orientados para a melhoria da condição social da população [...] absorve com frequência imensos volumes de capital (HARVEY, 2014b, p. 94).

<sup>47</sup> “Ativos em títulos ou notas promissórias desprovidos de suporte material mas que podem ser usados como dinheiro” (HARVEY, 2014b, p. 97).

<sup>48</sup> “Essas expansões, reorganizações e reconstruções com frequência ameaçam, contudo, os valores já fixados no lugar (incorporados a terra) mas ainda não realizados. trata-se de contradição incontornável e aberta a uma interminável repetição, porque novas regiões também requerem capital fixo em infraestruturas físicas e ambientes construídos para funcionar com eficácia” (HARVEY, 2014b, p. 99).



Conforme discutido nos tópicos anteriores, no atual contexto da globalização neoliberal, muitas cidades têm adotado abordagens empreendedoras para gerenciar o território urbano, procurando competir entre si de forma eficiente no mercado global, para captar capital estrangeiro. Isso levou a que muitos governos municipais e estaduais considerassem a realização dos megaeventos esportivos, como a Copa do Mundo, os Jogos Olímpicos e os Jogos Pan-Americanos, e as exposições e conferências internacionais como estratégias e ferramentas para o desenvolvimento urbano.

Diferentes perspectivas são necessárias para reconhecer as cidades como elementos centrais na estrutura e na dinâmica da governança da globalização, como, por exemplo, o ideário conhecido do modelo Barcelona, divulgado por autores como Borja e Castells (1997), ou de cidades globais, de Sassen (1999). Por outro lado, há uma literatura crítica sobre os estudos urbanos que indicam que o projeto estatal do neoliberalismo se baseia e é efetivado na transformação do urbano e do entorno construído. Dessa forma, argumenta-se que as cidades não apenas devem ser entendidas como um entorno de análises das transformações neoliberais, mas, também, como veículos para aprofundar essas transformações, assim como a fermentação ideológica e o desenvolvimento de experimentos políticos.

Nesse contexto, a respeito dos processos de desenvolvimento urbano em base da estrutura econômica capitalista, destaca-se a existência de uma relação estrutural entre a acumulação do capital e a reprodução do espaço urbano. Portanto, menciona-se que as políticas urbanas de regeneração urbana – renovação – para os megaeventos esportivos refletem nos mecanismos do empreendedorismo urbano ao querer atrair visitantes, turistas e investidores, assim como ter um bom clima para os futuros negócios. No entanto, tudo isso se dá mediante leis coercitivas da competência interurbana (HARVEY, 2014a; 2014b; 1996; 2005; SANTOS JUNIOR, 2016).

Seguindo esse raciocínio, Sánchez e Broudehoux (2013) argumentam que a condicionante da competitividade urbana coloca uma nova pressão nos atores locais e globais que não têm pretensão de participar em estratégias de desenvolvimento para melhorar a competitividade e atratividade das cidades-sede. Cabe mencionar que a possibilidade de ser cidade-sede de um desses megaeventos é concebida como oportunidade rara para a promoção da cidade, ajudando a melhorar a

visibilidade por meio da cobertura da mídia e publicidade internacional. Mas também pode ser entendida como panaceia para a recuperação econômica, estimulando o consumidor nacional enquanto captura forças móveis do capital (SÁNCHEZ; BROUDEHOX, 2013).

Nota-se que, da mesma forma, esse é um fator determinante para legitimar as “alavancagens” das intervenções urbanas para sediar os megaeventos esportivos. Tal efeito é dado quando os governos locais mudam as suas agendas urbanas, enquanto é permitida a implementação acelerada de projetos urbanos que facilitem a atração de capital privado. O papel do Poder Público passaria pela demanda de capital estrangeiro no mercado mundial, procurando algum investidor privado que consiga financiar esses megaprojetos de regeneração e revitalização urbanas (SÁNCHEZ; BROUDEHOX, 2013).

No entanto, as orientações sobre o neoliberalismo urbano representado em megaeventos esportivos têm a intenção de combinar as suas aproximações de estudo a partir da adoção de uma relação dialética entre a estrutura econômica e os diversos atores sociais e econômicos, que permitem superar as problemáticas urbanas de desigualdade social, como, por exemplo, o neoliberalismo realmente existente. Essa perspectiva permite entender como os projetos e planos são transformados através de entornos específicos e arenas políticas locais, que supõem abordar as restrições estruturais. Além disso, trata-se de entender como os agentes se articulam em coalizões e mobilizam o aparato do governo para construir o neoliberalismo realmente existente. Nesse aspecto, pode-se ver que não se deve pensar em uma ordem global que decida e coloque pautas políticas para seguir ao processo de neoliberalização das políticas urbanas como fenômeno e como bloco hegemônico que tudo abarca.

Nesse contexto, pode-se ver que, nas últimas décadas, as cidades competem pela inversão do capital, formando Parcerias Público-Privadas, facilitando também as restrições do planejamento e dos usos do solo e promovendo a execução de megaprojetos. Não obstante, os resultados locais não são os esperados e, pelo contrário, criam maiores desigualdades sociais e econômicas, mas também dão forma a parâmetros ideológicos e reprodutivos da urbanização neoliberal. Isto é, por exemplo, o que mencionam Theodore, Peck, Brenner (2009), quando dizem que as cidades não só funcionam como “laboratórios institucionais para várias experiências

de políticas neoliberais, como o *marketing* territorial, a criação de zonas de negócios, a redução de impostos locais, a promoção de associações público-privadas e novas” (THEODORE; PECK; BRENNER, 2009, p. 08, tradução nossa).

De acordo com a literatura crítica, acredita-se que os megaeventos esportivos são usados como políticas de reestruturação e reconstrução em áreas urbanas. Ultimamente, evidencia-se que os Jogos não têm apenas sido caracterizados como catalisadores para o desenvolvimento urbano, mas, pelo contrário, pode-se dizer que funcionam como poderosos motores neoliberais de reconfiguração das cidades-sede, promovendo a privatização e mercantilização de políticas orientadas para o mercado (HARVEY, 1996; 1989; 2004; 2014; THEODORE; PECK; BRENNER, 2009; BOYKOFF, 2013; SANTOS JUNIOR, 2015; RIBEIRO; SANTOS JUNIOR, 2015; EICK, 2015).

Este tópico se estrutura, primeiramente, considerando as transformações urbanas a partir da adoção da governança empreendedora neoliberal. Esta trouxe problemáticas sociais, econômicas e ambientais em sua implantação, apesar de considerar os megaeventos esportivos como solução do neoliberalismo. Tal governança é, no entanto, criadora dessas desigualdades, mediante as reconfigurações das cidades que mercantilizam o território a partir de políticas em prol do mercado e capital privados. Portanto, é necessário argumentar que se analisam os Jogos Pan-Americanos, mas é importante entender a lógica estabelecida por trás de megaeventos esportivos em geral. Para isso, precisa-se mencionar que as cidades passaram por transformações urbanas a partir do modo de produzir infraestruturas urbanas para sediar os megaeventos. Mascarenhas (2016) examina que, nas diferentes edições dos Jogos Olímpicos, o urbanismo neoliberal não foi apenas constituído como um conjunto de instalações esportivas habitacionais e infraestruturas, mas, pelo contrário, identifica-se, por um lado, com o papel das organizações sem fins de lucro que pressionam para a realização dos megaeventos e, por outro lado, a vontade de que as cidades usem o modelo empreendedor, para que ambos, em sintonia, produzam edições monumentais.<sup>49</sup>

---

<sup>49</sup> Mascarenhas (2016) aponta as transformações ocorridas no modo de produção das cidades olímpicas, examinando várias edições dos Jogos. Percebeu que o urbanismo olímpico, como o denomina, extrapolou o âmbito de instalações e infraestrutura urbana geral para acolher os megaeventos. O autor nos fornece ferramentas para analisar a globalização neoliberal e as suas imbricações nas formas de produção e gestão do espaço urbano.

O autor lista os cinco momentos da evolução olímpica. O período inicial remonta a 1896-1912, sendo determinado por incertezas, experimentações e improvisações com um acelerado ritmo de transformação na organização de cada edição. O segundo período ocorre no pós-guerra, entre os anos de 1920-1932, quando o movimento olímpico se consolida. É o momento em que se fixa um “pacote” regular de intervenções urbanísticas, no qual podemos incluir a construção das vilas olímpicas.

Em sequência, o terceiro período, entre 1936 e 1980, que seria consolidado com forte teor político e nacionalista, é um momento de grandes investimentos estatais de cunho social em que se tinha a preocupação com a ideia de legado esportivo comunitário, gerando o aspecto de moradia social, sobretudo no contexto do Estado de bem-estar social, período marcado pela Guerra Fria (após 1945).

A seguir, o período de 1984-2000 apresenta a existência de políticas neoliberais em escala global, em que o urbanismo olímpico se centra no conhecido *city marketing* para promover as cidades, como também na realização de grandes intervenções no espaço urbano associadas aos interesses empresariais, mas sem verificar contestações contundentes, pois se vivenciava uma euforia e expectativa pela espetacularização dos Jogos, tendo como destaque a cidade de Barcelona (1992).

Para terminar, o período atual, que vai de 2004 a 2016, mantém e aprimora os fundamentos das políticas neoliberais e de mercantilização do período anterior, mas com a intensificação das exigências das organizações sem fins de lucro (que se beneficiam pelo crescente número de candidaturas), tendo, por conseguinte, o aumento dos gastos para as realizações, gerando, assim, contestações do modelo empreendedor neoliberal, espetacular, monumental e perdulário (MASCARENHAS, 2016).

Na visão de Mascarenhas (2016), no terceiro período, entre os anos de 1936 e 1980, antes das cidades optarem pelo empreendedorismo urbano, houve casos de legados significativos para as cidades e para a qualidade de vida. Nesse período, houve reaproveitamento dos equipamentos pré-existentes, ou edificações sem maiores exigências ou desejo de monumentalidade como se manifesta nesta época. Tudo isso foi incorporado ao uso comunitário em políticas públicas de expansão das práticas de bem-estar da saúde ou de espetacularização das cidades.

Já no período seguinte, Mascarenhas (2016) destaca o caso conhecido da cidade olímpica de Barcelona (1992),<sup>50</sup> que tinha aspectos similares ao modelo anterior, tendo em vista o projeto olímpico feito no ano de 1986, no contexto de redemocratização pós-franquismo, em 1976. Isso quer dizer que, no âmbito de uma gestão de esquerda, produz-se um plano diretor com vocação de distribuição espacial dos equipamentos urbanos voltados para equipar a periferia metropolitana com serviços públicos de atividade esportiva. Nesse megaevento esportivo, foram apresentados três elementos importantes para capitalizar capital: o primeiro mediante o espetáculo, o segundo através da intensificação do turismo e, finalmente, a apropriação privada de recursos públicos.

Portanto, pode-se afirmar que, no período atual, as cidades têm investido quantias milionárias em estratégias discursivas, com diversas formas de *marketing* para sustentar a aparência favorável em favor da imagem dos megaeventos esportivos, procurando, portanto, legitimar os enormes aportes de gastos públicos, recorrendo, assim, a discursos simbólicos sobre a saúde do ser humano. No entanto, esse discurso se relaciona à promoção da imagem urbana, à atração de turistas e capitais estrangeiros, à produção de emprego, ao aumento da autoestima dos habitantes das cidades-sede e outros benefícios decorrentes dos megaeventos na cidade.

A realização de determinados megaeventos esportivos significou grande desperdício de recursos públicos. Tais eventos buscam legados que comprometem e prejudicam seus habitantes. Como exemplo, podemos mencionar a edição dos Jogos de Montreal (1976) e o caso de Atenas (2004). A explosiva e rápida expansão cibernética, assim como a difusão e a proliferação das redes sociais, no que diz respeito às imagens e informações sobre as desigualdades sociais decorrentes dos Jogos, demonstram contestações sociais contra os atuais discursos neoliberais. Para piorar a situação, a crise econômica pós-2008 agravou as críticas ao atual

---

<sup>50</sup> Diz Mascarenhas que “Barcelona contava desde 1976 com um plano diretor de âmbito metropolitano [...] e assim realizou a façanha de conjugar a natureza e as elevadas exigências dos jogos na era Samaranch com os objetivos fundamentais da gestão urbana voltada para equipar a periferia metropolitana, dotando-a de maior acessibilidade e serviços públicos, com base em princípios de justiça social” (MASCARENHAS, 2016, p. 58).

modelo neoliberal de urbanização, razão pela qual é que se testemunham cada vez mais contestações sobre os efeitos e impactos dos megaeventos esportivos.<sup>51</sup>

Em paralelo, as atuações da mídia e das redes sociais disseminam e difundem as problemáticas sobre os megaeventos esportivos, como os conflitos sociais, que, às vezes, são violentos, denunciam as violações de direitos humanos dos habitantes, as remoções que prejudicam a sociabilidade dos locais, além do imenso desperdício de recursos nacionais em grandes projetos urbanos para um grupo da sociedade, como será visto nos exemplos a seguir. Para concluir, Mascarenhas (2016) demonstra que os deslocamentos dos megaeventos para países emergentes ou de crescimento econômico, como cidade-sede ou país-sede, passa a ser estratégia das organizações porque, nesses países, elas encontrariam “menos resistência por parte da sociedade civil, por questões de cultura política ou por contar com governos autoritários desejosos de legitimação no cenário global” (MASCARENHAS, 2016, p. 59).

---

<sup>51</sup> Não obstante, Mascarenhas (2016) argumenta que as perspectivas atuais para a urbanização olímpica são muito melhores do que uma década atrás. Ao mesmo tempo, as críticas dos intelectuais e dos movimentos sociais têm recebido maior atenção, e suas ideias têm recebido mais reconhecimento, levando a uma série de desistências sem precedentes no processo de candidatura, especialmente nos últimos três ou quatro anos. Talvez, diz Mascarenhas (2016), possamos dizer que, dez anos depois, esse modelo de urbanismo olímpico tornou-se obsoleto. Desta forma, haverá a oportunidade de conquistar e construir um modelo de gestão urbana cada vez mais democrático de forma sustentada, árdua e ampla.

**Quadro 1** – Períodos e características dos processos urbanos dos megaeventos esportivos

PERÍODOS	CARACTERÍSTICAS
<b>PRIMER PERÍODO 1896-1912</b>	Determinado por incertezas, experimentações e improvisações com um acelerado ritmo de transformação na organização de cada edição.
<b>SEGUNDO PERÍODO 1920-1932</b>	Momento no qual o movimento olímpico se consolida, é o momento em que se fixa um “pacote” regular de intervenções urbanísticas, no qual podemos incluir a construção das vilas olímpicas.
<b>TERCEIRO PERÍODO 1936-1980</b>	Consolidaria com forte teor político e nacionalista, momento de grandes investimentos estatais de cunho social em que se tinha a preocupação com a ideia de legado esportivo comunitário, assim com o aspecto de moradia social, sobretudo no contexto do Estado de bem-estar social, período marcado pela Guerra Fria (após 1945)
<b>QUARTO PERÍODO 1984-2000</b>	Apresenta a existência de políticas neoliberais em escala global, em que o urbanismo olímpico se centra no conhecido <i>city marketing</i> para promover as cidades, como também à realização de grandes intervenções no espaço urbano associadas aos interesses empresariais, mas sem verificar contestações contundentes, pois se vivenciava uma euforia e expectativa pela espetacularização dos jogos, tendo como destaque a cidade de Barcelona (1992).
<b>QUINTO PERÍODO 2004-2016</b>	Aprimora os fundamentos das políticas neoliberais e de mercantilização do período anterior, mas com a intensificação das exigências das organizações sem fins de lucro (que se beneficiam pelo crescente número de candidaturas), tendo, por conseguinte, o aumento dos gastos para as realizações, gerando, assim, contestações do modelo empreendedorista neoliberal, espetacular, monumental e perdulário.

Fonte: Mascarenhas (2016)

Para muitos cientistas sociais que procuram esclarecer as relações entre os esportes, a política, a economia e a cultura, o capitalismo neoliberal, ou o neoliberalismo, tem se tornado uma explicação necessária. De fato, argumenta Boykoff (2013), os Jogos prosperaram sob o impulso do capitalismo e, especialmente, durante a era do capitalismo neoliberal; os Jogos Olímpicos evoluíram consideravelmente sob a liderança do presidente do COI Juan Antonio Samaranch, que, durante os anos 1980 e 1990, incentivou a comercialização dos Jogos, para assim criar estabilidade financeira e lucro fiscal. O capitalismo neoliberal

é marcado pela premeditada libertação das forças de mercado via privatização, desregulamentação e financeirização da economia.<sup>52</sup>

Alguns estudiosos do campo dos estudos olímpicos e dos megaeventos esportivos sustentam que há uma neoliberalização dos Jogos (BOYKOFF, 2013; RIBEIRO; SANTOS JUNIOR, 2015; EICK, 2015). Seguindo esse raciocínio, acredita-se que os megaeventos esportivos, hoje, estejam imersos e auxiliem na reconstituição dessa nova era. As próprias Olimpíadas não são fundamentalmente uma neoliberalização, claro, não obstante, os Jogos modernos irradiam o capitalismo neoliberal, e, de diversas maneiras, por exemplo, as Olimpíadas se tornaram notavelmente mais comerciais. O capital privado assume um perfil majoritário em relação ao patrocínio corporativo. Além disso, as empresas de segurança privada ocupam um papel maior de policiar os Jogos. No entanto, nessa negociação desigual, o setor público paga geralmente a maior parte das despesas e custos dos megaeventos. Em vez de privatizá-los, os patrocinadores corporativos mantêm uma posição privilegiada para pactos futuros, porém não decisiva em relação ao mercado. Além de ver a desregulamentação e outros argumentos da neoliberalização, vê-se também a existência de um regime rigoroso de regras e regulamentos emanados das organizações sem fins lucrativos (BOYKOFF, 2013).

Na financeirização econômica, são desviados fundos fictícios em configurações abstratas, existindo dívidas públicas restritas nas agendas de pagamento. Basicamente, os princípios do neoliberalismo, tão relevantes em alguns aspectos, não têm uma “alavancagem” explicativa completa. Portanto, para Boykoff (2013), os Jogos Olímpicos e certamente os megaeventos esportivos são o exemplo, por excelência, do que ele denomina como capitalismo de celebração, o que é uma formação específica do capitalismo que, em muitos aspectos, vai contra a ideologia neoliberal.

Boykoff (2013) relaciona o capitalismo de celebração e o capitalismo de desastres<sup>53</sup>, que enumera os métodos usados pelos capitalistas neoliberais para

---

<sup>52</sup> Como está se argumentando, ainda promove o individualismo e a autossuficiência econômica e extingue e enfraquece os programas sociais, porém o neoliberalismo se apresenta como a reivindicação da não existência de outra alternativa, trazendo como consequência o hiperconsumismo, a espetacularização da mídia e o fetichismo do mercado.

<sup>53</sup> C.f. KLEIN, 2009.



capitalizar a catástrofe.<sup>54</sup> O objetivo é explorar o trauma social causado a partir de guerras, golpes militares, atos terroristas e desastres, assim como severas e profundas crises econômicas provocam estados coletivos de choque. Conseqüentemente, fragilizam-se os cidadãos, de modo que as pessoas cedam às elites políticas e às economias agressivas, defendendo os tempos de crises. Após o desastre, ainda no processo de recuperação da população, os capitalistas se unem aos seus colaboradores no governo, para orquestrar a instituição de políticas neoliberais enraizadas em princípios de privatização e de desregulamentação.

Os defensores do neoliberalismo, portanto, aproveitam-se da instabilidade social para enfraquecer o Estado e instalar as políticas e princípios neoliberais que anteriormente não existiam. Porém, Boykoff (2013), usando os argumentos da Klein (2009) sobre o capitalismo de desastres, observa que a privatização pode ser paga com verbas públicas. O principal princípio afirmativo é que as empresas no centro do capitalismo de desastres precisam se normalizar a partir da privatização da esfera pública, convertendo, assim, as responsabilidades dos governos em funções de baixa taxa para construir Estados-modelo. Os megaeventos esportivos são um projeto neoliberal, e seguindo esse raciocínio mencionado por Boykoff, é possível dizer que os Jogos podem ser entendidos como o capitalismo de desastres, porque, diante do impacto da espetacularização e a impressão que geram, fazem com que as cidades-sede e o público sejam vistos como aliados e não estejam em contínuos conflitos.

Boykoff (2013) descreve que o capitalismo de celebração se desenvolve de maneiras diferentes. Vai mudando de acordo com a cidade, as normas e as condições econômicas, políticas e sociais do país anfitrião. O capitalismo de desastres e o capitalismo de celebração ocorrem em condições excepcionais e em estados de exceção, assim como em momentos de catástrofe e de prosperidade. Desse modo, os dois modelos de capitalismo abrem brechas para os políticos e as suas coalizões econômicas avançarem politicamente, implementando políticas que são impraticáveis durante períodos políticos normais.<sup>55</sup> Os megaeventos vêm sendo

---

<sup>54</sup> Klein (2009) argumenta que os capitalistas do desastre manipulam a desorientação da rápida mudança política combinada com o medo coletivo gerado por um colapso econômico. Isso deixa a população vulnerável à promessa de uma cura rápida e mágica – por mais ilusória que seja.

<sup>55</sup> Nas palavras do autor, “*Both disaster capitalism and celebration capitalism occur in states of exception: catastrophe and exuberance respectively. And both modes of capitalism carve a path for politicians and their economic allies to advance policies that would be impracticable during normal*

analisados por acadêmicos e ativistas que argumentam que os Jogos são realizados para as elites, com pouca oportunidade para a participação pública significativa, pois os propulsores dos megaeventos muitas vezes evitam e violam boas práticas de governança urbana e transparência e mantêm uma distância substancial da participação da sociedade civil na tomada das decisões. Contudo, enquanto enfraquece os Estados, o capitalismo de desastre permite que políticas neoliberais sejam realizadas. O capitalismo de celebração mobiliza os atores estatais como estratégicos parceiros, estabelecendo-se, assim, Parcerias Público-Privadas como o modelo hegemônico da transação econômica, em vez das privatizações. No contexto dos megaeventos esportivos, essas Parcerias Público-Privadas são usualmente desiguais, uma vez que o setor público termina assumindo os riscos. Por conseguinte, como discorre Boykoff (2013, p. 42, tradução nossa):

[...] tanto com o capitalismo de desastre e o capitalismo de celebração, destruir os processos democráticos é comum. No entanto, enquanto o capitalismo de desastre leva ao enfraquecimento do Estado e à instalação de políticas neoliberais, o capitalismo de celebração emprega atores do estado como parceiros estratégicos, promovendo Parcerias Público-Privadas – em vez de privatização total – como o modo dominante de transação econômica.<sup>56</sup>

Argumenta Boykoff (2013) que o capitalismo provou ser ágil na hora das metamorfoses e flexível na questão de encontrar obstáculos sociais, políticos e econômicos. Porém, o capitalismo exibe diversas formas divergentes e heterogêneas em distintos momentos de sua história. A heterogeneidade simultânea do capitalismo de desastre e o capitalismo de celebração dá forma ao neoliberalismo realmente existente, podendo em ambos os casos interagir potentemente, ou seja, um oportuniza o outro.

Portanto, Boykoff (2013) permite analisar que, no contexto dos megaeventos esportivos, o capitalismo de celebração exibe seis elementos centrais: o primeiro elemento ocorre durante um estado de exceção comemorativa, no qual as regras

---

*political times*” (BOYKOFF, 2013, p. 42). Em tradução nossa: “Tanto o capitalismo de desastre quanto o capitalismo de celebração acontecem em estados de exceção: em catástrofes e exuberâncias respectivamente. E ambos os modos de capitalismo abrem um viés para que os políticos e seus aliados econômicos promovam políticas que seriam impraticáveis durante tempos políticos normais”.

<sup>56</sup> No original: “with both disaster capitalism and celebration capitalism, undercutting democratic processes is commonplace. However, while disaster capitalism leads to the weakening of the state and the installation of neoliberal policies, celebration capitalism deploys state actor as strategic partners, putting forth public-private partnerships - rather than full-on privatization - as the dominant mode of economic transaction” (BOYKOFF, 2013, p. 42).

normais das políticas podem ser temporariamente suspensas; em um segundo momento, as organizações sem fins lucrativos e os meios de comunicação se combinam como ponto vital na criação de um espetáculo político e econômico; numa terceira dimensão, é a comoditização festiva que reúne apoio público para os Jogos ; o quarto elemento central no capitalismo de celebração depende da formação de Parcerias Público-Privadas que sejam muitas vezes divergentes em favor das entidades privadas em termos de insumo e risco; quinto, o capitalismo de celebração é impulsionado pelas reivindicações de bem-estar ambiental e sustentabilidade social; por fim, o capitalismo de celebração responsabiliza as indústrias de segurança pública e policiamento local pela contenção da dissidência política, salvaguardando a todo custo o espetáculo festivo.

Esses elementos se imbricam para criar um espaço social, econômico, ambiental e comemorativo no qual os ativistas políticos e críticos sociais não são bem-vindos. Enquanto o capitalismo de desastre depende de recursos supranacionais, entidades como o Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e Organização Mundial do Comércio para oferecer política e ideologia neoliberais, o capitalismo de celebração tem seus próprios promotores poderosos, como as organizações sem fins lucrativos, as quais defendem as Parcerias Público-Privadas, enquanto simultaneamente promovem outros elementos centrais do capitalismo de celebração.

Conforme dito, um componente importante para o capitalismo de celebração são as Parcerias Público-Privadas, que às vezes atuam de forma

[...] desequilibrada em favor dos parceiros privados envolvidos. No entanto, se um público em geral declara-se por meio de canais de cunho democráticos – talvez por meio de um referendo público, em que todas as partes por conseguinte estejam em pé de igualdade – em termos de fundos disponíveis para defender sua causa dificilmente se argumentaria contra isso (BOYKOFF, 2013, p. 24 tradução nossa).<sup>57</sup>

A urbanização neoliberal, empreendida pelas organizações globais sem fins lucrativos, exerce pressão sobre os governos locais. Eick (2015) analisa dois megaeventos esportivos: a Copa do Mundo de 2006, na Alemanha, e os Jogos

<sup>57</sup> No original: “a key component to celebration capitalism is public-private partnerships that are often lopsided in favor of the private partners involved. Yet, if a general public states through democratic channels - perhaps via a public referendum where all sides are on equal footing in terms of available funds to press their case - that it wishes to spend the public treasury in such a fashion, then it would be hard to argue against it” (BOYKOFF, 2013, p. 24).

Olímpicos da Juventude de 2012, na Áustria, na cidade de Innsbruck, para mostrar que, na atualidade, a neoliberalização tem consequências sobre as organizações sem fins lucrativos, as quais praticam a comercialização entre esporte e cidade. Nesse contexto, as organizações globais sem fins lucrativos instalam políticas neoliberais em cidades candidatas, o que, por conseguinte, faz com que algumas cidades reinvestam aproximadamente 80% de suas próprias receitas na organização do evento, incrementando, assim, a geração de lucro (EICK, 2015).

Portanto, Eick (2015) argumenta que o neoliberalismo muda a lógica de desenvolvimento econômico entre a sociedade civil, o Estado e as organizações. Por conseguinte, a realidade é que as organizações globais e a classe política das cidades-sede partem do discurso de que a realização de um megaevento esportivo seria interessante a todos. Não obstante, como se argumenta nesta dissertação, sediar Jogos tem poucos beneficiários, já que a questão econômica passaria pelo interesse de gerar lucros. As organizações se definem como organizações não lucrativas que expandem os seus lucros com argumentos esportivos. Vale ressaltar que 80% dos lucros são redistribuídos entre as organizações, membros locais, nacionais e regionais, ainda que os objetivos estipulados pelas organizações possam ser considerados como dirigidos a um “objetivo comum” (EICK, 2015). Adicionalmente, essas organizações têm suas próprias leis, e o Tribunal Arbitral do Esporte cria um conjunto “heterogêneo” de normas separadas dentro do universo do esporte.

Então, seguindo o raciocínio de Eick (2015), os elementos e categorias da “neoliberalização”<sup>58</sup> ou “neoliberalismo realmente existente”, mencionados anteriormente no tópico 3.3, relacionam-se com os megaeventos. Pode-se dizer, portanto, que a categoria “liberalização”<sup>59</sup> envolve as organizações não lucrativas do esporte, pois administram por si só o seu próprio Tribunal Arbitral do Esporte ou CAS, outra categoria mencionada como “desregulação” ou “re-regulação” das organizações não lucrativas, as quais tiveram sucesso em acumular maior influxo em processos de decisão inicialmente democráticos. Subsequentemente, há o termo

---

<sup>58</sup> De acordo com Eick (2015), o termo concerne ao caráter processual do neoliberalismo. Vale destacar que o neoliberalismo retrata “o modo pelo qual a sociedade, o estado e a economia mudaram sua lógica de atuação desde a década de 1980” (EICK, 2015, p. 506).

<sup>59</sup> Para Eick (2015), a liberalização trata-se da “promoção de competição ‘livre’, supostamente sem qualquer interferência estatal; a liberalização de fato diz respeito à abolição do estado de bem-estar com o suporte do estado neoliberal” (EICK, 2015, p. 506).

“privatização”<sup>60</sup> das infraestruturas físicas, como os estádios de clubes esportivos que, de acordo com a “lógica do mercado”, realizam-se em parques de fãs durante eventos abertos, do mesmo modo que e a “internacionalização”<sup>61</sup> trata das organizações não lucrativas enquanto empresas multinacionais. Eick (2015) ilustra que essas organizações apresentam um papel importante nas políticas, na “financiarização” ou “financeirização” caracterizada por investimentos para ganhar dinheiro e, finalmente, “baixos impostos diretos”, que são entendidos como elementos centrais para promover demandas. As receitas são investidas em mais lucro, uma característica da neoliberalização, isto é, da financiarização. Em suma, tudo o que foi mencionado se denominaria neoliberalismo realmente existente nos esportes (EICK, 2015).

Portanto, as políticas neoliberais urbanas dos megaeventos esportivos podem ser concebidas como catalisadoras para a neoliberalização dos espaços urbanos sob a ideia global de que a competição interurbana gera cidades mais competentes. Para isso, então, seria necessária a internacionalização das cidades para que se transformassem em comunidades empreendedoras, ou seja, caracterizando o que se denomina de privatização. O paradoxal é que nem todos os habitantes das cidades possuem os mesmos direitos e poderes de decisão, o que gera e intensifica as desigualdades sociais. No entanto, cabe mencionar que as elites urbanas são aquelas que ganham maior influência mediante os processos democráticos, que são, às vezes, manipulados, recuados ou mesmo ignorados.

De acordo com Eick (2015), a desregulação é causa da competição desenfreada e irrestrita das cidades, regiões e países de acordo com a ideia de demandas econômicas, levando a um único cenário em que as cidades devem ter caráter empreendedor. Pelo contrário, as cidades geralmente não têm os meios e poder econômico ante o capital privado internacional e às agências internacionais que exercem hegemonia e publicidade para suas localizações ou que oferecem benefícios para as empresas, como a isenção tributária.

---

<sup>60</sup> Explica Eick (2015, p. 506) que a privatização nos megaeventos esportivos “é promovida para destruir as estruturas supostamente decrépitas do setor público e, onde possível, substituir serviços públicos por serviços comerciais”.

<sup>61</sup> Portanto, a internacionalização, versa o autor, “é propagada para apoiar o ‘livre comércio’, para dentro e para fora, de bens, serviços e dinheiro (mas com impedimentos aos pobres ‘indesejáveis’” (EICK, 2015, p. 506).

As condicionantes com as quais as elites políticas nacionais e urbanas dão forma à sua lógica de mercado moldam as suas contrapartes capitalistas e de negócios. Correspondentemente, o direito do proletário é restringido, os salários são diminuídos, e a condição de trabalho é deteriorada. Da mesma forma, os aluguéis são encarecidos onde há intervenção, e o Estado certamente gera os parâmetros necessários para permitir cenários favoráveis aos negócios. Por conseguinte, pode-se argumentar que o neoliberalismo realmente existente não seria percebido na falta ou ausência do Estado, e, sim, pelo contrário, por sua atuação negociante. As negociações entre ambas as partes, a relação Estado-sociedade e capital privado, que advêm dos contratos, estipulam que as decisões não podem ser tomadas sem o consentimento das organizações sem fins lucrativos. Além disso, por um lado, as agências não assumem nenhuma responsabilidade financeira e não precisam pagar nenhum imposto.

De acordo com Eick (2015), os megaeventos esportivos são atrativos para as elites urbanas, pois constituem coalizões e novos arranjos institucionais mediante estratégias desenvolvidas por funcionários dos esportes para que as elites urbanas exerçam o seu poder hegemônico a partir de redução e cortes de custos. A elitização promove a integração social, a partir do discurso a respeito das práticas esportivas na melhoria da saúde dos habitantes das cidades, sobretudo dos mais carentes. Não obstante, a elitização nos megaeventos serve principalmente também como integração entre as organizações esportivas e as elites nacionais, tendo como resultado a urbanização neoliberal, que se estabelece na coalizão do capital privado com as agências para tornar os megaeventos esportivos instrumentos de desenvolvimento urbano, que se dá, por um lado, pela especulação imobiliária, como, por exemplo, a construção das vilas olímpicas, como também, às vezes, com reformas de estádios ou infraestruturas urbanas<sup>62</sup> cuja manutenção após os Jogos é cara; são os “elefantes brancos”. Em suma, o interesse particular da realização dos megaeventos parte das organizações sem fins de lucros, que buscam garantir os seus próprios interesses e maximizar o lucro do seus patrocinadores.

Do ponto de vista de Bolsmann (2015), a Copa do Mundo da África do Sul 2010 afirmou ao globo que um país africano poderia ser sede do maior evento

---

<sup>62</sup> Vale mencionar que as infraestruturas urbanas são reformadas e até construídas, sendo promovidas para convencer a população que o megaevento esportivo está trazendo benefícios para as cidades-sede e seus habitantes.

esportivo global, promovendo, do mesmo modo, a natureza do continente. Em outras palavras, o megaevento esportivo não pertencia a um país em particular, mas a um continente inteiro, tanto que a Copa do Mundo de 2010 ficou conhecida como Copa do Mundo Africana da FIFA 2010. Tal megaevento foi representado pelas elites africanas, que tinham recursos para desfrutar do espetáculo, enquanto os fãs oriundos das camadas populares tinham que ir para os parques construídos, que serviam como palco do espetáculo.<sup>63</sup>

O megaevento gerou desigualdades que se evidenciaram pela renda. Do mesmo modo, carregou a retórica de que os legados social, cultural, econômico, de segurança e de saúde poderiam estabilizar a economia nacional e gerar lucros, não bastando, é relatado, segundo Bolsmann (2015), que os organizadores tivessem gastado aproximadamente 7 bilhões de dólares no evento, com a construção de seis estádios e a reforma e adaptação de estádios de rugby. Adicionalmente, houve projetos como o Gautrain, trem de alta velocidade que ligou a província de Gauteng ao aeroporto internacional King Shaka. Outra estimativa indica que o custo dos preparativos foi de aproximadamente 14 bilhões de dólares (BOLSMANN, 2015).

Dessa forma, o espetáculo do megaevento esportivo dominou as manchetes dos jornais sul-africanos, promovido como evento de primeira classe, abandonando, nesse momento, as manchetes sobre as preocupações e o ceticismo dos anos anteriores. O megaevento teve 97% de todos os ingressos vendidos. O preço dos ingressos era de, aproximadamente, 20 dólares. Atenta-se para o fato de que a liga de futebol sul-africana cobrava dois dólares por ingresso.

O “legado” do megaevento esportivo foi, então, viabilizar infraestruturas físicas construídas e reformadas, nesse caso, estádios para um torneio de curta duração. O contraditório de tudo isto é que, em certos locais onde se fizeram megaprojetos, não há times profissionais de futebol ou os times não têm base de fãs para lotar os estádios. Outros investimentos, como o Gautrain e o aeroporto internacional King Shaka, beneficiaram a elite sul-africana, pois o trajeto do Gautrain conecta áreas nobres e de classe média ao aeroporto internacional Oliver Tambo.

---

<sup>63</sup> Em Bolsmann (2015), “a família de classe média tradicional, e primeiramente os fãs negros, foram isolados do espetáculo de um mês por causa do dinheiro. O torneio da África do Sul de 2010 representou um momento que a classe média, com dinheiro de sobra, poderia desfrutar do futebol internacional” (BOLSMANN, 2015, p. 535).

Pode-se ver, então, que os benefícios de longo prazo anunciados no período do megaevento esportivo remetem à construção e à remodelação dos estádios e construção de infraestruturas físicas. Os benefícios, do ponto de vista de Bolsmann (2015), eram para as organizações, pois os direitos de transmissão foram vendidos 30% mais caros que no megaevento anterior, a Copa do Mundo 2006, na Alemanha, que custou 3,2 bilhões de dólares. Além disso, em 2011, a FIFA anunciou o seu lucro, que é isento de impostos. Portanto, constata-se que os megaeventos terminam sendo ótimos negócios para as organizações sem fins lucrativos. Em resumo, a Copa do Mundo 2010, na África do Sul, mostrou, por um lado, que foi um enorme sucesso financeiro para a FIFA e seus parceiros corporativos globais e, por outro lado, exigiu que o país “se apresentasse” como país do “primeiro mundo”, para passar a imagem global de um país e continente em desenvolvimento. Por conseguinte, para os agentes nacionais, projetou a imagem de um anfitrião de “primeira classe” de competência internacional para a realização de eventos de grande porte.

Por outro lado, nas análises relacionadas às práticas sobre turismo, pobreza e os megaeventos, em Freire-Medeiros (2015), encontra-se o esclarecimento que indica que as narrativas neoliberais resignam a definição de pobreza como objeto de consumo. Assim, a pobreza é encarada como mercadoria, o que ele denomina como pobreza turística (vendida, anunciada, consumida), destacando os casos da Cidade do Cabo, de Soweto e da Rocinha.

No caso africano, a segregação social se deu entre os anos 1948 e 1990, com designações do espaço urbano. O Estado permitiu a criação de bairros para brancos chamados de “*white only*” e de bairros negros chamados de “*townships*”. Por conseguinte, essa segregação racial e espacial evitou a integração dos bairros. Durante a democratização vivida na África do Sul, os índices de segregação racial diminuíram, aumentando as políticas habitacionais, o que levou a uma maior demanda de turistas. Os passeios guiados oferecem a vivência da cultura e etnia africanas, como também a visualização dos símbolos da histórica resistência política.

No caso brasileiro, a favela tornou-se parte do pacote turístico. As construções das casas, os tijolos desalinhados, as paredes coloridas e os moradores fazem do Brasil o atrativo turístico. No entanto, o mercado turístico tem



caráter sociogeográfico particular. O território para a imaginação internacional é que as favelas e os “*townships*” só existem no subdesenvolvimento, e a iniquidade, portanto, seria o itinerário do mercado turístico (FREIRE-MEDEIROS, 2015).

De acordo com Freire-Medeiros (2015), o conceito de *slum tourism* é definido “como os crescentes fluxos de turistas em direção a áreas da cidade que sempre se procurou esconder, sobretudo do olhar estrangeiro” (FREIRE-MEDEIRO, 2015, p. 189). Cabe ressaltar que esse tipo de turismo, nos dois casos, recebe incentivos públicos, constituindo-se como políticas públicas específicas, fazendo com que a pobreza territorializada, por tudo isso, converta-se em pobreza turística. A autora usa no seu estudo as teorias de Foucault (1991) sobre governamentalidade<sup>64</sup> e mobilidade, que estão relacionadas, no caso da mobilidade, ao modo como a sociedade contemporânea está em permanente movimento.

No caso africano, o Plano de Desenvolvimento Turístico de Soweto teve como principal objetivo a transformação social, o desenvolvimento econômico, a geração de trabalho decente e um mercado turístico. O plano ganhou força com a Copa do Mundo 2010. Duas ações foram tomadas para alcançar os objetivos planteados: a primeira foi a criação do primeiro hotel no centro histórico da cidade, e a segunda, o incentivo e a conversão de residências em hospedagens do tipo *bed and breakfast*. Nota-se que as formas de governo operam de forma a não restringir a liberdade dos empreendedores sobre temas de saúde principalmente, como o HIV, o que pode ser chamado, no caso africano, de “autogoverno”<sup>65</sup>, em que a visão está na otimização do desempenho e na expansão do controle entre os pares. No caso carioca, há o exemplo das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), que se concentram nas favelas mais próximas ao eixo turístico-econômico da cidade. A intenção seria criar roteiros turísticos nas favelas, o que seria uma oportunidade para os moradores se

---

<sup>64</sup> Para Foucault (1991), como se mencionou anteriormente, governar e ter controle sobre as pessoas. A governamentalidade não só passa pelo território, mas também por uma sociedade que sempre está em movimento, sendo assim mais difícil o controle, a mensuração e rastreamento. Exemplo: o passaporte é um sistema de controle. Foucault chama de “práticas de liberdade” o caso do turismo, e as estratégias, de “conduzir as condutas”. Explicam-se dois tipos de conduta: a primeira, as macrotecnologias (Estado e autoridades governando territórios e populações); a segunda, microtecnologias (indivíduos se relacionando e governando a si mesmos), resguardadas sob o manto dos megaeventos esportivos.

<sup>65</sup> Foucault (1991) menciona que só de governos não se faz governamentalidade. São necessárias, porém, outras entidades e parcerias para dar força ao foco principal: o bem-estar das pessoas. Nos dois casos se consegue ver apenas o caráter político e gerencial dos projetos. Freire-Medeiros (2015) diz que os estudos sobre o turismo como política, ferramenta de estratégia, são escassos. No neoliberalismo, a governamentalidade supõe que os sujeitos sociais estão na busca voluntária por autoconhecimento e adotam as funções reguladoras do governo.

profissionalizarem como guias de turismo, tornando-se empreendedores, o que, no mercado neoliberal, seria equivalente à inclusão social e à criação de possibilidades de negócios.

Em conclusão, pretende-se mostrar o recuo da ação governamental, adicionalmente à reformulação das estratégias, táticas e procedimentos de regulação em territórios estigmatizados como pobres, como as *townships* e as favelas. O neoliberalismo fez com que os sujeitos sociais estivessem procurando o autoconhecimento e o autogoverno, adotando as funções reguladoras do Estado.

Para Müller (2015), a realização dos Jogos Olímpicos de Inverno de 2014, na cidade russa de Sochi, tinha como objetivo atrair turistas, o que levou à construção de grandes projetos urbanos que mudaram a vida dos habitantes da cidade. A promessa de Putin teve consequências na região. Quando a cidade foi eleita, não havia lugar para hospedar um megaevento, como explica Müller (2015). Para ir do aeroporto ao centro de Sochi, costumava-se levar, aproximadamente, duas horas de percurso em 30 quilômetros de distância.

A maior parte do investimento vinha do tesouro do Estado. A ideia inicial era criar um modelo em que o capital privado investisse mais, mas o interesse privado permaneceu abaixo do esperado.<sup>66</sup> Foi assim que “contratos lucrativos foram concebidos para a camarilha, enquanto inúmeros outros projetos prometiam um lucro reduzido” (MULLER, 2015, p. 541). Portanto, o governo apelou a investidores privados, como os poderosos oligarcas russos, para que estes exercessem suas responsabilidades sociais, financiando os projetos não lucrativos. Por esse motivo, foram necessários equipamentos esportivos que seriam cobrados como custos indiretos. Foi dessa forma que se desenvolveram os resorts. A condição era que, ao fim do megaevento, esses empreendimentos passassem para propriedade do Estado sem custo algum.

Como aponta Müller (2015), no ano de 2013, a cidade de Sochi se tornou a urbe com maiores empreendimentos no campo da construção do mundo, tendo aproximadamente 100.000 operários que trabalhavam para completar os resorts em tempo recorde, para a chegada de 120.000 visitantes no início de 2014. O evento se realizou em dois agrupamentos: o primeiro agrupamento para os esportes de gelo

---

<sup>66</sup> De acordo com Müller (2015, p. 541), “as preparações para os Jogos de Inverno tinham como objetivo se tornar um modelo para o papel dos investidores privados na realização de projetos de larga-escala na Rússia”.

na cidade de Adler, e o outro grupo, na montanha, para os esportes de alpinismo e trenó, em Krasnaya Polyana. Para tais megaprojetos, foram contratados arquitetos de renome global nos esportes de inverno. Também foram projetadas cadeias de hotéis para atrair turistas, como fizeram as redes Radisson, Hyatt, Swissôtel e Accor.

Para Müller, a dissolução da União Soviética, no ano de 1991, trouxe uma queda no setor de turismo nacional. Argumenta ele que, desde a virada econômica, e sobretudo quando Putin assume o poder, os russos preferem não retornar aos velhos centros históricos do turismo soviético. A retomada no setor partiria da vontade do Estado por reconstruir Sochi, através de megaprojetos, demonstrando a vocação dos russos por projetos de grande tamanho, desde a URSS. Contudo, as consequências negativas foram previsíveis. A pressão pela construção de infraestruturas físicas em curto tempo e a exacerbação das decisões burocráticas arbitrárias causaram impactos ambientais e sociais.<sup>67</sup> Em relação ao meio ambiente, pelo fato das construções estarem localizadas em reservas naturais do Cáucaso, o comitê organizador fez propaganda do megaevento esportivo como o mais verde de todos os tempos, deixando os impactos sociais e as escolhas dos habitantes em segundo plano.

Por conseguinte, o principal legado dessa “megalomania” foi a construção de infraestruturas desproporcionais e extremamente caras para as necessidades dos habitantes, como a combinação de estradas e trilhos que não foram plenamente usados em alta temporada. Por outro lado, o uso dos seis estádios e instalações esportivas de inverno foi preocupante, pois eles passaram para a administração do Ministério dos Esportes, com custos de manutenção muito elevados, entre 80 e 140 milhões de dólares anuais, como argumenta Müller (2015). Menciona-se ainda que, para superar as crises de manutenção dos estádios, o Estado pensou que poderia desmantelá-los e reconstruí-los em outras cidades. Não obstante, essa ideia é inviável e aconteceu apenas para um estádio (MÜLLER, 2015). Por outro lado, devido à impossibilidade de usar essas infraestruturas todos os dias, era evidente a insatisfação dos habitantes da cidade-sede. Os imóveis na costa do mar Negro e

---

<sup>67</sup> Menciona Müller que os problemas acontecidos ambientalmente nos locais de construção se localizam nas reservas naturais do Cáucaso: “por exemplo, grandes partes do Rio Mzymta foram modificadas e danificadas enquanto as pilastras de sustentação para o trilho e ligação da estrada foram cimentadas em seu leito, onde ocorreu a escavação de pedras. Enquanto isso, organizações ambientais se distanciaram das discussões com as empreiteiras, depois dos aspectos mais fundamentais da proteção ambiental terem sido ignorados” (MÜLLER, 2015, p. 544).

nas montanhas foram vendidos para investidores externos e reservados para hóspedes com grande poder aquisitivo. Müller (2015) argumenta que o megaevento esportivo na cidade de Sochi teve um excesso de “dirigismo estatal” e políticas “neopatrimoniais”. O contraditório é que, para o Estado, o legado do megaevento seria exibir sua liderança e oportunidade para mostrar um país moderno aos atletas e associações, o ápice das competições esportivas no globo. No entanto, para os habitantes locais, suas vidas passaram por mudanças incomensuráveis.

Há evidências de que, a partir da crescente adoção de um novo padrão de governança empreendedora neoliberal, as experiências de urbanização neoliberal em distintas cidades promovem novos ciclos de mercantilização das cidades-sede ou países anfitriões, gerando desigualdades na organização social e econômica. (RIBEIRO; SANTOS JUNIOR; 2015; EICK, 2015; SANTOS JUNIOR, 2015). Portanto, ao realizar a análise a respeito dos megaeventos esportivos como argumento de desenvolvimento urbano em prol do mercado, cabe, então, fazer algumas conclusões parciais sobre o urbanismo neoliberal, que é dado pela competição interurbana por atrair capitais e turistas solventes, pela mercantilização e pela neoliberalização do território. Porém, pode-se verificar que os megaeventos esportivos, em diferentes contextos – econômicos, sociais e ambientais – delimitam-se pela hegemonia de interesses empresariais de capital privado, demarcando o tipo de governança urbana que os governos locais e nacionais devem seguir para ser cidade-sede. Isto é, as transformações urbanas procedentes dos megaeventos esportivos requerem ser entendidas como parte dos acordos espaciais e institucionais, pois fixam-se a partir dos limites da neoliberalização a favor do mercado.

Note-se que o neoliberalismo não se limita só à mercantilização do espaço público e do ambiente construído, devendo ser entendido também como um vasto processo na transformação da ordem urbana, criando novos meios sociais favoráveis à disseminação e legitimação dos valores a favor do capital privado e do mercado. Da mesma forma, a mercantilização dos megaeventos se manifesta como uma nova forma de governança urbana, denominada empreendedorismo urbano. Este se estabelece através da premissa de que os Jogos são oportunidades de desenvolvimento urbano, dado que geram oportunidades globais de promover as cidades.

Uma das características do empreendedorismo urbano são as intervenções urbanas através de megaprojetos de revitalização urbana, que sejam capazes de atrair investidores, capital privado, pessoas solventes, dentre outros. As intervenções urbanas se fazem a partir da gestão e da produção do espaço urbano inserido nos circuitos do capitalismo global, com a construção de discursos hegemônicos por parte dos agentes públicos e privados. Estes grupos se articulam para tentar fabricar um consenso em torno aos megaeventos esportivos, alegando benefícios em larga escala. Pode-se dizer que os elevados investimentos públicos seriam justificados pela produção de um legado de infraestrutura urbana, por meio do qual os megaeventos esportivos tornam as cidade-sede visíveis na escala global e proporcionam um senso de pertencimento legitimado pelo discurso do patriotismo a respeito dos Jogos, seguido de discursos sobre as cidades-sede serem concebidas como se fossem empresas e mercadorias.

O urbanismo neoliberal, atendendo os megaprojetos de revitalização urbana, realiza-se em lugares específicos e estratégicos das cidades, cujo interesse, em particular, associa-se ao capital imobiliário, assim como ao capital relacionado ao turismo. Uma característica de como se consuma o empreendedorismo urbano é a realização de parcerias entre o setor público e setor privado, com as conhecidas Parcerias Público Privadas (PPP). Nessa parceria desigual, o setor público se subordina à lógica mercantilista, pois, segundo os casos mencionados no tópico anterior, existe uma desigualdade nessas parcerias, dado que os altos custos da realização dos megaeventos ficam finalmente para o setor público, e os lucros, para o setor privado.

Além disso, os megaeventos têm dado problemas para os habitantes dos países anfitriões e cidades-sede, percebendo-se segregação socioeconômica e espacial na compra dos ingressos, já que os pobres, pelos altos preços dos ingressos, dirigiam-se a áreas específicas das cidades, sendo excluídos dos Jogos. Também se manifestaram violações no direito à cidade, expressas em casos de remoções dos habitantes de determinados lugares onde se interveio urbanisticamente, no deslocamento causado pelo aumento significativo do valor de solo urbano e na repressão aos movimentos sociais. As intervenções urbanas oriundas dos megaeventos esportivos envolvem transformações nas dinâmicas urbanas das cidades-sede, que são dadas pela adoção de um novo modelo de governança empreendedora neoliberal e da nova rodada de mercantilização e elitização das cidades.



### 3 POLÍTICAS, REGIMES URBANOS E COALIZÕES NA CIDADE DE LIMA

O presente capítulo versa a respeito dos padrões de governança urbana neoliberal adotados nas cidades de Lima e Callao. Mobilizam-se leituras e reflexões sobre como se vem dando a governança urbana contemporânea, a partir de reflexões de pesquisadores sobre a relação entre os megaeventos esportivos e as cidades-sede. A noção de governança urbana com que se opera no seguinte capítulo apoia-se nas análises de Harvey (1996; 2015) sobre empreendedorismo urbano. Num primeiro momento, realiza-se um correlato histórico acerca da implantação da ideologia neoliberal no Peru. Toma-se como ponto de partida o início dos anos 80, década quando presidiu, primeiro, o ex-presidente Belaunde e, depois, o ex-presidente Alan Garcia. Percebe-se que, desde os anos de 1990, iniciam-se mudanças regulatórias que promoveram o processo de neoliberalização, com o intuito de criar ambientes favoráveis para a integração nacional aos mercados globais (THEODORE; PECK; BRENNER, 2009).

Em um segundo momento, discute-se o planejamento excludente da cidade de Lima e Callao, que não são olhadas como um todo. Aborda-se o novo padrão de planejamento urbano estratégico estabelecido na cidade de Lima e Callao, que passou a orientá-las com um planejamento modernista ou racional para o planejamento estratégico pró-mercado. Há evidências de que os Jogos potencializam o debate, gerando contradições nos processos de urbanização, a partir da difusão do empreendedorismo. É assim que o capítulo se encerra, revelando a adoção de um novo padrão de governança urbana empreendedora neoliberal (HARVEY, 1996; 2005; THEODORE, PECK, BRENNER, 2009; RIBEIRO; SANTOS JUNIOR, 2015), de planejamento estratégico (NOVAIS, 2003; VAINER, 2000) e de *city marketing* (SANCHÉZ, 1999; SÁNCHEZ; BROUDEHOUX; 2013), que se sustenta a partir de coalizões políticas e arranjos institucionais para a realização do megaevento esportivo XVIII Jogos Pan-Americanos Lima em 2019.

#### 3.1 Adoção da ideologia neoliberal no Peru

*La naturaleza general del Estado en la era de la neoliberalización es difícil de describir por dos razones concretas. En primer lugar, las divergencias sistemáticas con el modelo que describe la teoría neoliberal se tornan rápidamente evidentes, y no todas pueden*

*atribuirse a las contradicciones internas ya esbozadas. En segundo lugar, la dinámica evolutiva de la neoliberalización ha sido de tal envergadura que ha llegado a forzar adaptaciones que han variado enormemente de un lugar otro, así como también a lo largo del tiempo. Toda intento de extraer una imagen integrada de un típico Estado neoliberal a partir de esta inestable y voluble geografía histórica podría parecer cosas de locos (HARVEY, 2007, p. 79).*

No presente tópico pretende-se entender os processos determinantes que vêm levando e levaram o Estado peruano a adotar os pré-conceitos neoliberais. Empenha-se em analisar e estudar conceitualmente a nova realidade histórica nacional, apresentada desde a década de 1980, assim como a adaptação econômica e política nesse contexto.

Não obstante, percebe-se que, a partir da reestruturação global da década de 1970, houve mudanças regulatórias promovidas pelo processo de neoliberalização no hemisfério norte. No continente latino-americano, foi distinto. O processo neoliberal se intensifica desde meados dos anos de 1990. Uma primeira fase se dá nos anos de 1980, quando o imperialismo entra em crise, e escoam os excedentes da economia mundial, gerando contradições na organização da divisão do trabalho. Ocorre uma segunda fase nos anos de 1990, sob a influência do Consenso de Washington, e uma terceira e última fase desde os anos de 2000, quando o projeto neoliberal se modifica em resposta à ascensão econômica chinesa e ao avanço do antineoliberalismo (MARTINS, 2011).

O neoliberalismo concebe-se como projeto e programa econômico-político do capital para viabilizar a sua reprodução. Dessa forma, associa-se à necessidade de enfrentar as crises das taxas de crescimento do capitalismo global. Os Estados colocam políticas que priorizam as classes sociais dominantes da riqueza nacional a escala global, sendo uma de suas características o fortalecimento da especulação do capital (HARVEY, 2007).

Depois da crise econômica desencadeada pela hiperinflação ocorrida na década de 1980 no Peru, iniciando-se no segundo governo de Belaunde (1980-1985), e sobretudo no primeiro governo de Alan Garcia (1985-1990), nas eleições presidenciais de 1990, as probabilidades de vitória do partido do governo, *Alianza Popular Revolucionária Americana* (APRA), e das esquerdas nacionais eram praticamente nulas. O cenário internacional político-econômico se sintetizou basicamente na esfera da direita conservadora. De tal maneira, pode-se dizer que,



econômica e politicamente, a hegemonia burguesa visava deslocar sua finalidade industrial-exportadora nacional para um intuito transnacional. No âmbito político, a tendência neoliberal liderada por Mario Vargas Llosa<sup>68</sup> pretendia maior inserção dos burgueses no governo, visando à substituição da pequena burguesia tecnocrática e defensora das classes populares. Portanto, a expectativa do grupo hegemônico era colocar os poderes econômicos e sociais e o poder do Estado nas mãos das elites nacionais e, sobretudo, internacionais.<sup>69</sup> Como se não bastasse, a crise nacional, também, devia-se a conflitos internos com os grupos terroristas *Sendero Luminoso* (PCP-SL) e *Movimiento Revolucionario Tupac Amaru* (MRTA), que iniciam sua guerra armada no interior do país, desencadeando, pelo terror, uma nova onda de migrantes para Lima. Por um lado, era evidente que, pela falta de políticas públicas, e em especial políticas urbanas, a falta de capacidade de gestão estadual e de recursos econômicos, a capital não estava preparada para albergar o promissório futuro dos novos moradores migrantes. Por outro lado, as forças armadas começam a ter maior poder hegemônico, e sua dominação se expande no conflito interno (CARRANZA, 2000).

Na atualidade, pode-se dizer que as sugestões liberais de Vargas Llosa não foram capazes de atrair mais eleitores e elegê-lo presidente. Mesmo que as propostas convocassem as camadas populares a partir de uma visão culturalista indígena, faltava no discurso a relação entre identidade nacional e os novos processos de acumulação capitalista, ou seja, o processo da ideologia neoliberal do Prêmio Nobel não amadureceu o suficiente.

Segundo Pease e Sommer (2013), o partido *Frente Democrático* (FREDEMO) nasce da classe dominante nacional, formada por pessoas de alto poder aquisitivo, jovens, independentes da política e “brancos”. Do mesmo modo, emerge sob as coalizões de três partidos políticos tradicionais, o *Acción Popular* (AP), o *Partido Popular Cristiano* (PPC) e o novo partido liderado por Vargas Llosa, o *Movimiento Libertad*. Cabe mencionar que a ideologia do FREDEMO era a defesa dos princípios econômicos liberais, seguindo os alinhamentos estabelecidos pelo Consenso de

---

<sup>68</sup> Mario Vargas Llosa é um escritor novelista ganhador do Prêmio Nobel de Literatura no ano de 2010. Foi candidato presidencial em 1990.

<sup>69</sup> De acordo com Carranza (2000), tratava-se de colocar o poder econômico e o controle do governo nas mãos de um poder fático. De fato, traz a debilidade eleitoral da esquerda peruana. Economicamente a hegemonia burguesa tendia a “ser desplazada desde su fracción industrial-exportadora a la fracción financeira transnacionalizada” (CARRANZA, 2000, p. 23).

Washington (1989). Dessa maneira, Vargas Llosa e seus partidários se candidataram como uma frente neoliberal, que levaria à desregulamentação da economia e à privatização das empresas estatais, assim como incentivaria a atração de investimentos estrangeiros (PEASE; SOMMER, 2013).

Em março de 1990, enquanto as crises econômica e social continuavam atingindo o país, as sondagens previam uma vitória fácil do FREDEMO. Os setores populares apoiavam o Vargas Llosa como única possibilidade de melhoria da economia nacional. De fato, existia uma dupla confusão e uma contradição no discurso entendido pelo povo. Por um lado, a ideologia entre os postulados neoliberais de Vargas Llosa, para atrair capital estrangeiro e os benefícios certamente dados para as empresas privadas, e, por outro lado, uma campanha milionária do FREDEMO, que não representava a imagem do povo. O contraditório era o apoio dos setores populares para o candidato “branco”, sem saber que eles seriam os mais afetados pelas consequências dos ajustes econômicos.<sup>70</sup>

Segundo as sondagens, Vargas Llosa tinha aproximadamente 42% de intenção de votos uns meses antes da eleição. Por outro lado, aparecia um candidato diferente, Alberto Kenya Fujimori, de aparência humilde, um espanhol mal falado e raça asiática,<sup>71</sup> o qual iniciou a campanha eleitoral com 1%, mas os rumores eram de que um candidato com essas características representaria o povo, dado que um desconhecido poderia confrontar as poderosas alianças políticas tradicionais. Vargas Llosa começou uma campanha com grandes empresários e organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), e teve uma excessiva publicidade, ao contrário do Fujimori, que, em pouco tempo, conseguiria se colocar a 3% do seu adversário com uma campanha quase austera em comparação à do Prêmio Nobel (PEASE; SOMMER, 2013; CARRANZA, 2000).

Fujimori teve dois discursos políticos e econômicos, que se contradizem entre si. Durante a campanha eleitoral, seu discurso se opôs à implantação das políticas neoliberais no seu governo, assim como rejeitou as políticas e partidos tradicionais,

---

<sup>70</sup> Cabe dizer que havia uma complexidade extrema. As massas populares queriam o fim da guerra interna, mas as condições econômicas e sociais criavam situações extremas de conflitos sociais, políticos e culturais.

<sup>71</sup> Carranza (2000, p. 24) explica esse fenômeno social eleitoral: “*hasta que, de repente, um rumor surdo, persistente, contagiante, se fue apoderando de la gente ‘el chinito es la voz’. Nadie sabía el origen del rumor, de donde venía, [...] era un perfecto desconocido que se enfrentaba a las poderosas alianzas políticas de derecha, centro e izquierda, y que [...] crecía, sobre todo en las capas populares de Lima y de los pueblos de la sierra y de la selva*”.

de modo que Fujimori passasse a ser entendido e considerado como um *outsider*. O candidato Vargas Llosa passou a ser reconhecido como o possível privatizador das empresas públicas, que iriam desregulamentar o Estado e, sobretudo, pertencer à elite nacional. A liderança carismática de Fujimori,<sup>72</sup> combinada à esperança das massas, que aguardavam um líder que resolvesse os problemas econômicos e sociais, fez com que, no segundo turno, Fujimori fosse eleito presidente com 65,5% de aceitação, manifestando uma nova política nacional e representando o novo partido, *Cambio 90* (PEASE; SOMMER, 2013).

Depois da eleição, Fujimori, os seus assessores, o setor privado e os eleitores fujimoristas não pretendiam que as mudanças econômicas, políticas e sociais nacionais viessem da inclusão social. Eles queriam fazê-lo do seu próprio jeito, o que faria com que se alinhassem às agências internacionais, iniciando a implantação de políticas neoliberais, em conformidade ao Consenso de Washington. Esses assessores queriam a abertura da economia nacional e um outro Estado flexível para a produção e circulação do capital. Com certeza, pode-se dizer que esses grupos de poder não queriam a reformulação estatal ou novas políticas econômicas a partir da participação da sociedade civil, nem queriam recuperar a ideologia nacional sobre a sua própria consciência histórica.<sup>73</sup> Um momento marcante para a introdução dessas políticas acontece quando o já eleito Fujimori viaja aos Estados Unidos e ao Japão. Após esses encontros internacionais, na volta para o Peru, Fujimori implantou o ajuste neoliberal. O contraditório é, por conseguinte, incorporar a ideologia defendida pelo seu adversário Vargas Llosa, que ele tanto criticou na campanha (PEASE; SOMMER, 2013).

Iniciando o mandato, o presidente realiza a implantação das políticas neoliberais, seguindo as diretrizes do Consenso de Washington, alterando a Constituição Peruana de 1979, para liberalizar a economia, assim como também regular o pagamento da dívida externa, privatizando as empresas públicas e cortando os gastos públicos na área social. Ainda, o governo de Fujimori demitiu

---

<sup>72</sup> C.f. WEBER, 2011.

<sup>73</sup> Como argumenta Carranza (2000), Fujimori, em sua primeira apresentação depois do triunfo eleitoral, dirige-se aos seus simpatizantes como o candidato opositor ao projeto neoliberal de Vargas Llosa e “*gran transformación*.” No discurso, Fujimori arremata indicando que é o governante obrigado a arbitrar pelo benefício dos peruanos.

uma grande quantidade de trabalhadores do aparato do Estado.<sup>74</sup> Em consequência, essas medidas de inflexão neoliberal levaram à debilitação da sociedade civil, desmantelando movimentos sociais, sindicatos, partidos políticos, entre outros, para, dessa forma, concentrar a economia através de monopólios e oligopólios (PEASE; SOMMER, 2013; CARRANZA 2000).

Usando parte do dinheiro das privatizações de aproximadamente 200 empresas públicas, o governo peruano começou a realizar programas nacionais populistas direcionados aos mais desprotegidos e despossuídos, os quais foram crescendo em número a partir das implantações das políticas neoliberais, em vez de realizar programas de assistência social, que eram mais necessários. Portanto, Fujimori teve ligação populista com os extratos mais necessitados, o que o ajudou a se manter no poder. Ainda sem problemas para aprovar os projetos neoliberais, o ex-presidente reclamava publicamente da classe política e dos congressistas, alegando que eles atrapalhavam o livre funcionamento do mercado e que eram inúteis para a relevância das receitas internacionais e para o futuro do país.

No entanto, como argumenta Martínez (2009), houve forte pressão por parte dos entes internacionais e das organizações financeiras, solicitando os ajustes econômicos<sup>75</sup> que garantiriam o pagamento da dívida externa, assim como a exigência do governo norte-americano pelo combate ao terrorismo. Nesse sentido, Fujimori faz alianças com as forças armadas. No dia 5 de abril de 1992, ele fez o conhecido autogolpe de Estado, com o apoio dos militares, justificando que as reformas realizadas não tinham sido suficientes para mudanças socioeconômicas, fechando o Congresso Nacional e destituindo parte dos membros do Poder

---

<sup>74</sup> Discorre Carranza (2000) que Fujimori buscou a economia informal e, através do ressentimento étnico das massas, criou grandes expectativas para sua eleição. Líderes e consultores irão encontrá-las na comunidade internacional de gestão: BM, FMI, BID. Desde então, são os consultores transnacionais que menosprezam os técnicos peruanos, que venderam seus serviços a preços muito baratos e rápidos, optando assim os consultores internacionais por políticas que enfraqueceram o papel econômico e social do Estado-nação (CARRANZA, 2000).

<sup>75</sup> Segundo Brandão (2017), citando Sotelo (2005) e Barros e Hinter (2010), os ajustes neoliberais foram compostos por três estágios. Inicialmente, foi o programa de estabilização, que foi adotado em agosto de 1990. Esse programa teve o objetivo de conter a inflação e normalizar o pagamento da dívida externa. O seguinte estágio correspondeu às reformas institucionais a favor do mercado, portanto, desregulação do mercado financeiro, flexibilização das relações trabalhistas, privatizações que possibilitaram a inserção de capital estrangeiro e o empenho em reduzir o déficit fiscal. O terceiro estágio foi a inserção do Estado no circuito financeiro internacional.

Judiciário.<sup>76</sup> Nesse sentido, o golpe de Fujimori evidenciou a fragilidade do Estado peruano, que se inseriu rapidamente sem interdições no sistema neoliberal. Ainda houve intervenção nas instituições estatais, como a *Contraloría General del Perú* (CGRP), o *Jurado Nacional de Elecciones* (JNE) e o *Registro Nacional de Identificación y Estado Civil* (RENIEC).

Segundo Martínez (2009), a dissolução do parlamento, o fechamento das instituições públicas, como o Poder Judiciário e os órgãos de controle do Estado, sendo substituídos por funcionários afins do governo, fizeram com que se acelerasse o desenvolvimento da agenda neoliberal de Fujimori. Nesse marco, o discurso da ameaça terrorista foi necessário para a legislação de exceção com a qual se realizou a maior repressão policial a qualquer oposição ao regime. Nesse aspecto, intensificou-se a repressão a faculdades públicas, ocorrendo crimes de lesa-humanidade e até assassinatos de estudantes (MARTÍNEZ, 2009).<sup>77</sup>

Após o golpe de Estado, a imagem democrática de Fujimori se desfez. Desde o início, os atos de corrupção e o autoritarismo esgotavam a imagem internacional do presidente. Os organismos internacionais pressionaram o governo, fazendo com que fossem convocadas eleições para compor uma Assembleia Constituinte, a qual se denominaria de *Congreso Constituyente Democrático* (CCD), com o objetivo de elaborar uma nova Constituição de cunho neoliberal. As eleições se realizaram em 22 de novembro de 1992, obtendo 44 das 80 vagas para o CDD, o que facilitou a promulgação da Constituição Política do Peru em 29 de dezembro de 1993, ainda que os congressistas seguissem com as suas funções até as eleições de 1995, representando a nação, fiscalizando e controlando os cenários políticos, orientando-se para o desenvolvimento econômico e social do país.

Portanto, como mencionado anteriormente, é possível dizer que as consequências da implantação do neoliberalismo no Peru significaram a transformação do país até a contemporaneidade, contrapondo o neoliberalismo à

---

<sup>76</sup> Como argumenta Martínez (2009, p. 68) “durante el autogolpe fueron saquedados los archivos del poder judicial. Al día siguiente el ministro de economía Carlos Boloña Behr anunció la aplicación del conjunto de reformas económicas neoliberales”.

<sup>77</sup> Por exemplo, o “*Grupo Colina*”, grupo de extermínio criado pelo Fujimori que era composto por membros do Exército e da *Policia Nacional*, que tinha como objetivo combater o terrorismo mediante a repressão social. Suas ações centravam-se no assassinato de dirigentes sindicais, sequestro, tortura, assassinato de dirigentes populares e jornalistas, assim como grupos de oposição ao regime ditatorial. O *Grupo Colina* foi responsável pelo massacre e genocídio de Barrios Altos na cidade de Lima, no dia 03 de novembro de 1991, quando foram assassinadas 15 pessoas, e da *Universidad Pedagógica Nacional – La Cantuta*, em 18 de julho de 1992, quando nove estudantes e um professor foram assassinados (MARTÍNEZ, 2009).

democracia. Percebe-se que houve uma relação antagônica, dado que o primeiro termo se embasa nas suas diretrizes de reprodução social orientada ao capital privado e a um setor da elite nacional, que é oposto ao segundo termo. Como se está argumentando, o neoliberalismo ocorreria mediante a “destruição criativa” (THEODORE; PECK; BRENNER, 2009; HARVEY, 2005; 2014), restringindo e alterando as instituições estatais, regendo-se pela lógica de oferta e demanda introduzida na lógica econômica do país, pois o Estado produz legislação e marcos normativos que beneficiam as corporações, assumindo riscos nas parcerias entre o público e o privado. Ademais, o Estado neoliberal recorre de forma coercitiva às legislações e estratégias de controle para reprimir as formas coletivas de oposição. Em consequência, pode-se dizer que a inserção do Estado peruano não torna irrelevante as instituições particulares do Estado, como os poderes jurídicos ou policiais. Não obstante, evidencia-se também uma nova configuração radical das instituições e das práticas estatais, no concernente ao equilíbrio entre a coerção e o capital e aos movimentos sociais (HARVEY, 2007).

A interpretação político-econômica da Constituição peruana faz entender que o objetivo principal era fazer uma transição da economia nacional para o sistema neoliberal globalizado, mas, com o decorrer do tempo, começam-se a evidenciar crises sistêmicas do modelo escolhido, ou seja, do setor primário que exporta. Além disso, a implantação criou mais informalidade urbana e desigualdades sociais. De acordo com Martínez (2009), a política econômica do regime fujimorista deu abertura aos horizontes e paradigmas neoliberais, tendo como objetivos, por um lado, a redução da estagnação e, por outro, o pagamento da dívida externa, ainda que às custas da desregulamentação estatal e do corte nos gastos sociais.

O governo de Fujimori se concentrou nos ajustes econômicos solicitados pelas organizações financeiras internacionais, para realizar o pagamento da dívida externa. Em 1991, a dívida externa ascendia a 24 milhões de dólares, além do valor de 1,329 milhões de dólares pago pelos serviços anuais. No ano de 1996, havia sido acrescida em 33,805 milhões de dólares e, em 1997, foi reduzida a 28,508 milhões de dólares, depois de transferir ao pagamento da dívida uma parte dos valores recebidos pelas privatizações (MARTÍNEZ, 2009). No entanto, de acordo com Martínez (2009), a reeleição de Fujimori, no ano de 1995, ocorreu durante o estado de emergência, com a colaboração das forças armadas. No seu segundo mandato,

as políticas neoliberais empregadas versam a respeito do dismantelamento do aparato do Estado, por meio da venda de empresas elétricas, telefônicas, metalúrgicas e mineradoras. Vale ressaltar que foram vendidas no regime ditatorial parcial ou total 187 empresas, por um valor de 7,542 bilhões de dólares.

Em 1996, Fujimori faz um acordo de reestruturação e ajuste da dívida externa, com os membros do Club de París, no qual comprometeu o Peru a pagar 16,767 milhões de dólares entre os anos 1996 e 2015, a respeito de uma dívida que tinha aproximadamente 6 milhões de dólares em 1990. Um ano depois, fez um outro acordo com o setor privado. Na década de 90, com uma taxa de crescimento econômico de 12,9% e diminuição da inflação em 15,4%, o país se converteu no milagre econômico da década. Argumenta Martínez que “para as organizações financeiras internacionais, o regime fujimorista constituiu um paradigma, ainda que à custa da violação total do Estado de direito” (MARTÍNEZ, 2009, p. 69, tradução nossa). Também é possível identificar a impossibilidade de obter diversificação econômica, dado que o mercado estava aberto para a submissão do grande capital estrangeiro. Portanto, pode-se argumentar que, ao abolir a soberania nacional, a reeleição de Fujimori favoreceu os interesses por parte do capital estrangeiro.

Comparada à Constituição anterior, elaborada em 1979, a nova Carta Magna, de 1993, ignora no seu enunciado a garantia dos direitos fundamentais, passando a se reger pela lógica de lucro do capital estrangeiro, o que levou à modificação também do comportamento do cidadão, diminuindo a sua participação e defesa dos próprios direitos. Entretanto, o núcleo econômico neoliberal se converteu em acordos e arranjos da preferência internacional, considerando que os artigos 58, 60, 62 e 63 outorgam concessão ao selo neoliberal. Esses artigos da Constituição de 1993 desempenham o papel neoliberal, o que denominam de “economia social de mercado” ou “economia de mercado”, a qual não considera o bem-estar geral, isto é, o artigo 58 menciona claramente a prevalência da iniciativa privada para o desenvolvimento local. O princípio de subsidiariedade do Estado estipulado no artigo 63 reduz a prática política que se impunha desde o ano 1993. A intervenção pública é suprida pela iniciativa privada, que requer o lucro. Instituições públicas como o *Tribunal Constitucional* e *Instituto Nacional de Defensa de la Competencia y de la Protección de la Propiedad Intelectual* (INDECOPI) sustentam que a iniciativa privada é livre e, por outro lado, que o papel subsidiário do Estado subjaz na

incapacidade de cobrar impostos justos similares aos que pagam os pequenos proprietários nacionais. Em consequência, a falta de recursos para satisfazer necessidades básicas fez com que o capital nacional não conseguisse competir no mercado mundial contra o capital estrangeiro.

Fujimori ratifica a Carta Magna mediante consulta popular. O resultado do referendo foi dividido e apresentou suspeitas de fraude, com 52% a favor e 48% contra. Nesse momento, ela tinha aproximadamente 70% de aceitação, não obstante, cabe mencionar que quase nada foi mencionado na esfera pública a respeito do conteúdo da nova Constituição. Nessa época da ditadura de Fujimori, os meios de imprensa eram censurados e controlados.

No ano 2000, Fujimori se candidatou à presidência pela terceira vez. No entanto, sabe-se que essas eleições foram fraudulentas, pois a própria Constituição de 1993, criada por Fujimori, estabelece a possibilidade de duas reeleições presidenciais. Um acontecimento importante nesse período foi o surgimento de vídeos de corrupção e de suborno por parte do seu principal assessor, Vladimiro Montesinos, que filmava congressistas, subornando meios de comunicação, entre outros. Desta forma, com todos esses escândalos, Fujimori renunciou ao cargo de presidente por meio de fax enviado do Japão, no dia 19 de novembro de 2000.

Após à renúncia de Fujimori, entra na presidência Valentin Paniagua (2000-2001), que era presidente do Congresso. No curto período em que foi presidente, apesar de ter a maioria dos congressistas, Paniagua não muda a Constituição de 1993, especialmente em relação às políticas neoliberais, mas altera a possibilidade de reeleição presidencial.

Em 2001, foi eleito o economista Alejandro Toledo (2001-2006), que venceu no segundo turno o ex-presidente Alan Garcia, governando por um período democrático de cinco anos. Toledo era conhecido como principal opositor de Fujimori. Ele participou das eleições em 2000, que foram fraudadas. Cabe mencionar que Toledo, apesar de opositor de Fujimori, deu fé no seu governo ao viés econômico fundamentado nos parâmetros neoliberais implantados pela ditadura, portanto, não realizou mudanças na Carta Magna. As principais mudanças durante o quinquênio foram o fortalecimento dos partidos políticos, os quais Fujimori tinha desmantelado, assim como o fortalecimento da descentralização político-administrativa mediante a reforma constitucional de 2002.



O sucessor foi o ex-presidente Alan Garcia (2006-2011), que venceu seu adversário de discurso radical, Ollanta Humala. O plano de governo do *Partido Aprista Peruano* (APRA) apresenta um tópico particular que trata da reforma constitucional do país. Isso significa, então, retomar a antiga Constituição de 1979, firmada por seu ex-líder político, Raul Haya de La Torre. Além disso, consta nesse apartado o fortalecimento da capacidade reguladora do Estado mediante uma economia social de mercado.

Depois do Alan Garcia, Ollanta Humala (2011-2016) ganhou as eleições presidenciais, superando Keiko Fujimori, filha do ex-presidente Fujimori. O discurso de Humala era contra o sistema neoliberal, indicando que esse regime gerava desigualdades sociais nos países da América Latina, assim como criticava seus antecessores presidentes, como Fujimori, Toledo e Garcia.

No ano de 2016, assumiu a presidência o economista neoliberal Pedro Pablo Kuczynski (2016-2018), vencendo Keiko Fujimori, filha de Fujimori, no segundo turno. No plano de governo de Kuczynski, não se mencionava mudança alguma a respeito da Constituição de 1993, pelo contrário, as propostas do economista liberal indicavam a diminuição do Estado, com a privatização da empresa *Servicio de Agua Potable y Alcantarillado de Agua* (SEDAPAL), instituição responsável pelo abastecimento de água.

Posteriormente à renúncia de Pedro Pablo Kuczynski, no dia 23 de março de 2018, devido a denúncias de corrupção envolvendo o Poder Público, assumiu a presidência o vice-presidente, Martin Vizcarra (2018-2020). Apesar disso, o novo presidente dá continuidade aos programas do governo do antecessor, seguindo os limites econômicos formulados por Kuczynski na campanha eleitoral, cujo rumo econômico se baseou na desregulamentação do mercado e na redução do Estado. Em suma, uma análise do programa de governo indicava sua similaridade ao plano de Fujimori, de 1992. No ano de 2020, o Congresso da República faz um impeachment ao presidente Vizcarra. Em 2021, é eleito o Sr. Pedro Castillo, sobre Keiko Fujimori.

Portanto, é necessário mencionar como a Constituição de 1993 modificou a governança das cidades peruanas. Calderón (2012) explica que a Constituição política de 1993 dividiu o território em regiões, departamentos, províncias e distritos cujas circunscrições eram exercidas pelo governo de forma descentralizada e

desconcentrada.<sup>78</sup> As prefeituras provinciais e distritais são órgãos do governo local e têm autonomia política, econômica e administrativa, assim como definem competências, bens e gastos das prefeituras e estabelecem critérios da participação dos habitantes na gestão local. A atual Constituição define a descentralização como processo permanente e tem como objetivo principal promover o desenvolvimento do Peru. Seu artigo 197 estabelece que as regiões colaboram com os governos locais e não substituem nem duplicam sua ação de competência (PERU, 1993).

Por meio dos *Consejos de Cordinación Regional*, são estabelecidos e articulados os mecanismos de governança urbana, já que os prefeitos provinciais ou seus representantes são membros diretos nas decisões do território. Embora a Constituição de 1993 reconhecesse a autonomia municipal e incorporasse a figura da autonomia política, vários analistas da época questionaram a eliminação da enumeração expressa das competências municipais e seus recursos econômicos, algo que estava presente na Constituição de 1979. De acordo com esses analistas, tal omissão deixou a determinação de atribuições ao Poder Executivo e ao Poder Legislativo, o que constituiu um retrocesso, deixando a Constituição como garantia de autonomia municipal (CALDERÓN, 2012).

### **3.2 Contexto urbano de Lima e Callao na atualidade: planejamento e governança urbana**

Lima é uma cidade com pouco mais de 9 milhões e 485 mil habitantes, e a Província Constitucional del Callao ou Região Callao tem aproximadamente 1 milhão e 719 mil habitantes, segundo a pesquisa *Censos Nacionales 2017: XII de Población, VII de Vivienda y III de Comunidades Indígenas* do Instituto Nacional de Estadística e Informática (INEI, 2017). Organismo internacionais, agências de cooperação e faculdades, como o *Programa de las Naciones Unidas para los Asentamientos Humanos* (UN Habitat), o *Programa de las Naciones Unidas para el Medio Ambiente* (PNUMA) e o *Centro de Investigación de la Universidad del Pacífico*

---

<sup>78</sup> Para maior conhecimento do processo de descentralização, ver o *Estudio del proceso de descentralización en el Perú*, de 2016, realizado pela *Contraloría General de la República*, auspiciado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e pela cooperação alemã da *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit* (GIZ), encarregado pelo *Ministerio Federal de Cooperación Económica y Desarrollo* (BMZ).

(CIUP), argumentam que Lima e Callao estão entre as principais cidades da América do Sul e que, em população, representam a quinta maior cidade da região.

Os indicadores socioeconômicos refletem a importância das cidades em relação ao restante do país. A População Economicamente Ativa (PEA) produzida pelas duas cidades representa quase 25% do Produto Interno Bruto (PIB). Do mesmo modo, a renda média per capita é quase o dobro da média nacional (UnHabitat; PNUMA; CIUP; 2006). Portanto, segundo essas cifras, a cidade de Lima é a mais populosa do país, a quinta da América Latina e Caribe e uma das 30 aglomerações urbanas mais populosas do planeta; adicionalmente, é considerada centro comercial, financeiro, político e cultural do país (LIMA, 2019). Há muitas décadas as cidades de Lima e Callao apresentam problemas territoriais relacionados à informalidade urbana, desigualdade e segregação socioespacial devido à falta de planejamento e à inexistência de planos diretores democráticos e participativos. Cabe mencionar que a cidade de Lima cresce sem um plano de desenvolvimento urbano aprovado desde 1990.

Durante a década de 1970 e na Constituição de 1979, o planejamento urbano das cidades peruanas era de cunho democrático participativo, com políticas urbanas orientadas para o bem-estar social dos habitantes das cidades e dos novos migrantes. Cabe dizer que, a partir da inserção nacional na globalização neoliberal, e sobretudo com a Constituição de 1993, que disseminava políticas urbanas, focou-se numa série de programas de caráter neoliberal orientados pelo princípio da competitividade das cidades no mercado mundial, do “empreendedorismo urbano” e do “planejamento estratégico” como possíveis soluções urbanas, assim como de políticas a favor do mercado.

Dessa maneira, as autoridades recorreram a planos emergenciais de governança urbana empresarial para suprir os problemas urbanos da cidade. Os prefeitos apresentaram planos de desenvolvimento urbano concentrados em períodos de quatro anos, que serviram como estratégias eleitorais em parceria com o setor privado, ao invés de planos urbanos que servissem como plataforma do direito à cidade.

Percebe-se que a governança urbana no Peru transcorre entre os governos municipais e locais (provinciais e distritais), que elaboram os planos de crescimento e ordenanças municipais, assim como a do Estado é definida pelo *Ministerio de*

*Vivienda y Saneamiento*, que realiza políticas e normativas que geram impacto na expansão territorial e funcionamento das cidades. Como será visto mais adiante, no tópico 5.2, a participação da *Municipalidad Metropolitana de Lima*, por meio do *El Plan Metropolitano de Desarrollo Urbano de Lima y Callao 2035* (PLAM 2035) e, depois, do *Proyecto Especial*, coalizões e arranjos institucionais, fez-se o *Plan Maestro de los XVIII Juegos Pan-americanos y VI Juegos Parapan-americanos Lima 2019*.

Zona Lima Centro: tem o *Centro Histórico de Lima* representado pela cor azul (Figura 1), onde se localizam os três poderes do Estado peruano, assim como a administração da *Municipalidad Metropolitana de Lima*. O perfil econômico de área central é principalmente financeiro, aglomerando as instituições públicas, serviços, comércio e turismo. A área limítrofe do centro da cidade possui atividades econômicas e comerciais, figurando como principais atividades a gastronomia, cadeias de hotéis internacionais, restaurantes e *shopping centers*, assim como a oferta de bens e serviços nacionais e internacionais se localizam nesse espaço. A área central compreende os seguintes 14 distritos: *San Luis, San Isidro, Miraflores, Jesus Maria, San Miguel, San Borja, La Victoria, Lince, Pueblo Libre, Rimac, Lima, Barranco, Breña e Santiago de Surco*.

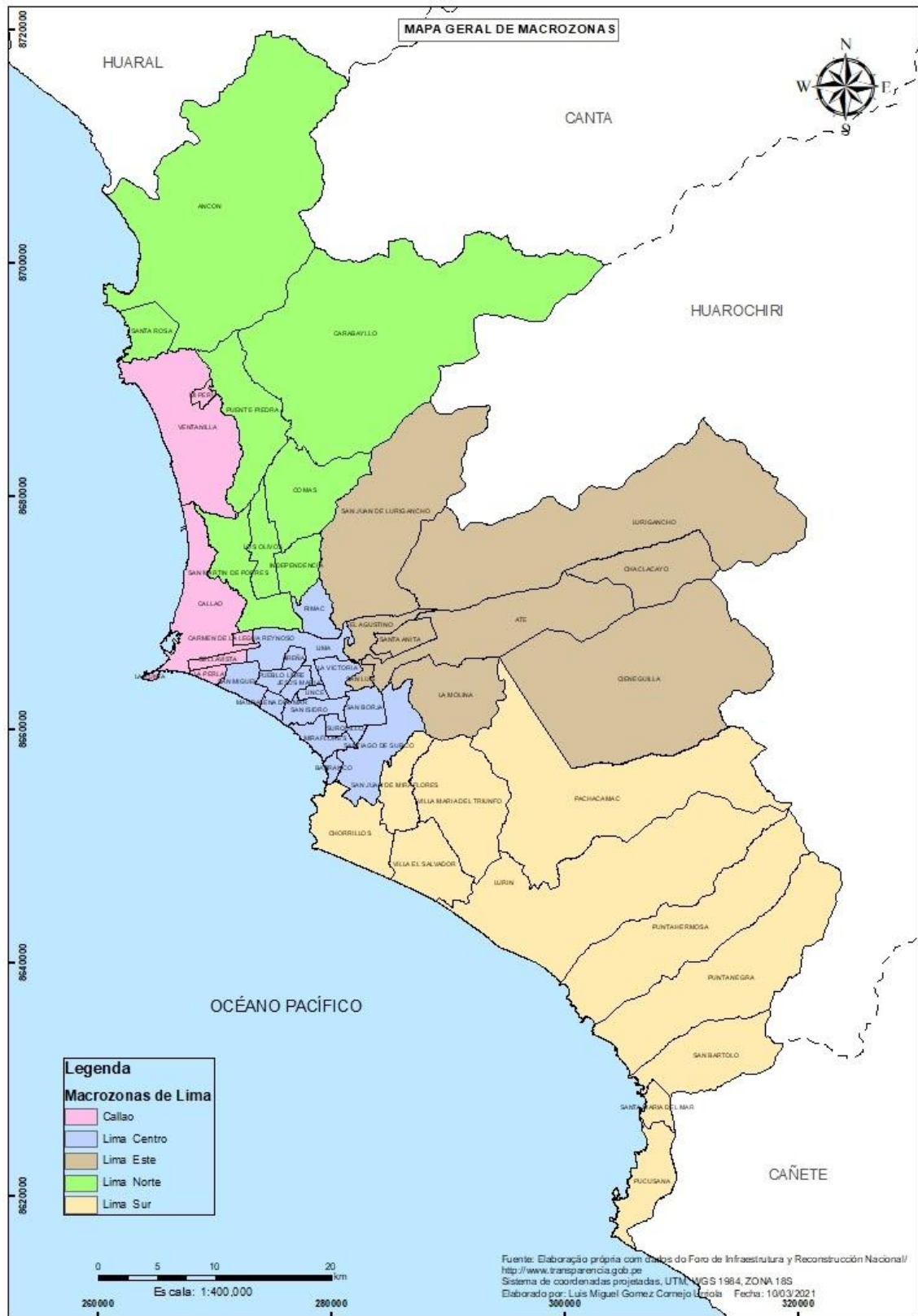
Zona Lima Leste: representada pela cor marrom, o perfil econômico da zona é a produção, comércio e micro e pequenas empresas industriais, assim como a gastronomia e áreas de lazer. Compreendem-se os bairros de: *Ate, Santa Anita, Chaclacayo, San Juan de Lurigancho, Lurigancho, Cieneguilla, San Luis, La Molina e El Agustino*.

Zona Lima Sul: as atividades econômicas da região são a agricultura, o parque industrial de Lurin, gastronomia, áreas de lazer e esportes de aventura e turismo. Está representada no mapa pela cor laranja. Possui os seguintes bairros: *Chorrillos, Lurín, Pachacamac, Pucusana, Punta Hermosa, Punta Negra, San Bartolo, San Juan de Miraflores, Santa María del Mar, Villa El Salvador e Villa María del Triunfo*.

Zona Lima Norte: é uma região economicamente emergente e área de expansão urbana reservada para novas indústrias, zonas logísticas e parques industriais. Possui os seguintes bairros: *Comas, Los Olivos, Carabayllo, Puente Piedra, Ancón e Santa Rosa*. A área está representada pela cor verde.

A Região Callao: o *Callao* tem o maior e mais importante aeroporto do país, o Jorge Chávez, e também possui o principal porto do país em logística e armazenamento, mais conhecido como o *Terminal Portuário del Callao*, um dos principais portos da América Latina. A região de Callao tem os bairros de: *Bellavista*, *Callao*, *Carmen de La Legua Reynoso*, *La Perla*, *La Punta*, *Mi Perú* e *Ventanilla*. Está representada no mapa pela cor roxa.

Figura 1 – Mapa geral de Macrozonas



Fonte: Adaptado de Lima (2016), UNHABITAT (2015) e Fundación Transitemos ([s. d])

Dessa forma, as políticas urbanas dependem desta fragmentação distrital, gerando desigualdades na sua governança e, como consequência, uma confusão entre as competências em todos os níveis do Poder Público. Pensa-se que a produção do espaço urbano de Lima é resultado de gestões urbanas beneficiadoras de interesses econômicos orientados por modelos econômicos imperantes em determinadas fases do processo de crescimento. Assim, a produção do urbano se fez a partir do incremento de áreas que foram povoadas em torno da cidade pré-existente, sem produzir mais cidade. Dessa maneira, fez-se uma política bipolar: por um lado, o discurso populista para os migrantes, entregando terras sem valor e áreas desérticas de expansão urbana, e, por outro, a concentração de centralidades existentes, atendendo as classes pudentes (FERNÁNDEZ MALDONADO, 2015). Pensa-se que há um desmonte nos processos de urbanização que, de acordo com Fernandez Maldonado (2015), aconteceria porque o nível nacional se *“adelanta y pone en práctica políticas y programas sectoriales sin consultar a los niveles inferiores de la administración”* (FERNÁNDEZ MALDONADO, 2015, p. 86). Esses problemas se devem ao debilitamento institucional iniciado desde sua inserção na globalização neoliberal.

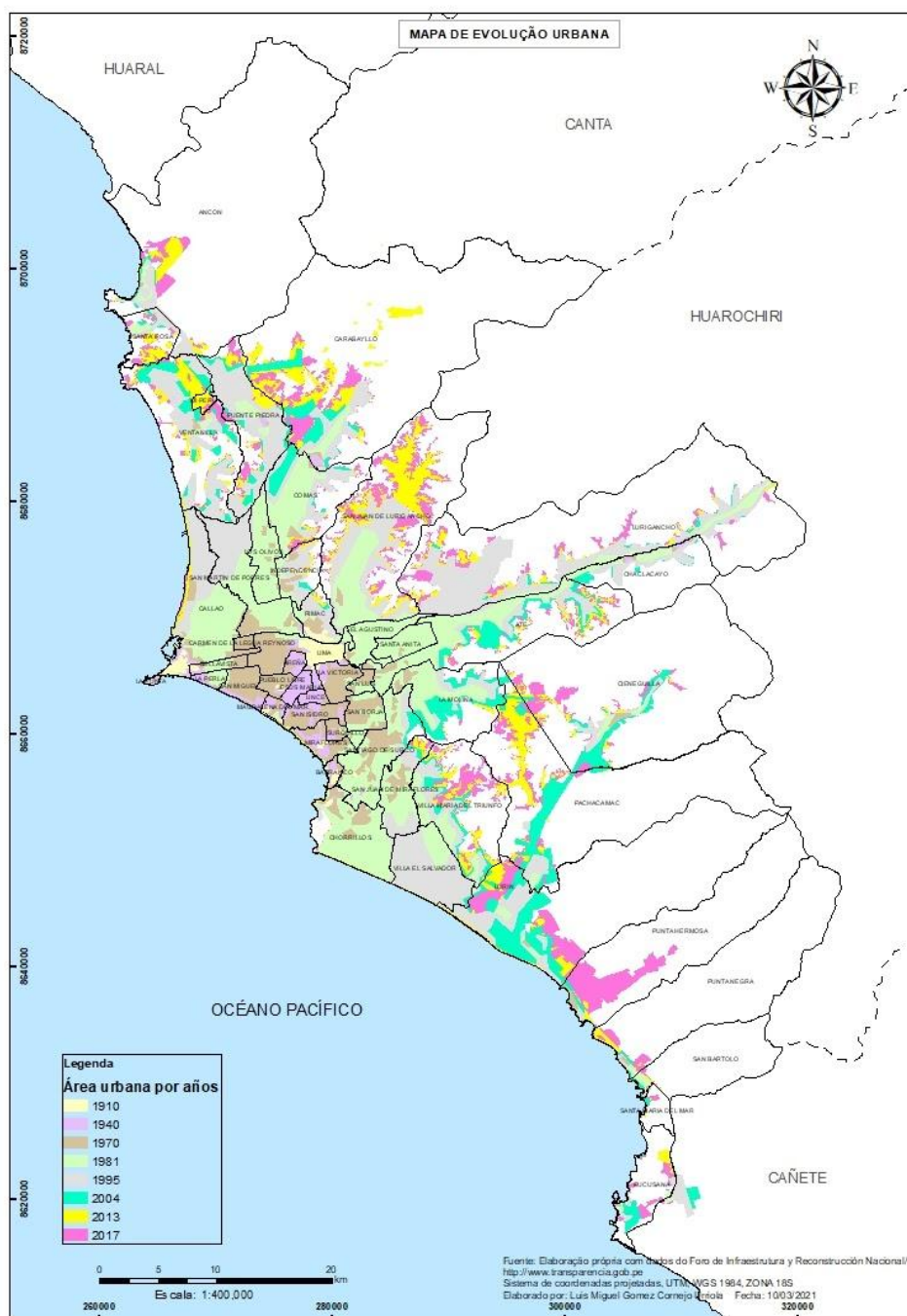
As cidades passam a atrair inúmeros capitais internacionais, na procura de novas fontes de reprodução. Esse processo de expansão urbana (Figura 2) se afia no século XX, nos grandes centros urbanos, quando se manifestaram novos processos migratórios do campo para a urbe, dando início a um processo de desestruturação urbana. Dessa forma, essas novas centralidades urbanas começam a atrair o setor imobiliário, constituindo-se lugar de residência da burguesia nacional, de modo que começasse a se transformar a forma urbana e se inicia a apresentação de uma estrutura espacial estratificada no que concerne às classes sociais. Vale ressaltar que Lima era uma cidade cercada, e, nas margens do rio, a expansão urbana de forma radial foi determinada pelas condições econômicas, que resultaram no aumento da distância entre local de trabalho e residência, demandando deslocamentos maiores da nova força produtiva. Por conseguinte, a ausência de políticas urbanas orientadas para o desenvolvimento urbano e regional e as limitações na gestão estatal e local, que renunciaram a práticas de planejamento urbano, originaram uma urbanização formal e informal. Porém, segundo Fernandez-Maldonado (2015), a mercantilização modificou essas tendências nas últimas

décadas. Nota-se que a mercantilização do solo se expandiu para a periferia, portanto mercantilizando a vida das populações mais carentes. Desde os anos 90, os bairros mais marginalizados se localizam nos morros, espaços de difícil acessibilidade para os serviços públicos.

A expansão urbana de Lima e Callao pode ser vista na Figura 2, que mostra o crescimento da evolução urbana.



**Figura 2 – Expansão Urbana de Lima (1910-2017)**



Fonte: adaptado de Lima (2016), UNHABITAT (2015) e Fundación Transitemos ([s. d])

Por isso, é pertinente explicar a governança voltada para o empreendedorismo de Lima a partir dos acontecimentos políticos, econômicos e sociais que levaram a cidade a ser sede dos Jogos Pan-americanos de 2019, como também entender a sua peculiar característica de informalidade na concepção dos

seus planos diretores, concebidos e pensados na condição de Lima ser uma cidade competitiva no mercado mundial.

Vale destacar que é necessário explicar rapidamente que a gestão da ex-prefeita Susana Villarán, do partido *Fuerza Social* (FS), precisava de rápida aceitação dos habitantes e da mídia. Em outubro de 2010, foi eleita prefeita para a *Municipalidad Metropolitana de Lima* (MML), representando uma esquerda moderada com parcerias com o setor privado, cuja intenção de voto era de 38,393%. Desde que iniciou o mandato na prefeitura, no ano 2011, Villarán começou a investigar seu antecessor, Luis Castaneda Lossio (2003-2010; 2015-2018), ex-prefeito de Lima duas vezes consecutivas, eleito uma terceira vez depois da gestão da Villarán, que o denunciou publicamente por atos de corrupção, de modo a ganhar um inimigo público, o que impossibilitou sua candidatura para a presidência peruana. A gestão municipal da ex-prefeita enfrentou processos inéditos de impeachment no primeiro ano da gestão, chegando a ter uma desaprovação de aproximadamente 80%. No final desse ano de 2011, iniciou-se o processo por parte de Marco Tulio Gutierrez (representante da campanha do “*SI a la revocatoria*”), que queria efetivar o impeachment da prefeita e de todos os vereadores eleitos democraticamente. Esse processo foi determinante nos anos seguintes a respeito tanto da gestão da ex-prefeita, quanto da candidatura da cidade para o megaevento esportivo.

No dia de 17 de março de 2013, a MML teve seu prestígio avaliado pelos eleitores, e a prefeita manteve o seu cargo pelo mínimo da margem de 1,2%. Cabe ressaltar que foram retirados 19 dos 21 vereadores do partido *Fuerza Social*, 13 do *Partido Popular Cristiano* (PPC) e 5 de outros partidos. Desse modo, os novos vereadores que entraram passaram a ser oposição majoritária nos plenários. No entanto, além de ter parte da imprensa a favor da revogação, o êxito da campanha do “*NO a la revocatoria*” deveu-se à grande campanha criativa e de *marketing* nos meios de comunicação, com “*memes*” e comerciais televisivos, indicando que não se podia parar a gestão municipal iniciada há um ano.

Mesmo após esse processo, quatro meses depois, novas pesquisas mostraram que a ex-prefeita ainda tinha desaprovação acima de 70%. Nesse momento, iniciou-se a elaboração do PLAM 2035, com o objetivo de ser aprovado pela *Comisión de Desarrollo Urbano* (CDU), gerando grande debate na mídia. Meses depois, a cidade de Lima ganhou a disputa para ser sede dos Jogos

Pan-Americanos 2019. Esse foi o motivo pelo qual foi necessária a urgência de um novo padrão de governança urbana empreendedora que alcançasse os objetivos de que Lima fosse uma cidade competitiva no mercado mundial e de que fosse mudada a percepção dos habitantes e da imprensa. Para efetivar os planos emergenciais que exigia o mercado, utilizou-se o discurso hegemônico dos políticos para enfrentar as crises políticas, sociais, econômicas e urbanas.

Para esclarecer as informações citadas nos parágrafos anteriores, será feito um relato que menciona os principais planos urbanos de Lima-Callao entre os anos 1949 a 2020. Cabe ressaltar que não se pretende analisar profundamente tais planos, mas expor os principais instrumentos usados pelas diferentes gestões urbanas, causadoras de tanta segregação socioeconômica na atualidade.

Entre 1949 e 1987, o planejamento urbano da cidade de Lima limitava-se a temas físicos e espaciais, com planos urbanos complexos que eram realizados interdisciplinarmente. Esse modelo de planejamento e urbanismo remete-se ao planejamento moderno ou funcional (CASTILLO, 2013). Desse modo, como explica Ascher (2012), o tipo de planejamento definia um programa que funcionaria a longo prazo, que estabelecia a sua organização em forma de Plano Diretor, ou seja, viria dos planos para o futuro das cidades, encaixando-se depois na realidade. Ainda para Ascher, esses modelos urbanos estavam “*destinados a controlar el futuro, a reducir la incertidumbre, a realizar un proyecto en conjunto*” (ASCHER, 2012, p. 72).

Como menciona Castillo (2013), o primeiro plano urbano foi *El Plano Piloto de Lima de 1949*, aprovado pela *Resolución Suprema* nº. 258, pelo antigo *Ministério de Desarrollo y Obras Públicas*, no ano de 1949. Segundo o autor, o plano tinha características do planejamento urbano funcional e normativo do início do século XX, tendo como fundamento teórico os aspectos físicos e funcionais da cidade. Destacamos que *El Plano Piloto de Lima* daria início a outro plano urbano, que se denominou *Plano Regulatorio de Lima de 1956*.

Entre os anos de 1965 e 1968, foi formulado o *Plano de Desarrollo Metropolitano Lima-Callao 1968-1980* (PLANDEMET), que se realizou em conjunto entre a *Oficina Nacional de Planeamiento y Urbanismo* (ONPU) e o município, na gestão do ex-prefeito Luis Bedoya Reyes (1964-1970). Nesse plano, foi incluído o debate sobre densidade, expansão urbana, habitação, renovação urbana, lazer, áreas industriais, regulamentos urbanos, dentre outros (CASTILLO, 2013). Como

explica Ascher (2012), o planejamento moderno procurava assegurar seus interesses mediante regras simples e estáveis, que exigiam objetivos e formas de alcançá-las, utilizando zoneamento, densidade e altura. Nas palavras do próprio Castillo (2013), esse plano seria o mais “*complejo e interdisciplinario de planificación urbana normativa de nivel metropolitano entre 1947 y 1968*” (CASTILLO, 2013, p. 24).

No período seguinte, entre os anos de 1988 e 1996, o planejamento urbano normativo funcional passou a ser de caráter ambiental. Desse modo, os planos começaram a ser incorporados nos escopos da dimensão ambiental. Da mesma forma, complementam-se os aspectos gerenciais somados aos mecanismos de mercado (CASTILLO, 2013). Observa-se que seria mais evidente esse novo paradigma a partir da flexibilização do Estado na ditadura de Alberto Fujimori.

Como observa Fernández Maldonado (2016), a cidade de Lima modifica o seu crescimento urbano desde meados da década de 1990. Durante as décadas de 1960 e 1970, Lima fez-se conhecida na literatura urbana global como a cidade das “*barriadas*”, através dos estudos urbanos de Turner (FERNÁNDEZ MALDONADO; 2016). Deste modo, os pesquisadores internacionais apresentaram a cidade como modelo de uma cidade terceiro-mundista. Por um lado, entendeu-se que o paradigma passou por intensos processos migratórios e demográficos, do campo para a cidade capital, e, por outro, a incipiente industrialização e as migrações do campo para a urbe geraram processos de ocupação do solo, traduzidos em expansão periférica da cidade. Por conseguinte, o contexto urbano na contemporaneidade, no *Ley de Municipalidades Peru*, caracteriza-se pelas reformas econômicas e políticas de cunho neoliberal. As reformas neoliberais manifestam a intenção de transformar a urbe em produto mercantilizado.

O PLAM 2035, *El Plan de Estructuración Urbana Metropolitana de Lima 1986-1996*, foi desenvolvido a partir da, de 1984. Esse plano foi realizado pela MML, tecnocratas especializados e diferentes níveis hierárquicos do governo, com alinhamento político-social, para fazer um pacto social. Castillo (2013) destaca que o plano foi aprovado no *Acuerdo de Concejo* n°. 270-1986, no ano de 1986, e foi desenvolvido na gestão do prefeito Alfonso Barrantes Lingán (1984-1987). Para Castillo (2013), foi apresentado como piloto e não constituiu um plano de desenvolvimento metropolitano. Esse planejamento não teve competência ligada ao

meio ambiente e à segurança de riscos ambientais, mas foi concebido com políticas do uso do solo e de implementação de infraestrutura de serviços como sua principal vocação (CASTILLO, 2013).

Para Ascher (2012), o urbanismo moderno adaptava as cidades aos equipamentos coletivos, dando preferência às soluções “permanentes, coletivas e homogêneas” para atender às necessidades e demandas da sociedade, como habitação, urbanização, lazer, transporte e comércio. A infraestrutura de serviço se fazia mediante a repetição, para “*amortizar equipamientos costosos: el mismo servicio para todo el mundo y generalmente al mismo tempo*” (ASCHER, 2012, p. 76).

O plano urbano que perdurou por mais tempo foi o *Plan de Desarrollo Metropolitano Lima-Callao* (PLANMET 1990-2010), aprovado em 1989, através do *Acuerdo de Concejo* n°. 287-1989, na administração do prefeito Jorge del Castillo Gálvez (1987-990). Esse plano foi formulado entre os anos de 1987 e 1989 pelo *Proyecto Especial PLANMET* da *Municipalidad Metropolitana de Lima*, com atualização em 1991, na gestão do prefeito Ricardo Belmont Cassinelli (1990-1996), pelo *Instituto Metropolitano de Planificación* (IMP) do Municipio de Lima, no *Acuerdo de Concejo* n°. 167-1991, e foi efetivado pelo *Decreto de Alcaldía* n°. 127-1992. Posteriormente, o plano foi ratificado pelo prefeito Alberto Andrade Carmona (1996-2003) na *Ordenanza* n°. 099-1996. Após 16 anos, foi ratificado novamente pela prefeita Susana Villarán, através das *Ordenanzas Municipales* n°. 1505-2011, n°. 1604-2012 e n°. 1702-2013 (CASTILLO, 2013).

De acordo com Castillo (2013), o PLANMET foi o único Plano Diretor normativo de caráter ambiental, tendo contribuído com a criação do IMP como instituição encarregada do planejamento, desenvolvimento e monitoramento dos planos das cidades de Lima e Callao. O autor usa a categoria de “planejamento permanente” (CASTILLO, 2013, p. 25) para indicar o processo que gerou esse plano desde a criação do IMP, em 1991, e sua continuidade em diversas gestões urbanas. Segundo o autor, esse Plano Diretor era de caráter empresarial e foi pensado como “*proceso de planificación con énfasis económico-financiero*” (CASTILLO, 2013, p. 25), permitindo que IMP realizasse mais de 200 estudos entre 1991 e 1996. Segundo o autor, isso facilitou a concepção de programas regulamentares e planos urbanos, visando decisões ligadas ao desenvolvimento metropolitano. Foi um plano

que levantou estruturação do sistema rodoviário metropolitano, viabilizando uma rede hierárquica que garantia a melhor interação e acesso entre os distritos (CASTILLO, 2013).

O PLANMET planejava a cidade através da modulação urbana, conceito que não foi concebido em nível metropolitano, mas se desenvolveu nas *Micro Áreas de Desarrollo* (MIADES), principalmente no distrito de El Agustino. A ideia de módulos integraria os processos de planejamento e gestão urbana, sendo superior ao zoneamento, estruturação e setorização. O paradigma do planejamento assume caráter participativo (PLAM2035, 2014).

O *Plan Urbano Director de la Provincia Constitucional del Callao 1995-2010*, elaborado pelo IMP, seguiu as diretrizes do PLANMET. O plano tinha caráter ambiental, permitindo a ligação com o setor privado e tendo como principal disposição os investimentos de obras previstas para o desenvolvimento provincial e urbano. Foi um acordo entre a *Corporación de Desarrollo del Callao*, a *Municipalidad Provincial del Callao* e o IMP, que foi acatado pelo *Município Provincial de Callao* de acordo com a *Ordenanza Municipal* n°. 018-1995 e atualmente está em pleno vigor, através das *Ordenanzas Municipales* n°. 003-2011 e n°. 010-2011 (CASTILLO, 2013).

No momento seguinte, entre os anos de 1997 e 2011, o planejamento da cidade tornou-se um modelo de planejamento urbano estratégico. Foram realizados planos, como mencionou Castillo (2013), de caráter qualitativo nos processos da cidade. Segundo o autor, esses planos são “*como una forma ligada a la búsqueda de cambios cualitativos en los procesos de desarrollo de la ciudad, y a la implementación de proyectos estratégicos de desarrollo urbano*” (CASTILLO, 2013, p. 23). Ainda, o autor dizia que esse tipo de planejamento estratégico geraria problemas de segregação social nas camadas populares, mas também geraria impactos em zonas específicas, e mencionava que “[...] *ello sólo habría significado impactos en sectores focalizados de la ciudad, generado segregación social urbana, y no necesariamente involucraría y/o beneficiaría a la mayoría de estratos sociales que viven en ella*” (CASTILLO, 2013, p. 21).

Para Castillo (2013), o *Plan Maestro de Desarrollo de la Costa Verde de Lima Metropolitana 1995-2010*, preparado pelo IMP em acordo com a *Autoridad del Proyecto Costa Verde* (APCV), foi aprovado pelo *Acuerdo de la APCV* n°. 79-1995.

Esse plano, segundo o autor, é exemplo de “planejamento urbano ambiental” (CASTILLO, 2013, p. 21), que foi formulado com as diretrizes do PLANMET, integrando ao plano urbano especial a dimensão ambiental, constituindo o desenvolvimento do litoral de Lima (CASTILLO, 2013). Ainda segundo Castillo (2013), esse plano projetou mecanismos para a ampla participação do capital privado, incentivando projetos de turismo e serviços, priorizando projetos de investimentos privados junto ao público, que iriam se dedicar na construção de estradas. O atraso se deu, segundo o mesmo autor, pela implementação de normas que regulavam o desenvolvimento legal e estrutural da APCV, como também pela gestão de projetos de investimentos privados, públicos ou parcerias. Esse plano foi implementado dez anos após sua aprovação através da *Ordenanza Municipal* n°. 750-2005 (CASTILLO, 2013).

Na gestão do prefeito Alberto Andrade (1996-2003), mediante a Ordenanza Municipal n°. 099-1996, formulou-se o *Plan Integral de Desarrollo Metropolitano de Mediano Plazo 1998-2002* (não concluído), que foi elaborado entre os anos de 1996 e 1998, mas nunca concluído nem aprovado. Esse plano foi uma tentativa fracassada de elaborar um planejamento abrangente em nível metropolitano, que incluía aspectos econômicos, sociais e culturais como propostas políticas de desenvolvimento. Ele pretendia incluir aspectos do PLANMET Lima-Callao (CASTILLO, 2013).

Em seguida, nos anos de 2012 e 2013, Lima e Callao levantam as primeiras abordagens metodológicas e operacionais de planejamento urbano sustentável. Observa-se que o planejamento urbano da cidade permaneceu parecido com o planejamento moderno, mas com uma abordagem, como menciona Castillo (2013), mais pragmática, resultando em um planejamento urbano ambiental e estratégico que superasse as suas abordagens para conseguir um planejamento urbano mais viável, eficaz, eficiente e legítimo (CASTILLO, 2013).

Segundo o PLAM 2035 (2014), a melhor maneira de planejar as cidades é a partir do modelo de governo empreendedor. Nenhum plano urbano da cidade de Lima testou o paradigma avaliado após experiências norte-americanas de planejamento estratégico de acordo com o modelo “Barcelona Olímpica” da década de 1990, pelo qual o *Centro Ibero-Americano de Desarrollo Urbano* (CIDEU) ficou encarregado de divulgar na América Latina. Ainda no PLAM 2035, a metrópole de

Lima, no mandato do prefeito Andrade, inscreveu a MML como membro da agência internacional. O PLANMET seria acionado mediante a abordagem estratégica, como o *Action Planning de la Universidad de Oxford* (PLAM2035, 2014).

Seguindo esse raciocínio, para Castillo (2013), o planejamento estratégico corresponde a “*acciones estratégicas de desarrollo urbano y considerando mejor los mecanismos del mercado, la globalización y la competitividad*” (CASTILLO, 2013, p. 23). Não obstante, para Castillo (2013), no período de Andrade (1996-2003), houve alguns problemas institucionais, mas, para o autor, os problemas radicavam em não tomar o modelo empresarial como saída dos problemas urbanos. Ele menciona que houve “una indefinición metodológica en el IMP para asumir la planificación urbana estratégica y a una confusión entre planificación integral y planificación urbana” (CASTILLO, 2013, p. 23).

Sabe-se que, no período de Fujimori (1990-2000), diversas instituições públicas foram desestruturadas, e a privatização foi usada como solução para as crises econômica e social que abalaram o país, como descrito no Capítulo 3. Contudo, foi uma época durante a qual o país era governado por forças conservadoras que apoiavam a ditadura. Observa-se que essa classe dominante era representada pelo setor bancário, grandes empresas de capital internacional e agências internacionais e militares.

O *Plan Metropolitano de Desarrollo Urbano de Lima-Callao 2014-2035* é o quarto plano urbano da era contemporânea da cidade. Os planos anteriores passaram por diversas adversidades políticas, sociais e econômicas. Em resumo, o primeiro plano foi realizado numa época de grandes migrações do campo para a cidade. Os seguintes foram elaborados depois de 1990, quando houve diversas reformas estruturais do Estado. Para Castillo (2013), o plano de 2014 representaria formas inovadoras de planejamento urbano. Dessa forma, é necessário utilizar instrumentos que respondam aos processos de descentralização e uma maior demanda participativa, elaborando, assim, novos paradigmas teóricos e metodológicos. Segundo ele, seria pertinente um planejamento “*viable, eficaz, eficiente y socialmente legitimada en el tratamiento, previsión y promoción del desarrollo urbano sostenible de las ciudades*” (CASTILLO, 2013, p. 30).



### 3.3 Empreendedorismo urbano e os Jogos Pan-Americanos de Lima em 2019

A partir do ano 2013, o Peru emergiu como potencial competidor na disputa interurbana para sediar megaeventos esportivos, com a realização dos XVIII Jogos Pan-Americanos, em 2019, para buscar benefícios sociopolíticos, socioeconômicos e socioambientais.<sup>79</sup> Nesse contexto esportivo, vale ressaltar que os megaeventos se fundaram nas cidades como projetos urbanos de reestruturação e revitalização urbana, a partir da difusão e adoção de um novo modelo de governança empreendedora neoliberal que é sustentado por alianças, coalizões e arranjos institucionais, constituindo-se mediante forças políticas nos diferentes níveis político-administrativos do governo e a atuação direta de empresas privadas, agentes econômicos, financeiros e sociais (HARVEY; 1996; 2005).

Cabe enfatizar que, no contexto político-institucional sobre o qual se erguem as cidades de Lima e Callao, parte do modelo de gestão empresarial é, por um lado, frisado pela vigência de uma ordem constitucional, concebida de forma antidemocrática e autoritária no início dos anos 90, e, por outro, pela ascensão do neoliberalismo no plano nacional. Desse modo, houve um aumento da competição entre os estados, regiões e municípios pela propensão de negócios, investimentos e empresas que introduzissem e adentrassem novas prioridades e prevalências na agenda pública nacional.<sup>80</sup>

A emergência de consolidar as cidades de Lima e Callao nesse processo de urbanização extrapola a escala local, reverberando nas escalas regionais e nacionais, na medida em que se consolida através da articulação e ação de um conjunto de atores, tanto políticos quanto econômicos, que emitem um discurso que vincula o crescimento das cidades à realização do megaevento esportivo, assim

---

<sup>79</sup> Nesse contexto, é necessário explicar a situação econômica o Peru atravessava em 2013. Segundo os livros *Memoria 2013*, do *Banco Central de Reserva del Peru* (BCRP), e o livro *Panorama de la Economía Peruana 1950-2016*, do *Instituto Nacional de Estadística e Informática* (INEI), a economia peruana, em 2013, cresceu 5,8%, marcando uma queda, uma taxa inferior da registrada em 2012, que teve um crescimento de 6,0%. Mencionam as instituições que o ritmo de crescimento econômico se reflete no menor impulso externo associado ao cenário internacional menos favorável, tendo um grau de incerteza e desaceleração das economias emergentes (BCRP, 2013; INEI, 2017).

<sup>80</sup> O BCRP menciona que, nas economias desenvolvidas pelo ajuste da política fiscal, a economia mundial registra uma desaceleração de crescimento de 3,2%, em 2012, para 2,9%, em 2013. No caso de países emergentes, o menor crescimento em porcentagem com relação ao ano anterior, que, no primeiro trimestre gerou medo e desaceleração e, assim, menor estímulo monetário da Reserva Federal dos Estados Unidos (FED) (BCRP, 2013; INEI, 2017).

como determina a cidade como máquina de crescimento<sup>81</sup> (LOGAN; MOLOTCH, 1987; BRENNER, 2020) em torno de consensos e coalizões que, segundo Arantes (2000), estariam centradas na propriedade imobiliária e seus derivados.<sup>82</sup>

Percebe-se que essa consolidação urbana obtida a partir da difusão do novo padrão de governança urbana neoliberal aumenta durante a administração local da ex-prefeita Susana Villarán (2011-2014), sendo seguida pelos seus sucessores. Cabe mencionar que foram usadas novas ferramentas no decorrer dos preparativos para os Jogos Pan-Americanos. Desde esse momento, evidencia-se o uso recorrente de um novo padrão de governança e planejamento urbano, impregnado nos princípios empresariais, inserido, contudo, no planejamento urbano estratégico, assim como na adoção emergencial de coalizões e arranjos institucionais que garantem a produção do espaço urbano sob hegemonia política e econômica nacional e internacional. No entanto, esses projetos urbanos subjazem no vazio político e econômico que o país e as cidades peruanas enfrentam desde meados dos anos 80.

Neste tópico investiga-se a construção dos discursos que sustentariam a identificação da cidade de Lima como cidade pan-americana e como cidade dos Jogos. À vista disso, expõe-se que esses discursos foram apropriados e defendidos

---

<sup>81</sup> Para aprofundar no assunto, aconselha-se ver o livro *Urban Fortunes: The Political Economy of place*, de John Logan e Molotch (1987). Brenner (2020) explica que o termo máquina de crescimento, definido por Logan e Molotch, tem como foco as análises sobre a economia política do lugar e trata de entender as condições que permeiam, nas cidades nos EUA, as coalizões de forças, modelos de governança urbana, grandes projetos urbanos, transformações regulatórias, entre outras, que colocam as cidades para o rentismo. Dessa forma, os autores compreendem a máquina de crescimento como nexos localizados de uso do solo, no qual o desenvolvimento urbano é controlado por rentistas, pelo setor privado e seus aliados políticos. Diz Brenner (2020) que, para que os autores atingissem essa análise, eles empreenderam a sua narrativa nas lutas entre distintos agentes locais, tanto das coalizões das máquinas de crescimento como os seus oponentes para controlar o uso do solo. Dessa forma, as estruturas institucionais são mencionadas para destacar “os ambientes políticos, jurídicos e intergovernamentais mais amplos nos quais as lutas pelo poder local se desenvolvem” (BRENNER, 2020, p. 263).

<sup>82</sup> Para Arantes (2000), a ideia de máquina de crescimento é entendida como “coalizões de elite centradas na propriedade imobiliária e seus derivados, mais uma legião de profissionais caudatários de um amplo arco de negócios decorrentes das possibilidades econômicas dos lugares, conformam as políticas urbanas à medida em que dão livre curso ao seu propósito de expandir a economia local e aumentar a riqueza. A fabricação de consensos em torno do crescimento a qualquer preço a essência mesma de toda localização - torna-se a peça chave de uma situação de mobilização competitiva permanente para a batalha de soma zero com as cidades concorrentes. Uma fábrica por excelência de ideologias, portanto: do território, da comunidade, do civismo etc. Mas sobretudo, a fabricação de senso comum econômico, segundo o qual o crescimento enquanto tal faz chover empregos. No coração dessas coalizões, a classe rentista de sempre, hoje novamente na vanguarda dos “movimentos urbanos”: incorporadores, corretores, banqueiros etc., escorados por um séquito de coadjuvantes igualmente interessados e poderosos, como a mídia, os políticos, universidades, empresas esportivas, câmaras de comércio” (ARANTES, 2000, p. 25).

pelos diferentes atores sociais, políticos e econômicos. Da mesma forma, dialoga-se com as junções e articulações econômicas e políticas que consolidaram esse processo, com o intuito de converter as cidades em arenas estrategicamente escolhidas, onde se alavancam as formas neoliberais da “destruição criativa” (THEODORE, PECK, BRENNER; 2009; HARVEY; 2005; 2014). Nessa conjuntura, percebe-se que os megaeventos esportivos versam além do cenário esportivo, mas como oportunidade catalisadora do desenvolvimento urbano das cidades-sede, no bojo da difusão da ideologia imperante, ou seja, a ideologia neoliberal e o empreendedorismo na governança urbana.

Percebe-se que a literatura *mainstream* ou dominante sugere que a vocação das cidades deve ser a competição em torno de estratégias para a esfera da cultura, turismo, esportes, entretenimento, mídia, dentre outros, para, dessa forma, promover o crescimento econômico. Isto posto, Borja e Castells (1997) argumentam que as cidades devem se inserir num plano global de cidade,<sup>83</sup> sendo os planos estratégicos a solução, por meio de grandes projetos urbanos.

Os autores aduzem que há ambiguidade nos grandes projetos urbanos como motores e orientadores do crescimento urbano, portanto, indicam que o planejamento estratégico estabelece uma relação dialética entre o diagnóstico e os objetivos que apontam para a elaboração de grandes projetos urbanos. Por conseguinte, segundo os defensores, o planejamento estratégico legitima os grandes projetos urbanos, dando coerência territorial e econômica, dado que o resultado desses projetos deve ter compromisso de competitividade econômica, sustentável, ambiental e coesão social. Adicionalmente, os atores devem ser responsáveis, garantindo a multidimensionalidade dos projetos, gerando mais lucro e rentabilidade. Para complementar, apontam que devem ter um escopo que reequilibre formas e tempo nas negociações dos atores. Deve haver a inclusão de grandes projetos ou projetos pontuais que contribuam para legitimar e difundir o plano, e, ainda, o planejamento estratégico deve mobilizar a educação cívica, sendo transparente e aumentando, desse jeito, a sua credibilidade e sua difusão, assim

---

<sup>83</sup> Argumentam Borja e Castells (1997) que primeiro é necessário um consenso no qual exista uma vontade política que se expressa pela ação ou omissão; segundo, os grandes projetos devem representar iniciativas promovidas por atores que tenham interesses em localizar-se fora de qualquer marco global; terceiro, devem ser promovidos pelo Poder Público e se adaptar ao caráter setorial e unidimensional.

como deve ter um tempo próprio, independente dos acontecimentos políticos e econômicos (BORJA; CASTELLS, 1997).

Argumenta-se que, para que as cidades sejam cidade-sede, elas precisam alavancar megaeventos esportivos, devendo inserir-se nas condições argumentadas pelos defensores, introduzindo tanto as cidades na competitividade e na produtividade interurbana, que é subordinada ao mercado global, quanto na difusão de um novo padrão para gerenciá-las. Por exemplo, como corrobora Vainer (2000), os consultores internacionais Manuel Castells e Jordi Borja, na Conferência Habitat II, realizada na cidade de Istambul, em 1996, apresentaram um documento de análise com propostas e receitas para a aplicação de um novo modelo de cidade empresarial. Esse receituário foi consignado pela Agência Habitat das Nações Unidas, para que as outras cidades o tomassem como exemplo. O documento indicava que as cidades devem funcionar com novas receitas para aplicação de um modelo competitivo empresarial que teve como paradigma o sucesso do “modelo” da “Barcelona Olímpica” e que, da mesma maneira, devem seguir as indicações das agências multilaterais (VAINER, 2000).

Para Borja e Castells (1997), as cidades devem ser planejadas de acordo com os conceitos do planejamento estratégico, com critérios que permitam avaliar a viabilidade e o efeito e crescimento urbano, partindo da premissa da oportunidade das cidades, ou seja, nas grandes cidades, o Poder Público traça estratégias pontuais, que podem ser produzidas por eventos que promovem e planejam as transformações. Dessa forma, argumentam que os agentes privados ou empresas públicas definem estratégias e preparam iniciativas para gerar impactos sem negociação prévia. Portanto, os megaeventos esportivos podem propiciar desenvolvimento urbano a uma escala maior e superior.<sup>84</sup> Porém, para os autores (BORJA; CASTELLS, 1997), aproveitar as oportunidades é um teste potencial para verificar as lideranças promotoras dos governos locais, dos atores públicos ou dos atores mistos, ou seja, parcerias entre o público e o privado. Por conseguinte, a exigência ou definição de um horizonte temporal podem, segundo os autores, serem criadas a partir de um megaevento esportivo ou de uma agenda externa que engendra condições favoráveis para vincular o projeto global às grandes atuações,

---

<sup>84</sup> Nas palavras de Borja e Castells, “*un gran evento internacional (exposición Universal, JJ.OO, etc) puede transformar la ciudad (Barcelona) o dejar solo algunas infraestructuras subutilizadas*” (BORJA; CASTELLS, 1999, p. 222).

para, dessa maneira, conciliar os atores públicos e concretizar as PPPs, a fim de promover um ambiente favorável social e participativo.

Conforme Borja e Castells (1997), a governança das cidades se encarna nas instituições, coletivos e personalidades que sejam capazes de gerar uma liderança promotora dos projetos das cidades. Não obstante, a governança exerce um antagonismo. Os autores defendem que a globalização revaloriza o papel dos governos locais e das atuações localizadas e requerem instituições e entidades políticas arraigadas ao território. Ainda que os governos locais careçam de presença internacional, estando sob legislação e regulamentação dos governos centrais, nas negociações com os outros setores, os grandes projetos urbanos estão fora de suas vocações. Portanto, defendem que, para solucionar os problemas das cidades, “a liderança do promotor dependerá mais da iniciativa política do que da regulamentação legal das competências” (BORJA; CASTELLS, 1997, p. 226, tradução nossa).

Vainer (2000) rebate a ideia dos consultores catalães de que as cidades devem atuar empresarialmente e que, por conseguinte, devem ser adotadas “pelos governos locais em razão de estarem as cidades submetidas às mesmas condições e desafios que as empresas” (VAINER, 2000, p. 76). Porém, as cidades passaram a ser concebidas nos desafios empresariais, focando numa governança urbana orientada aos resultados para o crescimento econômico. Se as cidades atuam como tal, então passam também a ser fruto da produtividade e competitividade, autogerando-se mercadorias que devem ser vendidas no mercado global, que é altamente competitivo, para atrair capitais estrangeiros. Por consequência, essa nova governança urbana se estabelece com o intuito empresarial, portanto, de modo que as cidades funcionam e se gestam nos paradigmas das empresas. De acordo com Vainer (2000), essa linha de argumentação do pensamento neoliberal de urbanização, na qual as cidades devem inserir-se nos fluxos da globalização e também onde se impõem condições aos poderes locais, geraria um novo paradigma nos tipos de governança urbana e mudaria as discussões em torno das problemáticas urbanas contemporâneas.

Esta dissertação corrobora com Novais (2003), cujas análises da literatura sobre as mudanças do planejamento urbano indicam que podem ter diversas explicações para tal. Por exemplo, argumenta-se que, para alguns autores, as

mudanças se relacionam ao desenvolvimento de técnicas capazes de dar resultado a determinadas exigências do ambiente urbano. Argumentam outros autores, a respeito do papel do Estado capitalista, nessa perspectiva, pretendendo entender as rugosidades da acumulação capitalista, garantindo, dessa maneira, a sua própria legitimação. Para outros autores, as mudanças do método vieram através da sucessão de modelos decorrentes de políticas locais, grupos que adotam as suas inclinações no governo. Há outros que, mediante tradições intelectuais, sugerem a sucessão de modelos de cunho intelectual. No entanto, observa-se que a ideologia neoliberal aplicada no planejamento urbano perde os seus princípios na sua própria dinâmica,<sup>85</sup> dado que resulta de um processo de construção social que é definido pela nova agenda pública nacional, que leva ao uso de instrumentos e políticas urbanas que revitalizam as cidades e regiões, a partir da articulação de interesses privados, nacionais e internacionais (NOVAIS, 2003).

Sem embargo, observa-se que a abordagem estratégica desempenhada pelo setor público pretende tratar as cidades de Lima e Callao por meio da noção teórica da *Harvard Business School*, consequência de um processo intelectual e político de identificação dos diferentes setores. Diante disso é que se permitem as mudanças na atuação de gestores públicos que transformaram as condições institucionais, os recursos financeiros, as formas dos instrumentos legais e as condições na produção intelectual. Contudo, percebe-se a recente adoção desse modelo que se assinala no pensamento e ideologia neoliberais, que, na atualidade peruana, ainda determina as cidades, o urbanismo e o planejamento urbano (NOVAIS, 2003).

Vale argumentar sucintamente que a origem do planejamento estratégico inicia-se nos Estado Unidos, nos anos 80, quando o setor público começa a se apropriar das mitologias de gestão empresarial. Diversas cidades do país norte-americano passam a utilizar o planejamento estratégico como tática de crescimento urbano. O planejamento estratégico começou a ser pensado nos anos 90, a partir de conceitos empresariais e técnicas do planejamento empresarial difundidos no hemisfério norte, pelos EUA, devido às cidades norte-americanas estarem

---

<sup>85</sup> Novais (2003) argumenta que o planejamento estratégico é consequência de um “complexo processo de construção social e só pode ser compreendido pelo estudo desse processo, no qual os atores, agindo por motivações diversas (são diferentes suas origens sociais, culturais, domínios disciplinares, etc.) e, em função das relações que estabelecem entre si e com o mundo, constituem um espaço social objetivamente estruturado (são diferentes as suas condições de ação), delimitado pelos constrangimentos mútuos e pelas possibilidades individuais de ação” (NOVAIS, 2003, p. 32).

submetidas a novos desafios empresariais, assim como novas incitações do âmbito militar, e, dessa maneira, inicia-se a difusão do modelo empresarial (SÁNCHEZ, 1999; VAINER, 2000; NOVAIS, 2003). Cabe ressaltar que, nas últimas décadas, tem se tornado recorrente o discurso da competitividade em diversas escalas do Poder Público, discurso esse emitido com relativa frequência pelos gestores do Estado, prefeitos, tecnocratas, entre outros, que expressam as suas motivações a respeito dos atrativos turísticos, econômicos e sociais na competitividade das cidades.<sup>86</sup>

Nessa perspectiva, vê-se, de acordo com Sánchez (1999), que há uma outra competitividade que versa sobre a disputa na qual as cidades competem entre si, colocando-as como adversárias.<sup>87</sup> Desse modo, os governos locais procuram colocar as cidades nos fluxos e circuitos do capital global, pretendendo, dessa maneira, posicioná-las para o mercado, que é regido pela demanda de espaços e infraestrutura urbana. Para isso, é necessária a produção da imagem, mostrando atrativos e oferta urbana, através do *marketing* urbano, impondo, dessa forma, o discurso recorrente dos gestores públicos, no qual as melhorias e soluções da cidade devem ser empreendidas pelo âmbito empresarial e gerencial (SÁNCHEZ, 1999). Portanto, o discurso empreendedor é emitido pelos gestores públicos, colocando nas agendas políticas a metodologia do planejamento estratégico, que teve como modelo a revitalização catalã, que foi aceita na América Latina em meados dos anos 90.<sup>88</sup>

A concretização e consolidação de tal quadro para ser cidade sede dos Jogos Pan-Americanos de 2019 foi em decorrência do esforço dos distintos níveis de governo, capital privado e empresas privadas, junto com o Comitê Olímpico Peruano (COP) e o Comitê Olímpico Internacional (COI); além do esforço das agências de cooperação internacional e das instituições multilaterais que, mediante os seus documentos analíticos, ofereceram diversas recomendações para inserir nas

---

<sup>86</sup> De acordo com Sánchez, “por trás da competição entre lugares encontra-se, de fato, a competição entre empresas em busca de localizações vantajosas, com exigências da maior segurança, e rentabilidade para os capitais obrigados a uma competitividade sempre crescente” (SÁNCHEZ, 1999, p. 117).

<sup>87</sup> Existe clara intenção dos Estados em situar as cidades na competição, como sustenta Sánchez: “[...] ao lado da busca das empresas pelo melhores sítios há, também, pelos próprios governos locais uma procura desesperada por novas implementações e um especial zelo por manter aquelas já conquistadas. Por outro lado, esta ‘guerra’ não é apenas pela atração da produção, mas também pela atração ampliada de consumidores” (SÁNCHEZ, 1999, p. 117).

<sup>88</sup> Cabe mencionar que o plano estratégico do Rio de Janeiro foi o plano pioneiro do planejamento estratégico do hemisfério sul, sendo que teve como objetivo “legitimar orientações e projetos caros aos grupos dominantes da cidade” (VAINER, 2000, p. 115).

idades uma nova agenda e nova questão (VAINER, 2000), em sintonia com o empreendedorismo urbano (HARVEY, 1996; 2005).

Desse modo, Vainer (2000) compara a antiga e a nova questão urbana, explicando que a antiga tratava do “crescimento desordenado, reprodução da força de trabalho, equipamentos de consumo coletivo, movimentos sociais urbanos, racionalização do uso do solo” (VAINER, 2000, p. 76). No entanto, a nova precisa da competição internacional das cidades para atrair investimentos de capital, tecnologia e competência, assim como captar novas indústrias e negócios, para, desse modo, atrair qualidade de serviços e, conseqüentemente, gerar força de trabalho. Ainda, a competição para sediar megaeventos esportivos é instrumentalizada pelas elites políticas e econômicas locais, com coalizões de líderes carismáticos, empresários e interesses imobiliários locais que, por causa das oportunidades, exploram o senso de urgência relacionado ao evento, mobilização e consenso. Os principais objetivos são, então, legitimar as transformações das cidades para a acumulação do capital e, também, refazer e reproduzir socialmente as cidades à sua própria imagem (SÁNCHEZ; BROUDEHOX, 2013).

Vale salientar que, nesse contexto descrito, em que as cidades pretendem de forma emergencial legitimar as transformações urbanas para a realização dos Jogos Pan-Americanos, argumenta-se que as cidades de Lima e Callao adquirem posição privilegiada no mercado mundial, colocando-se “à venda” para mercantilizar a sua localização para os jogos, uma vez que precisam ser “vendidas”, competir e estar disponíveis para os interesses privados. As cidades peruanas precisam, então, das intervenções urbanas que são promovidas pelos experimentos neoliberais em áreas estratégicas. Assim, devem garantir as expressões da urbanização neoliberal através do ajuste espaço-temporal ou ajuste espacial (HARVEY, 2005; 2014), que é facilitado pelo Poder Público.

Diante da urbanização neoliberal, os megaeventos esportivos familiarizam-se com acontecimentos de reconhecimento internacional. Nesse sentido, vale frisar que, nos últimos anos, Lima foi sede de diferentes torneios e conferências esportivas internacionais de menor magnitude. Dada a competitividade interurbana, os organizadores e comitês de organização precisavam demonstrar o seu potencial de organização em eventos internacionais, assim como mostraram as experiências dos cidadãos da cidade, tanto econômicas quanto culturais e sociais, e, sobretudo,



experiências gastronômicas. Os eventos foram: Campeonato Mundial de Natação Júnior (FINA) no ano 2011; Campeonato Mundial de Voleibol Feminino Sub-18 em 2015 (FIVB); Campeonato Mundial Juvenil de Pesas no ano 2011; Copa América de Futebol 2004; e Jogos Bolivarianos em 2013 (LIMA, [s. d.]).

Cabe realçar que os Jogos Pan-Americanos são o segundo maior evento poliesportivo mundial, ficando atrás somente das Olimpíadas. Participam dele 41 Comitês Olímpicos Nacionais (CON), que constituem a Organização Desportiva Pan-Americana (ODEPA). O evento se realiza a cada quatro anos. A primeira edição aconteceu na capital argentina, Buenos Aires, no ano de 1951. Essa primeira edição teve a participação de 22 países e 2.500 atletas em 18 esportes, e a edição de Lima, em 2019, apresentou competições em 62 disciplinas e 39 esportes, e aproximadamente 6000 atletas participaram (LIMA, [s. d.]).

Argumenta-se que os megaeventos são conhecidos por renovar, revitalizar e reestruturar os espaços urbanos, para que estes se tornem atrativos para os investidores privados. Essa prática mostra o fortalecimento de políticas neoliberais que procuram, em detrimento do Estado, fortalecer os interesses mercadológicos. Por consequência, alega-se que a realização dos megaeventos esportivos busca a revitalização de áreas consideradas degradadas, assim como áreas de potencial econômico e de crescimento urbano (ver tópico 5.1). Existe evidência empírica de que o megaevento esportivo se associa a intervenções que consistem na transformação dos espaços públicos e privados ligados à especulação imobiliária (BOYKOFF, 2013; EICK, 2015; MÜLLER, 2015; RIBEIRO; SANTOS JUNIOR; 2015; SANTOS JUNIOR, 2015).

No ano 2009 a cidade Lima realizou uma campanha para sediar os Jogos Pan-Americanos de 2015, que finalmente aconteceram na cidade de Toronto, no Canadá. A seletiva resultou numa tentativa fracassada, e o antigo Comitê obteve apenas 11 votos, motivando o Poder Público a tentar mais uma vez (LIMA, [s. d.]). De tal forma, os gestores públicos entenderam que, para atingir e se inserir no mercado internacional, precisavam de um projeto mais abrangente, que fosse de interesse do setor imobiliário e do capital estrangeiro. O projeto revitalizador urbano devia ser colocado na agenda nacional e devia ser constituído a partir da criação de novas alianças e coalizões que abarcassem todas as escalas do urbano.

Dessa maneira, estabeleceu-se um novo Comitê para candidatar Lima à sede dos Jogos Pan-Americanos 2019. Porém, dessa vez seria formado por diversas autoridades, entre eles o ex-presidente do Consejo de Ministros, Juan Jiménez Mayor (2012-2013), o ex-presidente do Comité Olímpico Peruano (COP), José Quiñones (2013-2016), a ex-prefeita de Lima, Susana Villarán (2011-2014), o ex-diretor do Instituto Peruano de Deportes (IPD), Francisco Boza (2001-2015), e o atleta Renzo Cárdenas, campeão sub-14 pan-americano na arte marcial de taekwondo (ANDINA, 2013B).

A nova comissão pan-americana entendeu que, para obter tal ajuste e ingressar numa nova rodada do “jogo”, deveria emitir novos recados. Por conseguinte, cada um fez discursos enaltecendo a cidade de Lima para a Organização Desportiva Pan-Americana (ODEPA). Esses discursos ecoaram na imprensa. Segundo o *Rádio Programas del Perú* (RPP), a rodada começaria pelo ex-presidente do COP, destacando o desenvolvimento do esporte no Peru, dizendo que:

Nestes quatro anos trabalhamos com responsabilidade para melhorar. Investimos mais do que nunca no esporte. Estamos prontos para sediar os Jogos Pan-Americanos no Peru e esperamos ser sua primeira escolha (QUIÑONES apud RPP, 2015).

Seguiu-se a mensagem da ex-prefeita, que descreveria os atributos da cidade. Segundo a *World Travel Awards*, o Peru foi reconhecido por sete anos consecutivos como primeiro destino gastronômico do mundo (FORBES, 2018). Também destaca-se a hospitalidade do povo, a diversidade cultural e os patrimônios históricos da UNESCO. Desta forma, Susana Villarán menciona que:

Lima tem diversidade cultural, tem algo único, que é a nossa gastronomia. Lima é paixão, as pessoas adoram comemorar, o povo de Lima comemora. Os Jogos Pan-Americanos serão recebidos com imensa alegria, somos uma cidade segura, e o transporte está melhorando (VILLARÁN apud RPP, 2015, tradução nossa).

Adicionalmente, a comissão já começa a falar dos “legados” que deixariam os Jogos para a cidade de Lima. O ex-chefe do IPD diria que “esto es una de nuestros principales legados. Tenemos una historia única” (ANDINA, 2013b). Depois dessa

mensagem, ponderaria o ex-ministro, que mostraria as fortalezas e as oportunidades, indicando que o Peru investiria 712 milhões de dólares, argumentando que:

Investimos em nova infraestrutura. Queremos e precisamos subir para o próximo nível do esporte, e os Jogos Pan-Americanos são o próximo passo lógico para nós. Nosso governo apóia a proposta apresentada pela COP. Dois anos depois de 2019, o Bicentenário da Independência do Peru será comemorado, e queremos começar a comemorar por lá (ANDINA, 2013b).

Para concluir, o atleta campeão pan-americano pede confiança para a ODEPA, dizendo que:

Há quatro anos estive em Guadalajara e prometemos continuar realizando eventos esportivos no Peru. Nós fizemos isso. Construimos cenários, prometemos vencer quatro anos depois e estamos prontos. Em 2019 completarei 20 anos e nesse ano posso ser o campeão Pan-Americano no meu país. Confie em nós, não vamos decepcioná-lo (ANDINA, 2013b).

Porém, como está sendo descrito, o COP, para ganhar a competição interurbana, necessitou reorganizar-se e recorrer ao *marketing* propriamente dito, ao *marketing* urbano ou *city marketing*, para legitimar, assim, os principais atributos e simbolismos da cidade de Lima. Contudo, Lima passou por processos de transformações no seu território, cujo desenvolvimento urbano se sustentou em sediar os Jogos Pan-Americanos Lima 2019. Esse processo de desenvolvimento urbano se deu mediante as bases do denominado empreendedorismo urbano, modelo usado pelos gestores municipais para criar ambientes favoráveis aos negócios, acentuando os lugares para oferta de infraestrutura, modificando as relações trabalhistas, os controles ambientais e as políticas tributárias (HARVEY, 1996; 2005). Tal como assinala Santos Junior (2015), a criação desses ambientes favoráveis adequados para a acumulação do capital é dada por um duplo efeito. O primeiro acontece pelo “aumento da flexibilidade especial das empresas e do capital”, e o segundo, pela homogeneização dos processos entre as cidades que geram “estratégias inovadoras que estariam sendo atraentes como centros culturais e de consumo” (SANTOS JUNIOR, 2015, p. 23). Contudo, esse duplo efeito criaria tendências a serem “replicadas e copiadas pelas demais cidades, o que poderia

tornar efêmeras as vantagens competitivas eventualmente alcançadas” (SANTOS JUNIOR, 2015, p. 23).

Conforme se assinala ao longo deste trabalho, as experiências neoliberais urbanas peruanas foram estabelecidas a partir da implementação da Constituição Peruana de 1993, quando, no regime ditatorial do ex-presidente Alberto Fujimori, juntamente ao assessoramento do ex-assessor do BID, o economista liberal Hernando de Soto, realizaram-se diversas reformas econômicas a favor de liberalização da economia. Essas experiências indicavam que o Estado de bem-estar social gerava ineficiência, ou seja, atrapalhava a ação social e terminava gerando maiores desigualdades. Portanto, era melhor, segundo eles, deixar o livre funcionamento do mercado, já que o mercado resolveria os problemas sociais e econômicos.

Para isso, argumenta Soto (1987) que se deve criar uma agenda para o câmbio que procure um novo viés para sair do mercantilismo, para, dessa maneira, realizar ajustes nas instituições legais. Para isso, indica que é necessário determinar os problemas urgentes do país, analisando quais instituições legais abrem oportunidade para a população, quais inspiram qualidades empresariais para criar riquezas e quais permeiam a ótima coordenação dos indivíduos e do aproveitamento dos recursos. Para atingir essa nova agenda, primeiro deve-se afirmar os direitos de propriedade, facilitando as transações e instrumentos do direito; em segundo lugar, deve-se evitar a normatividade legal; e, em terceiro, tentar substituir o Estado por organizações informais e privadas. Dessa maneira, sugere-se que essa agenda política fosse um programa integrador do país. Portanto, Soto (1987) indica que é preciso um programa mínimo que simplifique e descentralize a função pública, assim como desregular e despolitizar a vida produtiva nacional (SOTO, 1987).

Em vista disso, simplificar<sup>89</sup>, descentralizar<sup>90</sup> e desregularizar<sup>91</sup> fazem parte da nova Constituição de 1993 e da economia política nacional. Em virtude disso, a

---

<sup>89</sup> Segundo Soto simplificar resultaria na adoção de medidas que otimizem o funcionamento de instituições legais, para simplificar a duplicidade de normas. Por conseguinte, simplificar requer que *“previamente se identifique el tiempo de legislación que está causando daño. Desde la perspectiva que nos ocupa, este daño se traduce en costos de acceso, costos de permanencia y costos de la informalidad que conducen a um desperdício de recursos, limitan el ajuste de los formales al cambio de condiciones económicas e impiden a los informales desarrollar el máximo de sus capacidades”* (SOTO, 2002, p. 300).

<sup>90</sup> De acordo com Soto, a categoria significaria traspasar responsabilidades legislativas e administrativas do Estado para os governos locais e regionais, com o intuito de colocar as autoridades em contato com a realidade e problemas a serem resolvidos. Para isso, explica que *“ello*

propriedade privada é ratificada de sua concepção da função social e do uso do solo, pretendendo, dessa maneira, superar a pobreza urbana, seguindo os conceitos dos seus idealizadores. Segundo Hernando de Soto (2002), a pobreza era gerada pela informalidade do trabalho e pela posse do uso do solo. O autor argumenta que, para superar os problemas de desigualdade econômica e social, o “capital morto” criado pelos informais, conseqüentemente, deve ser capitalizado mediante a propriedade privada. O autor diz que a propriedade privada poderia ser o nexo para que a população carente acessasse o devido crédito financeiro e hipotecas, desta maneira, eles iriam ser empreendedores da mobilização de ativos no mercado. Assim, os pobres capitalizariam no mercado mediante os seus próprios bens e a sua própria força produtiva (SOTO, 2002).

Nesse contexto de processos de desenvolvimento urbano desigual, percebe-se a globalização neoliberal se consolidar como sistema decorrente dos processos urbanos de reprodução, em que os Estados e os governos locais adotam de forma emergencial o novo padrão de governança urbana, que é obtido pelo planejamento estratégico e o *marketing* urbano. Nesse sentido, a cidade de Lima empreendeu e se preparou para a realização do maior evento esportivo realizado no Peru. Isso envolveu, então, novos arranjos institucionais, novas coalizões de interesses do Poder Público, do Comitê Organizador Nacional e das empresas privadas. Além disso, para dissipar as crises políticas e econômicas que o país vinha enfrentando e amenizar o atual contexto de escassez de recursos públicos para as políticas de desenvolvimento urbano, o Poder Público precisou do ensejo das ferramentas e fundamentos empresariais para se inserir no mercado global. Ou seja, trata-se de uma oportunidade para atrair capitais privados internacionais que realizem investimentos na infraestrutura urbana e oportunidade de fazer parte das conhecidas “cidades globais”, cuja lógica altera a organização social, econômica e espacial que se subordina ao mercado global (SASSEN, 1999).

---

*implica ceder a los gobiernos locales la autoridad de producir Derecho – sin ningún controle ex ante por parte del gobierno central – para todas aquellas maneras materias que son manejables a nivel regional; es decir, para aquellos asuntos em los cuales las consecuencias de normas adoptadas localmente no afectarán em forma negativa al resto del país” (SOTO, 2002, p. 302).*

<sup>91</sup> Soto entende por “desregularizar” o processo, por parte das coalizões redistributivas, de despolitizar a economia para proteger o Estado, assim como proteger a economia dos políticos. O autor indica que “[...] *en el campo económico se refiere, se trata de emanciparlo de la tutela de quienes tienen poder político y sacarlo del ámbito de la arbitrariedad y del parasitismo. En lo que al campo económico, así como eficiencia y fuerza circunscribiéndolo a un número manejable de problemas que administrar, con independencia de injerencias privadas y egoístas*” (SOTO, 2002, p. 304).

Após ganhar a sede do megaevento, o COP foi recebido com uma grande festa na *Praza Central de Armas* do Peru, com pessoas dançando, a mídia falando que Lima seria a cidade mais importante do planeta no tempo que fosse sede, além de ser uma oportunidade para melhorar a área de infraestrutura, esporte, cultura e educação, em outras palavras, o legado que a cidade herdaria.

A frente política unificada neoliberal, satisfeita em ter ganhado a sede dos jogos, fez-se na forma da ideologia neoliberal, à semelhança da governança urbana. Em consequência, estabeleceu-se a ideia do “consenso” e “patriotismo” como elementos unificadores da sociedade, além da rápida demanda do setor privado no planejamento urbano da cidade, já que a ideia era atuar de forma semelhante às estratégias empresariais e financeiras do setor privado, pretendendo, a nome do setor público, estabelecer a “possibilidade de estratégias vitoriosas”, como explica Vainer (2000, p. 91). Do mesmo modo que essa coalizão entre as frentes políticas, as empresas privadas, a mídia e a população proclamavam o consenso e o “patriotismo urbano”, que seria, portanto, construído a partir da criação de um novo plano estratégico, que inseriu Lima nas novas condições impostas pela globalização e pelas recentes formas da acumulação capitalista (ver no tópico 5.2). Contudo, concorda-se com Vainer (2000), quando argumenta que as cidades na contemporaneidade se orientam pelo interesse de atrair novos investimentos que resultariam em grandes projetos urbanos, que levariam a revitalizações urbanas e, adicionalmente, contradições no seu padrão de planejamento urbano, procurando os gestores a construção de legados materiais e simbólicos. Dessa maneira, para isso, então, é preciso “[...] que a cidade esteja unificada, toda sem brechas em torno ao projeto” (VAINER, 2000, p. 91).

Para Harvey (1989), as coalizões e alianças de classe são difíceis de ser afiançadas na era da globalização neoliberal, dado que esses ambientes de incertezas e dificuldades abrem espaço para reforçar os papéis das lideranças pessoais na constituição das coalizões e alianças, do mesmo modo que abre a possibilidade de reforçá-las. Por exemplo, esses contextos reforçariam o papel de liderança pessoal de prefeitos e líderes locais carismáticos. Portanto, constata-se que a coalizão e os arranjos institucionais entre a ex-prefeita, o ex-presidente, a mídia e a população foram constituídos como um processo de unificação de todos os habitantes da cidade, expressado na ideia de “consenso”. Lima passou a se

inserir no ideário do capitalismo global. Desta forma, começaria a atrair investimentos e turistas e gerar empregos, e, para isso, é necessária a participação de todos. Assim, os candidatos a sediar os jogos partem para o discurso hegemônico de uma cidade unificada. Isto é, Susana Villarán partiria para o sentimento de “pertencimento” dos cidadãos e da aparente unanimidade dos presentes.

Para obter o mencionado efeito, Susana Villarán chama a cidade a “reinventar-se” frente aos futuros acontecimentos do capitalismo global. Recorre-se, por conseguinte, aos discursos hegemônicos de emergência na governança urbana neoliberal, ouvidos nos megaeventos anteriores como proposta de política urbana. Inspiram-se os gestores peruanos na força da experiência de reestruturação urbana de Barcelona, que viabilizou os Jogos Olímpicos de 1992. Assim, Susana Villarán menciona que:

Haverá muito trabalho porque haverá um grande investimento. Vamos reinventar Lima para esses jogos como Barcelona fez em seu tempo, porque uma cidade que tem grandes desafios alcança grandes conquistas, e merecemos melhor transporte, mais ordem e trabalho, porque haverá mais investimento (VILLARÁN apud ANDINA, 2013a, tradução nossa).

Por tudo isto, evidencia-se que, a partir da reestruturação global, em consequência, as cidades adotam a abordagem empreendedora na gestão urbana, para competir eficientemente no mercado global (HARVEY, 1989). Na atualidade, a adesão de megaeventos tem se voltado para a estratégia do desenvolvimento urbano, a partir da divisão espacial do consumo, particularmente pela espetacularização e promoção de eventos singulares (HARVEY, 1996), e também têm sido feitas estratégias para a cultura, esporte, entretenimento, mídia e design, como canais de promoção do crescimento econômico (SÁNCHEZ; BROUDEHOUX, 2013).

Isto é, sediar o megaevento mais importante da história de Lima seria uma grande oportunidade de demonstrar o potencial econômico e político do país no mercado mundial. E, desse modo, o ex-presidente Ollanta Humala (2011-2016) afirmava que ser sede unificaria a classe política e ajudaria a abrir novas “janelas de oportunidades”. Se Lima fizesse uma boa apresentação, ele diz que:

Como governo, peço unidade nos esportes, da classe política, do governo municipal de Lima, da nossa prefeita, Susana Villarán, do Comitê Olímpico, do Instituto Peruano de Esportes e todos unidos. Deve-se levar em conta que, nestes Jogos Pan-Americanos, não só o desempenho dos atletas que irão participar é importante, mas também uma boa apresentação do país (ANDINA, 2013c).

Em suma, acredita-se que essas representações e discursos são interpretados como potencial crescimento do urbano pela hegemonia local, no qual as elites nacionais legitimam a cidade como produto de consumo internacional, realçando a economia, a cultura nacional gastronômica, de modo que a cidade seja vendida como uma cidade plural, para valorizá-la como urbanidade de Lima e Callao. Contudo, percebe-se que o megaevento esportivo é gerado como projeto de desenvolvimento urbano na promoção de melhorias urbanas conforme a ideologia neoliberal e segundo paradigmas tecnocratas. Vê-se a crescente disposição de interesses privados em torno dos jogos, pois, agentes imobiliários, especuladores e todos os grandes setores do capital privado fazem da forma capitalista a apropriação e modo de produção de cidade, dada a grande oportunidade de fazerem negócios. Percebe-se também a estratégia do *city marketing* ou *marketing* urbano, no qual a preocupação central é voltada para as vantagens econômicas e políticas que, mediante as coalizões e arranjos institucionais, criam uma nova imagem urbana de cidade mundial. Portanto, considera-se a produção da cidade pan-americana como símbolo de revitalização das cidades de Lima e Callao, que, por conseguinte, pretendem refazer a sua imagem urbana, sendo lideradas pelas elites políticas e econômicas, gerando, dessa maneira, maior fragmentação e exclusão social. Esse argumento de melhoria requereu novas formas de administração local que fossem favoráveis ao mercado mundial.



#### **4 METROPOLIZAÇÃO E MEGAEVENTO: OS JOGOS PAN-AMERICANOS DE LIMA 2019**

Considera-se que o neoliberalismo atua, desde suas origens, com o intuito de criar formas de reprodução social nas cidades, adequando-se às distintas escalas e realidades locais, nacionais e globais. O projeto neoliberal é expressado de várias formas nos espaços urbanos. No caso de Lima e Callao, para a realização do megaevento esportivo, as políticas urbanas do neoliberalismo realmente existente reproduziram a valorização de zonas específicas para fins do capital privado. Os ajustes especiais realizados foram viabilizados através da “destruição criativa”, por meio do convênio público com o governo do Reino Unido, que permeou a participação de diferentes empresas internacionais na construção de infraestruturas esportivas. Por conseguinte, pode-se dizer que a governança empreendedora neoliberal garantiu investimentos potentes que impulsionaram grandes projetos urbanos nas zonas central e sul de Lima e na região de Callao.

Dessa forma, destaca-se, entre os empreendimentos privados, a existência de investimento imobiliário na Zona Sul, com a implementação da Villa Panamericana. A experiência do acordo com o governo britânico impulsionou e incentivou as iniciativas das Parcerias Público-Privadas, as PPPs. Através dessas parcerias estratégicas, o Estado, em diferentes escalas de governança, incentiva a construção de projetos especulativos, com a condição de obter mais-valia e lucro na cidade, por intermédio de coalizões e arranjos institucionais. Do mesmo modo, a estratégia na lógica neoliberal de reprodução social nas cidades aciona-se através do Estado promotor e impulsor da lógica de ponto de destino turístico entre as cidades de Lima e Callao.

Pode-se dizer que o processo de ajuste espacial permite as mudanças ocorridas nos espaços urbanos de modo a melhorar a expansão do capitalismo. Sem dúvidas, argumenta-se, portanto, que os processos de transformações, renovações e revitalizações espaciais são notórios nas cidades-sede Lima e Callao, pois estas competem para ter fluxos mais intensos de capital, dados os interesses das grandes empreiteiras privadas e investimentos estrangeiros, assim como investimentos nacionais que, por meio da realização do megaevento, intensificam os

processos de neoliberalização, usando, assim, a governança urbana neoliberal e o urbanismo neoliberal.

É fundamental dizer que essa intensificação da governança neoliberal e, por conseguinte, o urbanismo neoliberal, ao qual as cidades são submetidas, traz consigo diversos impactos que acarretam a sua difusão, assim como a configuração urbana. Os Jogos Pan-Americanos carregam uma grande quantidade de fluxo de capital, turistas, imprensa internacional especializada no esporte e imprensa internacional no geral, o que permeou a atenção global pelo tempo de duração. Esses fluxos de capital promoveram os ajustes espaciais nas cidades. Nesse contexto, o objetivo deste capítulo é versar a respeito da urbanização neoliberal gerada pela realização do megaevento esportivo.

#### **4.1 O ajuste espacial ou ordenação espaço-temporal nas cidades de Lima e Callao**

É evidente que, nos últimos anos, ocorreram diversas revitalizações urbanas nas cidades-sede, assim como há indícios de que houve mudanças no seu recente padrão de governança urbana, direcionado, a partir de então, para novas rodadas de mercantilização ou neoliberalização (RIBEIRO; SANTOS JUNIOR, 2015; EICK, 2015). Serão analisadas neste tópico as mudanças especiais no entorno do megaevento que influenciam a configuração das cidades.

Em Harvey (2005; 2014b), encontra-se que a ordenação espaço-temporal ou ajuste espacial permite um melhor entendimento na compreensão dos efeitos do capitalismo sobre o território. Portanto, deseja-se discutir a relação e o contexto em questão e compreender também a relação espacial e governamental em prol de um determinado setor. Argumenta-se que as transformações espaciais ocorridas nas cidades para sediar o megaevento esportivo procuram, através do discurso do Estado, reposicionar as cidades de Lima e Callao no mercado mundial de cidades, mercado este que é competitivo, empresarial e excludente. Ainda que atraia turistas solventes para as cidades-sede, o discurso hegemônico sustenta-se na criação do dinamismo econômico. Assim, a cobertura da mídia internacional passa a ser meio de divulgação da cidade para o público internacional. No entanto, discorda-se que o megaevento gera equidade e igualdade na sociedade civil. É necessário

compreender os diversos interesses políticos e econômicos por trás do apoio e constituição de coalizões e arranjos políticos e institucionais para a sua realização, ainda que haja pressão dos órgãos internacionais.

Observa-se que, para a realização de um megaevento esportivo, os órgãos internacionais sugerem criação de novas experiência urbanas com financiamento direto do público para o setor privado, no qual as isenções fiscais formam parte do motor central para conceber os megaeventos esportivos. Identifica-se que houve gastos públicos em função de um modelo neoliberal de governança urbana, que, por conseguinte, envolveu custos significativos que ficaram para o Estado, enquanto a alta lucratividade foi relegada ao capital privado.

Não obstante, o órgão responsável, o COPAL, defende ter economizado verba pública para a realização dos Jogos Pan-Americanos, alegando duas questões: a primeira, que economizaram com obras realizadas em comparação com os valores outorgados pelo Poder Público; e a segunda, que foi gasto menos do que nas três anteriores edições dos pan-americanos. No caso do Rio de Janeiro Pan-2007, os gastos foram de 3,7 bilhões de reais;<sup>92</sup> no caso de Guadalajara Pan-2011, investiram-se \$1,343.6 bilhões de dólares<sup>93</sup>. Lembra-se que a preparação do megaevento foi realizada de forma imediata e emergencial, dado que houve desídia política na preparação dos Jogos Pan-Americanos. Dessa maneira, a inércia dos políticos foi entre os anos 2014 e 2016, quando a ODEPA pretendia multar o Estado peruano pela demora na construção das infraestruturas, uma desídia manifestada economicamente e politicamente.

Não obstante, por tratar-se de um evento de grande magnitude e de diversas disciplinas esportivas, tomaram-se decisões e ações emergenciais para a reforma dos estádios e a remodelação de alguns prédios, sob pressão da ODEPA. Vê-se também em curso nas cidades projetos de especulação imobiliária. Os gastos nesse sentido, seriam deferidos para a construção da Vila dos Atletas, destacando-se

---

<sup>92</sup> Como argumentam Sánchez et al. (2012), os gastos representaram oito vezes mais do que o previsto inicialmente, quando foi a candidatura, no ano de 2002. O Pan-2007 foi realizado a um custo 15 vezes superior ao do Pan-2003 em Santo Domingo, sendo este megaevento o mais caro de toda a história desse evento continental.

<sup>93</sup> Segundo Ávalos (2011), no Pan-americano de Guadalajara 2011, investiu-se um total de US \$1,343.6 bilhões (0.13% de seu PIB). Desse valor, US \$947,4 milhões correspondem a investimentos realizados pela iniciativa privada, e US \$296.2 milhões, a investimento público, e US \$100 milhões, à realização do megaevento esportivo. A cidade de Jalisco acolheu meio milhão de turistas, entre estrangeiros e nacionais, captando um ingresso de US \$110 milhões (25 milhões oriundos do capital nacional e 85 milhões de economia estrangeira) (ÁVALOS, 2011).

como o investimento mais elevado e importante para realização dos Jogos Pan-Americanos. Dessa maneira, os gastos ascenderam ao volume de 1,2 bilhões de dólares<sup>94</sup>. Percebe-se, portanto, que os Jogos Pan-Americanos funcionaram como instrumentos para a revitalização das cidades de Lima e Callao, estando presentes na difusão do discurso público e da mídia nacional e internacional.

**Quadro 2 – Investimentos por ajuste espacial**

Gastos Pan-americanos 2019							Total por Zonas em Novos Soles (S/.)	Total por Zonas em Dólares
Zonas	Bairros	Obras	Tipo de Contrato	Empresas e Consórcios	Monto Referencial Contrato Nec Novos Soles(S/.)	Monto Referencial em Dólar Americano (\$.)		
<b>Lima Centro</b>	San Luis	Vila Deportiva Nacional - Videna	Por contrata	COSAPI	489,5 mm	144,3 BI	<b>598,7 mm</b>	<b>176,5 BI</b>
	Santiago de Surco	Polígono de Tiro Capitán FAP José Alberto Quinones Gonzales	Por contrata	Consórcio BESCO - BESALCO	48,8 mm	14,4 BI		
	San Miguel	Construcción De Sede San Miguel - Parque Costa Verde - Complejo Pan-americano Costa Verde	Por contrata	Consórcio BESCO - BESALCO	10,5 mm	3,1 BI		
<b>Lima Leste</b>	La Molina	Escuela de Equitación Del Ejército	Por contrata	De Vicente Constructora S.A.C. - Consórcio ECUESTRE	49,9 mm	14,7 BI	<b>49,9 mm</b>	<b>14,7 BI</b>
<b>Lima Norte</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Lima Sur</b>	Villa El Salvador	Vila Panamericana	Por contrata	Consórcio BESCO - BESALCO	323,5 mm	95,4 BI	<b>664 mm</b>	<b>195,7 BI</b>
	Villa El Salvador	Polidesportivo Villa El Salvador	Por contrata	Consórcio Constructor Lima 2019	90,3 mm	26,7 BI		

<sup>94</sup> C.f. AGENCIA EFE, 2019..

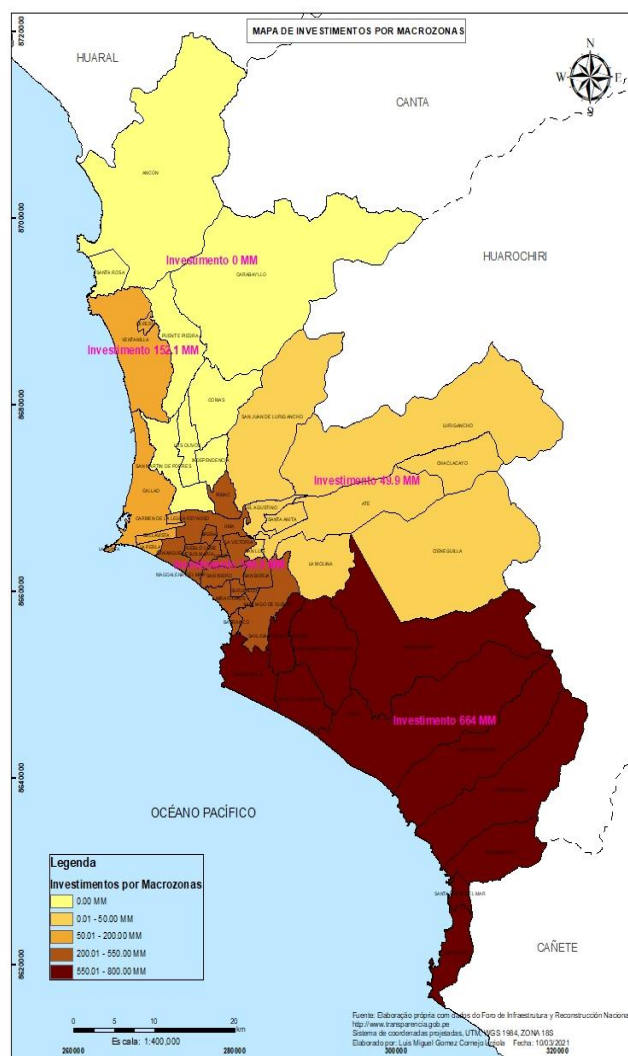
Villa Maria del Triunfo	Complejo Deportivo Andres Avelino Cáceres Villa Maria del triunfo	Por contrata	Consórcio SACYR S.A.	221,9 mm	65,4 BI		
Punta Rocas	Construcción De Centro De Alto Rendimiento Para Surf	Obras por Impuestos	Unión de Cervecerías Peruanas Backus y Johnston S.A.A., Supermercados Peruanos S.A., Scotiabank Perú S.A.A., Financiera Efectiva S.A., Unión Andina de Cementos S.A.A. e Unión de Concreteras S.A.	28,3 mm	8,3 BI		
Puerto Viejo	Centro De Alto Rendimiento De Remo y Canotaje	-	-	-	-		
<b>Callao</b>	Sede Callao (Coliseo Miguel Grau, Villa Deportiva Regional Del Callao y Estadio UNMSM)	Por contrata	Consórcio SACYR S.A.	152,1 mm	44,8 BI	<b>154,1 mm</b>	<b>45,4 BI</b>
	Revitalización Parque Zonal	Por contrata	Consórcio Mendoza y JSU	2 mm	0,6 BI		

Fonte: adaptado do Portal da Transparência do Peru

A partir do Quadro 2, observa-se a importância da relação dos investimentos públicos realizados. Argumenta-se que há uma relação direta entre os Jogos Pan-Americanos e os processos de revitalização urbana. Percebem-se investimentos em diferentes regiões e áreas das cidades, como é evidenciado na Figura 3. Cabe ressaltar que nem todas as áreas da cidade foram beneficiadas, sendo três as privilegiadas: Lima Sul, Lima Centro e região de Callao. Vale destacar que esses investimentos na área central e Lima Sul tratam-se principalmente de especulação imobiliária, como a *Villa Panamericana*, que foi realizada em prol do mercado imobiliário, sendo construída e dirigida para uma classe social determinada. Portanto, argumenta-se que, ao promover o megaevento esportivo nessa lógica

neoliberal, contribuiu-se também para aumentar as desigualdades sociais através da promoção de projetos especulativos imobiliários.

**Figura 3 – Investimentos realizados por Zonas**



Fonte: adaptado de Peru (2019), Lima (2017a; 2017b; 2019a; 2019b) e Cosapi (2019)

Compartilha-se da mesma ideia de Santos Junior (2015), quando o autor argumenta que as revitalizações urbanas nas cidades-sede se relacionam de forma direta com os megaeventos esportivos. No entanto, percebe-se que os Jogos Pan-americanos expressam para as cidades de Lima e Callao um projeto de renovação e reestruturação urbanas, portanto, os Jogos Pan-americanos e as cidades se imbricam em torno do projeto de intervenção urbana, no qual o discurso emitido para os jogos pretende legitimar tal projeto neoliberal. Dessa forma, argumenta-se que a

iniciativa na mudança na cidade de Lima e Callao gira em torno de centralidades<sup>95</sup> que se distinguem a partir de suas multifuncionalidades.

No caso de Lima, repara-se que o projeto de revitalização e renovação urbana para sediar os Jogos Pan-Americanos aponta para três direções: (i) o fortalecimento de uma centralidade existente da cidade, o que corresponde à região central de Lima – cabe constatar que Lima Centro abrange áreas centrais de alta valorização imobiliária por parte do capital, devido à sua localização; (ii) a revitalização de uma área decadente, por meio da valorização e especulação imobiliária, na perspectiva de atrair capital privado, pretendendo torná-la uma nova centralidade, o caso de Lima Sul;<sup>96</sup> (iii) o fortalecimento de uma centralidade decadente, como a cidade de Callao. A região Callao destaca-se pela sua localização, onde fica o principal aeroporto do Peru, o Aeroporto Internacional Jorge Chávez, e também o principal porto do país.

Vale ressaltar que o principal ator das coalizões e arranjos institucionais para sediar os jogos, assim como das políticas territorializadas, é o Estado nacional (HARVEY, 1996; 2005; 2014b),<sup>97</sup> uma vez que promoveu a inserção das cidades de Lima e Callao no mercado global. Dessa maneira, a partir dessa inserção, o Estado configura um modo de urbanização neoliberal difundido pela governança empreendedora neoliberal, que consiste na construção e investimentos em infraestruturas urbanas, em infraestrutura esportiva, assim como em obras viárias, ainda que se configurem investimentos em projetos privados de especulação imobiliária. Destaca-se que os investimentos concernentes à infraestrutura desportiva beneficiou a região Lima Sul através do *Polideportivo Villa El Salvador*, no bairro de *Villa El Salvador*, feito pela construtora espanhola Obrascon Huarte Lain S.A. e a peruana JE Construcciones Generales, formando o Consórcio Construtor

---

<sup>95</sup> Para Santos Junior (2015, p. 28), a centralidade é entendida como “os núcleos de negócios e de relevância econômica, que exercem uma influência sobre um determinado entorno, que pode ser considerado como sua periferia. nesse sentido, a centralidade remete um papel de comando sobre os processos de acumulação de capital e de reprodução social, e está associada a intensidade de fluxos de dinheiro, mercadorias e pessoas”.

<sup>96</sup> Como será visto mais à frente, as residências são voltadas para as classes de baixa renda, mas em contradição o valor dos imóveis perpassa a renda salarial dos habitantes do bairro Villa El Salvador. Essa especulação imobiliária, portanto, gira em torno de captar uma outra classe social.

<sup>97</sup> Segundo Harvey (2014b), o Estado reivindica o papel-chave na acumulação do capital e na sobreacumulação, que é interminável. Para o autor, o “Estado constitui a entidade política, o corpo político, mais capaz de orquestrar arranjos institucionais e manipular as forças moleculares de acumulação do capital para preservar o padrão de assimetrias nas trocas mais vantajosas para os interesses capitalistas dominantes que trabalhem nesse âmbito” (HARVEY, 2014b, p. 111).

Lima 2019; do *Complejo Deportivo Andrés Avelino Cáceres*, no bairro de *Villa María del Triunfo*, realizado pela empresa espanhola Sacyr e a uruguaia Saceem, constituindo o Consórcio Sacyr AS Sucursal del Peru; e do *Centro de Alto Rendimiento para Surf (CAR)*, no balneário de *Punta Rocas*, feito por seis empresas – a Unión de Cervecerías Peruanas Backus y Johnston S.A.A, Supermercados Peruanos S.A., Scotiabank Perú S.A.A., Financiera Efectiva S.A., Unión Andina de Cementos S.A.A. e Unión de Concreteras S.A. Constata-se que, além dos polidesportivos nos bairros mencionados, no bairro de *Villa El Salvador*, houve uma das maiores intervenções especulativas da cidade, a construção da *Vila Pan-americana* feita pelo grupo chileno, o Consórcio Besco-Besalco. Nessa obra previram-se distintos investimentos, como iluminação pública, redes de saneamento, novas obras viárias, o entorno do prédio e um agressivo *marketing* urbano, que sustentaria os investimentos realizados.

Na região Lima Centro houve a revitalização urbana do *Parque Costa Verde*, localizado no bairro de *San Miguel*, no litoral de Lima, no circuito de praias da cidade, construído pela empresa Consórcio Besco-Besalco. O Parque Costa Verde serve como área de lazer, assim como uma área de rápido trânsito de veículos, sendo assim uma via conectora do circuito de fluxo de transportes não pesados, que vai desde Callao até a região sul da cidade.<sup>98</sup> Ainda na área central de Lima, foi remodelada a *Villa Deportiva Nacional*, mais conhecida como Videna, localizada no bairro de *San Luis*. Essa obra foi realizada pela empresa nacional Cosapi. Essa remodelação foi o maior investimento realizado em infraestrutura esportiva do megaevento esportivo.

Na região Callao, ressaltam-se os investimentos no *Parque Zonal Yahuar Huaca* do Callao, no entorno da *Villa Deportiva del Callao*<sup>99</sup>, pelo Consórcio Mendoza e Jsu. Construiu-se também a *Villa Deportiva Regional del Callao*, assim

---

<sup>98</sup> “*El Circuito de Playas de la Costa Verde*” é uma estrada que conecta Callao com a parte sul e centro de Lima. Ela une os bairros de: *La Punta, La Perla, San Miguel, Magdalena del Mar, San Isidro, Miraflores, Barranco e Chorrillos*. Cabe ressaltar que a Costa Verde se caracteriza por ser uma via adjacente ao Oceano Pacífico, abaixo do barranco. Foi planejada como via rápida, ou seja, de alta velocidade, facilitando os acessos às praias de Lima e Callao.

<sup>99</sup> Segundo o *Gobierno Regional del Callao*, as vilas esportivas da região são administradas pela *Gerencia Regional de Educación, Cultura y Deporte*. O objetivo central dessas infraestruturas esportivas trata de fomentar o esporte e o lazer da região Callao, através da prática de atividades esportivas e recreacionais, dado que a região é uma das que têm os maiores índices de criminalidade juvenil.



como a remodelação das áreas esportivas da *Universidad Nacional de San Marcos*, que contou com a construção de um novo complexo esportivo, assim como a remodelação de seu estádio olímpico. Ambas as infraestruturas foram realizadas pelo Consórcio Sacyr S.A. Sucursal del Peru. Outro investimento foi a infraestrutura temporal no aeroporto, para melhorar o trânsito nas vias próximas, assim como as vias para as instalações onde foram realizados os Jogos Pan-americanos.

Ressalta-se que todos os investimentos foram relacionados para a preparação das cidades para sediar os Jogos Pan-americanos. Para realizar o processo da preparação urbana, identifica-se a criação de novos arranjos institucionais e localizações urbanas na gestão de equipamentos públicos, assim como na gestão de bens e serviços, que se dão por intermédio das parcerias entre o setor público e o privado, as conhecidas Parcerias Público-Privadas (PPPs)<sup>100</sup>. Portanto, concorda-se com o manifestado de Harvey (1996, 2005), quando diz que o desenvolvimento das cidades na contemporaneidade é dado pela intervenção do Estado que com o uso indiscriminado dos seus recursos públicos beneficia sobre tudo o setor privado. Dessa maneira, verifica-se que o papel do Estado através das revitalizações urbanas e construções de infraestruturas urbanas, beneficiaram a um grupo de poder ou classe social dominante que mercantiliza a vida social através das intervenções no espaço urbano. Há evidências de processos de dependência do Estado para o capital privado, esses processos se manifestam por um lado, na ineficácia e ineficiência que o mercado exige a nível global, onde o Estado nacional não consegue atuar dado a sua flexibilidade, mas na sua reprodução do social termina favorecendo um ambiente agradável para os negócios. Sendo que essa flexibilidade espacial, tanto das empresas e do capital, é promovido pelo empreendedorismo urbano criando tendências estratégicas e inovadoras nas cidades. Do mesmo modo, percebe-se que sediar megaeventos esportivos nas cidades de Lima e Callao, desta parte do globo, na condição de capitalismo periférico, cria a existência das lutas de classes, sendo expressada pelos incentivos mercadológicos do Estado.

---

<sup>100</sup> Na presente pesquisa, assumimos que as PPPs são difundidas através do recente padrão de governança urbana neoliberal adotado em todas as esferas do Poder Público. Por conseguinte, argumenta-se que está presente em todas as participações e parcerias entre o setor privado e o Estado.

Vê-se que as políticas urbanas neoliberais tem como intuito a valorização do espaço urbano, como estratégia de reprodução social. Por outro lado, tem-se o setor privado que pretende, em nome do Estado nacional, reconstruir “as condições de circulação do capital e da força de trabalho”. Isto é, a inserção da acumulação urbana nos circuitos financeiros demanda dos mais recentes modos de governança urbana, aliás da governança empreendedorismo neoliberal que através das revitalizações e transformações urbanas difundidas pelos megaeventos esportivos, como ocorreram em outras cidades, terminam constituindo as cidades em *commodities* (RIBEIRO; SANTOS JUNIOR, 2015).<sup>101</sup>

Porém, a flexibilidade do Estado e a realização dos jogos significaram para Lima uma janela de oportunidades para a atuação dos distintos interesses dos diferentes atores envolvidos. Nesse sentido, são as agências internacionais, órgãos sem fins lucrativos, como a ODEPA, entre outros atores nacionais, como MTC, e locais, como a MML, que participaram da realização do evento, permeando arranjos institucionais e políticos que funcionam em paralelo com os movimentos locais e a sociedade civil.

Evidentemente, as coalizações não governamentais e os arranjos institucionais e políticos manifestados em outros megaeventos esportivos permitem observar que, no caso de Lima e Callao, há semelhança na difusão das possíveis “soluções” urbanas de ordem antidemocrática, aliás, sem a participação da sociedade civil. Isto é, as soluções urbanas representadas como janela de oportunidades implicam fatores de oportunidades de crescimento econômico e de consolidação econômica e política a partir das revitalizações e mudanças estruturais significativas das cidades de Lima e Callao. Existem, portanto, coalizões globais decorrentes da globalização e do neoliberalismo, que tem como intuito a abertura dos ambientes dos negócios privados. A cidade de Lima, então, faz parte desse novo padrão de governança empreendedora neoliberal, para se preparar para sediar os Jogos Pan-americanos. As intervenções urbanas foram parte viva dos cenários políticos nacionais e internacionais, sendo as infraestruturas urbanas a questão em estudo.

---

<sup>101</sup> As análises de Ribeiro e Santos Junior (2015) são sumamente interessantes. Elas indicam que se observam nas cidades novos ciclos de mercantilização que se determinam na acumulação urbana, orientados no imbricamento entre a ação do capital mercantil local e os novos circuitos de capital internacionalizados.

Para Santos Junior (2015), a participação do Estado implica conceder equipamentos para beneficiar o privado através da PPP. Dessa maneira, as PPPs são estabelecidas para conceder a administração de equipamentos e serviços por um período de tempo por meio de transferências de recursos públicos em obras de infraestrutura com isenções fiscais, assim como de transferência de recursos públicos e de patrimônio ou de recursos orçamentários. Percebe-se que as PPPs revelam duas questões. Como indica Santos Junior (2015), a primeira questão trata da atuação das empresas privadas que, a partir da parceria, portanto, atuam como executoras da gestão pública, envolvendo a construção das infraestruturas físicas. Por isso, considera-se que o Estado promove os Jogos Pan-americanos através da viabilização financeira,<sup>102</sup> como a isenção de impostos, para atrair empreendimentos privados.

Nessa perspectiva é que aparece a segunda questão. De acordo com Santos Junior (2015), o Estado nacional atua como principal agente promotor dos projetos de revitalização urbana e da urbanização neoliberal, envolvendo-se na atribuição ou elaboração dos projetos urbanos. Adicionalmente intervém de alguma forma no financiamento direto de diversas intervenções, além da concessão de incentivos fiscais, e organiza também novos arranjos institucionais de gestão urbana, articulando mudanças de legislações através da destruição criativa (THEODORE, PECK, BRENNER, 2009; HARVEY, 1996; 2005;) de regulações que são favoráveis ao mercado e que viabilizam as transformações no modo de produzir a cidade. Portanto, evidencia-se que as políticas urbanas estabelecidas pelo Estado vêm sendo exercidas de forma unilateral nas diferentes escalas – nacional, regional e local – e nas diversas instituições. Apesar de o Poder Público argumentar sobre o crescimento econômico, dizendo que a parcerias entre o Estado e a ODEPA trariam equidade à reprodução do urbano, não obstante, verifica-se que a ODEPA beneficiaria os grupos de interesses e parcerias que carregam com eles. Cabe ressaltar que a ODEPA tem parcerias comerciais, além de emissoras que transmitem o megaevento esportivo. Essas parceiras vieram em torno da isenção de

---

<sup>102</sup> Como indica Harvey, “[...] por conseguinte, é de um mundo espaço-temporal entrelaçado de fluxos financeiros de capital excedente com conglomerados de poder político e econômico em pontos nodais [...] Conclui-se, pois, que o capitalismo sobrevive não apenas por meio de uma série de ordenações espaços temporais que absorvem os excedentes de capital de maneiras produtivas e construtivas, mas também por meio da desvalorização e da destruição administradoras como remédio corretivo daquilo que é em geral descrito com o descontrole fiscal dos países que contraem empréstimos” (HARVEY, 2014, p. 113).

impostos e se evidenciam na promoção da difusão dos preparativos dos Jogos Pan-Americanos.

Entretanto, constata-se diferentes contextos desta relação entre o público e o privado no caso de Lima e Callao, onde se envolvem metodologias gerenciais e empresariais, como as *Obras por Impuestos (OxI)*<sup>103</sup> e Gestão por Resultados (GPR)<sup>104</sup>, com a finalidade da reprodução do capital. Foram construídas, por exemplo, a Vila Panamericana e a *Vila Deportiva Nacional*. Contudo, considera-se que as cidades de Lima e Callao passam por um ciclo de mercantilização que é interpretado na incorporação de determinadas zonas, regiões e áreas que carecem de serviços públicos, portanto, serviços urbanos desmercantilizados aos circuitos do capital. Vê-se que esse processo é dado pela transferência de ativos sob o controle das classes de baixa renda para setores do capital imobiliário, isto é, por exemplo, a criação de novos serviços e equipamentos esportivos geridos pelo setor privado (SANTOS JUNIOR, 2015).

A formação das PPPs aconteceu nas modalidades empreendidas pelo Estado para a realização das infraestruturas esportivas e habitacionais. Portanto, a governança urbana empresarial se verificou pela execução de projetos especulativos. Nessas circunstâncias, o Poder Público assumiu os riscos, por exemplo, nas contratações e parcerias do Estado, como mencionado anteriormente, através das obras por impostos, as obras por contrato<sup>105</sup>, em todas as sedes.

---

<sup>103</sup> De acordo com o *Ministerio de Economía e Finanzas* (MEF), as obras por impostos, como mecanismo, geram oportunidades para que os setores público e privado trabalhem em parceria para reduzir a lacuna de infraestrutura existente no país. Por meio desse mecanismo, menciona o MEF, as empresas privadas antecipam o pagamento de seu imposto de renda para financiar e executar diretamente, com rapidez e eficiência, projetos de investimento público priorizados por governos subnacionais e entidades governamentais nacionais. Uma vez concluída a implementação ou andamento do projeto, o Tesouro Público devolve o valor do investimento à empresa privada através de um certificado (CIPRL ou CIPGN), que pode ser usado para pagar o imposto de renda. Posteriormente, o ente público devolverá os recursos arrecadados ao Tesouro Público, o valor financiado para a execução de seus projetos (MEF, [s. d.]).

<sup>104</sup> Segundo o *Organismo Supervisor de las Contrataciones del Estado* (OSCE), é uma abordagem de gestão do setor público cuja função é facilitar às organizações públicas a direção efetiva e integrada de seu processo de criação de valor público, de forma a cumprir os objetivos do governo (OSCE, [s. d.]).

<sup>105</sup> A execução de obras por contrato administrativo, por meio do qual um terceiro obriga-se a construir uma obra de interesse público em troca do pagamento de um preço. Entende-se que eles são celebrados a título oneroso, entre empresa empreiteira e a administração pública, e que têm por objeto a execução de uma obra que responda às necessidades indicadas pelo Estado. No Peru, essa modalidade está definida na *Ley General del Sistema Nacional de Presupuesto*. O MEF indica que “*ejecución presupuestaria indirecta, se produce cuando la ejecución física y/o financiera de las Actividades y Proyectos así como de sus respectivos componentes, es realizada por una Entidad distinta al pliego; sea por efecto de un contrato o convenio celebrado con una entidad privada, o con una entidad pública, sea a título oneroso o gratuito*” (OSCE, [s. d.]).

Adicionalmente verificam-se as intervenções urbanas da governança empreendedora neoliberal, que se deslocam do conjunto do território para uma economia pública do lugar.

Harvey (2014b), no livro *O novo imperialismo*, usa o conceito de configuração espaço-temporal ou ajuste espacial<sup>106</sup> para entender a globalização neoliberal. Apesar desta dissertação se debruçar sobre o papel do neoliberalismo e as suas formas de urbanizar a partir da difusão do megaevento esportivo, destaca-se o maior interesse no desenvolvimento que traz dentro do lucro no contexto da teoria espaço-temporal, que é interpretada pelo neoliberalismo. Por conseguinte, há a construção de configurações espaciais que são impulsionadas pelas contradições de reconfigurar e revitalizar as cidades. Como foi argumentado, o Estado peruano tem um papel central na dinâmica de resposta às crises a partir da produção das diferentes configurações, parte fundamental para a produção do capital.

Nesse sentido, Brenner (2020) indica que a problemática da organização territorial no capitalismo, defendendo a teoria de Harvey sobre as configurações espaciais, é que os ajustes espaciais são necessários para o capital, precisando inerentemente se voltar à eliminação das barreiras espaciais ao processo de circulação. Portanto, considera-se que a aceleração temporal contínua da circulação do capital ou compressão do tempo-espaço se manifesta na produção do espaço e na configuração espacial. Assim, através de infraestruturas relativamente fixas e imóveis, como argumenta o autor, há uma segunda natureza “de configurações de organização territorial socialmente produzidas – que esse acelerado movimento físico das mercadorias através do espaço pode ser obtido” (BRENNER, 2018, p. 68). Nesse aspecto, defende-se uma solução espacial que seria assegurada na construção de configurações socioterritoriais fixas e historicamente obsoletas, para induzir uma nova rodada de reestruturações e revitalizações urbanas por parte do Estado. Ademais, essa dinâmica de reorganizar o território se organiza a partir de uma variedade de configurações escalares, produzidas pelas redes urbanas e estruturas territoriais que, juntas, constituem a realização de uma estrutura fixa para cada ciclo de expansão capitalista. Vale mencionar que, até os anos 70, os processos urbanos ocorriam no interior da estrutura geográfica territorial do Estado. Após a reestruturação econômica dos anos 70, a descentralização da acumulação

---

<sup>106</sup> De acordo com o autor, a ordenação espaço-temporal se propôs a “[...] contradições internas, tendentes a gerar crises, da acumulação do capital” (HARVEY, 2014b, p. 77)

capitalista e a desregulamentação do Estado colaboraram com a realização de novas configurações territoriais (BRENNER, 2018). Dessa forma, deve-se considerar as revitalizações urbanas delimitadas na espacialidade e no surgimento de uma nova configuração urbana como a expressão particular de uma ordenação espaço-temporal ou ajuste espacial promovido pelo Estado a partir da governança empreendedora neoliberal.

#### 4.1.1 O caso da Zona Lima Centro

A difusão do megaevento esportivo na área central de Lima transcende o investimento de 550 bilhões aproximadamente, na construção de infraestruturas urbanas, como a revitalização do *Parque Costa Verde*, a *Villa Deportiva Nacional*, conhecida como Videna, e a construção do *Polígono de Tiro Quiñones*. A seguir argumentam-se os ajustes espaciais realizados para a realização do megaevento esportivo. Percebe-se uma tendência de revitalizar e promover a área central, estimulando a revitalização do circuito de praias, como na reformulação da Videna.

A *Villa Deportiva Nacional* (Videna) é o maior e mais importante centro esportivo peruano, com aproximadamente 21 hectares. Localiza-se no bairro de *San Luis*, na macrozona Centro ou região central da capital. Trata-se de uma área altamente valorizada pelo capital imobiliário, dado que se situa na região central, perto da área comercial e financeira da cidade. Essa infraestrutura urbana já passou por diversos processos até se configurar como a infraestrutura esportiva ícone da cidade de Lima. Na década de 1960, a área onde se localiza Videna era o *Parque Zonal Túpac Amaru*. Na década de 1990, foi projetada a vila esportiva. É administrada pelo *Instituto Peruano del Deporte* (IPD) e passou por diversas reformulações (MONTESTRUQUE, 2019). Cabe ressaltar que, para Videna<sup>107</sup> ser sede dos Jogos Pan-americanos, o Estado teve que investir na sua remodelação a quantia de US \$489.498.852,32. Para projetar os novos prédios, contratou-se a firma internacional inglesa Pattern e, para a construção, a firma nacional Cosapi. Nesse contexto, realizou-se uma reorganização espacial do centro esportivo. Construíram mais andares sobre os prédios existentes e habilitaram novos acessos que levam a

---

<sup>107</sup> A Videna sediou esportes como atletismo, natação, ciclismo de pista, badminton, boliche, patinação artística, judô, basquete em cadeiras de roda, handebol e squash.

espaços abertos, praças e conectores internos, com o intuito de atrair o público e facilitar o acesso dos convidados e atletas para os eventos. As novas instalações do centro esportivo Videna consistiram na remodelação do estádio de atletismo, com capacidade para 12 mil visitantes, na construção do centro aquático, no velódromo, no *Polideportivo* N3 e no estádio de *bowling*. Adicionalmente, foram construídos prédios administrativos, sala de informática e uma nova área de estacionamento subterrânea (MONTESTRUQUE, 2019).

Segundo Capeco (2020), o contrato foi assinado em dezembro de 2017, para executar os novos cenários do centro esportivo, consistindo na construção do estacionamento subterrâneo e obras complexas. Cabe acrescentar que, assim mesmo, foram necessários 222 fornecedores e 107 subcontratados especializados. Esse tipo de infraestrutura demandou a contratação de especialistas em instalações elétricas, sanitárias, anti-incêndio, instalações mecânicas (unidades de ar de grande magnitude), instalações de recirculação das águas das piscinas, dentre outros. Para concretizar a infraestrutura nos padrões internacionais, houve a colaboração do governo do Reino Unido e a participação das empresas inglesas Mace e Arup. Da mesma maneira que a maioria das infraestruturas construídas pela *Comisión Organizadora de los XVIII Juegos Deportivos Pan-americanos Lima 2019*, utilizou-se a modalidade contratual *New Engineering Contract* (NEC) e o denominado *fast track*.<sup>108</sup> Ainda, utilizou-se o modelo de gestão urbana desenvolvido pelo setor privado, o *Integrated Project Delivery* (IPD)<sup>109</sup> (CAPECO, 2020).

#### 4.1.1.1 Detalhamento das obras realizadas na Zona Lima Centro

A principal obra da Zona Lima Centro é a *Villa Deportiva Nacional* (Videna). Uma das obras foi a melhoria do estádio de atletismo e da residência para atletas nacionais depois do Pan-2019, que consistiu em uma série de trabalhos que permitiram ampliar a infraestrutura existente. Segundo Pattern ([s. d.]), projetaram o prédio inspirando-se na história peruana, lembrando as proporções épicas das

---

<sup>108</sup> Capeco defende que o sistema de gestão da construção permite trabalhar de forma simultânea a engenharia, procura e execução do projeto, de modo a economizar tempo.

<sup>109</sup> Metodologia colaborativa que, segundo CAPECO, permite tomar decisões de maneira conjunta com as partes envolvidas conforme o avanço do desenvolvimento do projeto.

*huacas*<sup>110</sup> de Lima e os detalhes dos coloridos têxteis peruanos. Para isso, os projetistas internacionais realizaram análises com tecnologia computacional, para inovar o controle aerodinâmico da pista atlética, permitindo, dessa maneira, que os atletas melhorassem seus tempos de qualificação para futuros eventos nacionais e internacionais. Adicionalmente, amplificaram-se as capacidades acústicas, melhorando a qualidade para os atletas e espectadores (PATTERN, [s. d.]a).

Do mesmo modo, foi feita uma gestão que determinou a divisão dos trabalhos em dois setores. O primeiro setor trata de trabalhos no primeiro nível, onde se localiza a pista de competição e as arquibancadas do ocidente. Os trabalhos no segundo nível são destinados aos espectadores, e os terceiro e quarto níveis comportam as residências dos atletas nacionais. No segundo setor foram construídas a pista de aquecimento perto do local de competição, a de boliche e as áreas de estacionamentos (CAPECO, 2020). O novo estádio tem capacidade para 5.370 espectadores e uma pista atlética de 400m de comprimento com 9 raias<sup>111</sup> (COSAPI, 2019).

A construtora do estádio, a empresa COSAPI (2019), afirma que a infraestrutura urbana esportiva é o primeiro recinto esportivo do Peru especializado em atletismo, que se apresenta como um dos recintos mais modernos do mundo. O estádio de atletismo foi certificado para os recordes obtidos no Pan-2019, assim como em futuras competições. A empresa Mondo Sport & Flooring foi responsável pela instalação das pistas de atletismo, assim como pela certificação da *Federación Internacional de Atletismo* (IAAF). Mediram-se a planimetria e amortecimento, entre outras variáveis. Dadas a sua qualidade e modernidade, o centro esportivo permitiu que os atletas conseguissem empreender e desenvolver seus potenciais nas diversas modalidades (CAPECO, 2020).

Dando continuidade às recomendações internacionais das organizações sem fins lucrativos, no mês de outubro de 2018, o presidente da ODEPA e membro da COI, o sr. Neven Ilic, visita o prédio e ressalta a modernidade e equipamentos do

---

110 De acordo com o *Ministerio de Cultura do Peru*, Huaca é um termo ou conceito do universo andino que alude ao sagrado e a um sistema de crenças religiosas da população andina. Está associado a espaços geográficos (montanhas, lagoas, etc.), edifícios, seres vivos ou outros, aos quais é atribuída uma origem ou condição religiosa. (Tradução nossa).

<sup>111</sup> Pode ser usada para corridas de 100, 200 e 400 metros, em várias modalidades, planos, de longa distância, relevos e placas, assim como nas modalidades de percurso rápido e com obstáculos, salto alto, longo e triplo e no lançamento de dardo, disco, bala e martelo (COSAPI, 2019).



novo estádio, do centro aquático, do estádio de boliche e dos outros espaços do centro esportivo. Adicionalmente, os atletas nacionais visitam o recinto.

O boliche da Videna conta com 24 pistas de 32 metros cada e possui arquibancadas para abrigar 300 espectadores. Além disso, dadas as suas características, é o primeiro prédio desse tipo construído no Peru e um dos maiores e mais modernos do mundo. O projeto foi desenvolvido pela firma Pattern, e a construção, pela empreiteira COSAPI, com a participação da empresa provedora das pistas e equipamentos esportivos Qubica AMF (American Machine & Foundry). Da mesma maneira, o prédio de boliche passou pelo processo de certificação internacional, sendo avaliado pela *Federación Panamericana de Bowling* (PABCON). Do mesmo modo, para verificar a qualidade do equipamento esportivo, convocaram-se esportistas profissionais, para que testassem o funcionamento mecânico. O boliche localiza-se no primeiro piso da Videna, e, para aproveitar o espaço, em cima desta estrutura, construiu-se a pista de aquecimento de atletismo (COSAPI, 2019; PATTERN, [s. d.]b).

O Centro Aquático foi similarmente projetado pela firma Pattern, conseguindo ser uma estrutura esportiva de categoria olímpica, e também faz parte do complexo esportivo da Videna. A construção desse recinto teve um período curto devido à pressão da ODEPA. Foi feito um programa acelerado, no qual o desenho e a construção foram idealizados e executados em um prazo de 17 meses. O projeto foi realizado em sintonia com a *Federación Internacional de Natación* (FINA), conciliando as regulamentações esportivas internacionais, em justaposição às normas de construção nacional peruana. As principais instalações incluem as piscinas: uma piscina de competição de 50m, uma piscina para competição de mergulhos, uma para saltos ornamentais e uma outra piscina de 50m para treinamento e aquecimento (PATTERN, [s.d.]c; MONTESTRUQUE, 2019).

De acordo com Pattern ([s. d.]c), o legado promoveria os esportes aquáticos, sendo esta a primeira intervenção nacional do tipo em termos de infraestrutura esportiva. A capacidade para os espectadores era de 3000 pessoas, no entanto, cabe mencionar que as arquibancadas temporárias foram eliminadas quando acabou o megaevento, e o local foi usado para atrair capital privado, sendo transformado numa academia e centro comercial (PATTERN, 2019c).

A empreiteira COSAPI menciona que foi usado um sistema de recirculação de água e painéis computadorizados para controle do tempo dos competidores. As piscinas foram construídas com estruturas pré-fabricadas de aço, para atingir a precisão milimétrica de suas dimensões. A firma nacional trabalhou em conjunto com a empresa italiana Myrtha Pools<sup>112</sup>. Porém, a construção simultânea de diferentes infraestruturas esportivas na Videna e sobretudo a falta de espaço, fez com que a empresa recorresse a novas tecnologias<sup>113</sup> (COSAPI, 2019).

De acordo com a COSAPI, o Poliesportivo N3 da Videna foi feito com um sistema metálico onde se apoiam os pórticos de concreto, permitindo ter maior largura (COSAPI, 2019). Nessa edificação teve que se fazer melhorias do terreno. Para isso foi feita uma escavação de 1.370 m<sup>3</sup>. Estavam cobertos cerca de 3.200 m<sup>2</sup> com lajes maciças retiradas do local e colocado mais de 2.100 m<sup>3</sup> de concreto entre fundações, elementos verticais (colunas e placas) e lajes de teto do primeiro nível. O novo Poliesportivo N3 tem acomodação para 980 espectadores. A cobertura tem um suporte motorizado retrátil com 782 lugares que, quando fechado, permite expandir o espaço do gabinete para os treinamentos. No térreo localizam-se vestiários para os atletas, área médica, sala de controle antidoping e banheiros públicos. Na parte central tem o FOP (Campo de Play), que permite a adesão dos patins do atleta, alcançando melhor desempenho ao competir (CAPECO, 2019). Acrescenta-se que esse tipo de revestimento é encontrado e aprovado pela *Federación Roller Sport International* (FIRS), permitindo que seja possível realizar competições internacionais de patinação. Além disso, entre o primeiro e segundo andar, estão localizadas as arquibancadas retráteis para espectadores. Esse local foi equipado com tecnologia de vanguarda em termos de iluminação, som e controle de tempo. A nova infraestrutura esportiva foi usada para patinação artística, badminton e tênis de mesa. Destacam-se as pistas por atingir alta velocidade. Adicionalmente o recinto conta com iluminação moderna e ventilação adequada, o que tem chamado a atenção dos líderes de várias federações esportivas, como Gianluca Silingardi, representante do skate mundial da entidade *World Skate* que regula esportes de rodas e que certificou o palco e a superfície do centro esportivo para patinação

---

<sup>112</sup> Segundo COSAPI (2019), a empresa possui mais de 50 anos de experiência construindo piscinas olímpicas e de lazer em 70 países.

<sup>113</sup> Indica que trabalharam com uma grua torre Liebherr 1000EC-H 40, que tem capacidade de carga de 40 toneladas a 35 metros desde o mástil, e 10 toneladas a 80 metros, desde o mástil até a ponta da grua, facilitando, assim, o transporte do material de construção (COSAPI, 2019).

artística nos Jogos Pan-americanos e competições internacionais futuras (CAPECO, 2019). Segundo Montestruque (2019), esse sistema é versátil, já que as arquibancadas são retráteis e conseguem ter diferentes tamanhos para diferentes jogos. O segundo andar é ocupado pela área administrativa.

O velódromo tem forma de elipse em comparação com outros prédios de forma retangular (CAPECO, 2019; MONTESTRUQUE, 2019). Foi projetado também pela firma inglesa Pattern. Essa estrutura foi modernizada pela firma internacional que a projetou, com o intuito de melhorar, de maneira sustentável, a pista existente construída em 2014, dado que esta não cumpria as exigências regulamentares das faixas. Dessa forma, visou-se alcançar os requisitos de certificação internacional da *Unión Ciclista Internacional* (UCI), que agrupa federações internacionais de ciclismo, e, ainda, atingir um velódromo de categoria II. No processo de certificação internacional, foi avaliada a superfície da madeira e os ângulos e inclinação da pista, verificando-se a força do vento e a resistência da superfície de madeira. No processo de certificação, participaram atletas internacionais de alto rendimento (PATTERN, [s. d.]d).

A infraestrutura tem capacidade para 2.500 espectadores para as competições do megaevento e 1.595 para o legado. De acordo com a CAPECO (2019), o velódromo tem uma pista ovalada de 250m de comprimento, 7m de largura e 42 graus de inclinação. Na nova infraestrutura realizaram-se as competições de ciclismo em diversas modalidades. Essa obra civil contou com a escavação de 2.500 m<sup>3</sup>, destinada à construção de um sótão acondicionado que comportasse os atletas. Foi construída uma cobertura de 1.800 m<sup>2</sup>, e foram colocados mais de 3.500 m<sup>3</sup> de concreto, desde o nível 1 até o subsolo. Vale mencionar que a cobertura metálica foi trazida da Espanha.

O projeto e a execução dele foram desenvolvidos em 14 meses. Incluíram-se uma nova fachada, novas arquibancadas, uma cobertura para reduzir o impacto do sol e do vento nos competidores e também um sofisticado cronômetro que permite futuras competições. Além disso, foram feitas novas instalações para os atletas e público-alvo. Ainda, foram construídos dois novos túneis debaixo da pista para o ingresso ao velódromo. Após o término das obras principais, foram realizadas obras menores, como lixar e polir as pistas, economizando custo e tempo. O novo velódromo foi projetado a fim de sediar competições internacionais de ciclismo no

mais alto nível, proporcionando, segundo o Estado, um legado esportivo para Lima. Terminando o Pan-2019, o prédio pôde ser usado por atletas para competições internacionais e pelo público-alvo (COSAPI, 2019).

A revitalização do *Parque Costa Verde* ou *Complejo Pan-americano Costa Verde*, localizado no bairro de *San Miguel*, no *Circuito de Playas, Costa Verde*, construiu dois estádios para voleibol de praia, uma pista de patinação de alta velocidade, uma pista para circuito de BMX e uma pista para ciclismo, tendo capacidade para aproximadamente 2.000 espectadores. Foi investido o aproximado de S/.10 mm ou R\$ 10,52 bilhões. As pistas de competições são únicas no Peru e têm certificações internacionais requeridas para o uso dos atletas (LIMA, 2019).

Portanto, pode-se constatar a valorização do setor privado em sintonia com o Estado na área central da cidade, ou seja, constata-se a valorização do capital privado através de ajustes espaciais na área nobre da cidade de Lima. Nota-se que esse conglomerado urbano concentra a população de alta e média renda e se constitui como a zona com o metro quadrado mais caro da cidade, como o bairro de San Luis, onde está localizada a Videna, ou o circuito de praias em *San Miguel*, vizinho ao bairro que concentra a população de mais alta renda do Peru e que tem um dos metros quadrados mais caros do país, como os bairros de San Isidro, *Miraflores* e *Barranco*. As revitalizações na Zona Lima Centro configuram no território os processos de valorização e fortalecimento de uma centralidade consolidada, em torno dos investimentos estatais na Videna e valorização em torno do circuito de praias.

#### 4.1.2 O caso da região Callao

No caso da região Callao, as obras esportivas alcançaram aproximadamente os 154 milhões de dólares, sobretudo na *Vila Deportiva Regional del Callao*, localizada no *Parque Yahuar Huaca*. Desde a década de 90, sedia o Estádio Miguel Grau, o *Coliseo Miguel Grau* e o *Polideportivo del Callao*, cujas construções foram realizadas pelo consórcio SACYR. Nesta infraestrutura o Estado investiu US \$152.089.008,00 em 16 hectares de infraestrutura esportiva. O projeto arquitetônico foi realizado pela empresa Pattern, que se inspirou na identidade portuária e náutica do Callao. Como os outros centros esportivos, parte do recinto foi remodelado para cumprir com as exigências internacionais, sendo desenvolvido o desenho e a

construção em 12 meses (PATTERN, [s. d.]e). Desenvolveram as seguintes intervenções:

a) a remodelação do *Estádio de San Marcos*, que abarcou uma área de 12.4 hectares. A empresa Pattern desenhou o projeto objetivando a modernização da estrutura esportiva, para que se cumprissem os padrões internacionais da *Federación Internacional de Atletismo (IAAF)*. SACYR efetuou uma cobertura para 22.000 arquibancadas, realizou o paisagismo externo, assim como modernizou os acessos, construiu a instalação de novos sanitários, vestiários, áreas VIP e instalação de rádio e teledifusão (PATTERN, [s. d.]f; SACYR, [s. d.]);

b) no *Coliseo Miguel Grau*, foram instaladas arquibancadas retráteis individuais para 2.400 espectadores, e o recinto foi consolidado em uma área de 2.2 hectares. A firma Pattern substituiu a antiga cobertura e, do mesmo modo, realizou o paisagismo externo e decorou novamente o Coliseo. A estrutura foi modernizada e melhorada de forma a cumprir a normatividade nacional sobre a acessibilidade e sobretudo a respeito dos sismos. Também foram construídos novos vestiários, sanitários e uma área VIP. O prédio foi cenário dos esportes boxe e outras lutas. Quando os jogos foram encerrados, o legado foi construído em quadras poliesportivas (PATTERN, [s. d.]g; SACYR, 2018);

c) em 2019, a reforma do Poliesportivo com 3.2 hectares foi finalizada. Nesse local estabeleceram-se os esportes de voleibol e *taekwondo*, contando com uma estrutura metálica que cobre o espaço, obtendo capacidade para 6.100 espectadores e 17.600m<sup>2</sup> de área construída (SACYR, 2018). A infraestrutura possui, além disso, colunas dentro do prédio e um anel de concreto que perfila o primeiro andar. O teto foi conformado em aço, o que permite o ingresso da luz que descansa nas colunas. Numa realidade sísmica como a peruana, os especialistas substituíram as antigas uniões rígidas por rótulas flexíveis, um sistema estrutural que permite alcançar 95 metros de diâmetro. O interior possui também uma quadra de voleibol (CAPECO, 2019).

#### 4.1.3 O caso da Zona Lima Sul

O *Complejo Deportivo Andrés Avelino Cáceres* está localizado no bairro de *Villa María del Triunfo* e ocupa 21 hectares de infraestrutura esportiva que se

reformularam com serviços e instalações públicas novas. As empresas construtoras pertenciam ao consórcio SACYR. As dificuldades com o terreno em declínio fez com que se trabalhasse a base de movimento de terra, para criar as diversas plataformas que serviriam para os esportes. Foram construídos dois campos de softbol, um campo de beisebol, dois campos de rugby, dois campos para hockey, quatro campos de pelota basca, quatro campos de paleta frontón, e se construiu um centro aquático para o polo aquático. Implementaram-se também quadras, e se reabilitou o campo de atletismo. O complexo desportivo tem uma capacidade para 7.502 pessoas. Vale ressaltar que foi um dos prédios que chamou a maior atenção do setor privado<sup>114</sup> (CAPECO, 2019; MONTESTRUQUE, 2019). Foi realizado um investimento público de aproximadamente de S/. 221.877.641,00 milhões ou \$55,22 milhões.

O *Polideportivo de Villa El Salvador* é uma infraestrutura esportiva situada no primeiro setor do distrito de *Villa El Salvador*. Localiza-se numa área que se denomina biotecnológica, a qual foi usada durante anos para o lazer de crianças e animais. O novo poliesportivo tem capacidade para 6.000 espectadores. Nessa infraestrutura se realizaram as provas de karatê e ginástica. Do lado do prédio, há áreas para vestiários e banheiros. Os edifícios são considerados inovações em relação aos outros poliesportivos, já que o volume principal é de concreto com teto de aço e exterior em vidro. O poliesportivo tem uma área de jogos transformável em arquibancadas retráteis com dimensões maiores do que se exige nos requerimentos e normas (MONTESTRUQUE, 2019). Nessa infraestrutura esportiva se destinou o gasto público de US \$90.361.606,85. O consórcio formado pela empresa espanhola Obrascon Huarte Lain S.A. e a peruana JE Construcciones Generales, que tem 40% de participação, realizou as obras. Esse consórcio foi eleito em cima de 58 empresas e consórcios nacionais e internacionais. O Poliesportivo tem uma área de 18.700 m<sup>2</sup>, que são distribuídos em dois blocos: o primeiro com uma capacidade para 6.100 pessoas, e o segundo, para aquecimento e treinamentos.

A criação do *Centro de Alto Rendimiento de Surf* (CARSURF) custou cerca de US \$36.272.421,61 e foi feita através da modalidade “*Obras por Impuestos*”. A

---

<sup>114</sup> Segundo Wilhelm Funcke, chefe de Proyectos del Proyecto Especial Lima 2019, em entrevista para o diário Gestión, com data 15-12-2017, argumenta que “hoy se dará la buena pro de las obras de Villa María del Triunfo (VMT). El proceso de VMT se inició conjuntamente con las obras de la Videna y tuvimos 53 empresas que pasaron las primeras etapas de calificaciones, pero la lista se fue reduciendo conforme pasaban las fases de evaluación a 7 empresas”.

infraestrutura se localiza na praia de *Punta Rocas*, no distrito de *Punta Negra*. A infraestrutura foi concluída no ano de 2019. Este prédio constitui uma pequena vila esportiva, um conjunto de volumes assentados num terreno comprido, adaptado à topografia. A área pública inclui um prédio transparente para os juízes, arquibancadas e áreas livres. A área restrita destinada ao público privado localiza-se no centro da infraestrutura e conta também com a área administrativa, escritórios, depósito, quadras, espaço de usos multiplex, academia e moradia com 34 habitações (MONTESTRUQUE, 2019).

#### 4.1.2.1 O caso da *Villa Panamericana*

Vale dizer que inicialmente o projeto da *Villa Panamericana* tinha um custo total de 100 milhões de dólares. O projeto consistia na construção de um coliseu para 10 mil espectadores, que devia ser dividido em duas áreas, uma para centro de convenções para shows e outra área para exposições. Segundo o antigo representante do COPAL, o sr. Quiñones, a diferença marcante no projeto inicial seria as funções adicionais que valorizam o projeto imobiliário e as parcerias com o setor privado para mobilizá-lo. Dessa forma, Quiñones indica que “é um projecto mais privado. O Estado fornece o terreno como um leilão e a empresa privada constrói o local. A organização irá emprestar esta villa durante dois meses para a equipar para os desportistas” (Diário Gestión, publicado em 15/10/2013, tradução nossa)., ademais, no final de 2015, enfatiza a necessidade de garantir a finalização das obras da *Villa Panamericana* relativamente antes da cerimônia de inauguração, para, dessa maneira, evitar elefantes brancos: “não se pode ter o projecto pronto com três anos de antecedência para não ter edifícios vazios, a *Villa Panamericana* é a última coisa a ser feita” (Diário Gestión, publicado em 15/10/2013, tradução nossa).

A localização da *Villa Panamericana* sempre foi uma problemática para o Comitê Organizador e as coalizões recém-criadas. Por esse motivo primeiro especularam localizá-la na região do Callao, no bairro de *La Punta*. Sem embargo, vê-se o interesse do capital privado em determinar a localização do recinto, visto que houve uma clara dependência e hegemonia da demanda do mercado imobiliário. Akio Tamashiro indica que, nesse aspecto “não há nenhuma proposta oficial de que

o projecto vai ser realizado em '*Maranguita*' como foi comentado, não é algo oficial", além disso, diz que "reservar-nos-emos o direito de supervisionar os processos de modo a ganhar infra-estruturas e equipamento que servirão no dia dos jogos e também no dia seguinte". Por outro lado, a MML pretendia implementar as infraestruturas esportivas pelo montante de S/. 16 milhões ou \$ 3,98 milhões, segundo o sr. Julián Corvacho, assessor da *Empresa Municipal Inmobiliária de Lima* (EMILIMA), visando uma nova rodada de mercantilização do espaço público, na qual a instituição especulava a implementação da *Villa Panamericana* no centro histórico e que fosse especialmente de forma vertical, atendendo diversas disciplinas esportivas (GESTIÓN, 2013).

Cabe mencionar que a especulação imobiliária, o capital privado e as coalizões indicavam outras possíveis localizações, como no *Círculo Militar de Jesús María* ou nos terrenos do *Puericultorio Pérez Aranibar*, assim como do colégio Leoncio Prado, e até da Costa Verde. O ex-presidente do COPAL, o sr. Luis Salazar, indicava que essas localizações foram descartadas para a construção da *Villa Panamericana*, que, naquele momento, planejava hospedar 8.500 pessoas que chegariam em 2019, tendo um pressuposto inicial de investimento público aproximado de S/. 1.000 milhões ou \$248 milhões na construção de infraestrutura esportiva (GESTIÓN, 2015a). Em decorrência das características necessárias apontadas pela ODEPA para a construção da *Villa*, pensou-se inicialmente num terreno de 20.000 m<sup>2</sup>, que abrangeria a totalidade de 2.200 apartamentos para esportistas, preparadores, equipes, delegações, dentre outros. Mesmo assim, para atrair investidores e futuros compradores, os apartamentos deveriam ter dois quartos, sala, cozinha e banheiro, diz o ex-presidente do COPAL. Nas palavras do gestor, "Deve também albergar uma grande cantina, instalações médicas, instalações de fisioterapia, áreas recreativas, escritórios para cada delegação. É um projecto enorme que deve estar numa área com 30 a 45 minutos de acesso aos pólos desportivos que vamos criar na cidade" (GESTIÓN, 2015a, tradução nossa). Isso significa que, adicionalmente, para permitir essa nova rodada de mercantilização, o zoneamento do bairro deveria permitir, na sua normativa, a construção de uma infraestrutura que não tivesse menos que cinco ou seis andares. Para atender às solicitações do setor privado, que pretende expandir os seus lucros, as coalizões de interesse e o COPAL, em conjunto com as possíveis empresas



privadas e empreiteiras interessadas, realizaram reuniões privadas e exclusivas com o intuito de formar parcerias para desenvolver a *Villa Panamericana* e os projetos urbanos em torno do prédio que seria construído. Dessa forma, sustenta Salazar que “las viviendas y las zonas de esparcimiento definitivamente quedarán para la ciudad y la idea es convertirlas en viviendas y en un gran centro comercial” (GESTIÓN, 2015a).

Após descartar como *Villa Panamericana* de Lima o *Círculo Militar de Jesús María*, o quartel *Hoyos Rubio (Rímac)* e a praia *La Herradura (Chorrillos)*, as coalizões e o COPAL precisavam escolher qual região e bairro poderia abrigar o imóvel, aparecendo uma outra opção, o *Campo Mar “U” (Lurín)*. O então membro do COPAL, sr. Arturo Woodman, não desistindo de outras possíveis locações, alegou que haveria outras para a Vila Panamericana, que, com o tempo “acabaram por ganhar força” (GESTIÓN, 2015b, tradução nossa), visto que construir um complexo habitacional nos mencionados lugares geraria uma nova área de expansão urbana. Arturo indica, pela mesma razão, que “o investimento imobiliário a ser implementado pode desenvolver fortemente uma nova área. Por outro lado, a área em redor do *Círculo Militar* já está consolidada” (GESTIÓN, 2015b, tradução nossa). Vale ressaltar que alguns dos terrenos que a coalizão especulou, como o quartel *Hoyos Rubio*, pertencem ao Exército Nacional e foram propostos primeiro no Plam2035 pela MML.

Nesse momento, na mesma área, a empreiteira Besco e a empreiteira JJC planejavam um projeto de 5.000 apartamentos no mesmo lugar. Por outro lado, os terrenos propostos na praia *La Herradura* e *Campo Mar “U”* pertenciam ao setor privado. Para o Sr. Woodman, o lugar onde se localizam o *Círculo Militar* e o hospital *Víctor Larco Herrera* era considerado perfeito para construir a *Villa Panamericana*, dada a sua localização estratégica na cidade de Lima, perto do litoral e, sobretudo, na região central. Não obstante, ele argumenta que, em tais espaços, teriam dificuldades para terminar o projeto nos prazos estabelecidos, pois, no caso do hospital *Larco Herrera*, a construção da infraestrutura teria dificuldades na construção; por outro lado, o clube que ocupa o *Círculo Militar* poderia sair, mas a negociação com o clube privado demoraria (GESTIÓN, 2015b).

Posteriormente, após avaliar as diversas opções de estratégias territoriais em prol do capital privado, o Estado define que a *Villa Panamericana* seja construída no

bairro de *Villa El Salvador*, na Zona Sul da cidade de Lima. O projeto imobiliário ocupa quase 450.000 m<sup>2</sup>, numa área denominada *Parque Zonal 26*, perto de uma via rápida, a *Panamericana Sur*. Apesar disso o prédio era propriedade do Estado, precisamente, do *Ministerio de Vivienda*, que, através de resolução suprema, transfere o terreno gratuitamente para que o *Ministerio de Educación* garanta a construção. Em princípio, especulava-se que o projeto demandaria um investimento de US\$ 300 milhões, estimando construir 2.200 apartamentos para 8.500 pessoas. Tal especulação do mercado imobiliário levou o sr. Iván Dibos, ex-membro do Comitê Olímpico Internacional (COI), a expressar que poderia construir na área da *Villa o Coliseo de Lima* (Diário Gestión, publicado em 11/03/2018).

De acordo com o entrevistado 04, no ano de 2016, em campanha presidencial, o candidato Kuczynski, em comparação com a candidata Keiko Fujimori, via o Pan-2019 como possível instrumento catalisador de desenvolvimento urbano das cidades, tanto que, no plano de governo, mencionava a importância da realização do megaevento esportivo para as esferas do Poder Público, sendo uma oportunidade de mostrar o país a partir de grandes projetos urbanos que se relacionam com os preparativos para sediar um megaevento esportivo desta dimensão. Esses grandes projetos urbanos, argumenta o entrevistado, serviriam para alavancar processos de crescimento econômico, sendo a principal ideia reestruturar as cidades, articulando as esferas entre o Estado e o setor privado.

Evidencia-se, portanto, a importância da construção da *Villa Panamericana*, e, por conseguinte, percebe-se a intenção de revitalizar o bairro de *Villa el Salvador*, na Zona Sul da cidade de Lima, a partir da intervenção do Estado idealizada para a melhoria da qualidade de vida dos moradores (HARVEY, 1996; 2005). Os representantes do Estado e o representante da COPAL argumentaram que o empreendimento imobiliário seria de caráter revitalizador urbano, sendo de vital importância para a cidade, tanto que Neuhaus faz lembranças da época dourada da habitação social do Peru, comparando-a com o complexo habitacional conhecido do Peru. Nesse aspecto, o presidente do *Consejo de Ministros*, o sr. Zavala, ressalta que a *Villa Panamericana* serviria para o desenvolvimento urbano e revitalização do bairro *Villa El Salvador*, a partir da parceria com o setor privado, e também diz que “nas próximas semanas, serão tomadas disposições complementares normais para

acelerar a construção e adaptação dos locais para os Jogos Panamericanos” (GESTIÓN, 2016a, tradução nossa).

Por outro lado, o diretor da COPAL, sr. Neuhaus, menciona em uma conferência que as obras seriam finalizadas em março de 2019 e argumenta que “a Villa vai ser uma espécie de futuro Residencial San Felipe”. Adicionalmente aproveitaria para discorrer sobre a modificação estrutural do prédio, na quantidade de apartamentos, passando de 2.200 para 1.200, e na capacidade de 8.500 para 9.000 pessoas. Além disso, também mencionou a relevância da área: “A villa tem 48 hectares de floresta, alguns dos quais serão reduzidos, restando 28 hectares. Será uma área verde, bonita e digna com rápido acesso à Panamericana Sur” (Diário Gestión, publicado em 18-08-2016, tradução nossa). Ainda, mencionou que as faculdades delegadas para o COPAL, através de “aligerar processos” tratam-se de políticas urbanas neoliberais que permitem, por um lado, o Estado e o mercado como principais atores de organização social e econômica e, por outro, políticas que instauram reformas em cenários institucionais. Evidencia-se assim a destruição criativa, isto é, permitindo que “os poderes extraordinários [...] tornariam possível encurtar os prazos”, ainda que os estudos de factibilidade e de custos fossem licitados em conjunto, e não individualmente. Argumenta que “já temos um Decreto Legislativo com todo o seu apoio no gabinete do Primeiro-Ministro para que, dada a coordenação anterior, possa ser um dos primeiros Decretos Legislativos a ser publicado e acelerar todo o processo” (Diário Gestión, publicado em 18-08-2016, tradução nossa).

Percebe-se que as interações dependentes das trajetórias que se dão entre as coalizões e os projetos neoliberais criaram dois momentos nos processos de urbanização neoliberal: primeiro, a destruição das disposições institucionais e acordos que agora são orientados para o mercado e, posteriormente, a criação de nova(s) infraestrutura(s) orientada(s) para o crescimento do mercado, a mercantilização de bens e serviços e uma normatividade centrada para o capitalismo (THEODORE; PECK; BRENNER, 2009). Consequentemente, evidencia-se que o COPAL, como organizador da revitalização urbana, precisava considerar e definir a localização de todas as sedes, atentando do mesmo modo para as distâncias entre a *Villa Panamericana* e as infraestruturas de comunicação com as outras áreas esportivas, distribuídas na Zona Central, na Zona Sul e na região Callao, para,

dessa maneira, “reduzir uma série de custos administrativos e beneficiar o público”, a fim de que o público consiga assistir os diversos esportes (Diário Gestión, publicado em 18-08-2016).

Diante da trajetória das tendências de desmantelamento de formas institucionais e do lançamento de novas modalidades para os processos de neoliberalização, vale mencionar que, no dia 15 de setembro de 2016, o MVCS solicita intervir no terreno denominado “*Parque Zonal 26 Complejo Biotecnológico*”, sendo ocupado rapidamente pela MML. A instituição menciona que “em três semanas foi analisado e avaliado por até quatro departamentos da câmara municipal, que emitiram os seus respectivos relatórios de aprovação em tempo recorde” (GESTIÓN, 2016b, tradução nossa). No dia 21 de setembro de 2016, o MVCS tem resposta favorável da *División de Planeamiento de la Subgerencia de Planeamiento y Habilitaciones Urbanas* da prefeitura e, no dia 26 do mesmo mês, da *Gerencia de Desarrollo Urbano*. Além disso, o requerimento passou pelo *Instituto Metropolitano de Planificación* (IMP) e pelo *Servicio de Parques de Lima* (SERPAR), que, no dia 29, passaram os seus informes. Segundo a MML, o processo foi supervisionado e avaliado pela *Gerencia de Asesoría Jurídica de la Municipalidad de Lima*. Através de informe no dia 5 de outubro de 2016 argumenta nesse aspecto a instituição que:

o Município de Lima deu a máxima prioridade à carta oficial apresentada pelo Poder Executivo, simplificando os procedimentos e pedidos de alteração do nome do sítio e de alteração do zoneamento, dada a importância do projecto "Villa Panamericana" para a cidade de Lima (Diário Gestión, publicado em 11-10-2016, tradução nossa).

Adicionalmente, vale ressaltar que todos os informes passaram *pela Comisión Metropolitana de Desarrollo Urbano, Vivienda y Nomenclatura*, que foi presidida pelo ex-vereador Alfredo Saavedra, validando por unanimidade a colaboração com o projeto de infraestrutura imobiliária, ficando sob o pronunciamento do *Concejo Metropolitano*. De acordo com o documento predial, o terreno que era denominado como “*parque zonal*”, de propriedade do MVCS, passa a ser considerado como “*Residencial de Densidad Media*” e “*Zona de Recreación Pública*”, com a finalidade de permitir a obra, de acordo com a *Ordenanza* n°. 1999, publicada no diário oficial *El Peruano*, levando a modificar a normativa em torno das áreas residenciais do

bairro de *Villa El Salvador*. Pela mesma razão, o decreto encarrega o IMP de modificar o loteamento de uso de solo do bairro e, da mesma maneira, autoriza a *Gerência de Desarrollo Urbano de la Municipalidad de Lima* a comunicar o resultado do debate no MVCS. O *Concejo Metropolitano*, por fim, aprova por unanimidade a mudança do loteamento para a construção da *Villa Panamericana*.

Constata-se assim que os arranjos institucionais entre a MML e os vereadores permearam o processo administrativo predial e jurídico. A MML assinala que “todo o procedimento seguido foi supervisionado e validado pelo Departamento Jurídico do Município de Lima (MML) num relatório emitido a 5 de Outubro”, detalhou a prefeitura (GESTIÓN, 2016c, tradução nossa). Além disso, o *Consejo Metropolitano* acordou em outorgar gratuitamente, em um período de 10 anos, uma área de 33.500 m<sup>2</sup>, localizada no quilômetro 46 da antiga *Panamericana Sur*, no bairro de *Punta Negra*, a favor do IPD a respeito da construção da *Villa Panamericana del Surf*. Nesse sentido o IPD se responsabilizou pela construção da Villa, devendo cumprir as obrigações previstas no artigo 102 do *Reglamento de la Ley* nº. 29151, tal como obteve financiamento e, através da MML, agilização do processo para o uso da propriedade da prefeitura. No entanto, a MML arremete que se deve tramitar e obter licenças, autorizações e permissões pertinentes para a construção da Villa, apresentando semestralmente avanços para a validação da instituição *Empresa Municipal Inmobiliaria de Lima S.A* (EMILIMA S.A) e, abaixo de qualquer sanção, declarar extinção do uso e não ceder a posição do imóvel municipal, assim como transferir responsabilidades e a posse do bem a outra instituição pública ou privada. A MML fez ênfases em indicar que as construções que fossem realizadas no prédio municipal seriam de sua propriedade, sem custo algum nem pagamento ou indenização ou devolução do benefício ao IPD (Diário Gestión, publicado em 13-10-2016).

No entanto, o *Colégio de Arquitectos do Perú* (CAP) exige que o COPAL apresente os estudos de obras civis e onde seria construída, no bairro de *Villa El Salvador*, a sede principal do Pan-2019. O decano do CAP, o sr. José Enrique Arispe, adverte que os solos da área escolhida não seriam adequados para a construção de um enclave imobiliário, argumentando que “*se requiere de un estudio de suelos vía perforación, para garantizar que las edificaciones no se caerán tras un sismo*”, adicionalmente diz que despeito disso “*aguardamos o estudio para o analizar*

e dar os conselhos necessários” (GESTIÓN, 2016d). Do mesmo modo, o CAP questiona sobre o tema ambiental, dado que a sede se localiza perto de lacunas de oxidação de águas servidas. O representante do CAP alega que o Estado deve dar solução a esse problema ambiental e social, discorrendo que “o local encontra-se numa área altamente poluída pelos esgotos dos esgotos e não vemos um projecto de realocação dos esgotos” (GESTIÓN, 2016d). Da mesma maneira, questiona se as obras estão sendo adjudicadas sem ter os requisitos adequados à segurança de infraestrutura, declarando que “os requisitos de infra-estruturas para os Jogos Paraolímpicos não estão a ser tidos em conta, nem as recomendações feitas pela Odepa a nível internacional. Isto significará custos adicionais do projecto no futuro” (Diário Gestión, publicado em 23-11-2016, tradução nossa)

Cabe ressaltar que o processo de contratação estava a cargo do COPAL, em coordenação com o *Ministério de Comércio Internacional* do Reino Unido, que, no ano de 2017, em abril, firmou o acordo G2G para a organização dos concursos públicos destinados à construção da Villa Panamericana, realizada em três fases:<sup>115</sup> a primeira fase,<sup>116</sup> o processo de contratação, solicitou às empresas que emitissem seus estados financeiros dos últimos três anos, sendo concluída em 17 de julho de 2017; a segunda fase<sup>117</sup> prima pela transparência na gestão, uma vez que algumas empresas queriam reunir-se com a COPAL. Porém, na segunda etapa, avaliou-se a capacidade financeira das empresas, portanto, viu-se a experiência em construções similares, tipos de contratos que haviam firmado nos últimos três anos, capacidade de emitir cartas-fiança e garantias e como elas se conformariam para o processo seletivo, como, por exemplo, consórcios. Após empresas e consórcios passarem por esses filtros, solicitou-se que fosse realizada uma proposta econômica, em virtude que a *Villa* demandaria um investimento superior aos US\$ 60 milhões. Nesse

---

<sup>115</sup> Cabe dizer que, das 350 empresas interessadas, 44 passaram na primeira fase do processo de contratação, restando 7 empresas. O COPAL iniciou o processo de licitação das obras a partir da quinzena de setembro de 2017. Jaime Reusche, assessor do comitê, detalha que 59 empresas mostraram interesse pela Villa Panamericana. Não obstante, 15 não se qualificaram na primeira etapa, restando 44 empresas aptas. Ele explica que “*de las empresas calificadas para la segunda etapa: 36 son empresas y 8 van en consorcio. Además el 25% son extranjeras y el 75% son peruanas o registradas en Perú, pero de capital foráneo*” (Diário Gestión, publicado em 24-07-2017)

<sup>116</sup> Argumentou o especialista que “*las empresas que pasaron a la segunda etapa han podido acceder a los planos básicos de la Villa Panamericana, en la que incluso podrán proponer mejoras. Además, tienen la posibilidad de realizar preguntas sobre el proceso las cuales responderemos de forma pública, a través del portal web. Estamos haciendo el proceso con total transparencia*” (24-07-2017).

<sup>117</sup> Menciona que “*lo mejor es que todas las consultas sean hechas de forma pública, por lo que usamos la página web para que todos los participantes tengan la misma información*” (24-07-2017).

aspecto se realizou a contratação internacional do recinto imobiliário, atraindo capital privado, estrangeiro e nacional.<sup>118</sup> A *Villa Panamericana*, cabe precisar, consta de um conjunto habitacional – ubicado en el distrito de *Villa el Salvador* – de 7 predios, de 20 andares cada, em promedio oito apartamentos por andar, totalizando 1.090 apartamentos que foram reduzidos de 90m<sup>2</sup> para 75m<sup>2</sup> (Diário Gestión, publicado em 24-07-2017).

Ao final, um total de sete empresas, entre nacionais e internacionais,<sup>119</sup> entraram como finalistas na competição para construir a *Villa Panamericana*. O certame foi “claro, transparente, aberto a todos. Estas (sete) empresas conseguiram chegar ao processo final que faz parte do Acordo Governo-a-Governo com o Reino Unido”, diz o COPAL. A outorga do projeto se daria na sexta-feira, 8 de setembro de 2017, localizada no bairro de *Villa El Salvador*, entre as avenidas *El Sol* e *Pastor Sevilla*, Setor C. O COPAL argumenta que “o mesmo caminho será seguido a partir de agora (como a *Villa PanAmericana*) com os outros locais que estão planeados para o evento desportivo mais importante que já teve lugar na história do Peru”<sup>120</sup> A obra se adjudicou para o consórcio Besco-Besalco. Neuhaus explica que o consórcio espanhol ganhou a obra por construir apartamentos com dois banheiros cada um para quatro atletas. A exigência do comitê era que as obras estivessem concluídas até fevereiro de 2019.

De acordo com a informação preliminar do COPAL, o custo da *Villa* era de US \$13.5 milhões. Vale dizer que a empresa ganhadora logrou atingir os 85% da avaliação e se comprometeu a entregar a *Villa Panamericana* em fevereiro de 2019. Vale também destacar que a empresa Besco-Besalco trabalha no Peru há 18 anos e construiu mais de 8.500 apartamentos, como os do *Complejo de Collique* (Comas), que tem características similares à *Villa Panamericana*. O investimento público seria

---

<sup>118</sup> Note-se que “entre las empresas participantes se encuentran de capitales chinos; una turca, pero la mayoría son peruanas” (GESTIÓN, 2017).

<sup>119</sup> As empresas finalistas para a construção da *Villa Panamericana* foram: Acciona Construcción S.A. Sucursal Perú, da Espanha; Besco S.A.C., da Espanha; Cosapi S.A., do Peru; China Yingying Construcción Ingeniería Corporación, da China; Ingenieros Civiles y Contratistas Generales S.A., do Peru; Obras de Ingeniería S.A., do Peru; e Ortiz Construcciones y Proyectos S.A. Sucursal de Perú, da Espanha.

<sup>120</sup> As obras seriam: *El Complejo de Villa María del Triunfo*; *Villa Deportiva Nacional* (Videna); *Villa Regional del Callao*; *San Juan de Miraflores*; *Villa Panamericana*, em *Villa el Salvador*; *Centro de Alto Rendimiento*, *Punta Rocas*; *La Escuela de Equitación del Ejército*, em *La Molina 8.*; e *El Polígono Las Palmas*, em *Surco*. Sem embargo, argumenta Neuhaus que 65% das obras estão instaladas na cidade de Lima, faltando 8 obras (19-06-2017).

inicialmente de S/ 313 milhões ou \$ 77.92 milhões. (Diário Gestión, publicado em 04-08-2017).

Depois dos jogos a intenção era que a estrutura construída fosse usada para habitação. São apartamentos de 75 m<sup>2</sup>, podendo caber em alguns casos até oito atletas por apartamento, compostos de três dormitórios, sendo a sala e a cozinha usados também como dormitório, dado que os atletas fariam suas refeições em outros espaços. Não obstante, Neuhaus valoriza a obra imobiliária, indicando que foram liberados 55.000 m<sup>2</sup>, que foram avaliados rapidamente pelo mercado imobiliário pelo valor aproximado de US \$25 milhões. Ademais, seria construída uma piscina e academia temporárias para os atletas. O legado urbano sempre fez parte do discurso dos gestores e da governança empreendedora para a realização do megaevento esportivo, tanto que Neuhaus discorre:

*o principal legado que estamos deixando são 90.000 m<sup>2</sup> de terreno, de habitação, centro cívico, comercial, para aquela área”, ainda menciona que “esperamos que em abril sejam concluídas quatro torres, três com 20 pavimentos e uma com 19 pavimentos , e em julho as três torres restantes seriam concluídas.” Naturalmente, “a meta da empresa é terminar dois meses antes, em dezembro. O contrato é para fevereiro, mas eles planejam fazê-lo mais cedo, para que possam ganhar um incentivo para terminar mais cedo. O modelo de contrato incentiva a economia (Diário Gestión com data 04-08-2018, tradução nossa).*

Nesse sentido, sem embargo, a *Villa Panamericana* pode alcançar até S/ 220 milhões sobre esse valor especulado. Depois, seria efetivada a parceria entre o Estado e o privado, que dividiram juntos os prejuízos. Sabe-se que, nessas negociações desiguais, o Estado termina prejudicado, arcando com os riscos sociais, econômicos, políticos e ambientais, uma vez culminadas as coalizações de poder. Não obstante, Neuhaus alega que “partilhamos essa diferença percentual” (GESTIÓN, 2017).

Neuhaus indica que o terreno restante que não foi construído, uma vez que encerrou o megaevento esportivo, seria vendido para a construção de um segundo complexo habitacional. O projeto inicial previa a construção do complexo habitacional numa área de 114.000 m<sup>2</sup>, sendo planejados 39 prédios de 10 andares cada, com apartamentos de 90 m<sup>2</sup>. Depois o projeto foi modificado para 7 prédios de 20 andares, com apartamentos de 75 m<sup>2</sup>. Após essa mudança, a Villa seria construída numa área de 24.000 m<sup>2</sup>, deixando 90.000 m<sup>2</sup> livres. No entanto, o valor de “*Esse terreno vale 500 dólares por metro quadrado, pelo que os 90.000 metros*



*cuadrados están evaluados en 45 millones de dólares. Vamos vendê-lo para desenvolver um segundo proyecto como o empreendimento residencial de San Felipe” (GESTIÓN, 2018), menciona Neuhaus.*

A *Villa Panamericana* atingiria o valor de S/ 380 milhões ou \$ 94.60, havendo a possibilidade que outras entidades desejassem adquiri-la, como as Forças Armadas. Neuhaus argumenta, no Congresso Internacional de Economia (CADE), em 2018, que a *Villa Panamericana* seria um legado e justifica que *“hay 90,000 m<sup>2</sup> de terrenos liberados. Las obras también cambiarán la zona de Villa el Salvador. Ahora mismo el precio del terreno ya está subiendo”*. Diz, ainda, a respeito do processo administrativo, que *“teníamos que contar con procesos de contratación transparentes y competitivos que nos permitieran tener transferencia de conocimiento”* (Diário Gestión, publicado em 13/02/2018).

O gerente geral de Besco, Javier Salazar, comenta os benefícios do tipo de contrato NEC que permitiu que o consórcio se adjudicasse da *Villa Panamericana*. Ele comenta que se *“alinha os interesses do cliente e do construtor para assegurar que as obras sejam realizadas ao menor custo possível”*. Em sequência, menciona que é a primeira vez que fazem esse tipo de obra no Peru e no Chile, argumentando que é indispensável essa modalidade para as revitalizações urbanas: *“estamos terminando temas de obras exteriores y habilitación urbana. Nuestro plazo de entrega es en marzo. Pero estamos terminando ahora en diciembre. Y posiblemente en mes y medio más se termina el 100% de las obras exteriores”* (GESTIÓN, 2018).

Cabe ressaltar que os Jogos Pan-2019 seriam um legado, segundo o COPAL, mas, sobretudo neste caso, um legado em infraestrutura social, pois a intenção era que a *Villa Panamericana* fosse usada como política habitacional, pois os apartamentos seriam vendidos de forma massiva, sendo oferecidos através de programas sociais e para as instituições militares. Por outro lado, o diretor do projeto de Besco-Besalco, o sr. Rafael Correa, afirma que a *Villa* seria convertida em um condomínio multifamiliar e que, no futuro, o projeto especulativo projetaria mais áreas de lazer e seria formado por 12 edificações chamadas de *“Clubhouses”* (GESTIÓN, 2019). Não obstante, percebe-se, pelo contrário, uma afinidade de regulação que é dirigida pelo mercado, sobretudo orientada a estimular o crescimento econômico, mas também dirigir profundas contradições sociopolíticas

induzidas pela intervenção neoliberal em políticas estatais (THEODORE, PECK, BRENNER, 2009).

Foi apresentado o Projeto de Lei nº. 3966, para que os esportistas peruanos que obtivessem pódio recebessem um apartamento, em reconhecimento ao esforço e dedicação. A exigência era que a entrega fosse realizada ao fim do evento esportivo através de Resolución Suprema e ato público.

Vale destacar que *La Asociación de Empresas Inmobiliarias del Perú* (ASEI) especulou que as habitações e terrenos que ficavam da *Villa Panamericana* foram valorizados. O sr. Ricardo Arbulú, vice-presidente da ASEI, manifestou que “As casas e terrenos em redor da Villa dos Atletas em Villa el Salvador VES aumentariam em valor 20% devido à melhoria das vias de acesso, bem como ao fluxo comercial e turístico que seria gerado por este evento desportivo” (GESTIÓN, 2019, tradução nossa). Vale frisar que o COPAL pagou S/ 405 milhões ou \$100.82 dólares ao consórcio Besco-Besalco para a construção da *Villa Panamericana*, segundo *Transparencia Económica del Ministerio de Economía y Finanzas* (MEF, 2019; Diário Gestión, publicado em 28-08-2019).

Portanto, em suma, pode-se deduzir o valor de venda de cada apartamento. Se dividimos os S/ 405 milhões gastos na construção da Villa entre os 1090 apartamentos, o Estado deveria vendê-los a um valor de S/ 370 mil, para recuperar os investimentos realizados, sem embargo. Vale ressaltar que o preço por metro quadrado da Villa seria de S/ 4,900 ou \$1.219 dólares aproximadamente. Cabe destacar aqui que a *Asociación de Desarrolladores Inmobiliarios del Perú* (ADI) especula que o metro quadrado do bairro é em média S/ 2,700. Um apartamento dessas dimensões e características – com 75 m<sup>2</sup> – no bairro periférico seria de S/ 202 mil soles, quase a metade dos preços de custo da *Villa Panamericana* (Diário Gestión, publicado em 28-08-2019).

#### 4.1.4 O Plano Vial

O Plano Vial foi elaborado em conjunto entre a *Policia Nacional del Peru* (PNP) e o COPAL. Aplicou-se o Plano Vial desde o dia 19 de julho até 5 de setembro de 2019, período durante o qual aconteceu o megaevento esportivo. A elaboração do plano consistiu na seleção de vias para garantir o traslado de mais de

15.000 pessoas entre atletas, juízes, árbitros, jornalistas, voluntários e a comitiva dos Jogos. O Carril Lima 2019, como foi denominado, serviu como eixo integrador das vias segregadas permanentes ou segregadas temporais com as vias preferenciais.<sup>121</sup> As vias segregadas permanentes permaneceram, por 24 horas, habilitadas para o deslocamento exclusivo dos Jogos Pan-Americanos 2019. Investiu-se um total de US \$300 milhões.

Cabe mencionar que o planejamento estratégico referido às vias dois ramos principais de circulação. O primeiro ramo de circulação liga a *Villa Panamericana* até a Videna,<sup>122</sup> e o segundo ramo liga a *Villa Panamericana* até o Aeroporto Internacional Jorge Chávez.<sup>123</sup> Evidencia-se que as vias unem as zonas onde se realizaram os principais investimentos, portanto, ligando Lima Sul com Lima Centro, e Lima Sul com Callao, passando por Lima Centro. As vias temporárias são aquelas que se originam das vias permanentes e se ligam com as vias temporais. Dependendo dos cronogramas das competições, as vias temporais foram úteis por até quatro horas antes e duas horas depois de cada espetáculo. A *Polícia Nacional* participou de forma direta, colaborando com a agilidade do trânsito. As vias preferenciais são as que permitem a circulação de forma simultânea, ou seja, os veículos oficiais de Lima 2019 e os de transportes público e privado.

Cabe ressaltar que a execução do Plano Vial se deu a partir de arranjos institucionais e coalizões entre o *Ministerio de Transportes y Comunicaciones* (MTC), a *Municipalidad Provincial del Callao* (MPC), a *Municipalidad Metropolitana de Lima* (MML) e a *Polícia Nacional del Perú* (PNP). Oficializa-se o ordenamento do transporte temporal a partir da *Resolución Directoral* n°. 013/2019/MTC/18 e da *Resolución de Subgerencia* n°. 6306 /2019/MML/GTU/SIT, que autorizam o COPAL a interferir temporariamente no trânsito de ambas as cidades.

Durante os 17 dias de evento, as cidades Lima e Callao se prepararam para receber um maior fluxo de turistas. Dessa maneira, propôs-se a construção de um

---

<sup>121</sup> Cabe mencionar que, se um veículo particular ingressasse na via seletiva, este seria multado. O valor da multa era de S/ 336, sendo tal ato considerado falta grave, segundo o Reglamento Nacional de Tránsito: a G10 e G16.

<sup>122</sup> As vias segregadas nesse trecho são: Av. *El Sol*, Av. *Mariano Pastor Sevilla*, Av. *Mateo Pumacahua*, *Panamericana Sur*, Av. *Circunvalación* e Av. *Canadá*.

<sup>123</sup> As vias são: Av. *El Sol*, Av. *Mariano Pastor Sevilla*, Av. *Mateo Pumacahua*, *Panamericana Sur-Vía de evitamiento* e *Línea Amarilla*.

novo acesso para o aeroporto internacional Jorge Chávez.<sup>124</sup> O propósito da infraestrutura temporária pretendia beneficiar o trânsito das avenidas adjacentes ao aeroporto. O diretor do COPAL, o sr. Alberto Siles, em entrevista para o *Diário Gestión* com data 20-03-2018, menciona que a instalação serviu para “*conectar al aeropuerto con las avenidas que ya están como Santa Rosa y la Costanera*”. Outro objetivo dessa infraestrutura temporária é ser tratada como via alternativa para os atletas, fazendo o percurso do aeroporto<sup>125</sup> até a *Villa Panamericana* e as outras infraestruturas-sede.

O executivo explicou também que reduziu de 16 para 13 o número de obras viárias. Pela demora nas decisões das obras viárias, o executivo desistiu da realização da *Via Expresa al Sur*, duas obras do BRT ou metropolitano que ligam o norte com o sul da cidade e informou que

Não há mais 16 obras priorizadas, já que três dessas obras não serão mais executadas, como a *Via Expresa al Sur*, que não estará pronta para a data dos Jogos Pan-Americanos, e duas obras rodoviárias relacionados com o Metropolitano da zona norte de Lima, que, dada a distribuição dos recintos desportivos, deixaria de ter maior impacto no evento desportivo (*Diário Gestión* com data 20-03-2018, tradução nossa).

Assim, treze obras consideradas emergenciais foram transferidas à *Municipalidad Metropolitana de Lima* (MML) por parte do *Ministerio de Transporte y Comunicaciones* (MTC). Dessa maneira, as obras viárias ficam sob responsabilidade da MML, para geri-las a partir dos novos acordos institucionais. A MML recebeu US\$ 613 milhões para o desenvolvimento de oito obras viárias.<sup>126</sup> Por outro lado, sabe-se da falta de transporte público de qualidade, assim como a falta de tempo para planejar transporte para os jogos. Neuhaus, presidente do Comité Organizador,

---

<sup>124</sup> Segundo o ranking mundial de aeroportos, o *World Airport Awards*, no ano de 2019, o Aeroporto Internacional Jorge Chávez ficou em 47º lugar, mas na América Latina, ocupou o primeiro lugar (*World Airport Awards*, s.f.).

<sup>125</sup> “El aeropuerto tiene una salida que es por la avenida *Faucett*, pero para los Juegos Pan-americanos vamos habilitar una salida a la avenida *Santa Rosa*. Esto lo vamos a poner el próximo año” (*Diário Gestión*, publicado em 20-03-2018).

<sup>126</sup> Portanto, como indica o diretor, “*Corresponderá a la MML realizar el trámite respectivo ante el MEF para el uso efectivo de estas transferencias. Lo que tenemos conocimiento, de la parte de la comuna limeña, es que hay dos concursos convocados hace dos semanas (para el desarrollo de dos obras viales), mientras que de los otros proyectos viales, se están efectuando los trámites de aprobación de las adendas para sacar adelante los respectivos concursos*” (*Diário Gestión*, publicado em 20-03-2018).

incorpora a linha 1 do metrô de Lima como principal transporte de massa para o público.<sup>127</sup>

Contratou-se um estudo que definiu ações para tornar o trânsito mais eficiente,<sup>128</sup> dado que as treze obras viárias eram de suma importância, porque facilitariam o deslocamento dos atletas e público em geral. O representante do MTC e membro do Comitê indica que os trabalhos encarregados tanto para o ministério quanto para a municipalidade se encontravam nos prazos estabelecidos, em entrevista para o *Diario Gestión* publicado em 22-03-2018, e argumenta que

Como parte destas obras, o ministério irá colocar uma ponte modular temporária sobre o rio Rimac, na Avenida Santa Rosa em Callao, para facilitar a circulação de veículos entre o Aeroporto Internacional Jorge Chavez e o circuito da Costa Verde durante os jogos. A ponte já se encontra em stock e será instalada no próximo ano (*Diario Gestión* publicado em 22-03-2018, tradução nossa).

Houve ainda outro grupo de obras menores que se realizaram nas imediações da *Villa Panamericana*, demandando o investimento de US\$ 113 milhões. Nesse aspecto, a *Municipalidad Metropolitana de Lima* transferiu recursos para a *Municipalidad de Villa El Salvador*.<sup>129</sup> O *Ministério de Vivienda* se encarregou da habilitação de redes de saneamento para o bairro de *Villa El Salvador*, assim como melhorias nas ruas próximas.

Evidentemente, já que Lima e Callao precisam se inserir na competição global, é necessário desenvolver as cidades de acordo com as regras do mercado. Nesse sentido, as agências internacionais recomendaram consultores para o crescimento das cidades peruanas. Dessa maneira, o Programa das Nações Unidas

---

<sup>127</sup> Em entrevista no dia 17-07-2018, Neuhaus, argumenta que se tomaram outras medidas para assegurar o deslocamento das delegações. Por conseguinte, a linha 1 do metrô como principal sistema de transporte do megaevento esportivo. Para isso, incrementou-se a sua frequência de viagens.

<sup>128</sup> Perguntou-se ao entrevistado 02 sobre como o ministro dos transportes colaborou nos planos urbanísticos para o desenvolvimento dos Jogos Pan-Americanos. Argumenta que as contribuições do MTC eram de responsabilidade contratual e intermediária entre o Estado e o *Projeto Especial*. Indicou que o município de Lima foi responsável pela geração de planos viários que permanecerão como legado urbano, podendo ser úteis para as cidades de Lima e Callao depois do evento. Adicionalmente, indica que os corredores viários de média e alta velocidade se segregaram por alguns dias, servindo para deslocar as comissões atléticas e os atletas. Essas redes rodoviárias partem desde o Aeroporto Internacional Jorge Chávez, e foram feitas entradas principais para os atletas e construídos clusters que também serviram como legado.

<sup>129</sup> Ainda, realizou-se um grupo de obras vicinais coordenadas pelo MTC com as prefeituras de: *San Luis*, *La Molina*, *Villa El Salvador* (VES) e *Villa María del Triunfo* (VMT).

para o Desenvolvimento (PNUD) indicou a contratação de uma consultoria para a realização de um estudo de mercado que permitiu definir ações para conseguir um trânsito eficiente e eficaz para as cidades de Lima e Callao durante o megaevento esportivo. A consultoria procurou reduzir o impacto do certame esportivo nas cidades, criando vias rápidas para os esportistas. Cabe ressaltar que houve um atraso significativo nas treze obras viárias priorizadas para o evento, a cargo da *Municipalidad de Lima* (MML), portanto, não houve registro de avanços concretos (Diário Gestión, publicado em 17-10-2019).

Começaram as obras por *Circunvalación*, assim como as de *San Luis, Canadá*, avenida *Nicolas Ayllón* e o melhoramento da interseção nas avenidas *Rosa Toro, del Aire* e *San Luis*. Está incluso, ainda, o viaduto de *Arméndariz*, que liga a *Costa Verde*. Na Zona Sul, foi feito o melhoramento das avenidas *Huaylas* e dos *Defensores del Moro*. A preocupação para a entrega dos trabalhos por parte da MML, como o melhoramento da avenida *Pachacútec*, em *San Juan de Miraflores*, fez com que se conversasse com o *Ministério de Transporte y Comunicaciones* (MTC) e com a *Autoridad Autónoma del Tren Eléctrico* (AATE) para usar vagões adicionais da linha 1 do metrô. Cabe mencionar que, com exceção de Videna, a maioria dos estádios se localizam na Zona Sul da cidade de Lima. Nota-se que o período de realização do megaevento aconteceu em época de férias escolares e universitárias, diminuindo o trânsito e tempo de deslocamento dos atletas e do público.

Em momento de crise para a realização do megaevento esportivo, tendo a maior dificuldade no transporte público, o discurso de patriotismo se dá para sustentar as convulsões e crises políticas no país (VAINER, 2000). Neuhaus argumenta que esses momentos críticos nacionais não foram obstáculo para a realização dos jogos. Ainda, faz apologia aos *cowboys* e filmes de faroeste, indicando que “temos estado a ir a todo o vapor, mas senti-me como se estivesse nestes tiroteios de cowboys, onde se está lá em baixo a trabalhar e as balas estão a ir por cima” (Diário Gestión, publicado em 17-07-2018, tradução nossa).

Pode-se dizer que os atrasos sobre as redes de transporte foi a maior preocupação do chefe da ODEPA, Neven Ilic, que disse que Lima e Callao passaram por uma caótica situação no que concerne ao transporte público, sendo necessário agir de forma emergencial para a organização do megaevento. Ele

indica, em entrevista no dia 12-04-2019, que “O transporte é uma das coisas que mais nos preocupa. Sem dúvida, todos sabemos que não é fácil circular em Lima, aqui (nos Jogos Pan-Americanos) há um movimento de 10.000 pessoas que têm de chegar e partir com uma hora de antecedência” (GESTIÓN, 2019, tradução nossa).

Evidentemente, a sua preocupação não gira em torno da cidade, das camadas populares que levam horas para se deslocar aos seus trabalhos, locais de estudo, etc., e voltar para casa. O papel revitalizador urbano da ODEPA consiste em julgar o que é efetivo e conveniente para os atletas. Argumenta o diretor que

Um atleta não pode demorar duas horas a ir da Aldeia Pan-Americana para o seu desporto e regressar”. Ele acrescentou que “os Jogos não são apenas sobre infra-estruturas. Há muitos aspectos que são muito importantes, muito relevantes, tais como o transporte, que é algo que nos preocupa muito” (Diário Gestión, publicado em 12-04-2019, tradução nossa).

As coalizões para realizar o megaevento se evidenciam nas reuniões entre Ilic, o prefeito de Lima Andres Munoz, o ex-presidente do *Consejo de Ministros* o sr. Salvador del Solar e o sr. Carlos Neuhaus. Em acordo, concluíram que os problemas de transporte e as vias de acesso para os jogos eram prioridades e que o planejamento estratégico deveria ser efetivado e efetuado no estilo militar. Neuhaus diz que “*nuestros equipos están coordinando para resolver todos los problemas viales junto con la policía*”. Para Ilic, a rapidez com que avançaram as construções e remodelações das sedes deveria ser parte do argumento para difundir do legado dos Jogos Pan-americanos: “*en términos de sedes puedo decir más cosas positivas están casi listas y lo que queda es rematar lo que falta. Son espectaculares!*”. Ainda segundo Ilic, “*la visión mía es que esto está encaminado a ser unos grandes juegos*” (Diário Gestión, publicado em 12-04-2019).

O procurador-geral do Peru Nelson Shack solicita agilidade nos trabalhos que garantem os acessos às sedes esportivas, que seriam iniciados em pouco menos de dois meses. Nesse sentido, o gestor verificou que, das dezesseis obras viárias planejadas para o megaevento, oito não haviam sido concluídas nos prazos pré-estabelecidos. Pressionaram-se os setores envolvidos, a saber, os *Ministerio de Transportes y Comunicaciones* (MTC) e a *Municipalidad Metropolitana Metropolitana*

de Lima (MML), exigindo planos de contingência.<sup>130</sup> Shack informa que “Vou formalizar uma comunicação ao Presidente do Conselho de Ministros, Salvador del Solar, para que sejam postos em prática os planos de emergência necessários para assegurar a boa realização deste grande evento desportivo nacional e internacional, especialmente no que diz respeito aos acessos devidos às obras rodoviárias inacabadas”, enfatizou (Diário Gestión, publicado em 06-05-2019).

Diante do iminente atraso em resolver a problemática urbana no desenvolvimento das redes de sistemas viários eficientes, o Poder Público propõe um plano B, que consiste em acelerar os trabalhos de melhoramento das vias de acesso à *Villa Panamericana* e às sedes esportivas, assim como se implementou um programa de trânsito com a mesma duração do megaevento esportivo (Diário Gestión, publicado em 17-05-2019). Neuhaus, mais uma vez, explicando o papel das coalizões, diz que “*estamos trabajando el Plan B con el alcalde de Lima, Jorge Muñoz, y con el Ministerio de Transporte y Comunicaciones*”. Adicionalmente, ele reconhece os atrasos nos sistemas de transporte e diz que é pertinente procurar outras soluções, portanto, recorrer “a outro plano que a gestão das Operações Pan-Americanas-Pano-Americanas tinha em vigor” (Diário Gestión, publicado em 17-05-2019).

Não obstante, a ODEPA advertiu, em 11 de abril de 2019, que a situação do transporte de Lima e Callao era caótica, sendo essa a sua principal preocupação. Posteriormente, o Controlador Geral do Peru indicou que oito das dezesseis obras não “*se culminarían dentro del plazo establecido*”. O “plan B” consistiu em apressar os trabalhos de melhoramento das vias de acesso para a *Villa Panamericana* e os coliseus esportivos, assim como em um programa especial de trânsito durante os dezessete dias do evento. O diretor de operações do comitê Alberto Valenzuela diz que:

*El plan B consiste que las vías que involucren el entorno de Villa Panamericana, las sedes de competencia, de entrenamiento estarán listas”, sumado a isso, “las obras grandes que atraviesan varios distritos (de la ciudad), solo se dará prioridad a los tramos que lleven a la Villa, sedes deportivas y hoteles* (Diário Gestión, publicado em 17-05-2019).

---

<sup>130</sup> Como foi indicado anteriormente, essas contingências geram riscos para o Estado e lucros para o setor privado.



Cabe ressaltar que, em 2013, na gestão da ex-prefeita Villarán, os gestores responsáveis pela candidatura da cidade de Lima à sede dos Jogos Pan-Americanos prometeram a construção de modernas autopistas urbanas. Sem embargo, as obras públicas foram frenadas pelos escândalos de corrupção com a Odebrecht. Desse modo, cria-se uma coalizão que garanta as infraestruturas viárias, convoca-se o *Ministerio de Transportes y Comunicaciones* (MTC), que coordena, com o *Ministerio del Interior* (Mininter), os planos viários que facilitaram o deslocamento das delegações esportivas. Reuniram-se para trabalhar, em conjunto, uma estratégia viável que permitisse o traslado rápido. De acordo com o plano estabelecido pelos gestores, a via exclusiva começa na *Villa Panamericana*, indo até a Videna (Diário Gestón, publicado em 25-05-2019). Segundo o Diario Gestión publicado em 15/07/2019, dos onze projetos viários, cinco foram concluídos antes do megaevento. Duas semanas antes de iniciar os jogos, foram entregues os seguintes projetos:

1) o melhoramento da avenida *La Molina* no trecho correspondente entre as avenidas *Javier Prado Este* e *Melgarejo*. Isso corresponde à expansão de duas para quatro faixas de rodagem em uma extensão de 2,83 quilômetros. O valor investido nessa obra foi de US \$23 milhões;

2) Viaduto de *Armendariz*, uma infraestrutura de 1,18 quilômetros que liga os bairros de *Miraflores* e *Barranco*, através da construção de uma ponte veicular elevada no sentido norte-sul do circuito de praias da *Costa Verde*, com saída para *Armendariz*. O valor investido nessa obra é de aproximadamente US\$ 58 milhões;

3) a melhoria da infraestrutura viária da *Avenida Nicolás Arriola*. A intervenção contemplou o alargamento da via para três faixas em ambos os sentidos, tanto na via como na reconstruída ponte *Circunvalación*, que também aumentou a sua altura, para que os veículos de mercadorias circulassem por baixo sem contratempos. A obra, cujo valor investido totalizou US\$ 59 milhões, beneficiaria mais de 98.000 pessoas e 35.000 veículos que circulam diariamente nesta rota;

4) Trecho 1, cuja obra compreende cerca de 4 quilômetros de melhorias viárias, entre a *Calle Talara* e a *Avenida Mateo Pumacahua* em *San Juan de Miraflores*. Esse projeto teve 2 estradas de mão dupla (4 faixas no total). Foram reservados US\$ 33 milhões essa seção;

5) Trecho 2, cuja obra compreende uma extensão estimada de 10 quilômetros entre a *Avenida Mateo Pumacahua* e a refinaria de *Conchán*. As obras incluem vias de concreto (2 vias de mão dupla) e calçadas, por cerca US\$ 72,6 milhões.

O Diário Gestão menciona que houve também uma carteira de obras nas redes do sistema viário por parte da MML que não ficou pronta para os Jogos Pan-Americanos. O COPAL, o MTC e a MML indicam que, até o final de 2019, as obras estariam concluídas, que são:

1) Tramo 4 da Antiga *Panamericana Sur*. Tem uma extensão estimada de 15 quilômetros, entre a *Puente Arica* e *Santa María del Mar*. As obras incluem duas vias de concreto de mão dupla, assim como a instalação de calçadas, ciclovias, áreas verdes e rampas. A obra demandou US\$ 97 milhões, e sua entrega estava prevista para o quarto trimestre de 2019;

2) Melhoria da infraestrutura viária e pedonal das avenidas *Los Héroes* e *Pachacútec*. Destaca a MML que as obras nesta via começaram em janeiro de 2019 e foram executadas em uma extensão total de aproximadamente 12 quilômetros. A construção inclui novas vias de concreto e asfalto, tanto nas vias principais quanto nas auxiliares. Demandou um investimento de US\$ 228 milhões e foi entregue em dezembro de 2019;

3) Melhoria das avenidas *Del Aire*, *San Luis* e *Rosa Toro* em *San Borja*, *San Luis* e *La Victoria*. O trecho da avenida *Del Aire* se encontra entre as avenidas *Javier Prado Este* e *Circunvalación*. No caso da Avenida *San Luis*, realizaram-se obras entre as avenidas *Javier Prado Este* e *México*. Enquanto isso, na Avenida *Rosa Toro*, as tarefas foram realizadas entre as avenidas *Javier Prado Este* e *Nicolás Arriola*. Essa obra demandou US\$ 15 milhões. A data de entrega foi o quarto trimestre de 2019;

4) Via *Costa Verde*, Tramo *Escardó-Virú*. As obras começaram em janeiro de 2019. Foram executadas com a junção das vias atualmente existentes no circuito de praias, abrindo uma rota de ligação direta entre a capital e o primeiro porto, trecho habilitado para facilitar o trânsito de veículos entre a *Villa Pan-americana* e os diferentes locais que se encontram próximos a essa área da cidade, tendo 2 quilômetros de extensão (exatamente 1,8 km), desde o circuito de praias, na altura da *Avenida Universitaria*, até a *Calle 19*, em *San Miguel*. O setor é composto por 371 metros da *Avenida Costa Verde*, 966 metros da subida da *Calle Jorge Chávez* e 540

metros do viaduto da *Avenida Costanera*. O trecho possui duas faixas no sentido sul-norte (*Chorrillos-Callao*), enquanto, na *Avenida Costanera*, o trânsito é nos dois sentidos. O valor aproximado do investimento foi de US \$287 milhões. Essas obras foram concluídas no quarto trimestre de 2019;

5) melhoria da *Avenida Paseo de la República*, trecho entre *Aramburú* e *Domingo Ouestra*, localizados nos bairros de *Miraflores* e *Surquillo*. Essa intervenção começou em abril de 2019. Afirma o MML que a obra incluiu a intervenção de mais de 850 metros no sentido norte-sul e a adaptação de duas rampas. Investiu-se a quantia de US \$11 milhões, e a obra ficou pronta no quarto trimestre de 2019;

6) reforma do *Malecón Grau*, trecho do *Circuito de Playas* e das avenidas *Defensores del Morro*. Tendo em vista os Jogos Pan-Americanos, o MML vinha realizando a manutenção da via, além da respectiva sinalização.

#### **4.2 Planejamento estratégico das cidades de Lima e Callao**

No Peru, as cidades de Lima e Callao foram protagonistas de discussões a respeito das revitalizações urbanas para sediar os Jogos Pan-Americanos. Lima e Callao se envolvem no discurso construído pelos gestores que, em consenso, afirmam que Lima deve ocupar uma posição privilegiada no disputado mercado internacional das cidades, através do patriotismo, o que resultaria numa nova identidade e simbolismo do povo limenho. Os governos, em escalas nacional, regional e municipal, juntaram-se em prol da realização do megaevento esportivo, mostrando ao mundo as diversas qualidades da cidade e da sociedade. Esse argumento torna-se eficiente e eficaz para atrair investimentos privados.

Argumenta-se, pois, que os megaeventos passam a ser razão da melhora da qualidade de vida dos cidadãos pela difusão dos esportes, mas evidencia-se a falta de melhorias urbanas e de participação da sociedade civil, negligenciando suas decisões. Nota-se que há confraternidade entre os poderes público e privado, que, entre eles, consentem com notórias e nítidas decisões antidemocráticas na reprodução do urbano. As revitalizações urbanas simbólicas das cidades de Lima e Callao em torno do megaevento esportivo passam a ser entendidas como estratégias discursivas que tratam de longa data. Essa dinâmica urbana deliberou-se

como estratégia neoliberal, dado que as cidades desejam e almejam competir no mercado internacional de cidades. Portanto, devem atuar como empresas, adotando o planejamento estratégico na questão urbana. Nesse sentido, vê-se, por parte das novas coalizões urbanas, a difusão do novo padrão de governança urbana neoliberal.

Vale lembrar que, em 11 de outubro de 2013, o Estado do Peru, com o *Comité Olímpico Peruano* (COP), a Organização Esportiva Panamericana (ODEPA), a Municipalidade de Lima e participação do *Instituto Peruano Del Deporte* (IPD), define as condições para a realização dos *XVIII Juegos Pan-americanos e os VI Juegos Parapan-americanos de 2019*. Em 21 de fevereiro de 2015, emite-se o *Decreto Supremo* nº. 002/2015, do MINEDU, que aprova, no âmbito do *Ministerio de Educación*, o “*Proyecto Especial para la preparación y desarrollo de los XVIII Juegos Pan-americanos y VI Juegos Parapan-americanos Lima 2019*”. Na *Resolución Suprema* nº. 006/2015, MINEDU, declaram-se como interesse nacional os Jogos Pan-Americanos, formalizando um grupo de trabalho denominado “*Comité Organizador de los XVIII Juegos Pan-americanos del 2019 (COPAL/PERU)*”, adscrito ao *Ministerio de Educación*.

No caso das cidades de Lima e Callao, realizou-se, no ano de 2016, a “*Elaboración del Plan Maestro de los XVIII Juegos Pan-americanos y VI Juegos Parapan-americanos Lima 2019*”. Composta por diversos planos,<sup>131</sup> dessa forma, a governança empreendedora neoliberal se manifesta, dando início à realização de um plano estratégico que levou as revitalizações urbanas e a construção de infraestrutura urbana segundo as demandas do *Proyecto Especial* e da ODEPA. Portanto, evidencia-se que a governança das cidades de Lima e Callao passa a ser semelhante à governança empresarial. Deste modo, para Neuhaus (2019), o projeto se destacou pelo processo de contratação, o novo modelo de governança. A visão de legado indica que “temos muito a mostrar durante os Jogos. Temos a possibilidade de que um bilhão de pessoas nos vejam. Tenha uma cidade mais

---

<sup>131</sup> Foram entregues o *Plan Maestro de Infraestructura*, que avalia a localização das sedes; o *Plan Maestro de Operaciones* para estabelecer os alinhamentos comerciais e operacionais do megaevento esportivo; o *Plan Director de Gestión de Infraestructura*, documento que determina o sistema de gestão urbana para garantir os objetivos definidos no *Plan Maestro de Infraestructura*, sendo que o *Plan Director de Gestión de Operaciones* indica os objetivos definidos no *Plan Maestro de Operaciones*.

organizada. Uma grande oportunidade de expor nosso país, nossa cidade para o mundo”, expôs o líder do projeto de Lima 2019 (LIMA, 2019, tradução nossa).

Argumenta-se que o *Plan Maestro* percebe as cidades com a evidente esperança de convertê-las em uma cidade de realce global. O megaevento esportivo teve importância nesse contexto revitalizador e catalisador, dado que a cidade precisa se preparar para sediar os Jogos Pan-Americanos, grande argumento que se inicia na gestão da então prefeita Susana Villarán, passando pela gestão de Castaneda Lossio e tornando-se possível na do prefeito Muñoz. Portanto, para alcançar tais objetivos de ser cidade-sede e, evidentemente, envolver-se no mercado competitivo global, Lima toma iniciativa, empreendendo-se como uma cidade empresarial.

Para Vainer (2000), a analogia entre cidade e empresa mistura em uma nova concepção de cidade. A competição passa a ser palavra-chave impulsionadora de aceitação e aprovação das forças correlativas do mercado global. Conseqüentemente, as cidades de Lima e Callao são novamente configuradas por uma gestão que atende a lógica financeira e mercantil, tratando a questão urbana como possível negócio do capital privado. A cidade é entendida como oportunidade de negócio e passa a ser planejada por empresários *experts* que possuem *know-how* neste processo.<sup>132</sup> Por conseguinte, a urgência em criar outro planejamento estratégico para as cidades de Lima e de Callao foi decisiva no acompanhamento das mudanças na reprodução social, isto é, o planejamento estratégico como método incorpora os princípios relacionados à competição dentro da globalização. Nesse aspecto, considera-se que a sua adoção foi criada não só para responder às soluções e desafios das cidades na contemporaneidade, pelo contrário, foi realizada de modo a estabelecer e reelaborar a ideia de cidade mediante as políticas de hegemonia neoliberal que se assemelham (NOVAIS, 2003).

Porém, a realização dos jogos significou para Lima uma janela de oportunidades<sup>133</sup> para a atuação de distintos interesses, para atores nacionais e

---

<sup>132</sup> Caracterizam-se esses modelos pela criação de novas centralidades, por revitalizar regiões decadentes, assim como centros urbanos, atraindo investidores, consumidores e turistas. Evidentemente, as políticas públicas sustentam um projeto de cidade que consegue inserir-se no mercado global.

<sup>133</sup> Neuhaus, na mesma entrevista, indica que Lima tem uma oportunidade de ouro. Nas palavras do diretor do COPAL: “*tenemos mucho que mostrar durante los Juegos. Tenemos la posibilidad que mil millones de personas nos vean. Tener una ciudad más arreglada. Una gran oportunidad de exponer*

internacionais envolvidos, como a ODEPA, o *Proyecto Especial*, e para atores locais, como o MTC e o MML, que participaram da realização do evento. As possíveis “soluções” urbanas se realizam sem a participação da sociedade civil (VAINER, 2000).<sup>134</sup> Pouco antes de entregar o *Plan Maestro* para aprovação da ODEPA, Carlos Neuhaus argumentou que fazê-lo representa um grande trabalho em conjunto com outras entidades do Estado e disse que o megaevento deveria ser despolitizado: “devem concentrar-se no desporto porque este foi desviado para a política e os Jogos Pan-Americanos-Americanos não são de todo políticos” (PERU, [2016], tradução nossa). Isso porque a janela de oportunidades relaciona-se à consolidação e crescimento econômicos e política a partir de coalizões e arranjos que estruturam as mudanças significativas da cidade de Lima.

Na América Latina, em particular no Peru, nas cidades de Lima e Callao, vem-se aprofundando na ideologia neoliberal dominante a partir do planejamento estratégico, assim como de sua ferramenta *marketing* urbano, apresentando-se como o melhor instrumento e ferramenta de planejar e gerenciar as cidades. Esses instrumentos são propostos como as soluções capazes de solucionar as respostas dominantes das novas situações geradas pela globalização e pelo neoliberalismo. É interessante citar que esses instrumentos neoliberais de planejar as cidades ganham uma autoridade e notoriedade nas políticas urbanas contemporâneas (SANCHEZ, 1999).

No que tange às cidades de Lima e Callao, versa-se que na contemporaneidade vivem momentos nos quais uma nova ordem é imposta pelo novo modelo de empreendedorismo urbano (HARVEY, 1996; 2005), que é colocado em prática pela ideologia dominante, a neoliberal, cujo desejo é de que as cidades disputem no mercado global das metrópoles. A dinâmica competitiva estabelece-se na desorganização da lógica das ações do Poder Público, que usa o planejamento estratégico como instrumento discursivo, legitimando a sua dominação através do

---

*al mundo nuestro país, nuestra ciudad. Acá no juega ningún político, ni el Proyecto Especial, acá juega el Perú, jugamos todos y este partido no nos gana nadie* (PERU, [2016]).

<sup>134</sup> Como indica Vainer (2000, p. 91): “é certo que a analogia cidade-empresa, supõe e ao mesmo tempo propõe, a despolitização da cidade, transformada em lugar de inscrição territorial, de formas de gestão, e não mais suporte de identidade política.” Ou seja, cabe dizer que os consórcios empresariais atuam no processo de reprodução social de forma autoritária, fechando a participação da sociedade civil. Assim mesmo, o autor argumenta que o “planejamento estratégico equaciona e soluciona o problema de sua construção política-institucional nos marcos de um discurso que reiteradamente fala na necessidade de vitalização dos poderes locais” (VAINER, 2000, p. 91).

consenso que “denominou a consolidação democrática espanhola e barcelonesa, foi a forma encontrada para enfrentar as demandas por participação. Aqui o trabalho teórico também teve dívidas com a posição dos seus autores no espaço social. Consenso era uma representação de um grupo que se pensava como a cidade” (NOVAIS, 2003, p. 190) e se construiu na imagem da cidade e nas suas principais características, que se inspiram em modelos de cidades do norte do globo, ou em referências do nosso continente latino-americano que quase foram bem sucedidas. Nestas, propuseram-se projetos urbanos que a mídia ecoou como soluções de igualdade social e cultural, revitalizações de áreas degradadas, criação de novas centralidades e Parcerias Público-Privadas, pretendendo resgatar a identidade dos cidadãos, ou, até, recriando novas identidades em prol de consagrar as cidades como empreendedoras.

De fato, como já foi argumentado anteriormente, diante da ideologia neoliberal, o planejamento urbano de Lima e Callao, no que tange às políticas urbanas, identifica duas contradições. Por um lado, o capital privado se beneficia, lucrando com o território e usando as ferramentas de planejamento estratégico, e, por outro lado, cada novo prefeito apresenta novos planos diretores tecnocráticos para o capital privado. Cabe mencionar que as principais ações propostas pelos novos planos estratégicos são voltadas para um redesenho espacial das cidades” (SÁNCHEZ, 1999, p. 121), pretendendo instalar infraestrutura em torno de novas relações de produção. Contudo, nas bases que alimentam a teoria do planejamento estratégico, nos antecedentes militares e empresariais, abre-se um debate emergente da realidade urbana peruana.

Cabe ressaltar que, nos meios acadêmicos peruanos, é pouco debatido o planejamento urbano, assim como o planejamento urbano estratégico e suas origens. Mas, se analisada de forma global, a inserção da ideologia neoliberal se aprofunda no Peru a partir dos princípios e dos receituários do Consenso de Washington. Pode-se argumentar que o novo modelo de planejamento urbano se inicia nos anos 90, a partir do golpe de Estado, em 1992, do ex-presidente Fujimori, quando se faz uma nova Constituição, em 1993, que favorece o setor privado, sendo a questão urbana, a competitividade e produtividade os eixos dos planos subsequentes. Vale destacar que esse *modus operandi* se mantém até a

contemporaneidade, fazendo com que o planejamento urbano seja dirigido pelo setor privado, de acordo com as necessidades do mercado.

As cidades de Lima e Callao se inserem na lógica de cidade-empresa, portanto, usam o modelo de planejamento estratégico desde os anos 90, adequando-se aos modelos difundidos no continente. Argumenta-se que o planejamento estratégico se estabelece e ganha maior notoriedade nas cidades peruanas quando Lima e Callao passam a sediar o megaevento esportivo e precisam de forma emergencial revitalizar os seus espaços urbanos. Num primeiro momento, fez-se o PLAM2035<sup>135</sup>, elaborado entre os anos 2012 e 2014, que serviria como modelo de planejamento estratégico para a construção dos ajustes espaciais da cidade de Lima.<sup>136</sup>

Cabe dizer que, segundo Jose García, coordenador técnico do PLAM2035, este possuía várias iniciativas de investimento que poderiam atrair até US \$50 bilhões do setor privado. Em nota para o *Diario Gestión*, José García esclarece que

O PLAM 2035 desenvolveu mais de 200 projectos para melhorar infra-estruturas urbanas, instalações, espaço público e habitação, que irão gerar investimentos públicos e privados de mais de 80 mil milhões de dólares, dos quais 50 mil milhões de dólares poderão provir do sector privado (GESTIÓN, 2014, tradução nossa).

Ainda, o *Diario Gestión* ecoa que o PLAM 2035 é considerado instrumento técnico que busca direcionar estrategicamente<sup>137</sup> o crescimento da cidade de Lima por meio de uma visão de desenvolvimento urbano que oriente os esforços empreendidos pelas diferentes coalizões, ou seja, as administrações metropolitanas, os prefeitos dos distritos, os empresários, os vizinhos e a sociedade civil como um todo. Argumenta o gestor que “estima-se que até 2035 haverá mais de 13 milhões de pessoas a viver nesta metrópole e, portanto, o PLAM 2035 deve ser visto como

<sup>135</sup> Plano elaborado na gestão de Susana Villarán para sediar os megaeventos esportivos, que inclui a revitalização da área central da cidade, do centro de Lima e do bairro do *Rimac*.

<sup>136</sup> Portanto o Plan 2035 tinha os seguintes projetos: melhoria integral de bairros em áreas críticas por meio de *Projetos Urbanos Integrales* (PUI), melhoria da infraestrutura rodoviária metropolitana, desenvolvimento de novas centralidades (*Atocongo, Independência, Gamarra*, entre outros), novas cidades e polos de atividades produtivas (*Lurín e Ancón*), recuperação do Centro Histórico, proposta de infraestrutura e melhoria urbana para os Jogos Pan-Americanos Lima 2019 e ampliação do porto e do aeroporto na região Callao.

<sup>137</sup> De acordo com *Diario Gestión*, com data 29-12-2014, ressalta-se que o gestor da prefeitura indica que mais “de 200 proyectos, 60 son prioritarios por su carácter estratégico a nivel metropolitano”. Nas palavras do Jose Garcia, “Estos sirven de base para los programas de desarrollo urbanístico en las siguientes gestiones municipales hasta el 2035 con el objetivo de convertir Lima en una ciudad ordenada, moderna, resiliente y sostenible”.



um processo de planejamento contínuo” (GESTIÓN, 2014, tradução nossa). Num segundo momento, substituiu-se esse plano estratégico pelo *Plan de Desarrollo Concertado de Lima 2016-2021*<sup>138</sup>, que também é de cunho neoliberal. O prefeito Castaneda mostrou desídia e falta de disposição para o processo de preparação de Lima para sediar os Pan-Americanos.

Assim as novas coalizões e arranjos institucionais decidem encomendar um novo plano emergencial, o *Plan Maestro*, que foi realizado pelas empresas internacionais<sup>139</sup> Deloitte<sup>140</sup> e a Trivandi<sup>141</sup>. A consultoria tratou de estabelecer as principais demandas para o mercado imobiliário e para o capital privado, restabelecendo novas contradições na reprodução social. Argumenta-se que o *Plan Maestro* serviu como fundamento para ampliar a dinâmica do capital privado, virando-se às revitalizações urbanas feitas nos ajustes espaciais.

Desse modo, evidencia-se que as principais ações sugeridas pelo novo plano estratégico são as suas orientações para uma nova configuração espacial das cidades de Lima e Callao e novas infraestruturas urbanas pelo setor privado, instalando, por conseguinte, novas relações de produção social. Esse novo aspecto na gestão urbana determina que o urbanismo neoliberal ganhe centralidade, dado que as intervenções físicas urbanas deverão determinar o êxito ou fracasso das

<sup>138</sup> O *Plano de Desarrollo Concertado Lima 2016-2021* tem como visão para 2030 que Lima Metropolitana seja “*competitiva en el mercado global y contribuye a las relaciones interregionales, involucrada en el proceso de descentralización y gestora eficiente del desarrollo con participación democrática, humana, solidaria, segura y sostenible con el medio ambiente, urbanísticamente equilibrada con un moderno sistema de equipamiento y conectividad, con una población orgullosa, identificada con su ciudad, que goza de una buena calidad de vida*” (Plan Concertado 2016-2021, pág. 10, 2016).

<sup>139</sup> Alega Neuhaus que é necessário contratar empresas internacionais para a realização do megaevento esportivo. Em entrevista para a agência Andina, o diretor do COPAL menciona que “*Hicimos un concurso entre los países que habían hecho Juegos anteriormente (Olímpicos y Pan-americanos) en el que participaron Canadá, México, Brasil e Inglaterra, para que nos ofrecieran ser una gerencia de proyecto. En todos los Juegos se utilizan empresas consultoras como Deloitte, Ernst & Young o Pricewaterhouse, que nos hubiera costado muchísimo más dinero que el Acuerdo con el Gobierno Británico*”.

<sup>140</sup> Segundo o *Plan Maestro*, a empresa Deloitte possui grande conhecimento do setor público e seus procedimentos, bem como da legislação vigente aplicável. Carrega vasta experiência em consultoria de projetos no setor de infraestrutura no Peru, assessorando tanto o setor público quanto empresas privadas (PLAN MAESTRO, 2016).

<sup>141</sup> A empresa Trivandi é uma empresa de consultoria internacional que fornece serviços de consultoria estratégica e gestão de projetos, garantindo a execução de eventos poliesportivos. A equipe Trivandi é formada por consultores de todo o mundo que desempenharam papéis de liderança como consultores em vários eventos multidesportos, como Jogos Olímpicos e Paraolímpicos, Jogos da Commonwealth e Jogos Pan-Americanos e Parapan-americanos. Especificamente, a equipe de consultoria que preparou esta entrega trabalhou com os Comitês Organizadores de Londres 2012, Glasgow 2014, Baku 2015, Toronto 2015, Rio 2016, Tóquio 2020, Tour de France 2014, Dubai Expo 2020, Qatar 2022 e a 50ª edição do Superbowl em San Francisco, entre outros (PLAN MAESTRO, 2016).

estratégias econômico-territoriais (SÁNCHEZ, 1999). Essas infraestruturas urbanas que servem para competição interurbana ficam a cargo do setor privado, com recursos públicos. No caso de Lima e Callao, o planejamento estratégico trata da implementação e estratégias do capital privado, focando na melhoria das condições de vida, atrativos econômicos, turísticos e empresariais. Ainda, os planos estratégicos apresentam na agenda pública ações voltadas para questões de emprego, empreendedorismo, qualidade de vida, moradia, patriotismo, consenso e democracia do setor público sob o conceito da percepção da consciência de uma crise.

Para poder entender como funciona a discussão sobre o decurso de uma cidade revitalizada, versam-se as três analogias constitutivas: a cidade é uma mercadoria, a cidade é uma empresa, a cidade é uma pátria. As três analogias usadas por Vainer (2000) dizem que as cidades, neste caso Lima e Callao, são consideradas mercadorias de luxo a serem consumidas, promovidas por uma gestão urbana na qual o sentimento de patriotismo<sup>142</sup> interino passa a ser fonte do discurso construído em consenso sobre a cidade. Nesse contexto, os Jogos Pan-Americanos tornam-se estratégicos na medida em que os sentimentos sociais são reforçados a partir do pertencimento e orgulho nacional. A cidade passa a atrair investidores que, portanto, investem e consomem nas cidades-sede.

Pensa-se que a cidade-mercadoria, ou cidade de luxo, como uma das ideias principais dos novos planejadores urbanos, que usam a dinâmica do *marketing* urbano para promover o processo de planejamento e gestão de Lima.<sup>143</sup> Dessa maneira é que as coalizões envolvidas nos Jogos Pan-Americanos entenderam o futuro da cidade, no qual o capital privado, investidores privados, agências e organizações sem fins lucrativos seriam, com certeza, os principais vendedores e compradores.

---

<sup>142</sup> Interessante o argumento de Vainer (2000) sobre o patriotismo. O paradoxo que o autor menciona é “o *patriotismo* de cidade, ao contrário do *sentimento* de crise, não é condição, mas resultado do sucesso do próprio projeto – na verdade, é simultaneamente resultado e condição. A unidade que pressupunha no discurso unitário sobre a cidade é a unidade que se pretende construir. O paradoxo realizado: o plano estratégico fala em nome de uma cidade unificada cuja construção pretende engendrar através da promoção do patriotismo” (VAINER, 2000, p. 94).

<sup>143</sup> Não obstante, argumenta-se que a cidade de Lima deve ser planejada com um horizonte mais complexo e abrangente do que vê-la como uma mercadoria existente, dado que a sua venda no mercado global depende de quem seja o possível comprador. Considera-se, em oposição, a produção de cidade democrática e amplo uso para todos os seus cidadãos, respeitando o direito à cidade.

As empresas privadas fazem parcerias com o governo local, parcerias estas nas quais passam a ser coautoras das revitalizações urbanas e dos ajustes especiais para sediar os Jogos Pan-Americanos. Por conseguinte, predispõem e consomem na cidade na forma de privilégios, benefícios fiscais e lucratividade oriundos dessas novas parcerias. Esse novo planejamento estratégico usando o *marketing* urbano, definido por depender das características da cidade, pretende vender as cidades de Lima e Callao nos mercados globais. Como efeito, pensa-se que o capital privado preparou a cidade de Lima para enxergar-se melhor, tentando ser positivo para a construção de uma narrativa de um projeto de cidade neoliberal onde vende territórios para compradores similares.

Nesse caso, a cidade é compreendida como uma mercadoria ou objeto a ser vendido no mercado competitivo, no qual certamente outras cidades também estarão à venda. Nesse sentido, promover a cidade para o exterior é parte do discurso hegemônico econômico e político. Argumenta-se que a venda da cidade se dá pela imagem. Faz-se um pacote institucional das características angulares, isto é, por exemplo: a pobreza é definida como problemática a ser solucionada.

É necessário que Lima torne-se mais competitiva e busque aumentar seu poder de captação de investimentos em tecnologias internacionais, assim como se desenvolver produtiva e competitivamente segundo a lógica do mercado. As palavras-chave são: produtividade e competitividade, categorias enunciadas no planejamento estratégico urbano e no *marketing* urbano. Há um discurso por parte dos gestores de que a cidade precisa da competitividade internacional, ainda que precise de aceitação global. Para isso, ela precisa, estrategicamente, deter o capital privado, para atender às suas demandas de infraestrutura. Por fim, deve agir como uma empresa atuante na atividade empresarial da cidade (VAINER, 2000). Dessa forma, Lima e Callao são entendidas como cidades empresariais, surgindo, assim, mudanças gerenciais e conceituais nas cidades. Dessa maneira, elas são entendidas como sujeitos econômicos que, através do Poder Público, vitimam os instrumentos de planificação urbana, que são elaborados pelos grandes grupos econômicos, empresariais, que dirigem o país há muitas décadas, ou seja, a difusão do discurso neoliberal desconsidera veementemente os interesses da sociedade civil (HARVEY, 1996; 2005).

Para tanto, se a cidade for vista como uma empresa, deve ser entendida sob a lógica capitalista, portanto, sob a lógica do mercado, por conseguinte, através do *marketing* urbano.<sup>144</sup> Esse novo padrão de planejamento estratégico é feito para tratar os interesses do capital privado, subseqüentemente das empresas privadas no mercado internacional. Observam-se preceitos do capital privado e da iniciativa privada sendo aplicados, agora, na gestão pública, em particular porque a sociedade sempre se atrai por divergências com o setor privado, sendo inviável a intervenção da sociedade civil em atender às necessidades e lucros do capital privado.

O planejamento estratégico urbano para a realização do megaevento foi realizado pelos estudos estratégicos do *Plan Maestro*, que apresentou e consolidou uma avaliação abrangente da localização das infraestruturas e das necessidades urbanas. Foi desenvolvido por uma consultoria estrangeira que, durante quase 100 dias, resolveu o planejamento da cidade em conjunto com os diferentes *stakeholders* do projeto. Ainda, pretendia de forma homogênea planejar as cidades, isto é, pretendia, a partir de outros casos de estudo, (re)fazer as estratégias territoriais.<sup>145</sup> Vale ressaltar que Lima e Callao, pretendendo se tornarem cidades globais, precisam se constituir e produzir como se fossem cidades empresariais. Nesse sentido, novos atores aparecem. A produtividade e a competitividade são usados como fundamentos pelos planejadores urbanos, seguindo o paradigma e modelo estrangeiros.<sup>146</sup>

Dado que a cidade deve ser uma mercadoria, o *Plan Maestro* tem por intuito ser um projeto urbano neoliberal revitalizador da cidade de Lima. Esse processo de

---

<sup>144</sup> Trata-se da promoção da cidade sob os requerimentos do mercado. Refere-se, por conseguinte, à venda de um produto. A cidade de Lima torna-se produto do capital privado e dos interesses de um grupo de pessoas e classe social que determina as suas necessidades a partir do planejamento urbano.

<sup>145</sup> Percebe-se que, para o caso de Lima 2019, recomenda-se uma estrutura organizacional muito semelhante à usada nas Olimpíadas de Londres de 2012 e nas Olimpíadas de Toronto de 2015. Havia uma equipe central responsável pela estratégia central e questões de serviço, enquanto as equipes de entrega sobrepostas estavam intimamente ligadas à integração e equipes de serviço de energia (PLAN MAESTRO, 2016).

<sup>146</sup> A estrutura organizacional que sugere o *Plan Maestro* para a equipe de infraestrutura se baseia nas experiências nos Jogos Olímpicos de Londres 2012, Jogos Olímpicos de Toronto 2015 e outros eventos anteriores. É importante notar que essa estrutura leva em consideração a particularidade do Peru no desenvolvimento e implementação da infraestrutura e construção. Estabeleceu-se um escritório central do projeto, para fornecer estratégia durante toda a sua execução. Coordenação e consistência são essenciais em vários projetos de infraestrutura e projetos complementares. Nossa experiência de outros projetos urbanos semelhantes mostram que essa tarefa pode ser realizada de maneira razoável, ao contrário da maioria dos projetos de construção padrão, com prazos claros, serão restritos ao orçamento público, por isso é importante adotar uma abordagem disciplinada na gestão e implementação do programa-calendário (PLAN MAESTRO, 2016).

urbanização neoliberal aconteceria através das infraestruturas e das sedes e também dos eixos viários temporais, que, dessa maneira, conformam futuros planos e decisões entre setor privado e o setor público. O plano urbano tem seis características: a primeira discorre sobre criar oportunidades de negócios mostrando a cidade Lima e Callao pro mundo, exibindo também a diversidade da paisagem urbana; a segunda característica é relativa à entrega de infraestruturas de qualidade para os atletas; a terceira característica fala sobre agrupar sedes em *clusters*; a quarta trata da criação de oportunidades de negócio, considerando os jogos como catalisadores para desenvolver potenciais experiências aos usuários; a quinta consiste em deixar um legado urbano permanente para seu posterior uso; e a última trata da reafirmação da competitividade esportiva nacional, por meio da capacitação dos atletas nacionais para competições de alto nível internacional (PLAN MAESTRO, 2016).

Vale ressaltar que o *Plan Maestro* pretende inserir as cidades Lima e Callao na competição global. Os documentos pretendem incluir as cidades, aceitando as propostas da ODEPA e do mercado imobiliário, assegurando os requerimentos operacionais e técnicos solicitados às coalizões e aos arranjos institucionais. Por isso, considera-se esse plano urbano como uma ferramenta do planejamento estratégico, que foi encomendado a consultores internacionais, para planejar a localização das sedes previamente identificadas pelo COPAL. O plano menciona que a localização se dá a partir da viabilidade do mercado urbano, pretendendo acolher as diferentes competições esportivas a partir de infraestruturas urbanas, considerando os requerimentos operacionais. Indica o plano urbano que, em alguns casos, foi preciso reconsiderar algumas localizações, já que não eram factíveis para o capital estrangeiro.

Neste caso de estudo, pode-se dizer que o *modus operandi* dos novos planejadores considera as competições urbanas e as necessidades operacionais como eixos centrais no modo de produção do espaço. Os consultores internacionais fizeram um *Overlay Block Plan*, um tipo de planejamento no qual se coloca a localização dos espaços operacionais e das competições, assim como do trajeto das confederações internacionais. O plano fornece aspectos de mobilidade e transporte, elementos relevantes na consolidação do planejamento estratégico. Esses aspectos influem na percepção dos espectadores e atletas. O plano considera o risco e

limitações das redes do sistema urbano no que concerne à acessibilidade, às sedes e ao deslocamento dos atletas desde a Villa Panamericana até os diferentes espaços de entretenimento e competição. Cabe mencionar que o plano ressalta a importância das redes viárias. Porém, carece de soluções definitivas, uma vez que as apresentadas foram paliativas para o trânsito extremo na cidade de Lima.

Cabe mencionar que o COPAL deseja mostrar que o Peru,<sup>147</sup> em particular as cidades de Lima e Callao, possui uma cultura inca ancestral e milenar.<sup>148</sup> Os gestores argumentam que é preciso mostrar as cidades além das atrações gastronômicas, valorizando aquelas decorrentes de sua história e cultura. O Centro Histórico de Lima, por exemplo, é patrimônio da humanidade,<sup>149</sup> a *Ciudad Sagrada de Caral-Supe*<sup>150</sup>, ainda que a cidade possui igrejas, museus, *huacas* e monumentos históricos.<sup>151</sup>

A cidade de Lima, por ser capital, e a cidade do Callao, pela proximidade com Lima, são as que mais se destacam econômica e politicamente no Peru. Ambas foram cenário de anos de crescimento e expansão urbana irregular. Receberam pouca atuação do Estado e plena disposição do setor privado em urbanizá-las. O crescimento da corrupção na gestão do Poder Público, assim como a pouca participação dos partidos políticos, proporcionou, dessa maneira, os novos modelos de governança neoliberal. Observa-se também que, nas últimas três décadas, a difusão de políticas públicas neoliberais trouxe mudanças na forma de gerar o

<sup>147</sup> O *Diario Gestión* aproveitaria para mostrar o Peru, mediante o percurso da tocha olímpica, que iniciou seu percurso na cidade de Teotihuacán, no México, e se dirigiu até a cidade do Cusco, propriamente dito, na cidadela inca de Machu Picchu, para, logo depois, ir a outras cidades do país.

<sup>148</sup> Neuhaus menciona em entrevista que “*Vamos a explotar todo lo ancestral y milenario del Perú*”. Aguardava nesse momento aproximadamente 175.000 visitantes, entre desportistas, delegados e turistas.

<sup>149</sup> Segundo a *Plataforma digital única del Estado Peruano*, do Ministério de Cultura, é importante lembrar que o Centro Histórico de Lima foi nomeado pela UNESCO como patrimônio da humanidade em 1991. Sua área abrange a localização original da *Ciudad de los Reyes*, entre os bairros Lima Cercado e *Rímac*, que contém várias propriedades de valor, importância e significado cultural. Expressa a complexidade e o desenvolvimento de um modelo de organização sociopolítica e econômica inicial durante o Período Arcaico Tardio (5000-3800 A.P.), originado independentemente pelas sociedades andinas que habitavam este pequeno vale fértil da costa central do Peru.

<sup>150</sup> Segundo o *Ministério de Cultura*, *La Ciudad Sagrada de Caral-Supe* se localiza na província de *Barranca*, região de Lima. É a manifestação de civilização mais antiga do Peru e do continente americano devido aos seus 5000 anos. É constituído por 32 edifícios monumentais, integrados num complexo sistema de povoações que apresentam uma forte ideologia religiosa, entre as quais se destacam edifícios cerimoniais, setores residenciais para pessoas de diferentes classes sociais, um conjunto de templos menores e oficinas de produção. *Caral* liderou um sistema de assentamento que reuniu 17 locais semelhantes, embora menores, localizados no *Valle de Supe*. Inscreveu-se como patrimônio mundial no ano de 2009.

<sup>151</sup> De acordo com o *Ministerio de Comercio Exterior y Turismo* (MINCETUR) (2018), existem 107 centros históricos culturais na cidade de Lima.

espaço urbano. Entende-se que o megaevento dos Jogos Pan-Americanos se insere e faz parte dessa nova implementação das políticas urbanas oriundas dos países do capitalismo central.

Ainda, percebe-se uma agressiva difusão do megaevento por parte da mídia, que cumpre o papel de enfatizar os investimentos recorrentes das infraestruturas recentes. As notícias emitidas pela mídia viabilizam de forma estratégica o resgate da nova imagem da cidade de Lima e Callao através das infraestruturas e dos ajustes especiais. Percebe-se, portanto, que as mudanças na gestão urbana são resultado das estratégias do *marketing* urbano que pretende valorizar a imagem da cidade e que, a partir dos jogos, adere Lima e Callao aos fluxos econômicos globais.

Porém, quando analisa-se o *marketing* urbano, aparecem outras questões. Discutia-se, por exemplo, como a cidade de Lima poderia se posicionar no mundo dos negócios. Os gestores querem, através da história da cidade, emitir as qualidades turísticas de Lima, isto é, referem-se às festividades do bicentenário de independência do Peru. Tanto que, no aniversário de 484 anos da cidade de Lima, o prefeito Jorge Muñoz argumenta que a sua gestão permitirá que a cidade fique preparada para receber os jogos. O *Bicentenário* indica que “Precisamos de ter uma visão que nos permita construir uma cidade capital melhor. Temos dois marcos importantes: os Jogos Pan-Americanos e o Bicentenário. Para ambos, precisamos de chegar bem preparados e bem preparados” (apud. RPP, Diario Gestión, publicado em 18/01/2019, tradução nossa).

Sendo assim, o *marketing* urbano torna-se recorrente na gestão da cidade de Lima e Callao para a realização do megaevento esportivo, como se argumentou anteriormente. Desta forma, a cidade deve ser competitiva. Para tal efeito, estabeleceu-se na competição a nova marca Lima 2019, que se baseia em estratégias competitivas. Pensa-se que, na competição interurbana, o *marketing* urbano é o principal vetor de divulgação das cidades, sendo utilizado como ferramenta que favorece a disputa entre elas.

Deste modo, os gestores vislumbram Lima como um produto, uma oportunidade lucrativa. Acredita-se que tais infraestruturas requerem mais complexidade e raciocínio do que simplesmente entender a cidade de Lima como uma empresa ou um produto. Claramente, observa-se que o uso do planejamento estratégico oriundo do setor privado é aplicado pela gestão pública, sendo o

*marketing* a ferramenta e fio condutor das estratégias de revitalização urbana de uma área degradada como a Zona Sul através da valorização e especulação imobiliária, criando uma possível nova centralidade. Note-se que houve também intervenções para uma centralidade decadente que conta com infraestruturas urbanas importantes, como é o caso da região Callao. Também houve o fortalecimento de uma área altamente valorizada pelo capital privado, como é o caso da Zona Lima Centro.

Mas a difusão do megaevento esportivo objetiva principalmente vender a imagem de melhor qualidade de vida nos espaços urbanos que passaram por intervenções, ou seja, garantir, de forma tática, os processos de revitalização em torno do valor imobiliário, do capital privado, em outras palavras, segundo a lógica do mercado. O *marketing* urbano serviu para o reconhecimento global que, a partir da ferramenta, coloca as suas marcas nos certames dos Jogos Pan-Americanos. Grandes negócios e capital envolvidos se inserem na gestão pública. As estratégias marketeiras terminam, contudo, criando oportunidades de diferentes organizações. O capital privado negocia tendo como parâmetro na cidade o modelo comercial que é oriundo do circuito econômico (HARVEY, 1996; 2005).

Nesse contexto, Lima sendo anfitriã dos jogos, é preciso difundir um discurso emitido pelo Poder Público, o qual manifesta de forma célebre a reconquista dos espaços urbanos, ancorado nas estratégias de *marketing*, permitindo, desta forma, que Lima e Callao sejam geradoras de qualidade de vida, esportiva e, sobretudo, de negócios. Por conseguinte, percebe-se que a cidade se coloca como se fosse uma mercadoria. Para esse efeito, define-se o território através das motivações empresariais que relacionam a construção de imagens à cidade de Lima. Então, como salienta Harvey (1996; 2005), o empreendedorismo urbano, para alcançar esse fins estratégicos, submete-se às Parcerias Público-Privadas, que têm como motivação atender objetivos políticos e econômicos, em prol da qualidade de vida.

As revitalizações urbanas da cidade de Lima são entendidas como parte do consumo, e não como um lugar onde interagem outros atores, a sociedade civil, movimentos sociais, entre outros, produzindo espaço urbano e vida social. Pelo contrário, a reprodução social se manifesta em semelhança ao capital, portanto, há evidências de que as estratégias neoliberais dinamizam o espaço urbano na lógica do capital internacional. Na lógica do *marketing* urbano, vê-se estratégias em



diferentes escalas, sociais e econômicas, gerando, assim, o sentido do mercado na cidade. Considera-se a cidade como sujeito que empreende nas suas revitalizações através da difusão do discurso de que a cidade deve (re)agir na lógica do mercado.

Como exposto aqui, o *marketing* urbano pode construir a imagem de uma cidade próspera, despolitizando as questões sociais existentes no território de Lima e a intervenção dos outros. Ocorre que o Estado nacional enaltece a imagem de uma cidade mercadológica, de modo que, através dos planos urbanos realizados pelo setor privado, pretende mostrar que Lima está em processo de crescimento e, por outro lado, ao expor seus atributos e características principais na competição interurbana, a imagem estratégica de uma cidade global.

### **4.3 Gestão urbana e empresariamento**

Pode-se dizer que os chamados megaeventos esportivos são acontecimentos de reconhecimento internacional, que, para sua realização, envolvem-se diversos atores políticos, financeiros, capital estrangeiro, assim como são realizados acordos bilaterais que os permeiam. Defende-se que os megaeventos esportivos geram a renovação e reestruturação dos espaços urbanos, tornando-se atraentes para o capital estrangeiro, assim como para diversos investidores. Essa práxis de urbanização é deliberada pela ideologia neoliberal, em que se fortalecem estratégias mercadológicas em prejuízo ao papel desenvolvido pelo Estado, assim como de políticas urbanas que sejam baseadas em interesses sociais, ou seja, aquelas em prol dos cidadãos. Argumenta-se que a ideologia neoliberal tange e atinge as políticas urbanas nacionais, regionais e locais.

A concepção dos Jogos Pan-Americanos, assim como de outros megaeventos esportivos, criou diversos interesses, nos quais há uma nítida atuação das grandes empresas, organizações sem fins lucrativos, comitês internacionais e também gestões de outros países, que são envolvidas e enaltecidas como os principais atores nas negociações para a realização do evento. Por sua vez, os processos de urbanização capitalista são, por sua natureza, excludentes e elitizados.

Observa-se que a realização dos megaeventos esportivos trata dos objetivos de revitalização das áreas urbanas que se consideram degradadas, em áreas com

potencial de desenvolvimento, em decorrência da divisão espacial do consumo. Asestratégias alternativas da governança empreendedora neoliberal que através da competição interurbana obtém diversas vantagens que divergem entre sim, por exemplo, na qualidade de vida ou nas melhorias do ambiente construído, espaços de espetáculo urbano, da espetacularização e promoção de eventos que evidenciem para o público global um lugar de consumo (HARVEY, 1996; 2005).

Não obstante, em alguns casos, as periferias urbanas costumam estar à margem dessa estratégia de empreendedorismo urbano. Sem embargo, evidencia-se que, no caso do Peru, uma região periférica foi onde se desenvolveu o maior investimento, a Zona Sul da cidade de Lima, com a construção da Villa Panamericana. Esse processo de urbanização desigual reforça-se no contexto dos megaeventos esportivos, pois se associa a intervenções urbanas que têm como objetivo transformar os espaços públicos e privados, a fim de que sejam atraentes para o capital privado. Esse modelo de governança urbana neoliberal associada às novas práticas de gestão procura ter maior semelhança com os conceitos neoliberais e empresariais, incorporando interesse do privado em questões de interesse público. A pressão internacional para a realização do megaevento,<sup>152</sup> assim como as limitações na governança que o Estado nacional argumenta, criam entidades paralelas para fins especializados, neste caso, para realizar grandes projetos que precisam de força produtiva especializada e novas tecnologias.

Desta forma, no dia 21 de fevereiro de 2015, o Estado peruano, por intermédio do *Ministerio de Educación* (MINEDU), cria, através do Decreto Supremo 002/2015, do MINEDU, “*El Proyecto Especial para la Preparación y Desarrollo de los XVIII Juegos Pan-americanos de 2019*”, mais conhecido a como *El Proyecto Especial*<sup>153</sup>, que, como entidade intermediária entre os dois governos, é responsável

---

<sup>152</sup> Carlos Neuhaus, presidente do Projeto Especial 2019 e do COPAL, menciona que “*no podíamos dejar que el país sufra la ignominia de ser un país que prometió algo y no lo cumplió. Esa fue nuestra principal motivación*”, (AGENCIA PERUANA DE NOTICIAS, 2019)já que de não haber cumprido o compromisso a multa ascidia em 50 milhões de dólares e o país nao poderia sediar megaventos esportivos por 10 ou 20 anos. E assim que, Neuhaus enfatiza que “*nos dedicamos a trabajar lo más fuerte posible y no nos concentramos en ver qué pasó antes, porque la historia nuestra es que mientras nos quedamos investigando el pasado, perdemos el tiempo. Serán otros los que se encarguen de eso*” (AGENCIA PERUANA DE NOTICIAS, 2019).

<sup>153</sup> A *Ley de Contrataciones del Estado* está sob responsabilidade e regulamentação do *Ministerio de Economía y Finanzas* (MEF) em coordenação com o *Organismo Supervisor de las Contrataciones del Estado* (OSCE). Tem por intuito executar políticas públicas nacionais e setoriais, agilizando os processos de contratação, assim como fortalecer a OSCE e a *Central de Compras Públicas*, para dessa maneira, fomentar a eficácia nas contratações.

pela realização do Pan-americano e, do mesmo modo, serve para cumprir os requerimentos internacionais solicitados pela ODEPA, adotando ferramentas especiais que foram aprovadas com os *Decretos Legislativos* 1248 e 1335, que tinham como objetivo viabilizar as contratações por parte do Estado para cumprir os compromissos pactuados com a ODEPA.

Nesse sentido as coalizões e arranjos institucionais que envolvem as parcerias entre o setor público e privado é uma das características da difusão da governança empreendedora neoliberal, que se manifesta na pretensão de que o Estado seja o principal ator ativo na busca de recursos de fundos públicos para a reprodução capitalista e outorgue, circunstancialmente, financiamentos benéficos para o setor privado. Percebe-se dessa forma a necessidade das parcerias entre ambos os setores, que, com discurso de melhorias do ambiente urbano e da qualidade, usam políticas urbanas neoliberais para atingir, dessa maneira, o crescimento econômico local (THEODORE; PECK; BRENNER, 2009; HARVEY, 1996; 2005).

Nessa conjuntura, novos modelos de gestão urbana são realizados nas cidades de Lima e Callao, isto é, recentes ferramentas de contratação que o *Proyecto Especial* usou para a construção das infraestruturas e dos ajustes espaciais, a partir da celebração de convênios de encargos mediante a seleção de organizações internacionais, convênios de administração, acordos de Governo a Governo (G2G), assim como a utilização da ferramenta das *Ley de Contrataciones del Estado* ou Ley nº. 30225, a Gestão por resultados (GPR), as *Obras por Impuestos* (Oxi) e as Parcerias Público-Privadas (PPPs). Cabe mencionar que o *Proyecto Especial* tem total autonomia nas decisões a respeito do megaevento, encontrando-se fora do regime geral de contratações do Estado, tendo normas especiais de contratação, como os Nuevos Contratos de Ingenieria (NEC).<sup>154</sup>

Portanto, Lima passou a ser gerida pelo setor público, com conceitos e argumentos trazidos da administração empresarial privada, passando a integrar

---

<sup>154</sup> Segundo Patterson, defensor desse tipo de contrato internacional, o NEC é uma gama diversificada e amplamente utilizada de contratos de gerenciamento de projetos, concebida para entregar projetos no prazo e dentro do orçamento. Conhecida por sua flexibilidade, a NEC trabalha bem para comprar obras, serviços e bens em todos os setores, incluindo civil, construção, nuclear, petróleo e gás, bem como funciona bem em todas as fases de um projeto, desde o planejamento, design e gerenciamento até a construção, manutenção e gestão de instalações. O NEC pode ser usado para aquisição de serviços, obras e suprimentos nas formas específicas estabelecidas no *Project Management Body of Knowledge* (PMBOK®) do *Project Management Institute* (PMI) (PATTERSON, 2019; 2020).

esses mesmos conceitos na administração pública, isto é, constituiu-se semelhança entre a governança do setor público e a do privado. Essa prática, por um lado, baseia-se na promoção e financiamento de novos modelos de negócios que envolvem empresas privadas, capital privado e as esferas supranacionais de governo. Por outro lado, ainda mais relevante, gera impacto na governança urbana, inserindo o público na lógica do setor privado na sua ação. Por conseguinte, o Poder Público incorpora a lógica do mercado como estratégia competitiva.

Nesse sentido, em 11 de outubro de 2013, o *Instituto Peruano del Deporte* (IPD), representando o Estado peruano, juntamente com o Comitê Olímpico Peruano (COP), com a Organização Esportiva Panamericana (ODEPA) e *Municipalidad Metropolitana de Lima* definem as condições de como se realizarão os *XVIII Juegos Pan-Americanos* e os *VI Juegos Parapan-Americanos de 2019*. Todas as partes envolvidas subscrevem o *Acuerdo de Responsabilidades y Obligaciones* para a realização do megaevento esportivo. Nesse acordo, definem-se as partes e as condições necessárias para a realização dos jogos, assim como se resolvem as futuras condições que a agência sem fins lucrativos<sup>155</sup> colocou ao Estado peruano.

Portanto, esses novos acordos e parcerias, como todas as atividades capitalistas, subordinam-se ao mercado, associando-se à lógica especulativa na representação e no projeto. Isto significa que o Estado incorpora as expectativas que o setor privado necessita para as decorrências dos resultados, sobretudo dos riscos que, geralmente, são absorvidos pelo Estado. Nessa perspectiva, nota-se que as práticas neoliberais passam a ser desenvolvidas pelos Estados latino-americanos desde a sua hegemonia até o final do século passado, através de diretrizes e receituários que alavancam não só os processos de competição mercadológica interurbana, mas também os processos de privatização e desregulamentação do Estado, assim como a abertura de economias de mercado e acordos bilaterais. Ou seja, as práticas do urbanismo realmente existente resultam, portanto, na organização territorial e formação social em prol dos interesses econômicos, sobrepondo os interesses da sociedade civil. Pois, anteriormente a intervenção do Estado radicava no território, na contemporaneidade, as intervenções,

---

<sup>155</sup> No site da ODEPA, explica-se que: “*Esta es la Constitución de la Organización Deportiva Panamericana. La Organización Deportiva Panamericana fue fundada el 8 de agosto de 1948, y está reconocida por el Comité Olímpico Internacional como la Asociación Continental de los Comités Olímpicos Nacionales de América. Está jurídicamente constituida, integrada e inscrita como una Asociación Civil sin fines de lucro*” ([www.panamsports.org](http://www.panamsports.org))

desnorteando-se para o mercado, porém, a participação da sociedade civil perde legitimidade sob hegemonia neoliberal (HARVEY, 1996; 2005).

Pode-se notar que o Estado, para realizar os jogos Pan-americanos, deu continuidade aos inquéritos que a ODEPA solicita aos países e cidades-sede latino-americanas. Para isso, o Estado criou novas formas de contratações desiguais em que algumas entidades e instituições são exoneradas da normativa contratual da *Ley de Contrataciones del Estado* ou Ley nº. 30225<sup>156</sup>, levando, dessa maneira, à liberação das disposições gerais que possam atender suas próprias disposições legais. Sendo que, uma vez criadas as novas formas contratuais, o Poder Público deve acatar as necessidades de urgência nacional, isto é, as necessidades de urgência em prol do mercado, afirmando a hegemonia de um grupo de poder que reconfigurando o modelo existente define as janelas de oportunidades<sup>157</sup> para que as cidades, delimitem fundamentos e argumentos de modos empresariais de gestar as cidades..

Por outro lado, em excepcionalidade à regra ou lei, sem excluir uma entidade pública, o regime parcial e geral das contratações públicas se dota de determinadas ferramentas e instrumentos excepcionais de contratação para casos específicos. Isto é, deste modo, pode-se argumentar que o urbanismo neoliberal, a partir do megaevento esportivo, mostra que estamos frente à medidas excepcionais. Em outras palavras, transforma a excepcionalidade em regra como característica do estado de exceção<sup>158</sup> ou emergencial, onde o Estado *per se* se declara em estado de emergência permanente tanto econômica, quanto social e política. Dessa forma, é necessária a construção de infraestrutura, assim como usar medidas que seriam provisórias e excepcionais para uma determinada técnica de governança urbana neoliberal (VAINER, 2011; BOYKOFF, 2013). Do mesmo modo, argumenta-se que o processo de preparação da cidade de Lima para sediar os jogos trouxe profundas preocupações estatais ligadas aos interesses do capital, portanto, pode-se dizer que

---

<sup>156</sup> Segundo o Diário Oficial El Peruano. a “*presente Ley tiene por finalidad establecer normas orientadas a maximizar el valor de los recursos públicos que se invierten y a promover la actuación bajo el enfoque de **gestión por resultados** en las contrataciones de bienes, servicios y obras, de tal manera que estas se efectúen en forma oportuna y bajo las mejores condiciones de precio y calidad, permitan el cumplimiento de los fines públicos y tengan una repercusión positiva en las condiciones de vida de los ciudadanos*”. (Diário oficial el Peruano, 2014)

<sup>157</sup> Ver Vainer, Cidade de Exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro.

<sup>158</sup> Ver Agambem, Estado de exceção.

se estabelece uma cidade de exceção<sup>159</sup>, onde, por um lado, determinam-se novas leis urbanísticas e ambientais e, por outro, decidem-se processos sem a participação da sociedade civil.

A lógica neoliberal de urbanização e desenvolvimento espacial desigual sob hegemonia do capitalismo, que é de cunho especulativo e mercantil, impera dentro dessas condições, por exemplo, a primeira condição da ODEPA foi a construção de uma Vila Pan-americana que serviu para receber e acolher as comitivas esportistas internacionais. Uma segunda condição, tão importante quanto a primeira, consistiu na realização da abertura e clausura dos jogos. Cabe ressaltar que ambas as condições deveriam ser feitas com fundos e recursos públicos.<sup>160</sup>

Argumenta-se que o papel que desempenha o Poder Público se assemelha às características da governança empreendedora neoliberal, dado que o Poder Público empreendedor se desloca da totalidade do território para uma economia do lugar. Ou seja, projetos econômicos lucrativos que envolvem serviços básicos ou moradia, relegando o conjunto do território, concentrando-se, nos territórios que sejam capazes de atrair recursos privados através da gestão pública, para, desse modo, atingir o crescimento econômico pela influência das coalizões e agentes imobiliários (HARVEY, 1996; 2005).

Nesse contexto, o *Proyecto Especial* fechou um acordo de G2G com o governo do Reino Unido, em que o governo britânico toma ações e decisões para gerenciar os processos seletivos nacionais e internacionais na contratação dos provedores e das empreiteiras, em representação do *Proyecto Especial*. Além disso, o acordo estabelece que o outro país, o gestor, tenha poder de decisão sobre os projetos urbanos necessários para a realização do megaevento esportivo. Para isso, encomendam-se a realização do projeto, e o acordo bilateral garante as principais contratações dos projetos de infraestrutura.

Primeiro deve-se compreender essas duas novas formas de governança urbana neoliberal de gerar espaço. Pode-se ver que os acordos de G2G realizados

---

<sup>159</sup> Vainer explica a cidade de exceção “[...] como uma forma nova de regime urbano”, que, por conseguinte “[...] transforma o poder em instrumento para colocar a cidade, de maneira direta e sem mediações na esfera da política, a serviço do interesse privado de diferentes grupos interesses”. Este novo regime urbano, é concebido nas “relações entre interesses privados e estado se reconfiguram completamente e entronizam novas modalidades de exercício hegemônico” (VAINER, 2011, p. 12).

<sup>160</sup> O Estado, para entrar na competição interurbana, teve que assumir gastos como: de hospedagem, de transporte dos atletas e dos comitês pan-americanos internacionais, de prover passagens aéreas, de elaborar programas culturais, entre outros assuntos relacionados à organização.

pelo *Proyecto Especial* e os contratos NEC são duas ferramentas distintas. O G2G é um acordo bilateral para que um Estado apoie e colabore em diversas áreas que sejam requeridas pela organização. O NEC é um tipo de contrato internacional usado para realizar algumas infraestruturas solicitadas pelo *Proyecto Especial*. Pode-se dizer que o megaevento esportivo serviu como modelo de governança urbana e para gerir a construção de diversas infraestruturas após as experiências ganhadas pelos resultados obtidos pelo *Proyecto Especial*. Diversas entidades estatais avaliam o uso das ferramentas mencionadas em diversas escalas.

O modelo de contratação G2G é novo e, após o megaevento esportivo, passou a ser muito usado pelo governo nacional. Trata-se de um acordo no qual um Estado contrata bens, serviços ou obras que são solicitadas por outro Estado que está vivendo um momento de crise ou de emergência. Conforme os pactos gerados entre ambos, o Estado contratante obtém a experiência através do conhecimento do Estado contratado. A inserção no mercado global dos provedores e das empreiteiras internacionais que competem no mercado global é dada através do Estado contratado, neste caso, o governo britânico, que se insere no país ou na cidade, abrindo, assim, novos ciclos de mercantilização, dependência e financeirização e, também, dependência na divisão internacional do trabalho em um horizonte de colaboração internacional desigual a longo prazo.

Então, o acordo do *Proyecto Especial* com o governo do Reino Unido consistiu em caráter de *acuerdo marco*<sup>161</sup>, no qual o governo britânico concede assistência profissional na aquisição de bens e serviços, assim como dá apoio na organização<sup>162</sup> do megaevento. O G2G previu a contratação de consultores independentes, que foram contratados por meio de um agente externo ao *Proyecto Especial*. Assim como parte do acordo foi a seleção de provedores de bens, serviços e obras. Cabe ressaltar que nestas negociações do mercado global o governo inglês representa o *Proyecto Especial* e o Estado nacional em todas as suas instâncias. Esse tipo de acordo não se rege pelas normativas de contratações do Estado nacional, mas, sim, por políticas externas de procura de contratações mais rápidas. Por tudo isto, o acordo de Governo a Governo abarca diferentes etapas e ações,

---

<sup>161</sup> O *Acuerdo Marco* a participação do governo britânico em diferentes linhas de apoio, tais como o desenvolvimento das operações dos jogos, o desenvolvimento de infraestrutura, assim como do legado que deve deixar o megaevento esportivo.

<sup>162</sup> Cabe mencionar que, esse acordo serviu para diferentes contratos, como a produção das cerimônias de inauguração e clausura, o *Ticketing*, *Host Broadcasting*, infraestrutura temporal.

sendo que o governo britânico administra os processos de contratação das principais infraestruturas do megaevento esportivo.<sup>163</sup>

Já os contratos NEC servem para desenvolver distintos modelos de contratação internacional que simplificam e flexibilizam<sup>164</sup> a coordenação das partes interessadas. Este tipo de contrato foi criado na Inglaterra pelo Instituto de Engenheiros Civis, com o intuito de mudar as formas tradicionais de contratação que só regiam pelos direitos e responsabilidades legais das partes. Os contratos NEC são uma família de contratos de padrão internacional que adicionalmente servem para os projetos de infraestrutura, mas servem também para diversos contratos, como bens e serviços relacionados à indústria da construção. O novo modelo NEC permite que as obras sejam adjudicadas sem passar pela Lei de Contratação do Estado, omitindo assim reclamos e discrepâncias das empreiteiras.<sup>165</sup>

Como algumas cidades que sediaram megaeventos esportivos, Lima pretendeu se tornar o centro de poder econômico global, para isso, o negócio não é apenas manter a lucratividade e rentabilidade que os megaeventos esportivos sustentam, mas também os fluxos econômicos que elas concentram. Nesse aspecto, a ideia central seria transformar os espaços urbanos em grandes centros que atendessem os interesses o capital por meio da construção de grandes infraestruturas urbanas, já que a cidade deve ser entendida como uma máquina de crescimento (BRENNER, 2020). Em outras palavras, essas políticas urbanas se organizam por estratégias de ajuste espacial cuja concepção é transformar as cidades em motores estratégicos de desenvolvimento na hierarquia interescalar. Nesse sentido essa orientação neoliberal no urbano enfatiza a sua incorporação em “paisagens mais amplas de atividade político-econômica, organização territorial,

---

<sup>163</sup> Carlos Neuhaus sobre o acordo menciona que, *“El Gobierno Británico contrató a los mejores del mundo: el proyecto parece Naciones Unidas. Nos han ayudado, por ejemplo –en el caso de las obras más complejas– con en el sistema de contratación NEC (New Engineering Contract), actuando como la oficina central de proyectos, donde se hicieron las licitaciones y, con nuestro visto bueno, se dieron las buenas pros, se firmaron los contratos, y se iniciaron las supervisiones. No nos podíamos dar el lujo de fallar, y para esto era mejor trabajar con gente que ya lo había hecho antes, y ya se había equivocado: si ya la rueda ya está inventada, ¿por qué íbamos a tratar de inventarla nosotros? Del mismo modo, hoy en día, ya hay técnicos y profesionales nuestros que están siendo contratados para los Juegos Olímpicos de Tokio 2020”* (ANDINA, 2019).

<sup>164</sup> Vainer indica que, “a noção de flexibilidade remete, de maneira direta, sem mediações, à noção de eficiência empresarial” (VAINER, 2011, p. 03).



intervenção regulatória, transformação metabólica e luta social” (BRENNER, 2018, p. 247).

Cabe ressaltar que a nova realidade nacional a respeito da governança urbana se manifesta em contradições com possíveis instrumentos e ferramentas de governança democrática nos quais se priorizem as necessidades da sociedade civil, por cima de acordos entre o setor público e o setor privado. Nesse aspecto, pode-se dizer que o pensamento neoliberal impõe ao Poder Público ações bilaterais em benefício de grandes grupos econômicos.

Em relação à forma como os acordos se articularam, pode-se dizer que um Estado delegou as suas responsabilidades de produzir espaço urbano e a governança urbana para outro Estado. Nesse caso, o país britânico se apropriou e se aproveitou das vantagens dos recursos tecnológicos, geográficos e econômicos, permitindo, assim, beneficiar seus profissionais na divisão internacional de trabalho. Ou seja, sabendo que precisa investir na realização do megaevento sob pressão das organizações sem fins lucrativos, o Estado empreendedor precisa investir também recursos públicos em infraestruturas físicas, tecnológicas e sociais.

No Peru, desde a década de 90, organismos e instituições internacionais, através de diretrizes e receituários, orientam que a gestão pública, em todos os seus níveis, deve orientar as cidades na direção dos circuitos e fluxos econômicos internacionais, sobretudo aqueles que são mais lucrativos para o capital privado. Por conseguinte, os jogos passam a ser entendidos como parte dessa estratégia territorial, na qual se faz necessário atrair investimentos e capital, exaltando e ressaltando o potencial econômico dos espaços urbanos, trazendo as metrópoles viáveis competitivas para atrair novos negócios. As cidades, então, tornam-se competitivas na atração de força de trabalho qualificada e para atrair, ainda, investimento de capital, tecnologia e capacidade gerencial comercial que sejam seguros para os investidores. Nesse sentido, são usados recursos públicos, negligenciando as necessidades e demandas dos habitantes, pois é essa lógica mercantil e financeirizada da produção do urbano que contribui para a exacerbação das desigualdades sociais e econômicas na medida em que o espaço urbano se torna encarecido e elitizado.

Os Jogos Pan-Americanos na cidade de Lima, assim como aconteceu em outras cidades e países que sediaram megaeventos esportivos (BOYKOFF, 2013;

BOLSMANN, 2015; EICK, 2015; MÜLLER, 2015; RIBEIRO; SANTOS JUNIOR; 2015; SÁNCHEZ; BROUDEHOUX, 2013; SANTOS JUNIOR, 2015), tinham como particularidade o empreendedorismo urbano como modelo de governança urbana que se manifestou no ambiente urbano construído. Pode-se verificar esse modo de urbanização ao analisar os contratos nos investimentos públicos e privados, diferença que marca notoriedade na transformação socioespacial para a realização dos megaeventos esportivos.



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise apresentada pretendeu construir um discurso crítico sobre as novas formas de governança que desencadeiam um leque de novas políticas urbanas. Pensa-se que a presente dissertação atingiu os objetivos propostos ao analisar as problemáticas no modo de produção do espaço urbano a partir da difusão do padrão de governança urbana neoliberal, que sustenta a construção de infraestruturas urbanas e esportivas para sediar os *XVIII Juegos Deportivos Pan-americanos Lima 2019*. Para isso, fez-se necessário dialogar com os conceitos de governança empreendedora neoliberal, relacionando-os com a estratégia econômico-territorial neoliberal para a realização do megaevento esportivo. Refletiu-se sobre o novo padrão de governança urbana adotada pelos gestores das cidades de Lima e Callao, colocando a discussão que o megaevento serviu como processo e expressão do urbanismo neoliberal. Dessa forma, discutiu-se o projeto de revitalização urbana realizado para sediar o Pan-2019, elaborado a partir do recente padrão de governança urbana empreendedora neoliberal que transformou as cidades de Lima e Callao em experimentos de urbanização neoliberal.

Observou-se que o processo de urbanização se consolidou por meio de novos arranjos institucionais e coalizões entre o setor privado, agentes econômicos ligados sobretudo ao setor imobiliário, agentes políticos e o Estado como principal ator. Este, a partir do emergente discurso da competitividade, colocou as cidades em disputa internacional, para atrair capitais privados, investidores privados, turistas, entre outros. Portanto, evidencia-se que o Pan-2019 pode ser formulado como projeto urbano revitalizador concebido através de alianças e parcerias entre as diferentes escalas do Poder Público e o privado, expressando uma nova rodada de neoliberalização e mercantilização das cidades de Lima e Callao. Atinge-se essa premissa ao analisar outros estudos de caso de cidades que acolheram megaeventos esportivos de diferentes magnitudes, podendo-se dizer que os megaeventos criam novos processos urbanos de transformação e de revitalização urbana, manifestados de forma específica e diferenciada, a depender de cada contexto histórico, político, econômico e social.

Percebem-se, contudo, as semelhanças no concernente à difusão do modo de gestão urbana emergencial neoliberal. Sem embargo, vale ressaltar que há

diferenças no empreendedorismo urbano nos países do capitalismo central e nos países periféricos. Nos primeiros, parece-se ter certo interesse em colocar as mudanças neoliberais nos aparatos institucionais e regulatórios. Nos periféricos, a diferença pode ser vista no interesse do Estado em realizar grandes projetos urbanos de revitalização urbana a partir dos ajustes espaciais. Argumenta-se, assim, que, no caso de Lima e Callao, houve mudanças de zoneamento e regulações em favor do mercado para a construção da *Villa Panamericana*.

Salienta-se, assim, a necessidade emergencial dos gestores públicos em permear o ambiente favorável para os negócios do capital privado a partir do discurso da modernização urbana das cidades-sede. Dessa forma, no ano de 2015, criou-se a coalizão denominada “*Proyecto Especial para la preparación y desarrollo de los XVIII Juegos Pan-americanos y VI Juegos Parapan-americanos Lima 2019*”, responsável por fornecer soluções urbanas a partir das parcerias entre o setor privado e o público. Observa-se que o neoliberalismo realmente existente se constitui a partir da lógica do mercado, envolvendo políticas urbanas sob os interesses da coalizão de poder. No caso de Lima e Callao, manifestou-se pelo Pan-2019 ao adotar, de forma emergencial, na gestão urbana, semelhanças do setor privado.

A pesquisa nos permite ver duas problemáticas nos processos de urbanização e nas rodadas de neoliberalização das políticas urbanas das cidades de Lima e Callao nas últimas décadas. Aprecia-se que os processos de neoliberalização se iniciaram antes do período de realização do Pan-2019, assim como antes da escolha da sede no ano de 2013. Desse modo, pode-se argumentar que os processos de neoliberalização se iniciam nos anos de 1990, quando Fujimori, com os seus assessores, alinha-se às políticas neoliberais, em sintonia com o Consenso de Washington. Por outro lado, pode-se ver a falta de planejamento democrático, aliás, sem a participação da sociedade civil.

Nesse aspecto, diferentes contradições se evidenciam na geração dos projetos urbanos. Uma contradição versa sobre as eleições municipais, quando ainda candidatos à prefeitura realizam planos urbanos emergenciais, de curta ação, propondo melhorias urbanas em prol da lógica mercantil e em favor das soluções urbanas lucrativas das empreiteiras nacionais e internacionais. Uma segunda contradição é consequência da primeira, dado que, uma vez eleitos, esses

candidatos rechaçam plenamente os planos eleitoreiros apresentado por eles mesmos e pelos prefeitos anteriores, mudando o eixo e rumo das cidades, aduzindo que esses planos urbanos servem somente na função de supostos diagnósticos. Conseqüentemente, percebe-se a lógica mercantil na realização dos planos diretores, que se manifesta ainda mais com a realização do Pan-2019.

Não obstante, a partir da literatura crítica, pode-se ver que o processo de urbanização neoliberal se agudiza a partir do megaevento esportivo, gerando novas coalizões e arranjos institucionais que se dá na realização de eventos esportivos. Aprecia-se que os processos de urbanização neoliberal, consequentes das intervenções urbanas desenvolvidas no Pan-2019, associam-se a um processo de revitalização urbana executado por um processo de destruição criativa, justificado pela destruição de regulações, instituições e dos espaços urbanos que apresentem barreiras na acumulação capitalista, criando-se em contingência novas instituições, regulações excepcionais que colaborem com a produção do urbano, promovendo a mercantilização e a neoliberalização, evidentemente na lógica do setor privado. A destruição criativa como processo urbano é apresentada na criação de novos arranjos institucionais de gestão de infraestrutura esportiva, de áreas urbanas revitalizadas como a Zona Sul da cidade de Lima, a reorientação do trânsito nas cidades-sede durante o certame, assim como a adoção de regulações urbanas, mudanças no zoneamento dos bairros para a construção da Villa Panamericana e isenções fiscais para as empresas construtoras.

Nota-se que os processos de revitalização urbana para sediar o Pan- 2019 permitem ser interpretados como ajustes espaciais na reconfiguração urbanas de três zonas estratégicas: o fortalecimento da Zona Centro, a revitalização da Zona Sul e o fortalecimento da região Callao. No transporte vê-se a conexão entre as três zonas indicadas, sendo dois ramos os principais, o primeiro que liga a Zona Sul com a Zona Centro, o segundo que liga a Zona Sul passando pela Zona central e ligando-se com a região Callao.

Somado a isso, a pesquisa contribui a decodificar o papel estratégico dos novos instrumentos urbanos colaboradores dos processos de renovação urbanas das cidades sede, assim, percebe-se que o Estado implementaria no ano de 2016, o *Plan Maestro de los XVIII Juegos Pan-americanos y VI Juegos Parapan-americanos Lima 2019* ao conjunto de intervenções urbanas que foram realizadas nas cidades.

A governança empreendedora neoliberal passou a realizar um planejamento estratégico de acordo com as demandas do “*Proyecto Especial*” (PE) e do ODEPA, evidenciando um modelo de cidade que concilia com os negócios privados. Assim, as políticas urbanas por meio de novas coalizões e arranjos institucionais decidem sobre o modo de produção das cidades executado por empresas internacionais. A consultoria teve como objetivo estabelecer as principais demandas do mercado imobiliário e do capital privado, restabelecendo novas contradições na reprodução social, desse modo, pensa-se que o *Plan Maestro* de 2019 serviu de base para a ampliação da dinâmica do capital privado. É por isso que esta pesquisa defende que o novo plano segue orientações estratégicas para uma nova configuração espacial da cidade de Lima e Callao, novas infraestruturas urbanas geridas pela iniciativa privada, instalando assim novas relações de produção social. Esse aspecto da gestão determina que o urbanismo neoliberal ganhe centralidade, uma vez que as intervenções físicas devem determinar o sucesso ou o fracasso das estratégias econômico-territoriais.

Percebe-se semelhança com outros casos de cidades que sediaram megaeventos e que empreenderam o modelo de governança urbana neoliberal, parecesse haver uma vocação por deslegitimar os processos urbanos com a participação da sociedade civil. Adicionalmente, adotaram-se medidas subordinadas aos interesses do capital privado e a lógica mercantil, pois, o Estado assumiu posturas sem a sociedade civil com leis que favorecem principalmente aos interesses dos agentes econômicos.

Constata-se que o Pan-2019 serviu para disseminar um recente modelo de gestão urbana baseado nas Parcerias Público-Privadas (PPPs) e do acordo entre Governo e Governo (G2G) sendo difundido pelo Estado peruano, envolvendo grandes projetos urbanos como o aeroporto internacional de Cusco, as linhas 3 e 4 do metrô de Lima, assim como implementar o *Plan Integral de Reconstrucción con Cambios* (PIRCC), reconstruir a infraestrutura destruída pelo *Fenómeno de El Niño Costero* em 13 regiões do país há quatro anos, dentre outras obras. Nas revitalizações urbanas acontecidas nas cidades de Lima e Callao, observa-se a transferência direta da gestão de infraestrutura urbana e esportiva para o capital privado. Das obras realizadas para o megaevento esportivo, as obras foram geridas pelo setor público com parcerias com o setor privado sendo construídas através das

PPPs. Dessa forma, pensa-se que os processos de urbanização neoliberal tem como ferramenta as Parcerias Público-Privadas como características do modo de governança urbana no que nesta dissertação denominamos de governança empreendedorista neoliberal.

Nessa conjuntura, novos modelos de gestão urbana estão sendo realizados nas cidades de Lima e Callao, ou seja, recentes ferramentas de contratação que o “*Proyecto Especial*” utilizou para a construção de infraestrutura e adequações espaciais, desde a celebração de contratos de carga até a seleção de organizações internacionais, acordos de administração, acordos de governo para governo (G2G). Vale ressaltar que o “*Proyecto Especial*” tem total autonomia nas decisões na realização do megaevento esportivo, permanecendo fora do regime geral de contratação do Estado, com regras especiais de contratação como os Novos Contratos de Engenharia (NEC).

No entanto, existem diferentes contextos dessa relação entre público e privado no caso de Lima e Callao, que envolvem metodologias de gestão empresarial como Obras por Impostos (Oxi), Gestão para Resultados (GPR), bem como o uso de ferramenta *Ley de Contrataciones del Estado* ou LEY N° 30225, que como tem por objetivo e missão a reprodução e expansão do capital. Considera-se que as cidades de Lima e Callao passam por um ciclo de neoliberalização e mercantilização que se interpreta na incorporação de certas áreas carentes de serviços públicos, portanto, desmercantilizar serviços urbanos aos circuitos da capital. Percebe-se que esse processo se dá pela transferência de ativos sob o controle das classes de baixa renda para setores do capital imobiliário. Por exemplo, a criação de novos serviços e instalações esportivas administrados pela iniciativa privada. Pois, as obras empreendidas foram anunciadas com o intuito de atrair o interesse da iniciativa privada pelas perspectivas de lucro.

A pesquisa revela que as políticas urbanas estabelecidas pelo Estado têm sido exercidas unilateralmente em diferentes escalas nacional, regional e local, e em diferentes instituições públicas com o poder de determinar, intensificar e produzir políticas e modos de governança urbana focadas na mercantilização das cidades de Lima e Callao. Ressalte-se que a ODEPA possui alianças comerciais, e emissoras que transmitem o megaevento esportivo. Essas associações surgiram em torno da isenção de impostos. Em suma, percebe-se que no Pan-2019 as instituições



promotoras como ODEPA exigem premura na organização do evento esportivo carecendo de controle sobre as legislações urbanas, e sobretudo sobre os controles nas atividades econômicas e financeiras. Dessa forma, as organizações sem fins lucrativos exercem hegemonia no território, planejando o seu poder no seu capital econômico e simbólico.

Em syntesis, conclui-se que houve a constituição da hegemonia neoliberal nos ajustes espaciais realizados, e dentro do aparelho do Estado, a governança empreedenderista neoliberal como expressão do neoliberalismo, atinge a reprodução do espaço urbano, sendo o Pan-2019 a expressão desse processo de urbanização neoliberal. Desse modo, pensa-se haver atingido os objetivos propostos, e a sua vez, instiga-se pesquisar novas questões sobre o modo de produção das cidades de Lima e Callao e também das cidades latinoamericanas, pensando-se realizar uma futura pesquisa que abarque um universo maior de cidades periféricas.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGENCIA EFE. Lima 2019: Estado peruano invirtió US\$ 1200 millones en los Juegos Panamericanos, según EFE. **El Comercio**, 19 jul. 2019. Disponível em: <https://elcomercio.pe/panamericanos-lima-2019/noticias/lima-2019-gobierno-peruano-invirtio-us-1200-millones-juegos-panamericanos-efe-noticia-657066-noticia/>. Acesso em: 11 fev. 2022.

AGENCIA PERUANA DE NOTICIAS (ANDINA). Susana Villarán: vamos a reinventar Lima para los Juegos Panamericanos 2019 (ampliación). **ANDINA**, 12 out. 2013a. Disponível em: <https://andina.pe/agencia/noticia-susana-villaran-vamos-a-reinventar-lima-para-los-juegos-panamericanos-2019-ampliacion-478139.aspx>. Acesso em: 11 fev. 2022.

AGENCIA PERUANA DE NOTICIAS (ANDINA). Reformas aprobadas por Concejo permitieron a Lima ser sede de Panamericanos 2019. **Andina**, 15 out. 2013b. Disponível em: <https://andina.pe/agencia/noticia-reformas-aprobadas-concejo-permitieron-a-lima-ser-sede-panamericanos-2019-478481.aspx>. Acesso em: 14 fev. 2022.

AGENCIA PERUANA DE NOTICIAS (ANDINA). Presidente Humala insta a la unidad de todo el país para mejorar nivel del deporte (ampliación). **Andina**, 14 out. 2013c. Disponível em: <https://andina.pe/agencia/noticia.aspx?id=478411>. Acesso em: 14 fev. 2022.

ARANTES, O. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. *In*: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (Org.). **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000.

ASCHER, F. **Los nuevos principios del urbanismo**. Madrid: Alianza Editorial, 2012.

ÁVALOS, A. Estimación del impacto económico de los Juegos Pan-americanos Guadalajara 2011: análisis de insumo-producto. **EconoQuantum**, v. 8, n. 1, p. 35-60, 2011.

BANCO CENTRAL DE RESERVA DE PERÚ (BCRP). **Memoria 2013**. [s. l.] : BCRP, 2013. Disponível em: <https://www.bcrp.gob.pe/docs/Publicaciones/Memoria/2013/memoria-bcrp-2013.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2022.

BOLSMANN, C. A copa do Mundo de 2010 na África do Sul: um espetáculo continental? *In*: RIBEIRO, L. C. de Q; GAFFNEY, C. (orgs.) **Os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016**. Rio de Janeiro: Sindicato Nacional dos Editores de Livros, 2015.

BORJA, J.; CASTELLS, M. **Local y Global**: La Gestión de las ciudades en la Era de la Información. Madrid: Santillana, S.A. Taurus, 1997.

BORJA, J.; CASTELLS, M. Planes Estratégicos y Proyectos Metropolitanos. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, Ano XI, n. 1 e 2, p. 207-231, 1997.

BOYKOFF, J. Celebration Capitalism and the Sochi 2014 Winter Olympics. **Olympika**, The International Journal of Olympic Studies, Volume XXII, p. 39-70, 2013.

BRANDÃO, R. Reformas neoliberais no Peru: Crise do Estado, privatizações e autoritarismo político (1990 /2000). **Revista Latino-Americana de História**, v. 6, n. 18, ago./dez. de 2017.

BRENNER, N. **Espaços da urbanização**: o urbano a partir da teoria crítica. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2018.

BRENNER, N. Máquinas de crescimento urbano – mas em que escala?. *In*: RIBEIRO, L. C. de Q. R. **As metrópoles e o capitalismo financeirizado**. Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrôpoles, 2020.

CALDERÓN, J. Situación de las municipalidades en el Perú Desafíos para la gestión de las ciudades. Gobierno de las ciudades andinas / coordinado por Jaime Erazo Espinosa. Quito: FLACSO, Secretaría General: FLACSO, Sede Ecuador: AECID, 2012.

CARRANZA, V. **Globalización y crisis social en el Perú**. Lima: Instituto français d'études andines, 2000. DOI:10.4000/books.ifea.3528.

CASTILLO, R. La planificación urbana de Lima-Callao 1949-2013. Del Urbanismo Funcionalista a la Planificación del Desarrollo Urbano Sostenible. **PAIDEIA XXI**, v. 3, n. 4, Lima, p. 20-32, diciembre 2013.

CONTRALORIA GENERAL DE LA REPÚBLICA DEL PERU. **Estudio del proceso de descentralización en el Perú**. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ); GmbH Ministerio Federal de Cooperación Económica y Desarrollo (BMZ). Lima: Tarea Asociación Gráfica Educativa 2014.

COSAPI S. A. **Memoria Anual** – Retos en realidad. [s. l.] : COSAPI, 2019. Disponível em: [https://www.cosapi.com.pe/Upload/documento/misc/cosapi\\_-\\_memoria\\_2018.pdf](https://www.cosapi.com.pe/Upload/documento/misc/cosapi_-_memoria_2018.pdf) Acesso em: 27 jan 2022.

DALLE, P.; BONIOLO, P.; SAUTU, R.; ELBERT, R. **Manual de metodología**: Construcción del marco teórico, formulación de los objetivos y elección de la metodología. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales Editorial/Editor, 2005.

EICK, V. **Aumentando os Lucros (com Sangue)**: COI E FIFA na neoliberalização global. *In*: RIBEIRO, L. C. de Q; GAFFNEY, C. Os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016. Rio de Janeiro: Sindicato Nacional dos Editores de Livros, 2015.

FERNANDEZ MALDONADO, A. M. Planeamiento urbano y producción de vivienda en el Perú. *In*: ABRAMO, p.; RODRIQUEZ, M.; ERAZO, J. (Eds.) **Proyectos urbanos en acción** ¿Desarrollo de ciudades para todos?. [s. l.] : Ediciones Abya-Yala, 2015.

FOUCAULT, M. Governmentality. *In*: BURCHELL, G.; GORDON, C.; MILLER, P. (Eds.) **The Foucault Effect: Studies in Governmentality**. Chicago, IL: University of Chicago Press, 1991.

FREIRE-MEDEIROS, B. Governamentalidade e mobilização da pobreza urbana no Brasil e na África do Sul: favelas e townships como atrações turísticas. *In*: BIRMAN, P.; LEITE, M. P.; MACHADO, C; CARNEIRO, S. (orgs.) **Dispositivos Urbanos e Tramas dos Viventes: ordens e resistências**. Rio de Janeiro: Editora FGV/FAPERJ, 2015.

GESTIÓN. Colegio arquitectos advierte riesgo suelos construíra sede panamericanos. **Gestión**, 2016d. Disponível em: <https://gestion.pe/tu-dinero/inmobiliarias/colegio-arquitectos-advierte-riesgo-suelos-construira-sede-panamericanos-148882-noticia/>. Acesso em: 11 fev. 2022.

GESTIÓN. Concejo mml aprobo cambio zonificacion construir Villa Panamericana. **Gestión**, 2016c. Disponível em: <https://gestion.pe/tu-dinero/inmobiliarias/concejo-mml-aprobo-cambio-zonificacion-construir-villa-panamericana-118018-noticia/>. Acesso em: 11 fev. 2022.

GESTIÓN. Concejo mml debatira pedido habilitar predio albergara Villa Panamericana. **Gestión**, 2016b. Disponível em: <https://gestion.pe/peru/politica/concejo-mml-debatira-pedido-habilitar-predio-albergara-villa-panamericana-117660-noticia/>. Acesso em: 11 fev. 2022.

GESTIÓN. Cuartel hoyos herradura perfilan Villa Panamericana. **Gestión**, 2015b. Disponível em: <https://gestion.pe/imprensa/cuartel-hoyos-herradura-perfilan-villa-panamericana-97688-noticia/>. Acesso em: 11 fev. 2022.

GESTIÓN. Levantarán villa deportiva por US\$ 100 millones en La Punta para Panamericanos. **Gestión**, 15 out. 2013. Disponível em: <https://gestion.pe/economia/levantaran-villa-deportiva-us-100-millones-punta-panamericanos-50438-noticia/>. Acesso em: 11 fev. 2022.

GESTIÓN. Panamericanos 2019: gobierno acelera traves normas construccion villas deportivas. **Gestión**, 2016a. Disponível em: <https://gestion.pe/tu-dinero/inmobiliarias/panamericanos-2019-gobierno-acelerara-traves-normas-construccion-villas-deportivas-147340-noticia/>. Acesso em: 11 fev. 2022.

GESTIÓN. Plam 2035 propone proyectos captarian us 50000 millones sector-privado. **Gestión**, 2014. Disponível em: <https://gestion.pe/economia/plam-2035-propone-proyectos-captarian-us-50-000-millones-sector-privado-89004-noticia/>. Acesso em: 11 fev. 2022.

GESTIÓN. Se alista una inversión de S/. 1,000 millones en obras para Juegos Panamericanos 2019. **Gestión**, 13 ago. 2015a. Disponível em: <https://gestion.pe/impres/aalista-inversion-s-1-000-millones-obras-juegos-panamericanos-2019-97223-noticia/>. Acesso em: 11 fev. 2022.

GESTIÓN. Transporte Lima preocupa panamericanos admite jefe odepa. **Gestión**, 2019. Disponível em: <https://gestion.pe/peru/transporte-lima-preocupa-panamericanos-admite-jefe-odepa-263995-noticia/>

GESTIÓN. Villa Panamericana cosapi besco cinco empresas pugna infraestructura deportiva. **Gestión**, 2017. Disponível em: <https://gestion.pe/economia/empresas/villa-panamericana-cosapi-besco-cinco-empresas-pugna-infraestructura-deportiva-140960-noticia/>. Acesso em: 11 fev. 2022.

GESTIÓN. Villa Panamericana terreno sobranter vendera construir segundo complejo habitacional. **Gestión**, 2018. Disponível em: <https://gestion.pe/economia/villa-panamericana-terreno-sobranter-vendera-construir-segundo-complejo-habitacional-227208-noticia/>. Acesso em: 11 fev. 2022.

HARVEY, D. **A Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2014a.

HARVEY, D. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, D. **Breve historia del neoliberalismo**. Madrid: Ediciones Akal, 2007.

HARVEY, D. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. **Espaço e Debates**, n. 39, p. 48- 64, 1996.

HARVEY, D. **O Neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

HARVEY, D. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2014b.

INSTITUTO NACIONAL DE INFORMACIÓN (INEI). **Panorama de la Economía Peruana**. Lima: INEI, 2017. Disponível em: [https://www2.congreso.gob.pe/sicr/cendocbib/con4\\_uibd.nsf/95549F8B7C205E0405258121005C42CE/\\$FILE/Panorama-Econom%C3%ADa-Peruana-1950-2016.pdf](https://www2.congreso.gob.pe/sicr/cendocbib/con4_uibd.nsf/95549F8B7C205E0405258121005C42CE/$FILE/Panorama-Econom%C3%ADa-Peruana-1950-2016.pdf). Acesso em: 11 fev. 2022.

KLEIN, N. **A Doutrina do Choque. A Ascensão do Capitalismo de Desastre**. Lisboa: SmartBook, 2009.

LIMA. CARLOS NEUHAUS: “LIMA 2019 DEJA COMO LEGADO UN NUEVO MODELO DE PROCURA, INNOVACIÓN Y TRANSPARENCIA”. Lima 2019, 2019. Disponível em: <https://www.lima2019.pe/noticias/carlos-neuhaus-lima-2019-deja-legado-nuevo-modelo-procura-innovaci%C3%B3n-transparencia>. Acesso em: 27 jan. 2022.

LIMA (2017a). Plan Operativo Institucional 2018. Disponível em: <https://www.lima2019.pe/documentos-institucionales>. Acesso em: 27 jan. 2022.

LIMA (2017b). Plan Operativo Institucional 2017. Disponível em: <https://www.lima2019.pe/documentos-institucionales>. Acesso em: 27 jan. 2022.

LIMA (2019a). Plan Maestro de Infraestructura y Operaciones. Disponível em: <https://www.lima2019.pe/documentos-institucionales>. Acesso em: 27 jan. 2022.

LIMA (2019b). Lima 2019: Juegos Panamericanos y Parapanamericanos. Disponível em: <https://www.expoarcon.com/assets/foro-de-infraestructura-y-reconstruccion-nacional---tema-infraestructura-para-los-juegos-panamericanos-2019.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2022.

LIMA. Juegos Panamericanos y Parapanamericanos | Lima 2019., [s. d]. Disponível em: <https://www.lima2019.pe/>. Acesso em: 27 jan. 2022.

LOGAN, J. R.; MOLOTCH, H. L. **Urban Fortunes: The Political Economy of Place**. [s. l.] : University of California, 1987.

MARINI, R. M. **Dialética da dependência**. Ciudad de México: Ediciones Era, 1991.

MARTÍNEZ, J. H. Neoliberalismo y genocidio en el régimen Fujimorista. **HAOL**, n. 19, p. 65-75, 2009.

MARTINS, C. E. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K. **Grundrisse. manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Edições Edipro, 2019.

MASCARENHAS, G. A produção da cidade olímpica e os sinais da crise do modelo globalitário. **Geosp – Espaço e Tempo**, v. 20, n. 1, p. 52-68, mês. 2016.

MINISTERIO DE ECONOMIA Y FINANZAS (MEF). Obras por impuestos. MEF, [s. d.]. Disponível em: [https://www.mef.gob.pe/es/?option=com\\_content&language=es-ES&Itemid=100270&lang=es-ES&view=article&id=3976](https://www.mef.gob.pe/es/?option=com_content&language=es-ES&Itemid=100270&lang=es-ES&view=article&id=3976). Acesso em: 27 jan. 2022.

MONTESTRUQUE, O. El deporte juega en la ciudad. La infraestructura deportiva de Lima 2019. XVIII Juegos Panamericanos y VI Juegos Parapan-americanos. **Revista Arquitectos**, ano 26, n. 34, p. 73-96, enero-diciembre de 2019.

MÜLLER, M. Mais Alto, Mais Caro: Sochi e as Olimpíadas de Inverno 2014. *In*: RIBEIRO, L. C. de Q; GAFFNEY, C. Os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016. Rio de Janeiro: Sindicato Nacional dos Editores de Livros, 2015.

MUNICIPALIDAD METROPOLITANA DE LIMA. **Plan de desarrollo local concertado de Lima de Metropolitana 2016 - 2021**. Lima: [s. n.], 2016.

NOVAIS, P. **Uma estratégia chamada “planejamento estratégico”**: deslocamentos espaciais e atribuições de sentido na teoria do planejamento urbano. Tese (doutorado) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

ONU-HABITAT. **Sistematización DEL Plan del Área Metropolitana de Lima-Callao 2035**. Rio de Janeiro: ONU-HABITAT, 2015. Disponível em: [https://unhabitat.org/sites/default/files/2015/06/PLAM2035\\_150614.pdf](https://unhabitat.org/sites/default/files/2015/06/PLAM2035_150614.pdf). Acesso em: 11 fev. 2022.

ORGANISMO SUPERVISOR DE LAS CONTRATACIONES DEL ESTADO (OSCE) La Gestión por resultados em la contratación pública. **OSCE**, [s. d.] Disponível em: [https://portal.osce.gob.pe/osce/sites/default/files/Documentos/Capacidades/Materiales/Gest\\_por\\_resul1.pdf](https://portal.osce.gob.pe/osce/sites/default/files/Documentos/Capacidades/Materiales/Gest_por_resul1.pdf). Acesso em: 27 jan. 2022.

PATTERN. Cento Acuatico Videna. **Pattern**, [s. d.]c. Disponível em: <https://bdp-pattern.com/es/project/cento-acuatico-videna/>. Acesso em: 11 fev. 2022.

PATTERN. Coliseo Miguel Grau Callao. **Pattern**, [s. d.]g. Disponível em: <https://bdp-pattern.com/es/project/coliseo-miguel-grau-callao/>. Acesso em: 11 fev. 2022.

PATTERN. Estadio Atletico Bowling Videna. **Pattern**, [s. d.]b. Disponível em: <https://bdp-pattern.com/es/project/estadio-atletico-bowling-videna/>. Acesso em: 11 fev. 22.

PATTERN. Estadio Atletico San Marcos. **Pattern**, [s. d.]f. Disponível em: <https://bdp-pattern.com/es/project/estadio-atletico-san-marcos/>. Acesso em: 11 fev. 2022.

PATTERN. Polideportivo Callao. **Pattern**, [s. d.]e. Disponível em: <https://bdp-pattern.com/es/project/polideportivo-callao/>. Acesso em: 11 fev. 2022.

PATTERN. Velodromo Videna. **Pattern**, [s. d.]d. Disponível em: <https://bdp-pattern.com/es/project/velodromo-videna/>. Acesso em: 11 fev. 2022.

PATTERN. Villa deportiva nacional VIDENA. **Pattern**, [s. d.]a. Disponível em: <https://bdp-pattern.com/es/project/villa-deportiva-nacional-videna/>. Acesso em: 11 fev. 2022.

PEASE, H.; SOMMER, G. **La política en el Perú del siglo XX**. Lima: Fondo Editorial PUCP, 2013.

PECK, J; THEODORE, N; BRENNER, N. **Mal-Estar no Pós-Neoliberalismo. Novos Estudos. Cebrap**, 92, p. 59-78, mar. 2012.

PERU. Carlos Neuhaus: “Los Panamericanos no son un tema político, todo se debe centrar en el deporte”. **Peru**, [2016]. Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/ipd/noticias/199546-carlos-neuhaus-los->



[panamericanos-no-son-un-tema-politico-todo-se-debe-centrar-en-el-deporte](#). Acesso em: 27 jan. 2022.

PERU. GOBIERNO REGIONAL DEL CALLAO. Mejoramiento urbano del Centro Histórico del Callao – Provincia Constitucional del Callao, s. d. Disponível em: <http://www.regioncallao.gob.pe/Menu?opcion=licideta&codi=10000483>. Acesso em: 11 fev. 2022.

PERU. Portal del Estado Peruano – Portal de Transparencia Estándar. 2019. Disponível em: [http://www.transparencia.gob.pe/contrataciones/pte\\_transparencia\\_pac.aspx#.YfLWLOrMLIU](http://www.transparencia.gob.pe/contrataciones/pte_transparencia_pac.aspx#.YfLWLOrMLIU). Acesso em: 27 jan. 2022.

PROGRAMA DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LOS ASENTAMIENTOS HUMANOS (ONU-Habitat); PROGRAMA DE LAS NACIONES UNIDAS PARA EL MEDIO AMBIENTE (PNUMA); CENTRO DE INVESTIGACIÓN DE LA UNIVERSIDAD DEL PACÍFICO (CIUP). **La experiencia peruana en planificación y gestión urbano-ambiental**. Lima: Tarea Asociación Gráfica Educativa, 2006.

PROYECTO ESPECIAL PARA LA PREPARACIÓN Y DESARROLLO DE LOS XVIII JUEGOS PANAMERICANOS Y VI JUEGOS PARAPANAMERICANOS LIMA 2019. **Elaboración del Plan Maestro de los XVIII Juegos Panamericanos y VI Juegos Parapanamericanos Lima 2019**. 2016

RIBEIRO, L. C. Q.; SANTOS JUNIOR, O. A. dos. Desafios da questão urbana. **Le Monde Diplomatique Brasil**, ano 4, n. 45, p. 4-5, abr. 2011.

RIBEIRO, L. C.; SANTOS JUNIOR, O. A. dos Governança Empreendedorista e Megaeventos Esportivos: reflexões em torno da experiência brasileira. *In*: RIBEIRO, L. C. de Q.; GAFFNEY, C. (orgs.). Os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016. Rio de Janeiro: Sindicato Nacional dos Editores de Livros, 2015.

RPP. Lima realizou presentación final para ser sede de los Panamericanos 2019. **RPP**, 11 out. 2015. Disponível em: <https://rpp.pe/multideportes/mas-deportes/lima-realizo-presentacion-final-para-ser-sede-de-los-panamericanos-2019-noticia-638534>. Acesso em: 11 fev. 2022.

SACYR. Villa Deportiva del Callao. **Sacyr**, [s. d.]. Disponível em: <https://www.sacyrinfraestructuras.com/pt/villa-deportiva-del-callao>. Acesso em: 11 fev. 2022.

SÁNCHEZ, F. Políticas urbanas em renovação: uma leitura crítica dos modelos emergentes. **R. B. Estudos Urbanos e Regionais**, n. 1, maio. 1999.

SÁNCHEZ, F.; BIENENSTEIN, G.; MASCARENHAS, G.; OLIVEIRA, A. Megaeventos e Metrôpoles. Insumos do Pan-2007 e as perspectivas para as Olimpíadas de 2016. *In*: OLIVEIRA, F. L. de; CARDOSO, A. L.; COSTA, H. S. de M.; VAINER, C. B. (orgs.) **Grandes projetos metropolitanos**: Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012.

SÁNCHEZ, F.; BROUDEHOUX, A. M. Mega-events and urban regeneration in Rio de Janeiro: planning in a state of emergency. **International Journal of Urban Sustainable Development**. v. 5, n. 2, p. 132-153, 2013.

SANTOS JUNIOR, O. A. dos. Metropolização e Megaeventos: proposições gerais em torno da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016 no Brasil. *In*: RIBEIRO, L. C. de Q. GAFFNEY, C. (orgs.) **Os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016**. Rio de Janeiro: Sindicato Nacional dos Editores de Livros, 2015.

SASSEN, S. **La ciudad global**: Nueva York, Londres, Tokio. Buenos Aires: EUDEBA, 1999.

SOTO, H. de. **El Misterio del Capital**. Buenos Aires, Argentina: Editorial Sudamericana, 2002.

SOTO, H. de. **El Otro Sendero**. Buenos Aires, Argentina: Editorial Sudamericana, 1987.

THEODORE, N.; PECK, J.; BRENNER, N. Urbanismo neoliberal: la ciudad y el imperio de los mercados. **Temas Sociales**. Santiago de Chile, n. 66, p. 1-11, 2009.

VAINER, C. Cidades de Exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 14., 2011. **Anais** [...] [CD-ROM] Rio de Janeiro: ANPUR, 2011.

VAINER, C. Pátria, empresa e mercadoria. *In*: ARANTES, O. MARICATO, E. (orgs.) **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000.

WEBER, M. **Ciência e Política**: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 2011.

## ANEXOS

### ANEXO A - Metodologia utilizada para as entrevistas:

Para alcançar o objetivo da investigação, desenvolveu-se uma análise bibliográfica sobre o neoliberalismo e, sobretudo, a respeito da difusão da governança empreendedora neoliberal para a realização dos XVIII Jogos Desportivos Pan-americanos Lima 2019. Realizaram-se entrevistas com informantes que aportaram em explicar a revitalização urbana de Lima e Callao, a partir da construção de equipamentos urbanos, como as infraestruturas esportivas, de habitação e obras viárias temporais. Para fins da presente dissertação, efetuaram-se 05 (cinco) entrevistas com informantes selecionados a partir de critérios pensados para a dissertação. Ao escolher os entrevistados, pensaram-se em esclarecimentos de certos temas algumas vezes técnicos, outros sobre os instrumentos usados para a realização do megaevento esportivo. Dessa forma, o entrevistado 01 pesquisa sobre contratações do Estado, em especial sobre os contratos NEC. Fez-se contato via e-mail. O entrevistado 02 é formado em arquitetura, trabalha no *Ministerio de Transportes y Comunicaciones* (MTC), atuando em temas sobre contratações do Estado. Realizou-se contato por via telefônica numa primeira oportunidade, e depois via videoconferencia. O entrevistado 03 se desempenha como vereador na *Municipalidad Metropolitana de Lima* (MML). Anteriormente, foi gestor público em outras prefeituras barriais. Fez-se a entrevista por via telefônica. O entrevistado 04 é formado em Ciências Sociais e se desempenha como professor universitário na área de Ciências Sociais. Fez-se a entrevista por via telefônica. O entrevistado 05 é formado em Geografia e colaborou recentemente na elaboração do *Plan de Desarrollo Metropolitano de Lima al 2040* (PLANMET2040), plano que contém instrumentos de regulação do uso do solo, sistemas de mobilidade urbana urbana, espaços livres, equipamentos urbanos e infraestrutura urbana, entre outros.

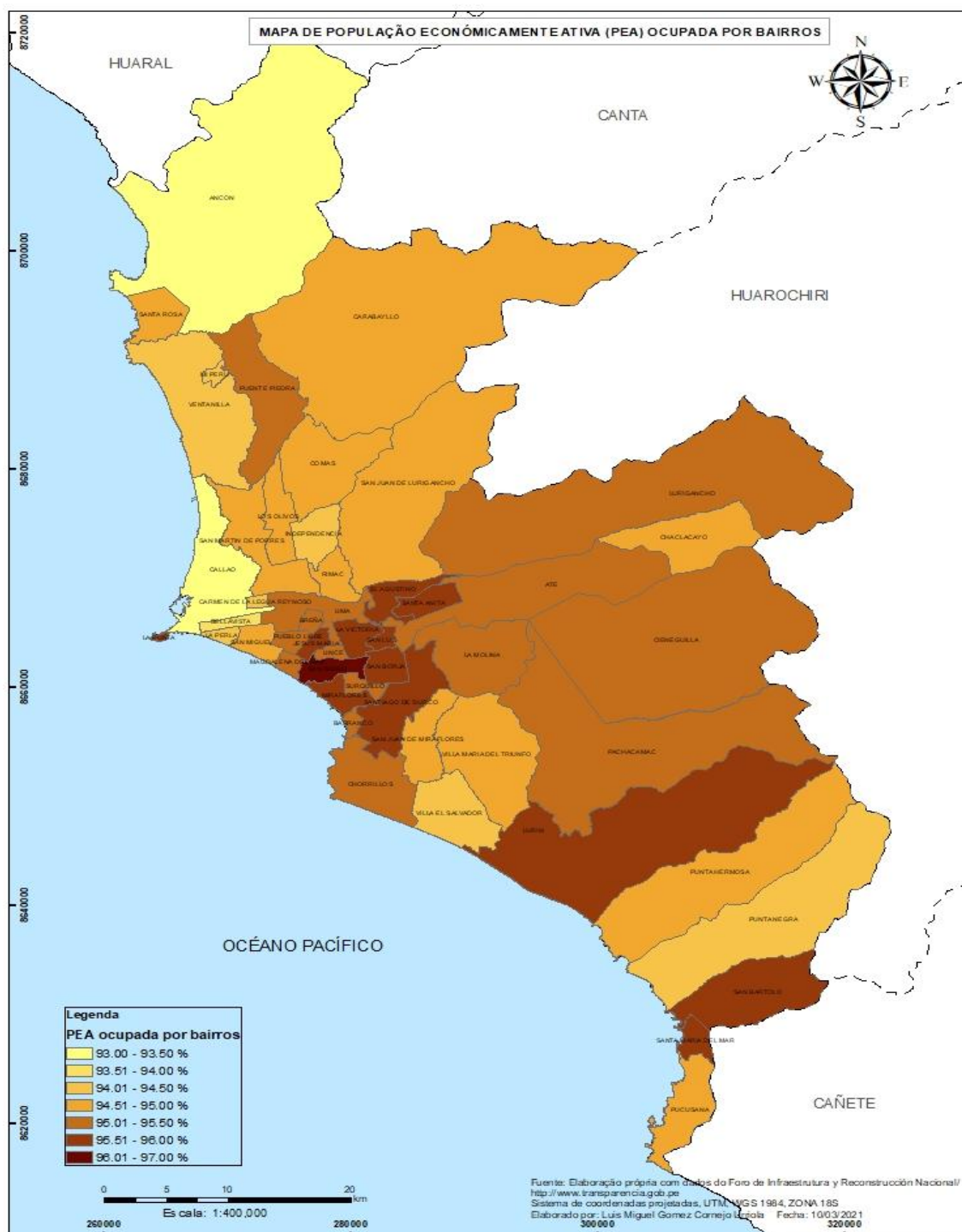
As perguntas foram divididas em dois blocos. No primeiro bloco considerou-se saber sobre o processo urbano atual das cidades, como eles entendiam a relação entre a difusão de uma governança urbana neoliberal e a produção do espaço urbano. Por conseguinte, desejamos saber sobre a governança empreendedora neoliberal, que marcou o papel da promoção de novos investimentos imobiliários,

valorizando exclusivamente algumas zonas das cidades. O segundo bloco de perguntas procurou entender o papel do Estado peruano sendo o principal ator, promovendo políticas urbanas para a realização do Pan-2019.

Optamos pela não identificação dos entrevistados. A maioria dos entrevistados solicitou o anonimato por desempenharem cargos públicos ou vínculos institucionais, aparte disso, relevar as suas identidades seria de pouca relevância para os nossos propósitos. Obteve-se como resultado evitar comentários ou informações falsas, ainda que a nossa investigação radique na governança urbana, e não na atuação dos indivíduos em particular.

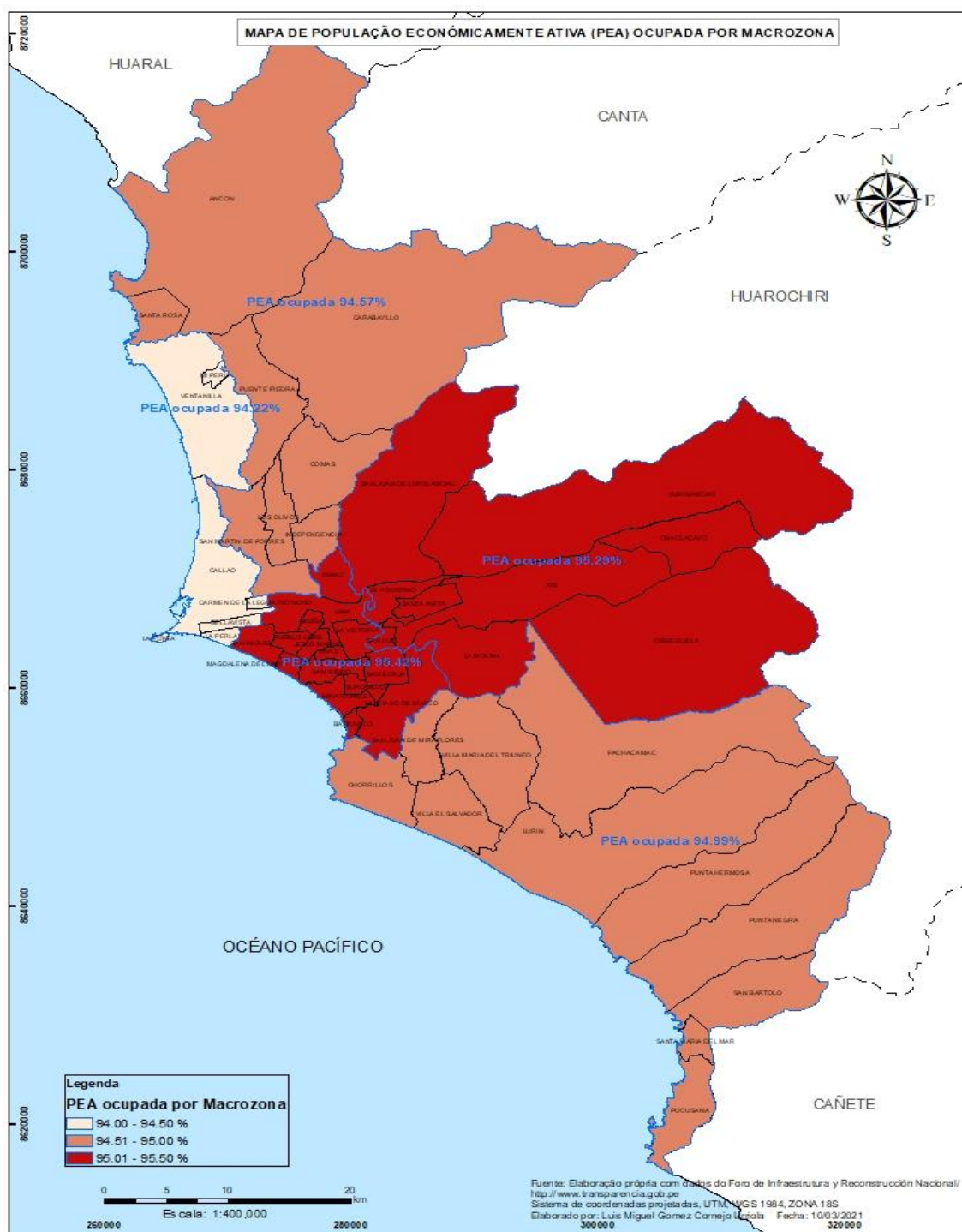
Para concluir, de forma geral, as entrevistas foram necessárias e proveitosas. Evidentemente, alguns entrevistados foram mais solícitos que outros, podendo se afirmar que houve boa vontade por parte dos entrevistados, contribuindo para a pesquisa com informações relevantes e importantes.

## ANEXO B – MAPA DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA) POR BAIROS DE LIMA E CALLAO



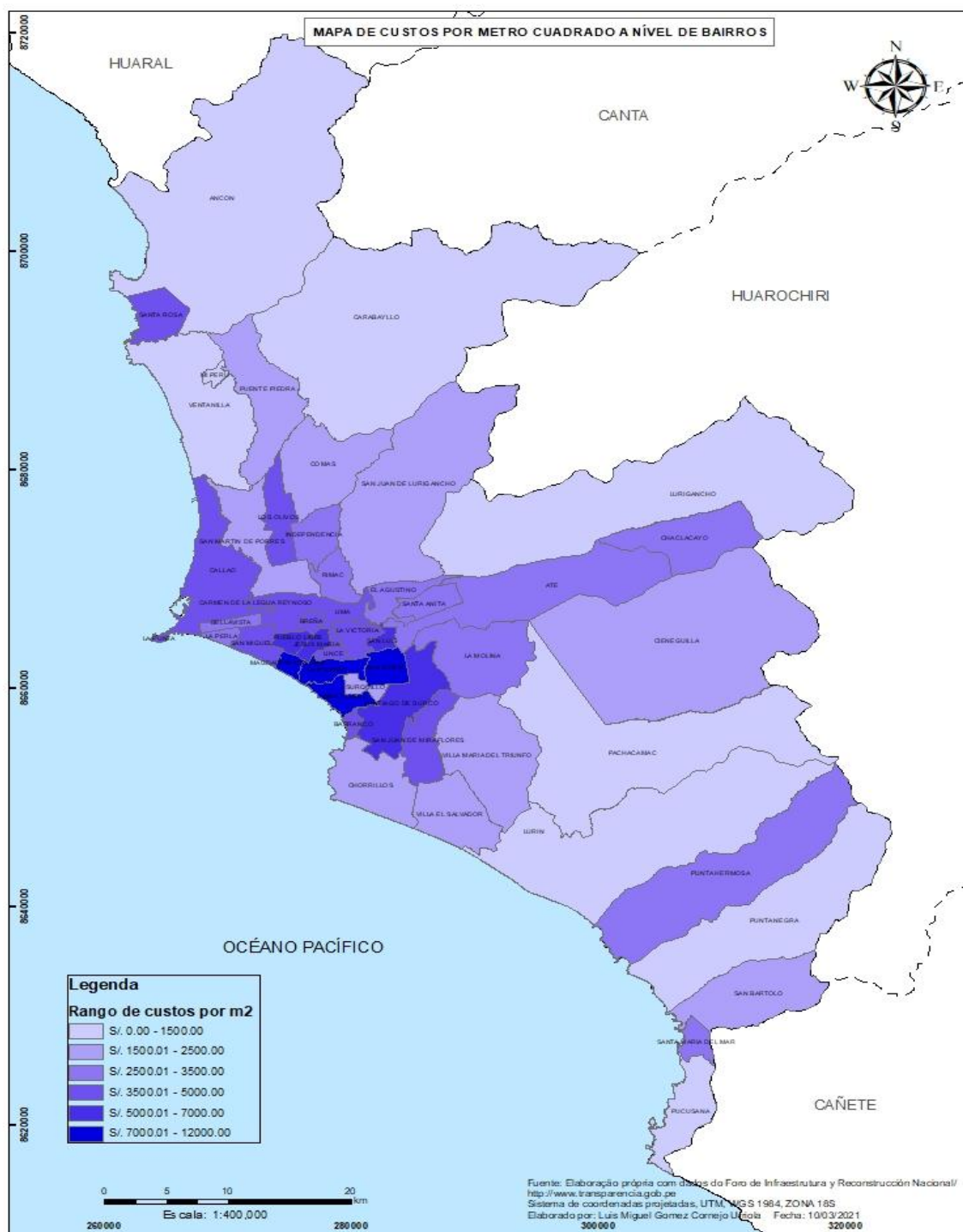
Fonte: elaboração própria: <http://censo2017.inei.gob.pe/resultados-definitivos-de-la-poblacion-economicamente-activa-2017/>

## ANEXO C – MAPA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA POR ZONAS LIMA E CALLAO



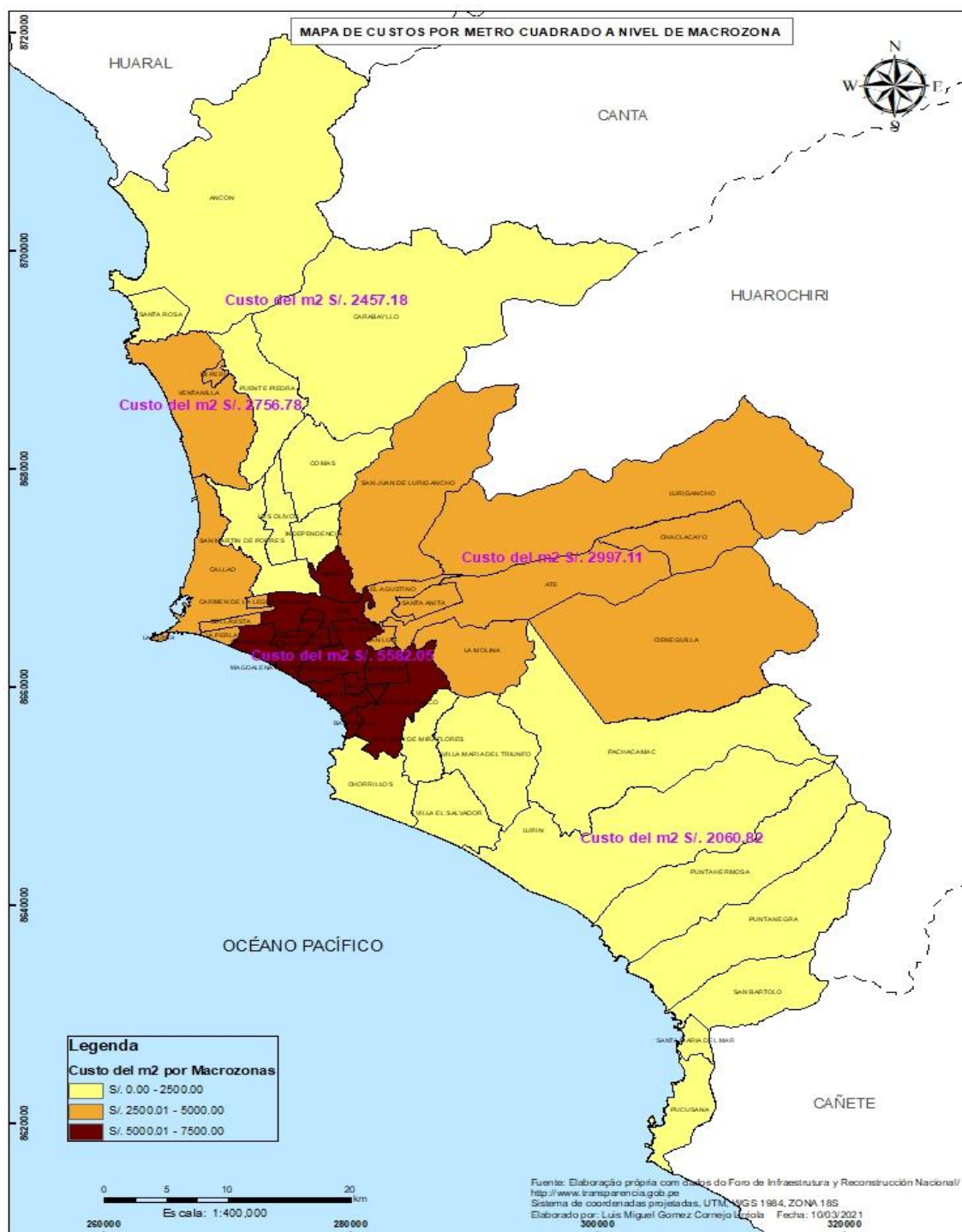
Elaboração própria Fonte: <http://censo2017.inei.gob.pe/resultados-definitivos-de-la-poblacion-economicamente-activa-2017/>

## ANEXO D – MAPA VALOR METRO CUADRADO POR BAIRROS DE LIMA E CALLAO



Fonte: elaboração própria: <https://gestion.pe/tu-dinero/inmobiliarias/precio-del-metro-cuadrado-de-viviendas-crecera-6-este-ano-en-lima-segun-asei-noticia/?ref=gesr>;  
<https://zoomempresarial.pe/2020/01/27/adondevivir-cuanto-cuesta-el-metro-cuadrado-en-lima-y-callao/>

## ANEXO E – MAPA DE COSTOS POR METRO CUADRADO ZONAS DE LIMA E CALLAO



Elaboração própria: Fonte: <https://gestion.pe/tu-dinero/inmobiliarias/precio-del-metro-cuadrado-de-viviendas-crecera-6-este-ano-en-lima-segun-asei-noticia/?ref=gesr>;  
<https://zoomempresarial.pe/2020/01/27/adondevivir-cuanto-cuesta-el-metro-cuadrado-en-lima-y-callao/>



